



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CAMPUS DARCY RIBEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS - ESTUDOS
COMPARADOS SOBRE AS AMÉRICAS

Luara Wandelli Loth

Economia Política do desaparecimento no México:
capitalismo periférico, neoliberalismo e guerra

Brasília
Julho de 2021

Luara Wandelli Loth

Economia Política do desaparecimento no México:
capitalismo periférico, neoliberalismo e guerra

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação
em Ciências Sociais – Estudos comparados sobre as
Américas da Universidade de Brasília para a obtenção do
título de Mestre em Ciências Sociais
Orientador: Prof. Dr. Edemilson Paraná

Brasília
Julho de 2021

AGRADECIMENTOS

Todos os dias acordei desejando não escrever uma dissertação, mas escrever menos uma dissertação. Enquanto tentava escrever, centenas de milhares morriam asfixiados, outros cravejados por chumbo. E, de alguma forma, tive que ignorar seus gritos abafados para arrumar essa mala, fechá-la e *vê-la levar de aqui*, como dizia o poeta sob codinome. E, espero ainda poder existir independentemente dela. *Cresça e desapareça!* Chego ao dia da entrega, caminhando assim “meio de lado, como se chegando atrasada chegasse mais adiante”. Afirmo que não há fracassados em nossa classe, e que este texto já não é mais parte de mim. Liberto-me dele, e ele/isto de mim. Hei de existir, apesar de.

Agradeço ao Dom Lupe por me haver ofertado a chance de presenciar o ser humano fazendo a história com suas próprias mãos, com a *marcha de seus pés cansados* e com *tal coração a ponto de parti-lhe a espinha*. Ser testemunha do *poder bravio da humanidade* é o que permanecerá indestrutível. Seguramente, não foram as inúmeras tardes e noites reposta – pequenina e com dores por todo o lado e do avesso – em face de indecifráveis PDF que me convenceram da gravidade do tema e me impuseram esse pequeno compromisso. É preciso lê-los, é preciso caminhar entre os mortos e com eles conversar... É preciso... Agradeço por ter me encontrado com o “objeto” antes de tudo. Não fui eu que o escolhi, o “objeto” veio até mim, me raptou e aqui estou há sete anos. Caso fosse o inverso, talvez eu tivesse me convencido de que já sabia o suficiente – mesmo que por meio das telas luminosas – e dispensasse o ser humano que fala, cheira, sente, chora, tem corpo, raça, gênero e tudo aquilo que faz de um ser social um ser real, bem como a paisagem, o barulho, o calor e tudo que comunica.

Apesar dos anos que separam nosso encontro, agradeço ao meu “objeto” por ter tentado ensinar ao mundo que a vida não precisa “servir” para alguma coisa – muito menos ao capital – para ter valor e ser honrada como um tesouro inestimável. Tento assim aprender um pouco mais a cada dia com os buscadores e com todas as mães e afins da América Latina (ou mesmo de Minnesota) – seja em Ayotzinapa, em Iguala, no Acari, na periferia de São Paulo, na Plaza de Mayo, no território Yanomami ou no Jacarezinho – que lutam pela memória dos seus, sem se importar com o “valor” que o capital associa a essas vidas. Elas importam e basta.

Agradeço aos meus pais, Moacir e Raquel. Obrigada por não me dirigirem as benditas perguntas... Eu cá com meus demônios, nos arranjamos. Obrigada pelo cuidado e amor brutal que cobre a mim, meu irmão, meu irmãozinho de quatro patas e a todes, todes, como um lençol sedoso e suficientemente largo. E à pequena e nova vida Serena que acaba de chegar

enfrentando tantos sufocos. Perdão por não ter podido estar aí. O “novo normal” é tão descabido que alguma convenção misteriosa resolveu que todes deviam seguir como se os campos fossem de girassóis, apesar das sepulturas, e isso incluiu os prazos.

Tomás Chaves, nesses últimos anos, sei que pareceu incompreensível ver uma mulher, *a mais ininteligível dos seres vivos*, derretendo cada dia um pouco mais. Nem ela sabe como algo derretido pode se rematerializar; talvez ela seja mesmo argila crua. Desistamos de entender, é a entrega entre dois mundos incognoscíveis. Quem sabe um dia ela para de afundar. Como sobreviveria sem nossos achados cinematográficos e culinários, jambu, cuxá e todas as delícias da terra? Como sobreviver sem gosto, sem som, sem fúria, sem aroma, sem resto, sem vida, sem fazer caso, sem esquentar a vida? As horas... *sempre as Horas. O que dá sentido e direção ao tempo.*

Agradeço ao orientador do trabalho, Professor Dr. Paraná, pela interlocução intelectual e o compartilhamento de reflexões e intervenções. Aos integrantes da banca, Professora Dra. Maria de Lourdes Mollo, Professora Dra. Isabela Ribeiro (a “lindeza” Belinha) e Professor Dr. Daniel Bin, meu sincero agradecimento pelos apontamentos e contribuições certeiras. Agradeço a todas/os as/os professores e professoras da UnB com os quais tive aulas. Há um pouquinho de cada um/a neste trabalho e um restinho de polêmica.

Agradeço a CAPES pelo sustento de cada dia nos últimos anos. Infelizmente, grande parte do financiamento foi parar na mão dos especuladores imobiliários de Brasília, mas sou grata pela existência do que é público. Igualmente, agradeço aos trabalhadores da Universidade.

Agradeço aos colegas de pós-graduação, sobretudo, pelos momentos de compartilhamento nos quais subvertemos a competição de todos contra todos. Em particular, Tomás, Tamara e Ana Carolina (que me abrigou em seu apartamento em um dos momentos mais difíceis da quarentena). Agradeço todos os espaços de construção de conhecimento coletivo, sobretudo, os que não valeram nenhum ponto. Precisamos descancelar o futuro.

Agradeço ao meu irmão Maitã que tem lutado contra o aparato repressivo jurídico-policia há vários anos. Agradeço ao fruto de sua união com a Jéssica, a Serena.

Agradeço a existência do camarada de quatro patas, Totosh. Te amo porque você não “serve” para nada e nunca “servirá”; sua profissão é destruir as dádivas e ser amado. Te admiro profundamente. Um dia o ser humano não será nem útil, nem inútil. Será uma “raça” de “selvagens esbanjadores”, que vivem as riquezas do mundo sem explorá-las.

É um tempo de guerra. De anunciar com mãos pálidas o fim do mundo e de adiar mais uma vez a felicidade coletiva. Aos que virão, pensem em nós com um pouco de compaixão.

“O dom de atear ao passado a centelha da esperança pertence somente àquele historiador que está perpassado pela convicção de que também os mortos não estarão seguros diante do inimigo, se ele for vitorioso. E esse inimigo não tem cessado de vencer”.

(Walter Benjamin)

RESUMO

O ponto de partida analítico desta dissertação é: a permanência no século XXI do crime de desaparecimento de pessoas no México, e mais especificamente no Estado de Guerrero, no sudoeste do país, pode ser elucidada por meio da análise de aspectos políticos e, particularmente, socioeconômicos subjacentes a essa violência sistêmica nos termos de uma “Economia Política do Desaparecimento”. Ao buscar a singularidade desse fenômeno, investigo o paradigmático Caso Ayotzinapa e uma de suas principais consequências: o surgimento de grupos de busca permanente por restos mortais e covas clandestinas. No âmbito do trabalho, analiso indicadores sobre mercado de trabalho e violência no México e em Guerrero, com o objetivo de submeter a um caso concreto a hipótese de que o neoliberalismo periférico engendra uma violência ascendente em decorrência de uma massa também tendencialmente em expansão de trabalhadores “supérfluos” desde o ponto de vista do capital monopólico. Antes que se converta em uma ameaça política, essa parcela da população marginalizada pelo desemprego estrutural, acirrado na era neoliberal, seria afetada pelo suposto extermínio. Paralelamente, a economia criminal – também partícipe da dinâmica de acumulação – possibilitaria meios de vida para trabalhadores integrantes das camadas mais profundas da superpopulação relativa. Nesse contexto, a guerra às drogas, protagonizada por um Estado de classe, torna-se – advertida ou inadvertidamente – parte de uma estratégia de dominação, controle e gestão da força de trabalho que favorece a reprodução do capitalismo periférico.

Entre os resultados alcançados pela pesquisa, concluo que o índice de desemprego aberto já não carrega o mesmo significado definidor que representou no passado. Isso se deve à ampliação de formas precarizadas de trabalho, nas quais as fronteiras entre trabalho e não trabalho perdem nitidez. As violências explícitas, como o desaparecimento (forçado ou não), não ocorrem de forma tão disseminada a ponto de reduzir significativamente a superpopulação relativa. Se o extermínio generalizado não parece funcional, mesmo assim o desaparecimento segue contribuindo ativamente para a forma neoliberal de dominação, sobretudo, no contexto *neoliberal de crise*. A dominação violenta se mantém não porque foi forjada por um núcleo consciente que ordena ou cessa o extermínio conforme as mudanças conjunturais, mas sim por uma estrutura político-econômica – profundamente racista e etnocêntrica – pautada em níveis crescentes de degradação das condições de trabalho e de vida. Ademais, os resultados da pesquisa indicam que, na atualidade, a guerra às drogas se revela a principal manifestação coercitiva de dominação de classe correspondente ao neoliberalismo na periferia do capital. Em termos de superação do quadro diagnosticado, analiso os exemplos dos movimentos pelos 43 estudantes desaparecidos de Ayotzinapa (2014) e do coletivo *Los Otros Desaparecidos de Iguala*, que surge na raiz das repercussões daquele crime de Estado.

Por fim, este trabalho buscou contribuir com a seguinte reflexão: se o capitalismo neoliberal está cada vez mais brutalizado, talvez observar formações sociais periféricas, e, radicalizando a proposta, a periferia da periferia, como Guerrero, colabore com a formulação de conjecturas sobre o futuro das relações entre as classes sob o capital.

Palavras-chave: México. Guerrero. Desaparecimento de pessoas. Superpopulação relativa. Periferia.

RESUMEN

El punto de partida analítico de esta tesis de Maestría es: la permanencia en el siglo XXI del crimen de desaparición de personas en México, y más específicamente en el estado de Guerrero, en el suroeste del país, puede ser elucidada por medio del análisis de aspectos políticos, y, particularmente, socioeconómicos subyacentes a esa violencia sistémica en los términos de una “Economía Políticas del Desaparecimiento de personas”. Al buscar la singularidad del fenómeno, investigo el paradigmático Caso Ayotzinapa y una de sus principales consecuencias: el surgimiento de grupos de búsqueda permanente por restos mortales en fosas clandestinas. Examino algunos indicadores del mercado laboral y de la violencia social en México, y particularmente en Guerrero, con el objetivo de someter a un caso concreto la hipótesis de que el neoliberalismo periférico engendra una violencia ascendente como reacción a la expansión de una masa de trabajadores considerados desechables desde la perspectiva del capital monopolista. Antes de que se convierta en una amenaza política inminente, esa parcela de la población marginalizada por el desempleo estructural, recrudescido en la era neoliberal, sería masacrada por este supuesto exterminio. Paralelamente, la economía criminal – también parte de la dinámica de la acumulación – posibilitaría medios de vida para los trabajadores integrantes de las capas más profundas de la superpoblación relativa. En este contexto, la guerra contra las drogas, protagonizada por un Estado de clase, se convierte en – advertida o inadvertidamente – parte de una estrategia de dominación, control y gestión de la fuerza laboral que favorece la reproducción del capitalismo periférico. Entre los resultados obtenidos por la investigación, concluyo que la tasa de desempleo abierto ya no tiene el mismo significado definitorio que representaba en el pasado. Esto se debe a la expansión de formas de trabajo precarias, en las que los límites entre trabajo y no trabajo se difuminan. Las violencias explícitas, como el desaparecimiento (forzado o no), no ocurren de forma tan diseminada a punto de reducir significativamente la superpoblación relativa. Si el exterminio generalizado no parece funcional, así mismo el desaparecimiento sigue contribuyendo activamente para la forma neoliberal de dominación, sobre todo, en el contexto de *neoliberalismo de crisis*. La dominación violenta se mantiene no porque fue forjada por un núcleo consciente que ordena o cesa el exterminio conforme los cambios coyunturales, más sí por una estructura política-económica – profundamente racista y etnocéntrica – pautada en niveles crecientes de degradación de las condiciones de trabajo y de vida. Además, los resultados de la investigación indican que, en la actualidad, la guerra contra las drogas se revela como la principal manifestación coercitiva de la dominación de clase correspondiente al neoliberalismo en la periferia del capitalismo. Con respecto a la transcendencia de la situación diagnosticada, analizo los ejemplos de los movimientos por los 43 estudiantes desaparecidos de Ayotzinapa (2014) y del colectivo Los Otros Desaparecidos de Iguala, que surge en la raíz de las repercusiones de ese crimen de Estado. Por fin, este trabajo buscó contribuir con la siguiente reflexión: si el capitalismo neoliberal está cada vez más brutalizado, quizás observar las formaciones sociales periféricas, y, radicalizando la propuesta, la periferia de la periferia, como Guerrero, colabore con la formulación de conjeturas sobre el futuro de las relaciones entre las clases bajo el capital.

Palabras-clave: México. Guerrero. Desaparición de personas. Sobrepoblación relativa. Periferia.

ABSTRACT

The analytic starting point of this dissertation is that the permanence in the 21st century of the crime of disappearance of people in Mexico, and more specifically in the state of Guerrero in the country's southwest, may be elucidated by means of an analysis of the underlying political and, particularly, socioeconomic aspects of this phenomenon, in the terms of a "Political Economy of Disappearance". In seeking the singularity of this phenomenon, I investigate the paradigmatic Ayotzinapa Case and one of its main consequences: the emergence of permanent search groups for mortal remains and secret graves. I analyze data on the labor market and violence in Mexico, and particularly Guerrero, with the objective of submitting to a concrete case the hypothesis that peripheral neoliberalism produces an ascendant violence as a consequence of an also tendentially expanding mass of "superfluous" – from the point of view of monopolistic capital – workers. Before it becomes a political threat, this parcel of the population marginalized by the structural unemployment, stiffened in the neoliberal era, would be affected by the supposed extermination. In parallel, the criminal economy – also a participant in the dynamics of accumulation – makes a livelihood possible for workers part of the deepest layers of the relative surplus population. In this context, the war on drugs, whose protagonist is a class state, becomes – advertently or inadvertently – part of a strategy of domination, control, and management of the workforce that favors the reproduction of capitalism in its peripheral form. Among the results reached by the research, I conclude that the open unemployment index no longer has the same definitory meaning that it represented in the past. This is due to the amplification of precarized forms of work, in which the frontier between work and non-work lose clarity. Explicit violences, such as disappearance (forced or otherwise), do not occur in such a disseminated fashion so as to significantly reduce the relative surplus population. If generalized extermination does not seem functional, disappearance continues to actively contribute to the neoliberal form of domination, especially in the case of *crisis neoliberalism*. Violent domination is maintained not because it was forged by a conscious nucleus that orders or ceases the extermination in accordance with conjunctural changes, but by a – profoundly racist and ethnocentric – political-economic structure guided by growing levels of degradation in working and living conditions. Furthermore, the results of the research indicate that, currently, the war on drugs reveals itself as the main coercive manifestation of class domination corresponding to neoliberalism in the periphery of capital. In terms of overcoming the diagnosed situation, I analyze the examples of the movements for the 43 disappeared students in Ayotzinapa (2014) and of the *Los Otros Desaparecidos de Iguala* collective, which appears in the roots of the repercussions of that State crime. Lastly, this work sought to contribute with the following reflection: if neoliberal capitalism is increasingly brutalized, maybe observing peripheral societies and, radicalizing the proposal, the periphery of the periphery, such as Guerrero, may contribute to the formulation of conjectures regarding the future of class relations under capital.

Keywords: Mexico. Guerrero. Disappearance of people. Relative surplus population. Periphery.

SUMÁRIO

| | | |
|--------------|---|------------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 7 |
| 1.2 | Metodologia | 12 |
| 2 | CAPÍTULO 1: OS EXCLUÍDOS POR INCLUSÃO - A SUPERPOPULAÇÃO RELATIVA..... | 15 |
| 2.1 | A superpopulação relativa no capitalismo “abstrato” | 15 |
| 2.2 | Superpopulação relativa e marginalidade no capitalismo periférico | 24 |
| 2.3 | Informalidade, o trabalho sem forma na periferia..... | 31 |
| 3 | CAPÍTULO 2: TRABALHO NO NEOLIBERALISMO..... | 35 |
| 3.1 | Neoliberalismo: uma “revolução na ordem” | 35 |
| 3.2 | Estado mínimo-máximo | 42 |
| 3.3 | Desmonte do emprego e neoliberalismo | 51 |
| 3.3.1 | <i>Financeirização e emprego.....</i> | <i>53</i> |
| 3.3.2 | <i>Austeridade e trabalho</i> | <i>63</i> |
| 3.3.3 | <i>Baixo crescimento e emprego</i> | <i>67</i> |
| 3.4 | Ascensão do neoliberalismo no México | 77 |
| 4 | CAPÍTULO 3: ANÁLISE DE INDICADORES SOCIAIS NO MÉXICO E EM GUERRERO..... | 94 |
| 4.1 | Calculando o emprego e o não-emprego..... | 94 |
| 4.1.1 | <i>O mercado de trabalho mexicano e guerrerense e as formas da superpopulação relativa.....</i> | <i>113</i> |
| 4.2 | O moinho de gastar gente | 121 |
| 5 | CAPÍTULO 4: FORMAÇÃO SOCIAL, DOMINAÇÃO E GUERRA..... | 145 |
| 5.1 | Formação social e racismo estrutural..... | 146 |
| 5.2 | Crise e guerra | 150 |
| 5.3 | Contra-insurgência no México e em Guerrero | 157 |
| 5.3.1 | <i>Por que o desaparecimento forçado seria "desinventado".....</i> | <i>163</i> |
| 5.4 | Guerra às drogas | 166 |
| 6 | CAPÍTULO 5: A DESOBEDIÊNCIA DOS DESPOSSUÍDOS..... | 175 |
| 6.1 | Caso Ayotzinapa | 175 |
| 6.1.1 | <i>Atualizações do Caso Ayotzinapa</i> | <i>184</i> |
| 6.2 | Los Otros | 187 |
| 6.2.1 | <i>Engajamento e divergências políticas, táticas e estratégicas</i> | <i>193</i> |

| | | |
|----------|--|------------|
| 7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 201 |
| | REFERÊNCIAS..... | 210 |
| | APÊNDICE A – Tabela de Entrevistas, dezembro de 2015 a março de 2016..... | 225 |

1 INTRODUÇÃO

As crises configuraram-se como oportunidades para converter o que antes era politicamente impossível em uma realidade politicamente inevitável, como pregava Milton Friedman (KLEIN, 2008). A esse respeito, Naomi Klein (2008) revela a “Doutrina de Choque” nas entranhas da expansão neoliberal, oportunamente imposta em momentos de crise e instabilidade, como golpes, catástrofes ambientais e guerras.

Não por acaso a declaração de guerra às drogas em 2006 foi protagonizada por um governo como o de Felipe Calderón do Partido Acción Nacional (PAN), encarregado de promover mais uma rodada de reformas estruturais de caráter neoliberalizante no México¹. Reprisando outros episódios históricos na América Latina, essa guerra, responsável por milhares de execuções e desaparecimentos, também faria parte de um tratamento de choque e serviria de pretexto para o extermínio de dissidentes políticos.

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística e Geografia do México (INEGI), entre 2006, ano em que o ex-presidente Calderón declarou guerra às drogas, e 2018, foram registrados 289.223 homicídios no México. A Secretaria de Direitos Humanos deste país contabiliza 73.201² desaparecimentos desde 1964, dos quais apenas 1.523 ocorreram antes de 2006 (ANIMAL POLÍTICO, 2020). Em julho de 2020, a Secretaria de Governo do atual mandato presidencial (2018 - 2024) divulgou que 3.978 mil covas clandestinas foram localizadas desde 2006 das quais 6.625 corpos foram exumados até a data de publicação deste informe intitulado *Búsqueda, Identificación y Versión Pública do Registro de Personas Desaparecidas*, produzido pela *Comisión Nacional de Búsqueda* (COMISIÓN NACIONAL DE BÚSQUEDA, 2020).

Entre as violências que se incrementaram após 2006, o desaparecimento forçado se destaca por sua constância na história contemporânea do país. Maiormente associado às Ditaduras Civis-Militares na América Latina, no México atual, o desaparecimento apresenta elementos semelhantes aos do período conhecido como guerra suja³ (1964-82), porém

¹ Como a reforma energética de 2008 e outras como a trabalhista e a educacional que só chegaram a ser consolidadas e implementadas no sexênio de Enrique Peña Nieto (2012-2018) do Partido da Revolução Institucional (PRI). No subtópico sobre a ascensão do neoliberalismo no México, todas estas reformas serão descritas com maiores detalhes.

² O informe divulga que desde março de 1964 – quando foi denunciado o primeiro desaparecimento no país – até o momento, há um registro de 177.863 casos de pessoas desaparecidas, entre as quais 73.201 pessoas seguem nessa condição (41%) e 104.645 foram localizadas (58,8%). Do total das pessoas encontradas, 6.401 foram localizadas mortas e 98.242 com vida.

³ O ano marca o início da chamada guerra suja (1964-82) no México, conflito de contra-insurgência orientado pela chamada Doutrina de Segurança Nacional (CASTELLANOS, 2007). Para a América Latina, a origem da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), elaborada pelo Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos, está no documento “Declaração de Caracas de 1954”, onde os EUA forçaram a Organização dos Estados Americanos

rearticulados em uma conjuntura marcada pelo neoliberalismo de crise⁴ (PARANÁ, 2020a). Portanto, no âmbito da presente pesquisa, entendo que a estratégia de guerra às drogas possui correlação com a crise do capitalismo global e seus efeitos políticos, sociais e econômicos.

Na guerra às drogas, o inimigo constituído como alteridade passível de eliminação é o narcotraficante e aqueles que hipoteticamente poderiam ser aliciados pelo crime, como a massa de marginalizados pela falta de emprego formal e acesso a direitos. O ponto de partida analítico deste trabalho foi: a permanência no século XXI do desaparecimento no México, e mais especificamente no Estado de Guerrero⁵, localizado no sudoeste do país, poderia ser elucidada por meio da análise de aspectos políticos e, particularmente, socioeconômicos subjacentes a este fenômeno, nos termos de uma “Economia Política do Desaparecimento”. Apresento uma análise de alguns indicadores sobre mercado de trabalho e violência no México e em Guerrero com o objetivo de submeter a um caso concreto a hipótese de que o neoliberalismo periférico produz uma violência crescente em decorrência de uma massa também crescente de trabalhadores “supérfluos”. O extermínio permitiria a eliminação de uma parcela da população tornada “descartável” e marginalizada pelo desemprego estrutural, acirrado neste momento do capitalismo marcado pela depressão da demanda efetiva, austeridade, precarização de serviços públicos, baixo crescimento, financeirização, concentração de renda e capital⁶ e automatização de processos de trabalho. De forma paradoxal e embrincada, a economia criminal – também

(OEA) a condenar a suposta intervenção do comunismo internacional na região. Posteriormente, quando consolidada, essa doutrina foi difundida por meio das escolas militares, tornando-se a principal base ideológica das Ditaduras Civil-militares na região, mas também influenciando exércitos e governos civis, como no México.

⁴ A ideia de neoliberalismo de crise (PARANÁ, 2020a) contrapõe-se à expectativa de que o neoliberalismo esteja vivendo sua crise derradeira, mas mantém o diagnóstico de que uma nova conjuntura se abre a partir de 2008. Não seria adequado tecer projeções categóricas sobre o futuro, sempre sujeito às mais diversas contingências, mas é possível aproximar o “neoliberalismo de crise” (PARANÁ, 2020a) ao conceito de “interregno” (GRAMSCI, 2007), ao mesmo tempo em que é indício de sua plasticidade. Outros autores como Nancy Fraser (2017) e Samir Amin (2009) já mobilizaram o conceito gramsciano para pensar o neoliberalismo pós-2008 e seus “sintomas mórbidos” (GRAMSCI, 2007). O impasse imposto por certas conjunturas pode ser chamado de “interregno”, como descreveu Antonio Gramsci (2007, p.134) numa de suas mais instigantes passagens dos *Cadernos do Cárcere*. Nos momentos de interregno, uma série de sintomas mórbidos manifestam-se por todos os lados, tornando a saída do labirinto ainda mais opaca para os sujeitos envolvidos nessa atmosfera sombria. O racismo, a melancolia (FREUD, 2011), a depressão, a destruição de todas as formas de solidariedade, o conformismo e a fragmentação das lutas e coletivos podem ser lidos como sintomas sociais que se manifestam em tempos nos quais o velho ainda não morreu e o parto do novo parece impossível.

⁵ 64% da população vive abaixo da linha da pobreza, o terceiro indicador entre os Estados (CONEVAL, 2016). o terceiro maior indicador entre os Estados do país. Guerrero também aparece na mesma posição quando a categoria analisada é pobreza extrema, apresentando 23% da população nessa condição.

⁶ Além do acirramento da desigualdade social, um dos resultados mais evidentes do neoliberalismo no México é o baixo crescimento econômico. Entre 1933 e 1982, a taxa anual de crescimento do PIB foi em média de 6,5% e a taxa per capita foi de 3%. Em comparação, entre 1983 e 2009, o PIB per capita cresceu em média 0,4% ao ano (TELLO, 2010). As médias anuais de crescimento da economia foram: 6,2% entre 1940 e 1970, 2,5% entre 1970 e 1985, 2,0% entre 1985 e 1994, 2,5% entre 1994 e 2012 e 2,1% entre 2012 e 2016, segundo dados do *Banco de Información Económica* do INEGI.

partícipe da dinâmica de acumulação do capital – possibilitaria meios de sobrevivência, mas também atalhos para uma morte violenta, a populações marginalizadas. Ademais, nesse contexto, a guerra às drogas mostra-se – direta ou indiretamente, advertida ou inadvertidamente – parte de uma estratégia de controle e gestão da força de trabalho.

Esta pesquisa originou-se a partir de um estudo de caso sobre os desaparecimentos reivindicados pelo coletivo de busca *Los Otros desaparecidos de Iguala* e pelo *Comité de Ayotzinapa*, com os quais realizei entrevistas e acompanhei atividades públicas e privadas, como manifestações, buscas e reuniões, entre 2015 e 2016 (LOTH, 2018). A observação participativa resultou no livro-reportagem *Sepultura de palabras para os desaparecidos*, publicado em 2018. Em setembro de 2014, durante o governo de Enrique Peña Nieto⁷ (PRI), após ataques perpetrados por diferentes forças policiais na cidade de Iguala, 43 estudantes da Escola Normal Rural Raúl Isidro Burgos⁸, na localidade rural de Ayotzinapa (município de Tixtla), no Estado de Guerrero, foram desaparecidos.

O Tribunal Penal Internacional qualifica o desaparecimento forçado como um crime contra a humanidade que não pode prescrever e cuja responsabilidade recai diretamente sobre o Estado (SILVA; MECHI, 2019, p.145-146). A violação foi definida pela primeira vez durante a Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas (1979):

A privação da liberdade de uma ou mais pessoas, qualquer que seja sua forma, cometida por agentes do Estado ou por pessoas ou grupos de pessoas que atuem com a autorização, o apoio ou a aquiescência do Estado, seguida da falta de informação ou da negativa em reconhecer tal privação de liberdade ou de informar sobre o paradeiro da pessoa, com o qual se impede o exercício dos recursos legais e das garantias processuais pertinentes. (SILVA; MECHI, 2019, p.145-146).

Outra especificidade deste crime o torna especialmente cruel para a comunidade à qual pertence a vítima: “El desaparecimiento forzado es un delito continuado, es decir, que se sigue

⁷ Apesar de ser de outro partido, EPN, como é conhecido, realizou um mandato de continuidade em relação ao antecessor, sobretudo, no que se refere à permanência da guerra às drogas e à agenda de reformas neoliberais: “Como un síntoma de la alegría de Washington ante las reformas de Peña Nieto, en febrero de 2014 la revista *Time* le dedicó su portada. En la foto, la cabeza de Peña Nieto está ligeramente inclinada hacia arriba; se ve arrogante, seguro, apuesto. A la altura de su pecho, gruesas letras blancas gritan *Saving Mexico* [...]. Y debajo: ‘Cómo las avasalladoras reformas de Enrique Peña Nieto han cambiado la narrativa en su nación narco-manchada’”.

⁸ As Escolas Normais Rurais são instituições educativas, legadas pela Revolução Mexicana, com auge no governo de Lázaro Cárdenas (1934-40). Nas últimas décadas, essas instituições têm sofrido um processo de precarização programada, que tem como alvo a chamada educação socialista e seu significado histórico. Os guerrilheiros Lucio Cabañas (1938-74) e Genaro Vásquez (1931-72), mortos durante a guerra suja e egressos da Normal Rural de Ayotzinapa, seguem inspirando a entidade estudantil mais antiga do país, a Federação dos Estudantes Campesinos Socialistas do México, que organiza os normalistas rurais. Inaugurada em 1926, a Normal não sofre apenas com o sucateamento de suas instalações, corte de recursos e fechamento de vagas para indígenas, mas também com sucessivos ataques perpetrados por forças do Estado (LOTH, 2018).

cometiendo, día tras día, a medida que pasa el tiempo” (MASTROGIOVANNI, 2016, paginação irregular⁹). Uma referência importante para compreender as origens do desaparecimento forçado é o documento “Noite e Neblina”, produzido pelo Terceiro Reich (1933-45), no qual o Regime Nazista instituiu o desaparecimento forçado como estratégia contra os opositores (MASTROGIOVANNI, 2016).

Uma das consequências mais reveladoras do desaparecimento forçado dos estudantes da Normal Rural de Ayotzinapa foi a organização de coletivos de busca por covas clandestinas. O grupo *Los Otros desaparecidos...*, que reuniu 400 famílias, havia contabilizado a localização de 125 ossadas entre novembro de 2014 e dezembro de 2016 (LOTH, 2018, p.11).

De acordo com as entrevistas¹⁰, os trabalhadores informais buscados pelos familiares do grupo *Los Otros desaparecidos...* são taxistas, pedreiros, comerciantes, mecânicos, carpinteiros e garçons, o que coincide com as conclusões do estudo sobre o perfil das vítimas no Estado de Nuevo León do *Observatorio sobre Desaparición e Impunidad* (2017)¹¹. Infelizmente, não foi possível contar com o relatório que estava previsto para ser produzido sobre Guerrero e outros Estados, pois, conforme informou a organização *Observatorio sobre Desaparición e Impunidad*, em 8 de maio de 2020, o trabalho de investigação foi suspenso, por ausência de dados suficientes. Entretanto, algumas informações puderam ser extraídas e analisadas desde uma perspectiva crítica a partir do *Registro Nacional de Datos de Personas Extraviadas o Desaparecidas*, criado pelo governo federal do México.

As profissões das vítimas reivindicadas pelo grupo de Iguala indicam que o desaparecimento está, em certo aspecto, socialmente generalizado, mas os trabalhadores informais são os mais afetados, apesar da super-representação de funcionários públicos,

⁹ A edição de referência foi desenvolvida para o aplicativo de leitura de livros eletrônicos *Kindle* e não apresenta paginação fixa. Quando a fonte consultada for *ebook*, a referência informará “paginação irregular”.

¹⁰ Ver no Apêndice A, a tabela das entrevistas que apoiaram a presente pesquisa.

¹¹ O Observatorio é coordenado pela Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales-México Ciencias Sociales, pelo Instituto de Investigaciones Jurídicas de la Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), pelo Programa de Derechos Humanos de la Universidad de Minnesota e pela Universidad de Oxford. O Estudo desmistifica algumas percepções enrustadas no senso comum da sociedade mexicana sobre as circunstâncias típicas de um desaparecimento no atual contexto. A investigação empírica dos casos no Estado de Nuevo León realizada pelo *Observatorio sobre Desaparición e Impunidad* (2017) conclui que: é maior o número de casos registrados cujo perpetrador foi classificado na categoria “Particulares”, mas a diferença em relação à categoria “Agentes estatales” é inferior a 5%, ou seja, a contribuição destas duas categorias é equiparável (OBSERVATORIO SOBRE DESAPARICIÓN E IMPUNIDAD, 2017, p.16). O mesmo estudo levanta sérias dúvidas sobre a prevalência de agentes municipais entre os perpetradores governamentais em relação às instâncias superiores de poder: “[...]el número de registros donde el perpetrador pertenece al orden de gobierno municipal es prácticamente igual al número de registros donde pertenece a un orden de gobierno superior (estatal y federal).” (*Ibidem*, p.17).

especialmente policiais municipais¹². Contra aqueles familiares que apontam as autoridades como responsáveis pelo desaparecimento, as represálias são percebidas como uma possibilidade iminente, como alguns “buscadores” revelaram em entrevistas realizadas entre 2015 e 2016. Entretanto, como as denúncias tratam de crimes que podem ser tipificados como desaparecimento forçado, a repercussão dos casos costuma ser maior e os familiares se mostram mais ativos e disponíveis à exposição pública e à concessão de entrevistas.

Apesar desse ponto de partida para o trajeto de pesquisa, a presente exposição não se iniciará pelo caso concreto. No primeiro capítulo, faço uma revisão, em alto grau de abstração, da teoria marxiana sobre as categorias Superpopulação Relativa (SPR) e Exército Industrial de Reserva (EIR) no capitalismo (MARX, 2013). Em seguida, exponho como o problema da SPR aparece no capitalismo periférico e sua relação com a informalidade, mobilizando autores da Economia Política latino-americana. No segundo, reviso algumas contribuições sobre a ascensão do neoliberalismo no mundo e no México para então propor algumas sínteses, além de explorar as consequências da financeirização, da austeridade e do baixo crescimento no mercado de trabalho.

No terceiro capítulo, apresento indicadores sociais que ajudam a construir um quadro do mercado de trabalho e da violência social e os analiso à luz das categorias e formulações teóricas mobilizadas anteriormente. No quarto capítulo, trato da formação social e de estruturas como o colonialismo interno e o racismo. Em seguida, exponho os traços gerais que definiram a contra-insurgência entre os anos de 1964-1982 no México e no Estado de Guerrero. Defendo a tese de que existe uma coexistência em termos de padrão de dominação entre neoliberalismo e guerra, bem como uma gama significativa de permanências entre a contra-insurgência no século XX e atual guerra às drogas, considerando o caso Ayotzinapa (2014) como evidência histórica; o que pode contribuir com a explicação do porquê o desaparecimento segue como um significativo ingrediente da dominação na periferia. No mesmo capítulo, apresento uma breve exposição da observação participativa produzida entre 2015 e 2016, com intuito de completar o quadro de determinações.

¹² As informações levantadas no trabalho de campo em Guerrero, mais uma vez condizem com o levantamento de Nuevo León: “De acuerdo con la clasificación SINCO por sectores económicos la mayoría de las 315 víctimas para la que se cuenta con información queda clasificada como Comerciantes, empleados en ventas y agentes de ventas (16.2%); en segundo lugar quedan 44 (14%) como Conductores de transporte y maquinaria móvil, en tercer lugar 35 (11.1%) como estudiantes, quienes desplazan a los trabajadores de servicios de protección y vigilancia, y en cuarto lugar 30 (9.5%) agentes de seguridad y fuerza pública. Cabe resaltar que la mayoría de las mujeres (35.3%) se dedica al trabajo doméstico” (OBSERVATORIO SOBRE DESAPARICIÓN E IMPUNIDAD, 2017, p.29). Bem como com o Informe Comparado sobre eventos de desaparecimento da Região Nordeste (Nuevo León, Coahuila e Tamaulipas), elaborado pela mesma organização, mas publicado em 2019.

Por fim, teço uma conclusão sobre a hipótese inicialmente mobilizada e alguns apontamentos sobre as possibilidades de superação coletiva do quadro examinado.

1.2 Metodologia

A pesquisa possui caráter qualitativo e compreende revisão bibliográfica e análise de dados secundários, bem como de material de imprensa, relatórios técnicos, discursos, entrevistas não-estruturadas com atores sociais e falas públicas de governantes e lideranças de movimentos sociais. Foram mobilizadas categorias analíticas que permitiram a análise dos processos sociais em função dos objetivos propostos, as mesmas foram refinadas enquanto o estudo era desenvolvido.

O projeto de pesquisa incluía em seu plano inicial a realização de um trabalho de campo no México. Em janeiro de 2020, fui selecionada por um edital do Decanato de Pós-graduação da Universidade de Brasília (Edital nº11 de 2019). Fui contemplada com um recurso para o custeio da aquisição de passagens aéreas de ida e volta para a Cidade do México nos meses de agosto e setembro de 2020. Não obstante, em março de 2020, sobreveio a pandemia da Covid-19 e o DPG solicitou que os contemplados enviassem, se fosse o caso, até o final de agosto um novo orçamento. Como o edital não permitia a aplicação do recurso na aquisição de livros – o que teria sido um paliativo diante de bibliotecas fechadas pela pandemia – resolvi aguardar alguns meses, supondo uma melhora do quadro pandêmico, o que, evidentemente, não ocorreu. Em agosto de 2020, devolvi o recurso ao DPG e desistir da viagem de campo.

A partir dessa limitação, resolvi não seguir com nenhum tipo de campo virtual, tendo em vista que minhas fontes no México, particularmente em Guerrero, são pessoas com pouco acesso a serviços, desde água encanada até internet. A maioria não possui computador, apenas celulares com acesso precário e instável à internet. Em alguns momentos durante a pandemia, resolvi perguntar sobre a saúde das pessoas de referência no território, mas as conversas resultaram monossilábicas. Enquanto o contato pelas redes sociais se mostra precário e, por vezes, lacônico ou evasivo, o contato presencial, quando ocorreu entre 2015 e 2016, foi marcadamente amistoso, diligente e até mesmo profundo, permitindo que eu pudesse presenciar junto aos familiares de desaparecidos confissões, reflexões, choros, conflitos, brigas e situações das mais variadas, tanto extraordinárias, quanto cotidianas. Estou convencida de que a única maneira satisfatória de realizar algum tipo de entrevista ou observação participante – produtiva para a presente pesquisa – com esse grupo de pessoas seria presencialmente e, ademais, sem

pressa, pois o cotidiano das pessoas engajadas na causa dos desaparecidos e a dinâmica social dos grupos são instáveis e impõem paciência, ética e profundo respeito pelo modo de vida das fontes¹³.

Em contrapartida, em maio de 2020, busquei acessar um estudo anunciado pelo *Observatorio sobre Desaparición e Impunidad*, mas descobri que a edição com informações sobre Guerrero havia sido cancelada por falta de dados. Com isso, utilizei as informações disponibilizadas de forma pública, como relatórios de governo e de algumas organizações sociais reconhecidas e fontes de imprensa com credibilidade, bem como a matéria-prima (40 entrevistas, observação participativa e pesquisas bibliográficas) do livro *Sepultura de palabras para os desaparecidos* (LOTH, 2018), apesar da distância temporal que separa aquela pesquisa, realizada entre 2015 e 2016, do ano de 2018 – o fim do marco temporal desta pesquisa¹⁴.

Na época, o foco era entender como as organizações se relacionavam com o Estado e entre si, como se expressava sua prática política e quais eram suas estratégias e táticas que potencializavam ou não a construção de um projeto coletivo de transformação social, além de identificar os efeitos subjetivos no cotidiano das famílias e comunidades vitimadas. Além disso, o engajamento nesses coletivos mostrou-se como uma instigante experiência de solidariedade de classe. As entrevistas que conformaram o trabalho de campo, entre 2015 e 2016, foram realizadas e planejadas por meio da ferramenta metodológica, conhecida como *snow-ball* (bola de neve), na qual uma entrevista leva à outra, como em uma rede conectada por pontos.

De qualquer modo, como decidi investigar as singularidades de uma região específica da América Latina, o fato de ter estado no local em períodos dos anos de 2014, 2015 e 2016, observando e entrevistando dezenas de pessoas foi absolutamente vital para a pesquisa. Não teria sido possível compor este quadro múltiplo apenas a partir de textos teóricos, relatórios de governo e reportagens. Esse histórico de engajamento e familiaridade com o tema foi particularmente importante na análise dos dados oficiais, em especial, os registros de pessoas desaparecidas. Algumas informações do sistema oficial, o Registro Nacional de Datos de Personas Extraviadas o Desaparecidas (RNPE), divergiam dos resultados mais básicos do campo de 2015 e 2016, como a frequência de relatos e casos de desaparecimento forçado, o perfil das vítimas (ocupação, etnia, localidade) e dos perpetradores. A realização de um trabalho

¹³ Essa explícita valorização da presença não se confunde com uma romantização que negue o caráter intrinsecamente imperfeito e limitado de qualquer entrevista ou mesmo observação.

¹⁴ O marco-temporal da pesquisa compreende os anos de 2006 a 2018, ou seja, do início da guerra às drogas à eleição do atual presidente Andrés Manuel López Obrador (AMLO), pelo partido Movimiento Regeneración Nacional (MORENA).

de campo prévio em vários momentos possibilitou que a pesquisadora tivesse o senso crítico necessário à busca de informações e à análise de dados, que jamais poderiam “falar” por si próprios no âmbito das Ciências Sociais.

De fato, foram encontradas grandes dificuldades, ao longo do desenvolvimento do trabalho quanto à metodologia, sendo o ponto mais sensível a construção de mediações entre processos globais, regionais e locais; processos estruturais e conjunturais; generalizações, particularidades e especificidades; entre sujeito e sociedade; e subjetividade e objetividade. Além do trabalho com essas dimensões temporais, espaciais e ontológicas, costumeiramente abordadas como pares opostos, também encontrei dificuldades no trato metodológico de fenômenos considerados por vezes como exclusivamente políticos, culturais ou econômicos, de forma alijada. A tentativa de trabalhar de forma simultânea com todas essas “naturezas” da realidade mostrou vantagens e desvantagens. Em relação às vantagens, cito a oportunidade de construir um quadro mais completo de determinações e mais múltiplo quanto às causalidades e às relações constituídas. A maior desvantagem implicada foi o tempo disponível para finalizar um trabalho que segue tal abordagem ampla.

Sustentada por uma perspectiva interdisciplinar, a proposta mobiliza teorias elaboradas a partir da realidade latino-americana e para essa realidade, além da interiorização de outras contribuições, matizando-as com os próprios problemas da região, para alcançar a compreensão do “objeto” de pesquisa por meio da apreensão de seu movimento real e não linear, dinamizado pelas contradições que o constituem (NETTO, 2011). O conhecimento em Ciência Sociais não se limita a monocausalidades. Quanto mais rica em determinações e categorias extraídas da realidade, mais precisa será a pesquisa, mais distante da aparência da superfície do real e mais próxima da estrutura e da dinâmica do objeto. Em diferentes situações, diversas forças podem ser determinantes (NETTO, 2011).

Na pesquisa em Ciências Sociais, o sujeito está implicado no objeto. Apesar de buscar a objetividade, a postura do pesquisador não é neutra em relação à realidade. O marco teórico ao qual este projeto se inscreve metodológica e teoricamente está também comprometido em informar a *práxis* social.

2 CAPÍTULO 1: OS EXCLUÍDOS POR INCLUSÃO – A SUPERPOPULAÇÃO RELATIVA

2.1 A superpopulação relativa no capitalismo “abstrato”

Karl Marx (2013) não foi o único pensador de sua época a constatar que a miséria que condenava os trabalhadores parecia proporcional à riqueza produzida por esta mesma classe. No entanto, Marx desenvolveu uma investigação que penetra na raiz desse estranho paradoxo, revelando um mundo submerso para além da aparência. No Capítulo 23 do livro I d’*O Capital*, o autor explica como a vultosa acumulação de capital permitida pela indústria moderna produz concomitantemente uma massa de despossuídos, formada tanto por operários ativos, quanto por indigentes, ambos percebidos por Marx como pertencentes à classe trabalhadora. Liberais coetâneos de Marx reagiam às denúncias de que a riqueza de um lado fabricava pobreza equivalente do outro, justificando que, em termos absolutos, a vida material dos trabalhadores estava cada dia melhor. Ao que Marx refutou revelando a *Lei geral da acumulação capitalista* e seu resultado mais intrínseco: a produção de desigualdade.

Se a classe trabalhadora continua “pobre”, mas agora é “menos pobre” na proporção em que produz um “aumento inebriante de riqueza e poder” para a classe proprietária, isso quer dizer que, em termos relativos, ela continua tão pobre como antes. Se os extremos da pobreza não diminuíram, eles aumentaram, já que aumentaram os extremos da riqueza (MARX, 2013, p.884).

Marx percebeu dois movimentos opostos na expansão do sistema capitalista: o aumento absoluto da dimensão da classe trabalhadora promovido por meio da acumulação originária e com o eclipse de classes intermediárias, ambos processos impulsionados pela reprodução ampliada do capital¹⁵, e o aumento da composição orgânica do capital decorrente da tendência de expulsão de trabalho vivo ou capital variável da marcha de valorização.

Na obra marxiana – é relevante enfatizar – as leis são tendenciais e, portanto, incidem sobre estas uma ampla gama de contra-tendências, que afastam a teoria e o método do determinismo. Esse fundamento da teoria marxiana evita que a compreensão sobre a dinâmica das populações flerte com algum gênero de naturalismo, que implicaria um viés de animalização das populações, sobretudo, da parcela formada por trabalhadores racializados,

¹⁵ “Assim como a reprodução simples reproduz continuamente a própria relação capitalista – capitalistas de um lado, assalariados de outro –, a reprodução em escala ampliada, ou seja, a acumulação, reproduz a relação capitalista em escala ampliada – de um lado, mais capitalistas, ou capitalistas maiores; de outro, mais assalariados.” (MARX, 2013, p.837).

concepção que é perceptível nas obras de autores que tiveram grande influência no século XIX, como Thomas Malthus (1766-1834). Mobilizando seu método materialista histórico-dialético, Marx não concede um papel central às “condutas sexuais” e à taxa de fecundidade entre classe trabalhadora em seu estudo sobre a superpopulação relativa:

Assim, com a acumulação do capital produzida por ela mesma, a população trabalhadora produz, em volume crescente, os meios que a tornam relativamente supranumerária. Essa lei de população é peculiar ao modo de produção capitalista, tal como, de fato, cada modo de produção particular na história tem suas leis de população particulares, historicamente válidas. Uma lei abstrata de população só é válida para as plantas e os animais e, ainda assim, apenas enquanto o ser humano não interfere historicamente nesses domínios. (MARX, 2013, p.858).

Nesse sentido, Marx encontra as variáveis desta lei de populações historicamente determinada na relação concretamente assimétrica entre capital e trabalho, na qual o primeiro polo reproduz seu domínio ao controlar, de forma tirânica, as duas pontas do processo:

A demanda de trabalho não é idêntica ao crescimento do capital, e a oferta de trabalho não é idêntica ao crescimento da classe trabalhadora, como se fossem duas potências independentes a se influenciar mutuamente. *Les dés sont pipés* [os dados estão viciados]. O capital age sobre os dois lados ao mesmo tempo. Se, por um lado, sua acumulação aumenta a demanda de trabalho, por outro, sua “liberação” aumenta a oferta de trabalhadores, ao mesmo tempo que a pressão dos desocupados obriga os ocupados a pôr mais trabalho em movimento, fazendo com que, até certo ponto, a oferta de trabalho seja independente da oferta de trabalhadores. O movimento da lei da demanda e oferta de trabalho completa, sobre essa base, o despotismo do capital (MARX, 2013, p.869).

Em condições supostas invariáveis, se a reprodução ampliada do capital ocorre com a mesma proporção de capital variável e constante, o número de trabalhadores empregados (pelo capital) tende a aumentar:

Supondo-se que, permanecendo iguais as demais circunstâncias, a composição do capital se mantenha inalterada, ou seja, que para pôr em movimento determinada massa de meios de produção ou de capital constante seja necessária sempre a mesma massa de força de trabalho, é evidente que a demanda de trabalho e o fundo de subsistência dos trabalhadores crescerão proporcionalmente ao capital, e tanto mais rapidamente quanto mais rapidamente cresça este último. (MARX, 2013, p.836).

Quando a porção do trabalho que é apropriada gratuitamente pelo capital diminui, os efeitos dessa redução costumam ser revertidos pela lei da acumulação capitalista que tende a impedir todo decréscimo no grau de exploração ou toda elevação salarial capaz de minar com gravidade “a reprodução constante da relação capitalista, sua reprodução em escala sempre ampliada” (*Ibidem*, p.844).

Mas tão logo essa redução atinja o ponto em que o mais-trabalho, que alimenta o capital, já não é mais oferecido na quantidade normal, ocorre uma reação: uma parte menor da renda é capitalizada, a acumulação desacelera e o movimento ascensional do salário recebe um contragolpe. O aumento do preço do trabalho é confinado, portanto, dentro dos limites que não só deixam intactos os fundamentos do sistema capitalista, mas asseguram sua reprodução em escala cada vez maior. (*Ibidem*, p.844).

Em um segundo momento, Marx (2013) passa a analisar as circunstâncias nas quais a parte variável do capital diminui em termos proporcionais vis-à-vis o avanço da acumulação e da conseqüente concentração e centralização de capital:

E enquanto reforça e acelera desse modo os efeitos da acumulação, a centralização amplia e acelera, ao mesmo tempo, as revoluções na composição técnica do capital, que aumentam a parte constante deste último à custa de sua parte variável, reduzindo, com isso, a demanda relativa de trabalho. (*Ibidem*, p.854).

As tendências à concentração e à centralização – enquanto alavancas para o aumento na composição orgânica do capital – são reforçadas pela concorrência entre os capitalistas e pelo avanço do sistema de crédito, uma das armas que mais interfere nas disputas concorrenciais, de modo a desnivelar as partes:

A luta concorrencial é travada por meio do barateamento das mercadorias. O baixo preço das mercadorias depende, *caeteris paribus*, da produtividade do trabalho, mas esta, por sua vez, depende da escala da produção. Os capitais maiores derrotam, portanto, os menores. Recordemos, ademais, que com o desenvolvimento do modo de produção capitalista cresce o volume mínimo de capital individual requerido para conduzir um negócio sob condições normais. (*Ibidem*, p.851).

Como resposta à competição coercitiva por maiores lucros que levam à redução relativa do emprego de trabalho vivo, os capitalistas podem, além de recorrer à intensificação da exploração ou à extensão da jornada, investir em progresso técnico, aumentando a produtividade¹⁶. Uma quantidade menor de trabalho passa a ser requerida para a produção do mesmo número de mercadorias, reduzindo o tempo necessário para a produção, bem como, o valor contido em cada unidade. Assim, passa a se ter uma proporção menor de capital variável em relação ao fixo, ou seja, um aumento na composição orgânica do capital:

Como a absorção de mão de obra é proporcionalmente reduzida, mas a população continua crescendo ou sendo “liberada”/separada dos meios de produção por meio de processos

¹⁶ “[...] o grau social de produtividade do trabalho se expressa no volume relativo dos meios de produção que um trabalhador transforma em produto durante um tempo dado, com a mesma tensão da força de trabalho” (MARX, 2013, p. 845).

de acumulação “primitiva”¹⁷, por mais que se amplie a atividade produtiva, a tendência geral é de formação de uma superpopulação relativa, ou seja, relativa ao contingente de trabalhadores empregados pelo capital. Para Marx (2013), este contingente relativo é imprescindível para a reprodução expandida do capital, pois permite a disponibilidade permanente de mão de obra que, no capitalismo, precisa ser explorada para sobreviver¹⁸. Portanto, compõem um contingente populacional “excluído por inclusão no sistema”¹⁹ (OSORIO, 2010, p.90).

Como os ciclos do capital “são atravessadas por oscilações irregulares que se sucedem cada vez mais rapidamente” (MARX, 2013, p.865), esse contingente populacional sobranete varia historicamente, a depender se a rodada é de expansão ou retração econômica, assim como da correlação de forças forjada no conflito de classes.

A segunda função da superpopulação relativa para o capital está em relação direta com o nível salarial. O fato de existir um Exército Industrial de Reserva (EIR) faz com que os salários dos trabalhadores sejam pressionados para baixo. Ao longo da história, a existência de

¹⁷ A revolucionária Rosa Luxemburgo na obra *Acumulação do Capital* (1970) defende que a acumulação do capital depende de sua expansão sobre “áreas” pré-capitalistas, embasando sua tese em uma série de evidências históricas, sobretudo, relacionadas aos processos de expansão colonialista. No século XXI, David Harvey (2004) também defendeu que a “assim chamada acumulação primitiva” não está restrita ao processo de transição do feudalismo para o modo de produção capitalista, portanto, o termo mais adequado seria “acumulação por espoliação”. No atual estágio do desenvolvimento do capitalismo (o neoliberalismo), a acumulação por espoliação teria assumido um papel predominante no aumento do montante de capital sob o controle da burguesia. No artigo *So-called Accumulation by Dispossession*, Daniel Bin (2018) propõe uma tipologia mais precisa para dar conta da vastidão de processos diferentes que David Harvey (2004) acaba colocando sob o guarda-chuva do conceito de “Accumulation by Dispossession”. Segundo Daniel Bin, haveria três modalidades qualitativamente distintas de despossessão: “[...] I have suggested three different concepts of dispossession that are distinguished from each other by their relation with capitalist accumulation proper and their impact on the rate of profit. The first is redistributive dispossession (RD), which entails no proletarianization, capitalization or commodification. As such, it has no impact on the aggregate profit rate, and the relation of RD with capitalist accumulation is one of dependence of the former on the latter. What actually happens in RD is a mere redistribution of previously accumulated surpluses. The other two kinds of dispossession I have suggested, expanding capitalizing dispossession (ECpD) and expanding commodifying dispossession (ECmD), entail capitalization and commodification, respectively. Since both entail proletarianization, they relate to capitalist accumulation proper by creating conditions for its expansion. This is different from RD, which is dependent on capitalist accumulation but has no impact on it at the aggregate level. ECpD and ECmD, each in its own way, impact the aggregate rate of profit by reducing the costs of variable capital (v) and/or constant capital (c). Although dispossessions are not exploitative, both ECpD and ECmD set the stage for further labor exploitation, while RD does not” (BIN, 2018, p.85-86).

¹⁸ Apesar da naturalização social desta condição, a conversão do trabalho em mercadoria é um processo historicamente determinado e uma particularidade do sistema capitalista: “Somente na sociedade capitalista os seres sociais – em sua esmagadora maioria – são convertidos genericamente em trabalhadores, isto é, em seres cuja utilidade social fundamental é valorizar o valor e cuja necessidade singular insuperável é vender sua força de trabalho. Sob quaisquer condições e atravessando todas as situações: sexo, gênero, cor, religião, educação, região ou nacionalidade. Esta relação social constitui a base do capitalismo – seres sociais que não dispõem de meios para subsistir – e é sempre reproduzida ampliamente” (FONTES, 2017, p.46).

¹⁹ “La exclusión en el capitalismo no es sino una cara particular de la inclusión en la valorización y dominio del capital y expresa el exceso de una universalidad que integra expulsando. Esta exclusión por inclusión tiene como trasfondo en el capitalismo el ejercicio de un poder soberano que pone la vida de los trabajadores en entredicho” (OSORIO, 2010, p.90).

uma massa de desempregados e subempregados serviu como mecanismo de reforço da disciplina e de enfraquecimento do movimento sindical.

Para Marx (2013), essa população não era simplesmente excedente, mas indispensável para a reprodução do capitalismo. Tampouco era homogênea: no Capítulo 23 do livro I d' *O Capital* (2013), Marx apresenta uma classificação das diferentes formas que a SPR assume. Essas formas ou camadas não se restringem apenas aos trabalhadores desempregados, embora esses façam parte da porção mais fluída e mais facilmente recrutável pelo capital. Nelson Nei Granato Neto e Claus Magno Germer (2013) explicam os diferentes aspectos e parâmetros, como tempo de permanência, origem de classe e estratégia de sobrevivência, que tornam o Exército Industrial de Reserva um conjunto tão diverso de integrantes da classe trabalhadora:

O desenvolvimento capitalista e a conseqüente formação de um EIR levam a população trabalhadora que o compõe a diferentes estratégias de sobrevivência enquanto não são trabalhadores do capital [...] Desse modo, a massa que compõe o EIR não é homogênea, pelo contrário. É formada por grupos bastante heterogêneos, tanto no que diz respeito às condições de vida médias quanto no tempo provável de permanência no EIR e até mesmo diferentes origens de classe. [...] O EIR é composto por todos os membros da classe trabalhadora que não conseguem vender a força de trabalho ao capital, podendo estar desocupados ou ocupados em atividades não dominadas pelo capital, com fins mercantis ou não. [...] a ele [desempregados] se junta uma série de trabalhadores que, mesmo sem estar necessariamente à procura de emprego pelo capital, estão ocupados em atividades não dominadas pelo capital, seja em atividades não dirigidas ao mercado, como as pessoas ligadas à produção doméstica, por exemplo, as empregadas domésticas e as donas de casa, ou ainda em atividades dirigidas ao mercado, como os trabalhadores por conta própria que trabalham para o público no comércio varejista ou na pequena produção mercantil (NETO; GERMER, 2013, p.165).

A *forma flutuante* da superpopulação relativa é constituída pelos trabalhadores que são repelidos e depois reabsorvidos pelo capital. Esse contingente tende a aumentar com a expansão da indústria e das relações capitalistas mundo afora. De modo geral, a forma flutuante se refere ao que conhecemos nas estatísticas como População Economicamente Ativa (PEA) desocupada, ou seja, trabalhadores desempregados em busca ativa de uma recolocação no mercado de trabalho. Segundo Neto e Germer (2013), existe um perfil predominante entre os indivíduos que compõem a forma flutuante. Por exemplo, trabalhadores jovens e inexperientes que ainda recebem auxílio familiar enquanto buscam a inserção ou reinserção no mercado de trabalho são representados em porcentagens superiores a outros extratos da população nessa subdivisão – a mais dinâmica – do Exército Industrial de Reserva. O tempo de permanência (flutuação) nesta camada varia segundo o grupo demográfico ao qual pertencem os sujeitos:

trabalhadores racializados, mulheres, população LGBTQI e pessoas com deficiência, por exemplo, costumam perdurar mais tempo na condição de desemprego. Enquanto os trabalhadores mais velhos estão menos presentes nesta classificação, pois não podem se manter por muito tempo desempregados e acabam se instalando nas camadas mais profundas do EIR, como a estagnada. A saída dessa faixa etária da zona flutuante, ao recorrer à economia da “viração”, faz com que o desemprego entre os trabalhadores mais velhos seja ocultado.

O nome “flutuante” remete tanto à flexibilidade do seu tamanho quanto ao tempo em que o trabalhador pode ficar nesta camada. É flutuante porque é a camada que mais varia de tamanho conforme o ciclo de acumulação. Nos períodos de aceleração e crescimento, é a camada do EIR que mais rapidamente diminui; nos períodos de crise, é a camada que mais aumenta. É flutuante também porque o trabalhador passa relativamente pouco tempo nela (é impossível ficar nessa camada por toda a vida útil de trabalho, por exemplo), pois um trabalhador não pode ficar [por um] período muito prolongado desocupado e sem salário, pois isso compromete a sua sobrevivência física e moral. Ele é forçado a procurar estratégias de sobrevivência no trabalho por conta própria, quando não encontra emprego pelo capital, descendo assim para camadas mais profundas do EIR. [...] Há ainda os trabalhadores do EIR flutuante que, sem mais possibilidades de viverem desempregados, sem rendimentos e sem perspectivas de assalariamento regridem para o trabalho por conta própria ou de autossustentação, ou seja, transferem-se para as outras camadas mais baixas do EIR. (NETO; GERMER, 2013, p.166).

A *forma latente* da superpopulação relativa era, na época de Karl Marx, composta, principalmente, pela população agrária que estava prestes a integrar o fluxo migratório em direção aos centros industriais, como resultado da penetração das formas capitalistas no campo. Contudo, não entendo que necessariamente, de forma teleológica, evolucionista e unilinear, em algum momento do futuro, toda essa camada será absorvida pelo capital, como, por exemplo, todos os trabalhadores nos *ejidos*²⁰ do México. Os autores Neto e Germer apresentam essa camada da seguinte maneira:

[...] Este artigo infere que a chave para se entender o conceito de EIR latente está no processo de transformação de atividades de produção e circulação não capitalista em indústria e comércio capitalistas, como é o caso da entrada do

²⁰ Símbolo da Reforma Agrária mexicana, a figura jurídica do *ejido* aparece pela primeira vez, em sua versão moderna, na Lei Agrária de 1915, durante o período revolucionário. Trata-se de uma propriedade de interesse social, formada por camponeses, cujo patrimônio é constituído por terras, bosques e fontes hídricas que o Estado concede de forma gratuita em condição de propriedade inalienável, intransferível, imprescritível e que não pode ser retida judicialmente. Os sócios podem ter o usufruto dos recursos dentro das modalidades legais, explorando e promovendo o aproveitamento integral dos recursos naturais e humanos, por meio do trabalho dos *ejidatarios* para a satisfação de suas necessidades familiares. Conta com instâncias decisórias, de execução e controle, conforme estabelecido segundo princípios de organização democrática, autogestão, usos e costumes. Contudo, desde 1992, essa modalidade de propriedade social pode ser transformada em propriedade privada, mediante um processo de regularização fundiária, implementado pelo então presidente Salinas de Gortari.

capitalismo na agricultura feudal europeia no século XIX, entre outros inúmeros exemplos que se possa dar além deste, como a entrada do capital em esferas da produção doméstica, na indústria artesanal tradicional ou nos resquícios da agricultura não capitalista. (NETO; GERMER, 2013, p.167)

A *forma estagnada* da superpopulação relativa é conformada por trabalhadores que desempenham atividades laborais, mas de modo irregular, precário e, ainda que vivam sob os domínios do modo de produção capitalista, não estão subordinados diretamente à relação social denominada capital²¹, apesar de que possam contribuir com a realização do mais-valor produzido. Esses trabalhadores estão submetidos a regimes de trabalho extenuantes e têm dificuldades para sobreviver com seus salários, vivendo em condições inferiores às dos operários industriais, portanto, em geral, os profissionais liberais não podem ser incluídos neste grupo:

Nessa camada estagnada do EIR estão incluídos todos aqueles trabalhadores que trabalham por conta própria sem relações contratuais (formais ou informais) com empresas capitalistas em atividades voltadas para o mercado, ou seja, todo o tipo de venda de prestação de serviços (jardineiros, engraxates), pequenos comércios (feirantes, vendedores ambulantes) e pequenos agricultores mercantis. A camada estagnada do EIR também é uma das “portas de entrada” da pequena burguesia pauperizada no proletariado. Com seus pequenos negócios arruinados pelo desenvolvimento capitalista, gradativamente transformam-se de empregadores em trabalhadores por conta própria. [...] Entre os trabalhadores por conta própria, os que mais interessam para o estudo do EIR estagnado são os autônomos para o público, que são aqueles que vendem seus produtos e serviços para o mercado capitalista para conseguir a subsistência e não têm vínculos informais com nenhuma empresa capitalista e nem têm ocupações típicas de profissionais liberais. (NETO; GERMER, 2013, p.168)

Tanto na forma latente, quanto na estagnada é possível que o trabalhador permaneça por longos períodos ou até mesmo durante toda a sua vida laboral. Os autores Neto e Germer citam outro parâmetro de classificação para as camadas do EIR: a intensidade de mobilização que o capital precisa dispor para recrutar cada estrato.

²¹ “O capital nada mais é do que uma relação social que surge quando e porque a força de trabalho humana vira mercadoria. O que garante tal processo é a propriedade privada dos meios de produção, por um lado, e um mundo de mercadorias, onde todo mundo é comprador e vendedor, por outro. É porque todo mundo precisa comprar, num mundo de mercadorias, que é preciso vender algo, e é porque não se tem mais nada para vender a não ser a força de trabalho que esta vira mercadoria. Mas só não se tem o que vender, além da força de trabalho, porque não é possível produzir mercadorias outras e vendê-las, e isso porque o acesso aos meios de produção é vedado pela propriedade dos mesmos pelos capitalistas e sua ‘desposseção’ pelos trabalhadores. Assim, a força de trabalho só vira mercadoria porque os meios de produção são de propriedade privada e os meios de produção só podem ser vistos como capital se e quando submetem a força de trabalho, impondo-lhe a necessidade de virar mercadoria e ser vendida. Nesse gênero de análise o capital não é uma coisa, mas é uma relação social, é a relação social que tem necessariamente implicada a venda da força de trabalho contra um salário. Capital e força de trabalho assalariada são, pois, dois ângulos de uma mesma relação social” (MOLLO, 2001, p.20).

Nas camadas latente e estagnada do EIR, o trabalhador está ocupado em atividades não assalariadas pelo capital, com recebimento de rendimento próprio ou não. Desse modo, o trabalhador de tais camadas não está tão disponível ao assalariamento quanto o da camada flutuante. Comparando com a variabilidade da camada flutuante, nestas duas camadas, a força da acumulação de capital tem que ser mais forte para diminuí-las e a crise do capital tem que ser mais severa para aumentá-las. (NETO; GERMER, 2013, p.166-167)

Apesar da possível semelhança em relação ao tempo de permanência, há uma diferença importante entre as formas latente e estagnada: a inserção do trabalhador no mercado capitalista. Na forma latente, o trabalhador não integra o mercado capitalista: “suas ocupações estão ligadas a atividades de autossustentação, produção doméstica ou restos de outros modos de produção” (NETO; GERMER, 2013, p.167). Diferentemente do que ocorre na camada estagnada, na qual os trabalhadores: “[...]estão ocupados em atividades que estão inseridas no mercado capitalista, mas não estão subordinados ao capital, ou seja, não são trabalhadores assalariados do capital”. (p.167-168). Em relação ao mercado de trabalho no qual está ocupada a forma estagnada:

[...] Em todos estes setores, há presença de empresas capitalistas, mas há um grande contingente de trabalhadores autônomos para o público ou concorrendo com elas ou atuando em locais aonde elas não chegaram. Por exemplo, no comércio varejista, há a presença de empresas capitalistas, desde pequenas mercearias até grandes supermercados, mas há um espaço não preenchido por elas, onde os trabalhadores por conta própria do EIR estagnado atuam como camelôs e feirantes. (NETO; GERMER, 2013, p.168).

Além dessas três modalidades apresentadas, flutuante, latente e estagnada, Marx (2013) trata dos *trabalhadores pauperizados*²². que, mesmo que não desempenhem alguma função direta, visto que não são incorporados pelas relações de assalariamento, são resultantes do processo de expansão capitalista, ou seja, igualmente submetidos ao domínio das relações capitalistas, ainda que não para a produção de mais-valia, mas podendo, como as demais camadas, desempenhar atividades ligada à reprodução social²³. Sobre o fenômeno do pauperismo, Neto e Germer afirmam:

Entende-se, neste artigo, que o “pauperismo” é a condição de pobreza absoluta e/ou relativa de parcelas da classe trabalhadora no capitalismo. O pauperismo absoluto é encontrado tanto no exército ativo quanto no exército de reserva,

²² N’O *Capital*, Marx (2013) também agrega mais um tipo, o *lumpemproletariado*. Modalidade com a qual não trabalharei, por não considerar que exista rigor teórico suficiente que embase o emprego desse tipo em uma análise da realidade concreta. Historicamente, outros autores manifestaram desconforto e contrapontos em relação à costumeira abordagem do papel político do *lumpen*, entre eles Frantz Fanon (1968).

²³ Trabalho de reprodução social é essencial para a manutenção da vida e da capacidade de trabalho sob o capitalismo, mesmo que seja improdutivo desde o ponto de vista da valorização do valor. Não existiria capitalismo sem reprodução social e, conseqüentemente, sem os trabalhadores e trabalhadoras que contribuem com as condições *sine quibus non* para a sobrevivência do ser humano e deste modo de produção que depende de trabalho vivo para acumular.

mas em maior proporção no último do que no primeiro; enquanto todas as parcelas da classe trabalhadora, tanto do exército ativo quanto o de reserva, sofrem um processo de pauperização relativa ao longo do tempo. E o “lumpemproletariado” é a parcela da classe trabalhadora totalmente degradada socialmente e que não está disponível para o assalariamento pelo capital. Ele nasce da pobreza absoluta permanente de amplas parcelas da classe trabalhadora, que acaba com qualquer perspectiva e ilusão de ter uma existência digna, o que faz algumas pessoas que vivem nesta situação cair na marginalidade e por fim tornam-se imprestáveis para o trabalho assalariado e para qualquer outro tipo de ocupação. (NETO; GERMER, 2013, p.165)

Terminada essa revisão da categoria marxiana, exponho algumas observações. O desemprego e o subemprego não podem ser explicados de forma automática pelo emprego crescente de tecnologia. Caso não levássemos em conta a natureza multifatorial do fenômeno da formação da superpopulação relativa, incorreríamos em uma espécie de determinismo tecnológico. Afinal, as tendências do capital identificadas por Marx evoluem de modo desigual e condicionado à divisão internacional do trabalho e à luta de classes nos diferentes contextos.

Na história do capitalismo, são inúmeras as ocasiões em que invenções são empregadas para desmobilizar trabalhadores, deste modo a imbricação entre política e economia se revela elementar. As descobertas científicas e tecnológicas empregadas pelos capitalistas nem sempre produzem o efeito de reduzir a demanda geral por mão de obra, o que pode ocorrer em um setor, mas oportunizar a abertura de novos ramos. No entanto, comumente, os novos postos de trabalho tendem a ser mais precários, sobretudo, no setor de serviços, no qual a legislação é constantemente desrespeitada ou burlada por meio de novas relações laborais. Marx já havia descrito a tendência ao inchamento do setor de serviços e à formação de uma classe serviçal, muitas vezes encarregada de propiciar luxos às classes dominantes:

Por último, o extraordinário aumento da força produtiva nas esferas da grande indústria, acompanhado como é de uma exploração intensiva e extensivamente ampliada da força de trabalho em todas as outras esferas da produção, permite empregar de modo improdutivo uma parte cada vez maior da classe trabalhadora e, desse modo, reproduzir massivamente os antigos escravos domésticos, agora rebatizados de “classe serviçal”, como criados, damas de companhia, lacaios etc. [...] Descontando-se disso os muito velhos ou muitos jovens para o trabalho, todas as mulheres, adolescentes e crianças “improdutivos”, seguidos dos estamentos “ideológicos”, como governo, clero, juristas, militares etc., além de todos aqueles cuja ocupação exclusiva é consumir trabalho alheio sob a forma de renda da terra, juros etc. e, por fim, os indigentes, vagabundos, delinquentes²⁴ etc., restam, então, num cálculo

²⁴ É mandatório ressaltar que os termos empregados por Marx (2013) não oferecem uma imagem precisa, do ponto de vista teórico, dos grupos sociais aos quais este faz referência. Apesar de utilizar termos estigmatizantes para se referir aos pobres que não trabalham, Marx entendia como normal e até mesmo esperado que o ser humano buscase escapar do trabalho organizado pelo capital. Nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, de 1844, Marx escreve: “Tão logo inexista coerção física ou outra qualquer, fuge-se do trabalho como de uma peste” (2004, p.82-83). Não é o juízo moral que se faz de um trabalho que determina sua posição nas camadas que compõem e dividem

aproximado, 8 milhões de pessoas de ambos os sexos e das mais variadas idades, inclusive todos os capitalistas que, de uma maneira ou de outra, desempenham funções na produção, no comércio, nas finanças etc. (MARX, 2013, p.631-632).

Ao converter trabalho improdutivo em trabalho produtivo – no sentido de estar organizado para a produção de valor, intensificando os processos de *comodificação*, o capital passa a dominar uma gama de setores que antes eram predominantemente movidos pelo trabalho autônomo, em sua maioria marcados pelo baixo desenvolvimento técnico e pelo trabalho humano intensivo. A absorção desses setores pelo capital, agregando uma nova massa de valor, pode reduzir a composição orgânica geral, configurando-se, então, como uma contra-tendência ao crescimento da composição orgânica – que está na raiz da *Lei da queda tendencial da taxa de lucro* (MARX, 2017). Sobre o trabalho produtivo como aquele que produz mais-valor, independentemente da natureza “material” de seu resultado, Marx é enfático:

A produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, mas essencialmente produção de mais-valor. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta, por isso, que ele produza em geral. Ele tem de produzir mais-valor. Só é produtivo o trabalhador que produz mais-valor para o capitalista ou serve à autovalorização do capital. Se nos for permitido escolher um exemplo fora da esfera da produção material, diremos que um mestre-escola é um trabalhador produtivo se não se limita a trabalhar a cabeça das crianças, mas exige trabalho de si mesmo até o esgotamento, a fim de enriquecer o patrão. Que este último tenha investido seu capital numa fábrica de ensino, em vez de numa fábrica de salsichas, é algo que não altera em nada a relação. Assim, o conceito de trabalhador produtivo não implica de modo nenhum apenas uma relação entre atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, surgida historicamente e que cola no trabalhador o rótulo de meio direto de valorização do capital. Ser trabalhador produtivo não é, portanto, uma sorte, mas um azar. (MARX, 2013, p. 706-707).

2.2 Superpopulação relativa e marginalidade no capitalismo periférico

Nos primeiros parágrafos deste apartado, pretendo esboçar algumas características do capitalismo periféricos que sejam pertinentes para a presente pesquisa.

No capitalismo, existem duas modalidades distintas²⁵ de exploração da força de trabalho. A primeira é caracterizada pelo aumento da força produtiva do trabalho, na qual, no mesmo espaço temporal e com dispêndio igual de força de trabalho, se produz mais

a classe trabalhadora perante o capital, apesar de o julgamento ter repercussões sociais notórias. Uma trabalhadora sexual, caso seja subordinada a uma plataforma que lucra ao se apropriar de parte do seu trabalho, por exemplo, pode ser considerada parte das fileiras do Exército Ativo. Como este, há inúmeros exemplos.

²⁵As duas modalidades podem ser articuladas na exploração capitalista.

mercadorias. A segunda ocorre sob três formas, que podem se dar ao mesmo tempo ou não: pelo aumento da jornada laboral, pela intensificação do trabalho e pela redução do fundo de consumo do trabalhador (MARTINS, 2011, p. 276). Por implicar maior desgaste da força de trabalho, a última modalidade, tende a impedir a reprodução plena da força de trabalho. As duas modalidades se conjugam no desenvolvimento do capitalismo. Entretanto, formam-se economias com maior prevalência da exploração que impossibilita a plena reprodução da força de trabalho e outras nas quais predomina o incremento da força produtiva. A primeira tende a ser prevalente no contexto do capitalismo periférico e, ainda mais nas periferias dessas formações sociais, marcadas por grandes desigualdades em muitos aspectos, como no desenvolvimento tecnológico.

Os capitais mais produtivos tendem a se apoderarem de valores produzidos pelos capitais menos produtivos, essa apropriação-transferência ocorre entre diferentes estruturas capitalistas, países periféricos e centrais, regiões dentro dos países e entre empresas diferentes, por causa dos diferenciais na composição técnica.

Os capitais investidos no comércio exterior podem produzir uma taxa de lucro mais elevada porque nesse caso, em primeiro lugar, compete-se com mercadorias produzidas por outros países, com menos facilidades de produção, de modo que o país mais avançado vende mercadorias acima de seu valor, embora mais baratas que os países concorrentes. [...] O país favorecido recebe mais trabalho em troca de menos trabalho, embora essa diferença, esse excedente, tal como no intercâmbio entre o trabalho e o capital em geral, seja embolsado por uma classe determinada. (MARX, 2017, p. 276-277).

Com o desenvolvimento das forças produtivas e acirramento das contradições do sistema, torna-se cada vez mais possível conjugar a mais inovadora produção a modalidades de exploração mais agressivas, resgatando e remodelando relações de trabalho consideradas arcaicas ou típicas de um *protocapitalismo*. Com o neoliberalismo, tanto a desigualdade entre países periféricos e centrais, quanto a desigualdade entre pequenas e médias empresas e corporações transnacionais monopolistas se acirram. Esse processo é apreendido pelos teóricos da dependência, ainda que no presente trabalho não se trabalhe com a categoria “superexploração”, considerada central e estruturante na definição das particularidades do capitalismo dependente pela vertente marxista.

Na década de 1990, Ruy Mauro Marini (1995, p.267-268) passa a considerar a tendência à generalização da superexploração – um traço que considerava distintivo das economias dependentes, ainda que não exclusivo – para todo o sistema como um dos efeitos da globalização neoliberal. Esse processo de globalização da superexploração impulsionado pela

emergência de empresas transnacionais é descrito por Carlos Eduardo Martins (2011, p. 294). O autor enfatiza o aumento do poder de acumulação das transnacionais monopolistas como o combustível desta transferência de valor e suas repercussões no nível de exploração:

Capazes de organizar uma unidade técnica da divisão do trabalho em escala mundial, essas empresas concentram a maior parte das inovações tecnológicas, produzem para um mercado mundial e tornam obsoletas as empresas nacionais e pequenas e médias empresas dos países centrais, que empregam a maior parte da força de trabalho dessas regiões. Essas últimas empresas sofrem perdas de mais-valia provocadas por duas fontes de inovação tecnológica. Uma que se circunscreve às unidades das empresas globais localizadas nos países centrais e as permite concentrar a produção de mercadorias de alto valor agregado para o mercado mundial, deslocando a concorrência em base estritamente nacional. Outra que se refere à elevação da intensidade tecnológica do trabalho superexplorado da periferia e semiperiferia dedicado à elaboração de partes e componentes de baixo e médio valor agregado também dirigido à economia mundial. (MARTINS, 2011, p. 294)

Essa tendência se acirrará ainda mais nas crises, cada vez mais frequentes e mais longas no neoliberalismo.

No mesmo texto citado anteriormente, Marini (1995) menciona o surgimento de um exército mundial de trabalhadores que contribuiriam na generalização da superexploração, no momento em que ocorre a liberalização dos fluxos de capitais e a transferência de plantas para as muitas periferias do mundo, estando essas em diferentes situações de desenvolvimento em termos de meios e relações de produção.

A superpopulação relativa majorada permite à burguesia enfrentar a tendência à queda da taxa de lucro, inclinação que não é absoluta e nem determinação única. No livro III d' *O Capital*, Marx (2017) lista o comércio exterior, a compressão do salário abaixo do seu valor (p.235), a ampliação da jornada laboral e a intensificação do trabalho (aumento no grau de exploração) e a própria superpopulação relativa como algumas das causas contrarrestantes à queda na taxa de lucro. No caso das empresas que transferem valor para outras estruturas capitalistas, o fato de existir uma superpopulação relativa de dimensões avantajadas pode permitir a imposição implacável de condições de trabalho e níveis de exploração mais duros para os trabalhadores. Acrescento que a atuação do Estado tanto na centralidade, quanto na periferia²⁶, mas mais incisivamente nesta última, também cumpre um papel primordial como

²⁶ No contexto periférico, o Estado é uma peça fundamental na viabilização de uma ordem na qual a remuneração dos trabalhadores não é o suficiente para a plena reprodução de grande parte da força de trabalho, seja por meio de reformas legislativas e políticas econômicas, seja por meio da ação de seus aparelhos de repressão, por exemplo,

contra-tendência à queda na taxa de lucro, por exemplo, quando complementa os rendimentos dos trabalhadores com programas de transferência de renda ou quando promove medidas macroeconômicas que favorecem o desemprego e, portanto, aguçam a competição entre o EIR e os trabalhadores empregados. Além disso, exigências neoliberais como a austeridade produzem baixa demanda por emprego, como discutirei em um segundo momento do trabalho, e acabam por tender ao fomento no número de trabalhadores nas camadas da superpopulação relativa.

Apesar de sua importância, os diferenciais na composição orgânica do capital industrial entre países e entre empresas não definem de forma acachapante os níveis de emprego. Empregos deixam de ser gerados em alguns países periféricos devido ao baixo investimento em setores de pesquisa e desenvolvimento de tecnologias próprias, além dos empregos de colarinho branco que a transnacionalização das empresas gera, mas que se concentram prioritariamente na centralidade do capital. Mesmo que haja uma produção mais dinâmica de tecnologia, em grande parte poupadora de mão de obra, essa indústria de maior composição orgânica transborda, repercutindo externamente em outros setores, como o de serviços.

A partir desse ponto, farei uma retomada breve das discussões sobre marginalidade social que geraram algumas das produções teóricas historicamente mais importantes sobre superpopulação relativa nas décadas de 1960 e 1970.

Na América Latina, a emergência do tema da marginalização social está historicamente relacionada ao inchamento das cidades em decorrência do êxodo rural e do crescimento econômico acentuado durante a industrialização (NUN, 2010). Crescia o temor ante a possibilidade de uma rebelião dos “marginalizados” e o medo de que o desvelamento da desigualdade social desencadeasse revoltas e “violações” à propriedade privada. Chegou-se a discutir como poder-se-ia continuar denominando os “marginalizados” como “marginalizados”, se estava claro que eram maioria nas cidades e no campo (*Ibidem*, 2010). Portanto, a validade do conceito estava em questão.

A estrutura produtiva resultante da forma como os países colonizados foram inseridos no mercado mundial produziu um desenvolvimento não-orgânico, no qual as decisões sobre investimento e sobre o sentido que a economia deveria seguir não eram tomadas internamente, mas impostas de fora, independentemente das necessidades da população e de qualquer

na gestão da superpopulação relativa enquanto um dispositivo que contra-arresta a tendência à queda na taxa de lucro (Marx, 2017), impedindo sua conversão em ameaça política potencialmente antissistêmica.

imperativo de soberania ou autonomia. Adaptando um conceito de Leon Trotsky (2007), Quijano (1970) passa a descrever a dinâmica da “formación económico-social dependiente y desigual y combinada”. Internamente, essas decisões contavam com a colaboração e com o interesse ativo das classes dominantes. Com a industrialização no século XX, esse desequilíbrio não é superado: enquanto os setores marginalizados se tornam cada vez mais subdesenvolvidos, o setor dinâmico cada vez mais se associa aos interesses do imperialismo. Como o capitalismo na América Latina existe historicamente por meio de uma articulação particular entre diferentes modalidades de acumulação, como a acumulação originária, o capital competitivo, o monopólico, em circuitos internos ou transacionais, o autor peruano Aníbal Quijano explica da seguinte forma a heterogeneidade estrutural que condiciona o capitalismo periférico²⁷:

Ninguna de tales modalidades existe, y probablemente no podría existir, sin las otras. Pero son dominantes, siempre, las que ponen en juego formas de acumulación cada vez más intensivas, por su tecnología material u organizativa o ambas. Ninguna de ellas, en América Latina, es solamente una etapa que sustituye a otra en el desarrollo del capital. Cada una es un piso en una articulación jerarquizada de transferencia de recursos y de valor. Esto es, no solamente coexisten, sino se combinan en una estructura global de capital. Y, finalmente, la reproducción y expansión de tal estructura no resulta solamente de su propia dinámica, sino de la que se genera en su inserción en la estructura mundial del capital. Se trata, por lo tanto, de un capital dependiente. Esa dimensión externa es, de ese modo, una forma de la relación entre la parte y el todo (QUIJANO, 1989, p.43).

Ainda os anos 1970, Aníbal Quijano (2014) sustenta a tese de que o setor de ponta e monopólico da economia periférica insere tecnologia dos países avançados, poupando trabalho e excluindo a massa de trabalhadores que provém de esferas não-capitalistas. Para Quijano, como Karl Marx não conheceu o estágio monopólico, assim como não testemunhou a configuração da dependência com a industrialização na periferia, seria necessário continuar os estudos sobre superpopulação relativa no capitalismo monopólico e dependente²⁸.

No seu entendimento, na década de 1970, a maior parte da classe trabalhadora nos países

²⁷ Entendo que essa articulação é ainda mais condizente com a realidade de regiões periféricas dentro de países periféricos, como o caso do Estado de Guerrero no México.

²⁸ Entretanto, no livro *I d'O Capital*, Marx (2013) já trata detalhadamente da tendência geral à concentração e centralização do capital, ainda que tenha ocorrido uma mudança quantitativa e qualitativa durante a ascensão do imperialismo, como foi descrita por Vladimir Lenin (2012). É verdade que Marx assumia que, sobretudo no livro I, partia de um nível de abstração consideravelmente elevado: “Teoricamente, no entanto, parte-se do pressuposto de que as leis do modo de produção capitalista se desenvolvam em sua pureza, mas na realidade as coisas se dão sempre de modo aproximado. A aproximação, porém, será tanto maior quanto mais desenvolvido se encontrar o modo de produção capitalista e quanto mais se tiver eliminado sua impureza, separando-o dos restos de realidades econômicas anteriores.” (MARX, 2017, p.178). É possível dizer que autores como Nun (1999) e Quijano (2014) apostam em uma interpretação mais historicizante d'O *Capital*, pois mesmo o atual estágio de monopolização avançado é condicionado por contra-tendências, como as legislações antimonopólio.

dependentes encontrava-se empregada nos setores híbridos, não-capitalistas e secundário e terciário competitivos. As condições de trabalho no setor competitivo são instáveis por este estar à mercê do monopólico. Apesar da hegemonia do setor monopólico, o “deprimido” setor competitivo não diminui; se expande mesmo que incapaz de absorver de forma estável a mão de obra não alocada pelo setor hegemônico.

Primero que la parte de “capitalismo competitivo” en el sector secundario está deteriorándose bastante rápidamente bajo la acción del nivel monopolístico, en todas las ramas principales del sector en que existía. De hecho, las ramas dominantes hoy día del sector se desarrollaron directamente bajo control monopolístico y sus exigencias financiero-tecnológicas excluyen otras modalidades de control. [...] Esa condición presiona a ese nivel de la producción manufacturera a continuar absorbiendo mano de obra sólo de modo irregular y fluctuante, entre la limitada expansión de algunas ramas y la contracción de otras, y de las empresas en cada una de las ramas, a medida que la acción monopolística despeja a este nivel de recursos productivos, de financiamiento, y de mercado (QUIJANO, 1970, p.146).

Em suma, a fragilidade do setor competitivo, do qual depende a maioria da força de trabalho, cujos salários oscilam perto do nível da subsistência e as condições de trabalho são piores, reforça a tendência de majoração da superpopulação relativa. Esse mercado de trabalho faz parte do que Quijano denomina como “polo marginal”²⁹, no qual os trabalhadores buscam formas alternativas de sobrevivência.

(...) aquí se propone el concepto de "polo marginal" de la economía, para caracterizar este nivel nuevo de la actividad económica latinoamericana, producto de los cambios recientes en el modo de articulación de ésta a partir de la injertación de nuevas modalidades y medios de producción, y en curso de expansión y de diferenciación. (...) Frente a ese modo de considerar el problema, el concepto de "polo marginal" pone de relieve la presencia de una lógica histórica común a todos los niveles de la estructura económica latinoamericana, que produce al mismo tiempo los niveles centrales y los niveles periféricos, y de ese modo articula a ambos en una misma trama estructural, en posiciones distintas. (QUIJANO, 1971, p.17-18).

Contemporâneo de Quijano e também engajado nas discussões sobre marginalidade, o autor argentino José Nun inicia o texto *Superpopulação Relativa, Exército Industrial de Reserva e Massa Marginal* (1978) marcando uma posição que considerava fundamental: para ele, Marx não considerava as categorias Exército Industrial de Reserva e Superpopulação

²⁹ “A existência do polo marginal, nesses termos, acarretaria dois processos que se consolidam como estruturais para a sociedade periférica. Em primeiro lugar, a intensificação da heterogeneidade estrutural e o aprofundamento do subdesenvolvimento e da dependência, uma vez que os avanços do setor monopolístico não se estendem ao conjunto dos setores produtivos. Em segundo lugar, a existência de uma mão de obra marginalizada, com aprofundamento e agudização das diferenciações sociais, e com taxas gradualmente mais elevadas de uma fração da população submetida a processos de pauperização econômica, social e cultural” (DUARTE, 2015, p.60).

relativa como sinônimos³⁰. Segundo Nun a categoria Exército Industrial de Reserva “implica uma relação funcional desse excedente com o sistema em seu conjunto” (NUN, 1978, p.82). O autor Pedro Evangelista Duarte (2015) resume da seguinte forma a diferenciação conceitual defendida por Nun:

O olhar minucioso a respeito da constituição da superpopulação relativa se assenta na necessidade de sua diferenciação, para o autor, da noção de exército industrial de reserva. Enquanto o primeiro é resultado dos processos específicos do modo de produção capitalista, o segundo se referencia aos efeitos que o primeiro provoca no sistema – em outras palavras, o conceito de exército industrial de reserva corresponde ao exame dos efeitos e das relações da superpopulação relativa com a estrutura global. (DUARTE, 2015, p.48)

Apesar de concordar com a distinção implícita que teria sido realizada por Marx nos *Grundrisse* – interpretação que não é um consenso, visto que SPR e EIR são em geral evocados como equivalentes – Nun destaca as transformações sofridas pelo capitalismo entre a época de Marx e o contexto no qual o autor escrevia. Para o autor, no capitalismo competitivo, estudado por Marx no livro *I d'O Capital*, a superpopulação relativa tendia a se comportar como um Exército Industrial de Reserva (NUN, 1978, p.86), ou seja, inflando e diminuindo diante da necessidade de ampliar os processos produtivos e de abrir novas frentes de trabalho em setores emergentes, assalariando mais trabalhadores em termos absolutos. Entretanto, Nun entende que essa inclinação muda com a consolidação do capitalismo monopólico, cuja tendência é a formação de uma massa marginal, “afuncional ou disfuncional” em relação ao setor hegemônico:

Chamarei de massa marginal essa parte afuncional ou disfuncional da superpopulação relativa. Este conceito – do mesmo modo que o de Exército Industrial de Reserva – situa-se ao nível das relações que se estabelecem entre a população sobrando e o setor produtivo hegemônico. A categoria implica, assim, uma dupla referência ao sistema que, por um lado, gera este excedente e, por outro, não precisa dele para continuar funcionando. (*Ibidem*, p.99-100).

Para Nun (1978), a tendência à formação de uma “massa marginal” não era uma característica exclusiva do capitalismo dependente³¹, mas era antecipada nessas formações

³⁰ “Embora Marx não investigue expressamente este problema, anuncia-o de maneira implícita nas passagens mencionadas nos *Grundrisse*. Sobretudo, a colocação correspondente à distinção entre os conceitos de superpopulação relativa e de exército industrial de reserva a que venho me referindo. Creio, por isso, congruente com seu modelo introduzir esta altura uma categoria que sirva para designar as manifestações não funcionais do excedente da população” (NUN, 1978, p.99).

³¹ Para o autor, a massa marginal está presente também nos Estados Unidos, sendo composta, sobretudo, por trabalhadores negros. “Os Estados Unidos começam a assemelhar-se aos países subdesenvolvidos – no caso, os da América Latina – na medida em que geram uma massa marginal não absorvível pelo setor hegemônico da economia; contudo, enquanto num caso esta massa marginal é um indicador dos limites internos que vão contendo

sociais, inseridas de modo subalterno no mercado mundial. Enquanto para o capitalismo avançado o mercado mundial serviu como uma alavanca para o desenvolvimento, nos países colonizados o mercado mundial representou um entrave ao desenvolvimento autônomo. O fato de a industrialização de países como o México ter ocorrido já no período monopolista é outro fator que condiciona suas possibilidades. Na fase monopolista, o “pedágio de entrada” para acessar à industrialização era muito mais dispendioso que em momentos anteriores, muito por conta das patentes que cercavam as tecnologias e cada vez mais o conhecimento.

O atraso na reforma agrária – nos países nos quais foi realizada –, a sobrevivência tardia de modelos servis e escravagistas e o incentivo à migração de trabalhadores, sobretudo europeus, foram fatores decisivos para o desenvolvimento de um mercado laboral marcado pela marginalização de grandes contingentes populacionais. Portanto, a configuração da superpopulação relativa em cada formação social possui um lastro histórico que precisa ser retomado nas análises dos casos concretos.

2.3 Informalidade, o trabalho sem forma na periferia

Outras perspectivas se distanciam da ênfase dada por José Nun e Aníbal Quijano ao possível caráter “afuncional ou disfuncional” dessa massa de trabalhadores supostamente marginalizados em relação ao processo de acumulação do capital.

O sociólogo brasileiro Francisco de Oliveira (2003) realizou uma das mais relevantes críticas marxistas ao dualismo cepalino, chegando à conclusão de que a existência de uma ampla gama de trabalhadores, como camelôs e ambulantes, não era signo de um atraso da economia periférica ou de um *déficit* de modernização capitalista, mas de seu desenvolvimento *sui generis*, produto da modernidade capitalista e de suas manifestações particulares no capitalismo periférico: “Esse ‘pacto estrutural’ preservará modos de acumulação distintos entre os setores da economia, mas de nenhum modo antagônicos, como pensa o modelo cepalino” (OLIVEIRA, 2003, p.65).

Na interpretação de Oliveira, o crescimento do “emprego” no setor terciário em termos absolutos e relativos, estava em sintonia com as necessidades da expansão capitalista na periferia, não configurando como uma protuberância anômala. Portanto, o autor desconsidera

a dinâmica do sistema, no outro revela, ao mesmo tempo, os limites internos e externos que cerceiam precocemente a força expansionista do capitalismo e tendem a antecipar, dessa maneira, o momento objetivo da contradição fundamental. Daí que o fenômeno possa manifestar-se em estágios econômicos tão distintos, assumindo em cada um deles formas e modalidades diversas”. (NUN, 1978, p. 110).

que existisse uma deformação ou a formação de um segmento marginal ao sistema:

[...] aqui, trata-se de um tipo de crescimento para esse setor – o dos serviços em geral – que não é contraditório com a forma de acumulação, que não é obstáculo à expansão global da economia, que não é consumidor de excedente. A razão básica pela qual pode ser negada a negatividade do crescimento dos serviços – sempre do ponto de vista da acumulação global – é que a aparência de “inchação” esconde um mecanismo fundamental da acumulação: os serviços realizados à base de pura força de trabalho, que é remunerada a níveis baixíssimos, transferem, permanentemente, para as atividades econômicas de corte capitalista, uma fração do seu valor, “mais-valia” em síntese (OLIVEIRA, 2003, p.57).

Três décadas anos após escrever *Crítica à razão dualista*, Oliveira atualiza seu ensaio em *O ornitorrinco* (2003). Tanto na década de 1970, quanto em pleno neoliberalismo, para o autor, os trabalhadores informais atuavam em atividades que eram apropriadas pelo capital. Mesmo atividades não remuneradas favoreciam a acumulação capitalista e contribuíam para o rebaixamento do valor da força laboral, como os mutirões, nos quais os trabalhadores construía suas casas durante as folgas:

Uma não-insignificante porcentagem das residências das classes trabalhadoras foi construída pelos próprios proprietários, utilizando dias de folga, fins de semana e formas de cooperação como o “mutirão”. Ora, a habitação, bem resultante dessa operação, se produz por trabalho não pago, isto é, supertrabalho. Embora aparentemente esse bem não seja desapropriado pelo setor privado da produção, ele contribui para aumentar a taxa de exploração da força de trabalho, pois o seu resultado – a casa – reflete-se numa baixa aparente do custo de reprodução da força de trabalho – de que os gastos com habitação são um componente importante – e para deprimir os salários reais pagos pelas empresas. (OLIVEIRA, 2003, p. 59).

Entendo que a noção de “supertrabalho” nesse contexto significa que parte considerável das necessidades de reprodução da força laboral não são pagas pelo capital, como, por exemplo, aquilo que é necessário para providenciar uma moradia³². Essa parte é cedida de forma gratuita, reduzindo assim o tempo de trabalho necessário – pago – em relação ao tempo de trabalho excedente e apropriado por outrem. Deste modo, a força de trabalho é remunerada de forma a

³² Em *Crítica à razão dualista*, Oliveira desenvolveu uma tese sobre a imbricação entre o setor informal e o assalariamento típico, utilizando como exemplo a moradia (parte da cesta-salário): “Embora aparentemente esse bem não seja desapropriado pelo setor privado da produção, ele contribui para aumentar a taxa de exploração da força de trabalho, pois o seu resultado – a casa – reflete-se numa baixa aparente do custo de reprodução da força de trabalho – de que os gastos com habitação são um componente importante – e para deprimir os salários reais pagos pelas empresas. Assim, uma operação que é, na aparência, uma sobrevivência de práticas de ‘economia natural’ dentro das cidades, casa-se admiravelmente bem com um processo de expansão capitalista, que tem uma de suas bases e seu dinamismo na intensa exploração da força de trabalho” (OLIVEIRA, 2003, p.59).

não cobrir plenamente suas necessidades de reprodução³³, muitas dessas sendo satisfeitas ou parcialmente satisfeitas nos setores informais, alguns desses não mercantilizados.

Não é apenas a vantagem de se ter no setor informal um complemento que barateia o valor da força de trabalho que o capital obtém no contexto periférico. Ao contrário do que argumentam os burgueses que protestam contra os reajustes no salário mínimo e até mesmo contra a sua fixação, o salário mínimo – no caso analisado por Oliveira, o brasileiro – não valoriza o preço da mão de obra, mas contribui para deprimir a remuneração ao nívelá-la por baixo. Uma evidência colhida por Oliveira nos anos 1970 era de que a esmagadora maioria da mão de obra assalariada-urbana ganhava até dois salários mínimos, inexistindo, assim, um “leque de remuneração”, mas “um galho com dois ramos”:

se o salário fosse determinado por qualquer espécie de “mercado livre”, na acepção da teoria da concorrência perfeita, é provável que ele subisse para algumas categorias operárias especializadas; a regulamentação das leis do trabalho operou a reconversão a um denominador comum de todas as categorias, com o que, antes de prejudicar a acumulação, beneficiou-a. (OLIVEIRA, 2003, p.38-39)

Em *Ornitórrinco*, Oliveira (*Ibidem*) trata do pós-fordismo e de como as atividades dos trabalhadores cada, vez mais informais³⁴, continuam a servir à acumulação de capital. O modelo de trabalho informal e precarizado converge com a acumulação flexível, auxiliando na minimização de adiantamentos salariais antes da realização, o que sempre foi um problema do qual o capital buscava se esquivar, sobretudo, o comercial.

O conjunto de trabalhadores é transformado em uma soma indeterminada de exército da ativa e da reserva, que se intercambiam não nos ciclos de negócios, mas diariamente. Daí, termina a variabilidade do capital antes na forma de adiantamento do capitalista. [...]Disso decorre que os postos de trabalho não podem ser fixos, que os trabalhadores não podem ter contratos de trabalho, e que as regras do Welfare tornaram-se obstáculos à realização do valor e do lucro, pois persistem em fazer dos salários – e dos salários indiretos – um adiantamento do capital e um “custo” do capital. (*Ibidem*, 2003, p.136-137).

No entendimento de Oliveira, esses trabalhadores na informalidade, como os ambulantes, não apenas são importantes para a realização do valor, como também contribuem com a produção de valor:

³³ “É interessante notar que pesquisa semelhante, realizada em 1958, com a qual se compara a de 1969, havia encontrado para aquele ano um salário médio de Cr\$ 8,54 para o trabalhador paulista. Entretanto, o gasto médio de uma família trabalhadora – os universos são os mesmos na pesquisa – estava em Cr\$ 10,15, isto é, o salário era insuficiente para cobrir o custo de reprodução da força de trabalho” (OLIVEIRA, 2003, p.89).

³⁴ Na verdade, pelo menos no caso mexicano, o padrão desenvolvimentista com suas tendências contracionistas e de aumento da desigualdade nunca inseriu a maioria da força de trabalho na formalidade. Evidentemente, o neoliberalismo reforça ainda mais essas tendências e tende a corroer o pico de formalidade, ainda que não majoritário, vivido no padrão anterior.

No fundo, só a plena validade da mais-valia relativa, isto é, de uma altíssima produtividade do trabalho, é que permite ao capital eliminar a jornada de trabalho como mensuração do valor da força de trabalho, e com isso utilizar o trabalho abstrato dos trabalhadores “informais” como fonte de produção de mais-valor. Este é o lado contemporâneo não-dualista da acumulação de capital na periferia, mas que começa a se projetar também no núcleo desenvolvido. (*Ibidem*, 2003, p.137).

Na periferia, o *toyotismo* se associa a modalidades “arcaicas” de relação laboral, mostrando que uma maior exploração do trabalho e o avanço técnico-científico não se repelem: “os vendedores de refrigerantes às portas dos estádios viram sua produtividade aumentada graças ao *just-in-time* de fabricantes e distribuidores de bebidas; mas, para realizar o valor de tais mercadorias, a forma do trabalho dos vendedores é a mais primitiva”. (*Ibidem*, p.140). Oliveira (2007) chega a denominar essa modalidade, que não é uma exceção, como “trabalho sem-formas” (p.34):

“[...] entre o desemprego aberto e o trabalho sem-formas transita 60% da força de trabalho brasileira [...] É o mesmo mecanismo do trabalho abstrato molecular-digital que extrai valor ao operar sobre formas desorganizadas do trabalho.” (OLIVEIRA, 2007, p.34-35)

Antes de finalizar este subtópico sobre informalidade, entendo que é necessário ressaltar a dificuldade em trabalhar com esta categoria e não tomar a formalidade como um dado “natural” da fauna capitalista. O trabalho assalariado enquanto forma de relação laboral predominante no modo de produção capitalista não é necessariamente “formal”. O que entendemos juridicamente como formalidade – no caso mexicano, uma condição que permite o acesso a componentes essenciais do salário indireto, incluindo aposentadoria e saúde pública integral – é resultado de conquistas da classe trabalhadora organizada ao longo destes séculos de capitalismo. Nesse sentido, nem todo o trabalho formal é necessariamente produtivo, assim como nem todo informal é trabalho improdutivo, nos termos marxianos. A relação salarial tipicamente capitalista não é necessariamente formal. Isso tanto é verdade que Marx (2013) descreve o salário por peça, que continua existindo e é usualmente associado à informalidade, por exemplo, tipificação que seria supérflua se toda a relação laboral propriamente capitalista fosse formalizada contratualmente com o estabelecimento de uma jornada. Para Marx (2013), ademais, “o salário por peça” – uma forma de assalariamento mais flexível e dissimulada – “é a forma de salário mais adequada ao modo de produção capitalista” (p.764).

O salário por peça, portanto, não é mais do que uma forma modificada do salário por tempo. [...] A qualidade do trabalho é controlada, aqui, pelo próprio produto, que tem de possuir uma qualidade média para que se pague integralmente o preço de cada peça. Sob esse aspecto, o salário por peça se

torna a fonte mais fértil de descontos salariais e de fraudes capitalistas. Dado o salário por peça, é natural que o interesse pessoal do trabalhador seja o de empregar sua força de trabalho o mais intensamente possível, o que facilita ao capitalista a elevação do grau normal de intensidade. (MARX, 2013, p.761-762)

A historiadora marxista Virgínia Fontes entende que a propriedade fundamental do capitalista é a “capacidade de colocar em funcionamento meios de produção e de agenciar força de trabalho – sob formas as mais díspares – para que seja possível a produção de valor (e, sobretudo, de mais-valor) em escalas e âmbitos variados (local, regional, nacional, internacional)” (FONTES, 2017, p.54). Isso significa que a produção de valor pode ser oportunizada por uma variedade de meios e formas jurídicas, prescindindo de um padrão absoluto e rígido de relação laboral ou de organização da produção. Nesse sentido, a definição de produção no sistema capitalista abrange “tudo aquilo que está direcionado para a valorização do valor” (FONTES, 2017, p.58), sendo esse processo insensível à natureza da atividade concretizada, o que inclui os serviços:

Os serviços, nessa concepção, são os processos de trabalho em que os trabalhadores detêm integral e diretamente o controle do processo de produção e vendem o resultado final de sua atividade. No momento em que o trabalhador, dispondo ainda ou não de alguma propriedade direta, somente pode realizar sua atividade sob o comando do capital, saímos de uma relação social de prestação de serviços para o trabalho valorizador do valor, tipicamente capitalista. O contrato – ou a exploração direta – é seu formato jurídico e não traduz as relações reais. (FONTES, 2017, p.58).

3 CAPÍTULO 2: TRABALHO NO NEOLIBERALISMO

3.1 Neoliberalismo: uma “revolução na ordem”

Após cinco décadas de ascensão e domínio, a definição de neoliberalismo segue sendo fonte de disputas teórico-políticas, ainda mais vivas entre os críticos de seus pressupostos e resultados. Entretanto, é possível afirmar que o neoliberalismo é um “projeto” totalizante e expansivo:

É preciso dizer que, no atual momento histórico, tal programa associado à reversão de conquistas sociais e ao retraimento das ações de governo (quando estas ameaçam o capital e sua rentabilidade) encontra-se já mais estendido – pelo mundo inteiro – do que o fascismo mesmo pôde imaginar, até mesmo em seu momento de maior esplendor (GANDARILLA, 2020, p.29).

Contudo, o uso do substantivo “projeto” é objeto de intensas discussões em torno do nascimento do neoliberalismo, pois implicaria, em certa medida, responder assertivamente ao

seguinte questionamento: seria a burguesia internacional capaz de superar sua perspectiva relativa a ponto de poder dirigir uma transformação global de forma voluntarista? Para alcançar alguma resposta, é preciso investigar como foi possível a transformação a realidade em tantas dimensões e com tamanha rapidez a ponto de se ouvir ressoar por todos os lados o mesmo mantra: “Não há alternativa”? Como uma doutrina política e econômica, marginalizada e derrotada nos embates sobre a interpretação diante da crise de 1929, havia se difundido pelo mundo – o Estado de Bem-estar Social nunca se generalizou da mesma forma – adentrado o senso comum e tornando-se a nova “razão do mundo”³⁵ (DARDOT; LAVAL, 2016)?

O que se pode verificar perfazendo a história da ofensiva neoliberal é que sua ampla ascensão ocorreu em contextos e países díspares, ao mesmo tempo em que se mostrou heterogênea e marcada por contradições. Na periferia do sistema, por exemplo, a inflexão não significou o desmonte de Estados de bem-estar social plenos³⁶. Pode-se dizer que em países como o México desenvolveu-se um “fordismo periférico”. Sotelo Valencia explica quais foram os limites que conformaram essa modalidade de acumulação particularmente periférica:

En esencia, de uno sumamente restringido, funcional y localizado en ramas dinámicas que florecieron en la época de la industrialización dependiente, pero que jamás impregnaron ni generalizaron sus mecanismos de producción y explotación, así como sus formas organizativas, al conjunto de la economía y la sociedad (2004, p.71).

A existência concreta do neoliberalismo se expressa em dimensões interrelacionadas —

³⁵ O domínio neoliberal foi capaz de não deixar escapar nenhuma esfera da vida de seu mando, portanto, o neoliberalismo é uma razão do mundo na medida em que é a forma de existência hegemônica mais generalizada na modernidade capitalista, conformando a sociabilidade, a subjetivação e a relação do sujeito com o outro e consigo: “Devemos entender, por isso, que essa razão é global, nos dois sentidos que pode ter o termo: é ‘mundial’, no sentido de que vale de imediato para o mundo todo; e, ademais, longe de limitar-se à esfera econômica, tende à totalização, isto é, a ‘fazer o mundo’ por seu poder de integração de todas as dimensões da existência humana. Razão do mundo, mas ao mesmo tempo uma ‘razão-mundo.’” (DARDOT; LAVAL, 2016, p.18)

³⁶ A estudiosa da política social Tatiana Brettas (2017) enfatiza que o neoliberalismo não significou um desmonte da política social na América Latina. A autora destaca a importância de se pensar a trajetória da política social na região sem tomar o Estado de bem-estar social europeu como parâmetro, pois tal ponto de partida acarreta distorções na análise e impede a apreciação das particularidades de experiências concretas divergentes. Sua tese defende que a particularidade da política social na América Latina durante o neoliberalismo é a financeirização desta, não seu desmonte. Os exemplos mais explícitos são programas de crédito educativo e imobiliário, capitalização da previdência, *vouchers* e programas de transferência de renda que exigem a abertura de contas em banco. Todas essas modalidades propiciam a espoliação de famílias de extratos baixos por meio do pagamento de juros e a utilização de sua poupança para a alimentação do sistema financeiro, além de transferir partes significativas do fundo público para o privado. Um dos motivos para não considerar o neoliberalismo o único responsável pela precariedade das políticas públicas na região é que o nacional-desenvolvimentismo gerou o aumento da desigualdade e era concentracionista. Em países como México, direitos sociais como a um sistema de saúde universal e ao ensino superior gratuito nunca foram sequer conquistados. Brettas também afirma que o gasto social em termos absolutos e relativos tampouco decresceu em países como o Brasil, no qual a proposta mais próxima de um Estado de bem-estar social apenas emergiu com o fim da Ditadura Civil-Militar, sendo “asfiziada” pela entrada do país no “consenso” neoliberal pouco depois.

econômica, política, ideológica e subjetiva, sendo “um modo de governo da vida social e econômica que se configura e se expressa de formas distintas em países, localidades e cultura diferentes, conformando ‘variedades de neoliberalismo’ no interior deste ‘capitalismo neoliberal.’” (PARANÁ, 2020b, p.2).

Lécio Morais e Alfredo Saad Filho (2018) definem o neoliberalismo da seguinte maneira:

O neoliberalismo é mais que uma ideologia ou um conjunto claramente definido de políticas tais como privatização, liberalização financeira e das importações ou ataque coordenado ao Estado de bem-estar social. Concebe-se o neoliberalismo, aqui, como o sistema de acumulação dominante (ou seja, o estágio atual, a etapa ou o modo de existência do capitalismo contemporâneo). (p.96)

Ademais, os autores brasileiros listam as quatro características essenciais do “sistema de acumulação neoliberal”: a financeirização desde a economia, passando pelo Estado e açambarcando as concepções sociais; a globalização; a predominância do capital externo na integração internacional e “uma combinação de políticas macroeconômicas baseada em políticas fiscais e monetárias contracionistas e em metas de inflação, na qual a manipulação das taxas de juros se torna a principal ferramenta de política econômica” (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p.97). A combinação dessas características reunidas pelos autores permitiu à burguesia alcançar níveis de taxa de exploração do trabalho inéditos na história dos “sistemas de acumulação mundiais”.

O autor David Harvey (2005) define o neoliberalismo como uma teoria das práticas político-econômicas que defende que as potencialidades humanas podem ser melhor desenvolvidas e aprimoradas ao dar-se total liberdade às ações empreendedoras individuais³⁷ numa estrutura na qual os direitos à propriedade privada, ao livre mercado e ao comércio são fortemente resguardados. Em conformidade com outros autores como Gérard Duménil e Dominique Lévy (2014), David Harvey (2005) trabalha com a hipótese de que o

³⁷ Na verdade, a atual dimensão dos processos de concentração e centralização de capital demonstra que a “competitividade” e a “concorrência” são mais dispositivos ideológicos do que condicionantes universais e metas finais das políticas econômicas realmente existentes: “O capital não tem interesse na saúde dos mercados ou na competição. Como Manuel DeLanda tem argumentado, seguindo Fernand Braudel, o capitalismo, com sua tendência em direção a monopólios e oligopólios, pode ser definido com mais precisão como antimercado, não como um sistema que promova o desenvolvimento saudável destes. David Blacker observa de forma mordaz em seu próximo livro, *The falling rate of learning and the neoliberal endgame* [A taxa decrescente de aprendizado e o fim-de-jogo neoliberal], que as virtudes da ‘competição’ devem ‘convenientemente ser reservadas apenas para as massas. Competição e risco são para pequenos negócios e pessoas pequenas como empregados do setor privado ou público’. A invocação da competição tem funcionado como arma ideológica – o alvo real é a destruição da solidariedade e, enquanto tal, o sucesso tem sido notável”. (FISHER, 2020, p.145).

neoliberalismo possui uma dimensão política fundamental, enquanto estratégia de frações da burguesia, em aliança com elites gerenciais, para o fortalecimento de seu poder de classe e dominação por todo o mundo. Essa interpretação não enxerga a passagem do fordismo para o neoliberalismo como uma evolução inevitável, afastando-se de uma visão teleológica e determinada por processos econômicos endógenos. Ou seja, não é possível dizer que o neoliberalismo era o único resultado possível da crise do padrão de acumulação fordista e do predomínio das políticas macroeconômicas keynesianas.

O programa econômico neoliberal – estabelecido inclusive na Rússia e no Leste Europeu imediatamente após a reversão das experiências de transição socialista – apoiado em suas dimensões política, culturais e subjetivas, é, também, a realização de um desejo de “revanchismo de classe”, segundo Suzanne de Brunhoff (1991, p.14). Sem recursos para resistir à retirada de direitos, os trabalhadores tampouco contavam com a mesma capacidade de barganhar participação nos aumentos de produtividade, como ocorria no pacto político-econômico que forjou a chamada “Era de Ouro” do capitalismo, possível, entre outros aspectos, graças à disputa com a alternativa socialista em termos econômicos e ideológicos.

Em vista dessas considerações, pode-se afirmar que a dimensão política do neoliberalismo, seja na periferia, seja na centralidade, é tão considerável quanto o caráter político do pacto que possibilitou o nacional-desenvolvimentismo em países da América Latina e a “Era de Ouro”³⁸ na centralidade do sistema. Corroborando com essa tese, o sociólogo e economista Wolfgang Streeck (2018) considera que a passagem do fordismo para um regime de acumulação flexível foi marcada pela greve de classe mais bem-sucedida da história:

Aqui contraste à onda de greves entre 1968 e 1969 uma kaleckiana “greve de investimentos” nos anos 1970, que reputo ter sido muito mais efetiva que qualquer outra arma que os sindicatos e os “dependentes” de salário já tiveram em seu arsenal” (STREECK, 2018, p.17).

Com isso não se quer dizer que não havia um quadro de crise no regime de acumulação anterior. É evidente que as medidas anticíclicas prescritas pela doutrina keynesiana já não

³⁸ Esse modelo de desenvolvimento sustentava um Estado de bem-estar social garantidor dos serviços básicos para a reprodução da força de trabalho, porém tratou-se de um fenômeno restrito no tempo e no espaço, e em parte assegurado pela manutenção de relações neocoloniais. Mesmo nos países desenvolvidos, o Estado de bem-estar social – erigido também com apoio das transferências de valor da periferia, onde predomina piores condições de trabalho – não abraçou toda a população. Em certo aspecto, os negros nunca desfrutaram das “benesses” do capitalismo imperial nos EUA. Inclusive, no auge do *New Deal*, grande parte dessa população tinha seus direitos civis legalmente negados. Os níveis de desemprego sempre foram superiores entre a população negra, mesmo entre as parcelas mais qualificadas (NUN, 1999). Para caracterizar essa estrutura racista, o partido dos Panteras Negras denunciou a existência de um “imperialismo doméstico” (SEALE, 2020).

estavam produzindo os resultados esperados no combate à chamada crise de estagflação, ou seja, de inflação sem crescimento econômico, enquanto o sistema Bretton Woods ruía. Um ponto de partida para analisar o significado social e político das últimas décadas é admitir o caráter excepcional do *welferismo*, como um arranjo restrito no tempo e no espaço, e não supor o neoliberalismo como uma anomalia. Evidentemente, a divisão internacional do trabalho e o imperialismo não cessaram no pós-guerra:

No assim chamado pleno emprego dos anos “dourados” (1945-1975) para os países centrais, os dados estavam truncados, pois não entravam na conta nem os trabalhadores sem direitos (imigrantes), que viviam nesses países, nem os camponeses de outros países que estavam sendo expropriados pelo avanço imperialista dos capitais dessas metrópoles, nem as precárias condições de trabalho que as empresas imperialistas impunham no chamado “3º Mundo” (FONTES, 2017, p.51-52).

Ademais é central destacar a importância dos processos de transferência de valor da periferia do capital em direção à centralidade durante todo o período adjetivado como “dourado”, apesar de que o montante captado tenha sofrido um importante incremento a partir da era neoliberal³⁹. Segundo Jason Hickel, Dylan Sullivan e Huzaifa Zoomkawala (2021), entre 1960 e 2018, os países periféricos transferiram US \$ 62 trilhões (dólares constantes de 2011) para os países centrais. A apropriação por meio de trocas desiguais representou até 9% do PIB dos primeiros e 7% do PIB dos segundos. Os autores concluem que: “This study affirms that drain from the South remains a significant feature of the world economy in the post-colonial era; rich countries continue to rely on imperial forms of appropriation to sustain their high levels of income and consumption” (p.1). Hickel, Sullivan e Zoomkawala calculam o montante transferido por meio de trocas desiguais por alguns países, entre os quais o México:

³⁹ “Yet the scale of value transfer increased dramatically over the following decades, with particularly rapid growth between 1983 and 2005, during the height of the structural adjustment period and the establishment of the WTO trade system. Value transfer reached a maximum of almost \$3 trillion per year before declining somewhat after the global financial crisis” (HICKEL; SULLIVAN; ZOOMKAWALA, 2021, p.5). A queda mencionada após a crise de 2008 ocorre, de acordo com os autores, sobretudo por conta da trajetória chinesa cuja transferência de valor passou de 42% do total das perdas periféricas em 2005 para 16% em 2017, enquanto nos demais países a tendência foi de manutenção ou até de intensificação da transferência. (*Ibidem*, p.7).

Tabela 1 - Perdas da periferia devido à troca desigual, dólares constantes de 2011⁴⁰

| Country | 2017 losses | | | Aggregate losses (1960–2017) | | |
|------------------|------------------|------------|---------------|------------------------------|------------|---------------|
| | Total (billions) | Per capita | % of GDP, PPP | Total (billions) | Per capita | % of GDP, PPP |
| China | \$357 | \$257 | 2% | \$18,760 | \$13,531 | 102% |
| Mexico | \$202 | \$1,619 | 9% | \$2,838 | \$22,742 | 120% |
| India | \$200 | \$150 | 2% | \$3,378 | \$2,524 | 40% |
| Russia | \$155 | \$1,070 | 5% | \$4,057 | \$28,077 | 120% |
| Poland | \$118 | \$3,119 | 11% | \$1,428 | \$37,597 | 132% |
| Vietnam | \$106 | \$1,120 | 17% | \$1,158 | \$12,237 | 188% |
| Indonesia | \$98 | \$371 | 3% | \$3,502 | \$13,232 | 122% |
| Malaysia | \$93 | \$2,983 | 11% | \$2,359 | \$75,837 | 287% |
| Thailand | \$90 | \$1,298 | 8% | \$2,222 | \$32,101 | 193% |
| Turkey | \$81 | \$998 | 4% | \$984 | \$12,138 | 46% |
| Peripheral Total | \$2,228 | \$357 | 3% | \$62,086 | \$9,951 | 97% |

Fonte: Jason Hickel, Dylan Sullivan e Huzaifa Zoomkawala (2021, p.9).

No recorrido traçado por Gregoire Chamayou, são lembradas tanto as resistências “violentas” da classe trabalhadora no final dos anos 1960, tanto as silenciosas que ocorriam nas fábricas em meio às jornadas laborais: boicotes e pequenos furtos do tempo expropriado pelos patrões. A primeira modalidade da luta de classe é a batalha sobre o ponteiro dos relógios: “Diante da crise de governabilidade disciplinar, seria necessário inventar uma nova arte de governar o trabalho” (CHAMAYOU, 2019, p.36). Os patrões precisavam reformular sua arte da guerra para derrotar o trabalho. No final dos anos 1960, existia um mal-estar entre os trabalhadores no padrão fordista. O trabalho era repetitivo, engessado e por vezes destituído de sentido. Então, a nova estratégia da administração deveria enfrentar essa estafa e mexer com os desejos da classe trabalhadora: “À antiga ‘estratégia do controle’, opunham uma ‘estratégia do engajamento.’” (CHAMAYOU, 2019, p.41). Evidentemente, sabia-se que a estratégia poderia sair do controle, uma vez que, com o ganho de autonomia, os operários poderiam desejar ir além.

Conjuntamente à investida neoliberal contra os direitos sociais da classe trabalhadora, contribuiu para a resignação do movimento de trabalhadores o impacto subjetivo advindo do sucesso neoliberal na apropriação, mesmo que distorcida, de insatisfações populares contra a rigidez fordista, em termos de jornadas laborais e hierarquias no cotidiano laboral e sindical (FISHER, 2020), sendo a noção de flexibilidade nas relações de trabalho uma evidência desse

⁴⁰ As siglas GDP e PPP significam, respectivamente: *Gross Domestic Product* ou Produto Interno Bruto e *Purchasing Power Parity* ou Paridade do Poder de Compra.

processo⁴¹.

Com a crise de estagnação, chegou-se ao consenso burguês de que era necessário atacar a classe trabalhadora. E de fato, o neoliberalismo se empenhou em diminuir a força dos sindicatos e minar o pleno emprego. Uma crise parece ser a oportunidade mais propícia para demolir tantos eixos de uma sociedade. De certo modo, o ataque em todas as frentes foi como um retorno às *Leis dos Pobres* que marcaram o período de disciplinamento da classe trabalhadora para a revolução industrial. Só que, ao invés da ameaça de prisão, caso se recusassem a trabalhar e preferissem a mendicância, coage-se pelo risco de demissão, o que implica o ataque contra os seguros-emprego.

As gerações que nasceram depois de 1973, aquelas que cresceram na era da “crise” perpétua, uma após outra, interiorizaram a ideia de que cada qual viveria globalmente “menos bem” que a anterior. Elas reaprenderam a ter medo. Foi um retorno histórico que também poderia ser lido como uma espécie de psicoterapia em grupo, uma reeducação de massa para a “tolerância à frustração”. (CHAMAYOU, 2019, p. 52)

Sem véus, a ordem neoliberal retoma aquelas tendências do capitalismo descritas por Marx (2013) no capítulo sobre a *Lei geral da acumulação*, que pareciam obliteradas em algumas partes do mundo no pós-guerra, como argumenta David Harvey:

Liberdades excessivas de mercado sempre produzem uma tendência a um maior oligopólio e até mesmo a um monopólio [...] De fato, ele desfez o feitiço da “lei geral, absoluta, da acumulação capitalista” em termos nada equívocos, ainda que também reconheça que “como todas as outras leis, ela é modificada, em sua aplicação, por múltiplas circunstâncias, cuja análise não cabe realizar aqui”. A lei geral é uma exposição brilhante dos caminhos por onde nos levarão o livre mercado e o utopismo liberal, caso sejam implantados, e, no grau com que a virada ideológica neoliberal adotou essa fraseologia, deu-lhe nova roupagem e buscou implementá-la, ela realmente nos levou na direção prevista por Marx, repleta de contradições (HARVEY, 2013, p.203-204).

Em relação à “revolução” neoliberal, Edemilson Paraná (2020a) propõe uma síntese entre as hipóteses de projeto e de esgotamento de um padrão econômico: “Configura-se, distintamente, como ‘sistema normativo’, a partir do encontro entre ações e seus desdobramentos particulares, inseridas em um quadro de possibilidades delimitado por tendências estruturais mais amplas” (*Ibidem*, p.68). De modo que ocorre um encontro singular entre um projeto político de classe com uma dinâmica endógena de regulação cujo resultado se concretiza no neoliberalismo: “com as suas condições, determinantes e consequências de ordem

⁴¹ A flexibilização é ardilosa na medida em que manipula algumas necessidades e demandas reais dos trabalhadores, como, por exemplo, mães, que são dependentes de jornadas de trabalho flexíveis para dar conta de sua dupla jornada laboral: a do emprego e a do trabalho não-remunerado de reprodução social (HARVEY, 2005).

subjetiva.” (PARANÁ, 2020b, p.3).

Assim, é possível pensar na articulação entre as interpretações produzidas pela Economia Política marxista, como David Harvey (2005), Alfredo Saad Filho e Lécio Morais (2018), e agendas de pesquisa que mobilizam o arcabouço foucaultiano, em especial, a biopolítica, como o fazem Pierre Dardot e Christian Laval (2016), entendendo que ambas contribuem na captação de dimensões diferentes do movimento do real. Trabalhadas em conjunto é possível superar algumas ausências presentes em cada perspectiva. Por exemplo, a centralidade no sujeito ao mesmo tempo em que se apaga a luta de classes – protagonizada por sujeitos sociais – no caso da análise biopolítica. Afinal, como alertava Mark Fisher: “Precisa-se ter em mente que o capitalismo é tanto uma estrutura impessoal hiper abstrata quanto algo que não poderia existir sem nossa colaboração.” (2020, p. 29).

Nesse sentido, Wendy Brown⁴² propõe um caminho prolífico que não as opõe, mas busca a produção de sínteses e análises mais complexas, o que considero compatível com a investigação que tem como diretriz a riqueza em determinações:

A abordagem neomarxista tende a se concentrar nas instituições, políticas, relações e efeitos econômicos, negligenciando os efeitos de longo alcance do neoliberalismo como forma de governar a razão política e a produção de sujeitos. A abordagem foucaultiana enfoca os princípios que orientam, orquestram e relacionam o Estado, a sociedade e os sujeitos, e acima de tudo, o novo registro de valor e valores do neoliberalismo, mas pouco atenta aos novos e espetaculares poderes do capital global que o neoliberalismo anuncia e edifica. Aquela coloca o neoliberalismo como o que inaugura um novo capítulo do capitalismo e gera novas forças, contradições e crises. Esta revela como governos, sujeitos e subjetividades são transformados pela remodelação neoliberal da razão liberal [...] Ambas as abordagens contribuem para a compreensão das características do neoliberalismo realmente existente e de nossa atual conjuntura (BROWN, 2019, p.32).

3.2 Estado mínimo-máximo

⁴² Apesar de a autora também incorrer em distorções que considero danosas teórica e politicamente, como a dificuldade em identificar a atuação pragmática dos próceres do neoliberalismo, apesar das contradições entre teoria e prática. Para dar como exemplo uma crítica pertinente e apurada à sua obra, cito Maurizio Lazzarato: “Wendy Brown afirma com segurança uma contraverdade: ‘Do ponto de vista dos primeiros neoliberais, a galáxia que engloba Trump, o Brexit, Orban, os Nazistas no parlamento alemão, os fascistas no parlamento italiano e transforma em pesadelo o sonho neoliberal Hayek, os ordoliberalis, ou até mesmo a escola de Chicago repudiariam a forma atual de neoliberalismo e sobretudo seu aspecto mais recente’. Isso não é apenas falso de um ponto de vista fático, mas problemático pela definição do capital (e do capitalismo) e do exercício de seu poder. Pois apagando ‘a violência que fundou’ o neoliberalismo, encarnada pelas ditaduras sanguinárias da América do Sul, que volta sob novas modalidades no Brasil contemporâneo de Bolsonaro e dos militares, comete-se um duplo erro, político e teórico”. (LAZZARATO, 2019, p.9-10).

O Estado deve permanentemente salvar o capitalismo de suas tendências autodestrutivas, sem nunca atingir as relações econômicas fundamentais que as determinam. [...] Eis o dilema: o Estado deve ao mesmo tempo garantir previamente as condições da acumulação e em seguida intervir para manter a hegemonia que esta põe em perigo, isso quando ele não consegue cumprir com eficácia sua função de legitimação sem se chocar com a oposição imediata do capital. Por isso, conclui Offe, as sociedades capitalistas “são sempre ingovernáveis”.
(Gregoire Chamayou)⁴³

O Estado é uma estrutura sem a qual a reprodução do sistema capitalista seria inviável, condicionante que engloba a garantia do assalariamento como o modo predominante de organização do trabalho e da apropriação privada da mais-valia produzida por meio do estabelecimento da propriedade privada dos meios de produção. O Estado garante a igualdade jurídica e os contratos no capitalismo, possibilitando a compra e a venda da mão de obra e legitimando a desigualdade real ao instituir a igualdade formal, com todas as implicações de ordem ideológica e subjetiva que essa ação estatal acarreta. Há, então, sob o capitalismo a necessária separação entre quem governa e quem explora a força de trabalho, pois, se esta última fosse uma propriedade do capitalista, não poderia vender sua força de trabalho em troca de um salário.

Em *Salário, Preço e Lucro* [*Value, Price and Profit*] (1865), Marx afirmou que, sob a escravidão, todo trabalho aparecia como não-pago, e, sob a servidão, a divisão entre trabalho pago e não-pago era claramente visível na divisão de culturas ou colheitas e trabalho. Em contraste, sob o capitalismo “até mesmo o trabalho *não-pago* parece ser trabalho *pago*” porque “a natureza da transação inteira é completamente mascarada pela *intervenção de um contrato...*”. (POST, 2021, documento eletrônico não paginado)

O aparato estatal não se constituiu e foi apoderado pela burguesia *a posteriori*. As frações da classe dominante não possuem controle direto sobre o Estado, como se este fosse um mero instrumento ou uma ferramenta para a realização de seus interesses diretos, pois tal domínio instrumental colocaria em risco a reprodução do capital e os próprios negócios das frações da burguesia.

Como são regidos pelas leis de concorrência e suas decisões são limitadas por essas condicionantes, os burgueses individuais não são capazes de planejar de forma homogênea e infalível (sem crises) seu domínio para a eternidade. Como escreve Marx, o lema burguês por excelência é: “*Après moi, le deluge*”, ou seja, “Depois de mim, o dilúvio” (2013, p. 432). É exatamente essa conduta em relação ao mundo que se pode verificar empiricamente em relação às crises ambientais que o capitalismo engendra, colocando em risco, com o esgotamento dos

⁴³ Chamayou, 2019, p.296.

recursos naturais, o próprio sistema e o futuro da humanidade. Ademais, dentro da classe existem as frações de classe que constantemente confrontam seus interesses mutuamente. E acima de tudo, a burguesia não controla, muito menos de forma direta, as leis tendenciais da acumulação.

Apesar de seu caráter capitalista, o Estado não é a garantia inexorável de que o capitalismo e as classes capitalistas sempre irão se salvar diante das contradições inerentes ao seu metabolismo e das crises cíclicas e estruturais, uma vez que não existe um espelhamento direto entre o político e econômico no capitalismo, mas uma relação concreta permeada por contradições e pela luta de classes. Dentro dos marcos da luta de classes, não necessariamente o Estado consegue exercer com mão de ferro seu papel de fiador das relações capitalistas: “Tanto o Estado não é um gestor onisciente do capitalismo quanto as classes sociais não são, imediatamente, as melhores gestoras de seu próprio interesse.” (MASCARO, 2013, p.62).

No capítulo VIII do livro *I d’O Capital* (2013), Marx trata da jornada de trabalho, mostrando que, se não fosse o desenvolvimento de sindicatos e de mecanismos de controle estatal, a burguesia levaria seus empregados à morte por exaustão, colocando em risco a oferta da única mercadoria capaz de produzir valor. Portanto, a própria dinâmica da luta de classes tanto pode forjar os coveiros do sistema, como pode impor-lhe correções que permitam a sobrevivência ou a reprodução do capitalismo.

Na centralidade do sistema, durante o pós-guerra, o conflito entre as classes em disputa pelo aparato estatal e suas políticas públicas chegou, em certo ponto, a um “equilíbrio” de forças tão singular que influentes setores da classe trabalhadora passaram a ver no Estado seu maior aliado e protetor, despercebidos de que a forma política estatal é derivada lógica e historicamente⁴⁴ da forma-mercadoria e funciona como um garante do capital⁴⁵ (MASCARO,

⁴⁴ A autora Maria de Lourdes Mollo resume o que buscam os autores que identificam a necessidade de derivação lógico-histórica do Estado em suas obras: “A preocupação dos derivacionistas é mostrar que a separação entre o econômico e o político é algo típico do capitalismo, que precisa ser explicado como originário da forma social da produção capitalista. Trata-se, aí, de derivar logicamente a necessidade de autonomia ou separação relativa do Estado da sociedade civil. Mas se tal derivação lógica conduz à possibilidade de apreender o que é comum a qualquer Estado capitalista e que decorre da lógica desse modo de produção, a apreensão das suas transformações históricas requer a derivação histórica do Estado. Essas são as preocupações dos teóricos derivacionistas que procurarão corrigir problemas do estruturalismo ligados à ausência da gênese dos fenômenos. Ao não fazer corretamente a gênese da autonomia relativa do Estado diante da sociedade civil, fica-se impossibilitado de apreender bem suas transformações históricas e suas condições de evolução” (MOLLO, 2001, p.10).

⁴⁵ “Por que o aparelho de coação estatal não se impõe como aparelho privado da classe dominante, por que reveste a forma de um aparelho de poder público impessoal, deslocado da sociedade? Troca de mercadorias: no capitalismo a apreensão do produto da força de trabalho e dos bens não é mais feita a partir da posse bruta ou violência física. O Estado como terceiro é necessário pois sem ele o trabalho assalariado seria domínio direto (escravidão, servidão). O aparato estatal é a garantia do que junte capital e trabalho: mercadoria, propriedade privada, vínculos jurídicos de exploração”. (MASCARO, 2013, p.18).

2013).

Pensando nas teorias que abordaram essa derivação, a autora Maria de Lourdes Mollo (2001) recapitula toda a “sequência” de contradições que surgem no processo histórico de constituição do capital enquanto relação social, no qual as formas sociais se confrontam e se “resolvem” na produção de novas formas, entre as quais, o Estado, forma política necessária para o estabelecimento de trocas de mercadorias entre iguais jurídicos. Entre essas, estão mercadorias especiais⁴⁶, como o dinheiro⁴⁷, “a forma universal do valor” (MOLLO, 2001, p.19), e a única capaz de gerar valor, o trabalho humano, cuja conversão em mercadoria é uma pré-condição e uma particularidade do modo de produção capitalista.

Nesse processo, a compra e venda de força de trabalho exige, conforme o próprio Marx, que o trabalhador seja livre em dois sentidos: livre no sentido de “despossuído” dos meios de produção e livre para procurar emprego e para deixar um emprego por outro, ou seja, para vender e revender sua força de trabalho como mercadoria e não cedê-la simplesmente. O Estado é necessário, aqui, para garantir essa possibilidade de venda, e tudo se passa como se o Estado tratasse todos os vendedores de mercadorias como iguais enquanto tal, mesmo que saibamos que, nesse processo, trata-se de garantir o funcionamento de um sistema de produção que implica duas classes, uma dominante, a capitalista, e uma dominada, a trabalhadora. O Estado aparece, pois, como neutro, embora a defesa que faz seja do funcionamento de um sistema que nada tem de neutralidade. (MOLLO, 2016, p.20-21).

Contudo, o neoliberalismo é uma fase do capitalismo marcada pelo domínio de algumas frações da burguesia e cada vez mais estas representam a si mesmas em funções de governo, como nos Bancos Centrais “independentes” em relação ao aparato democrático, implementando políticas econômicas diretamente favoráveis ao mercado financeiro. Constantemente, ministros da economia, presidentes de bancos públicos e de órgãos de regulação são também burgueses que usam a máquina pública para favorecer diretamente seus negócios, inclusive, prejudicando os concorrentes. A prática da “porta-giratória” é naturalizada e cada vez mais “homens de negócio” usam a máquina pública como plataforma para, em seguida, serem incorporados em cargos de alto escalão no setor privado e vice-versa. Se considerarmos que certa impessoalidade para garantir o domínio de toda a burguesia, assim como a imposição do Estado como suposto representante legítimo do interesse geral, é essencial para o capitalismo, é possível inferir que

⁴⁶ Nos casos especiais da força de trabalho e do dinheiro, a intervenção estatal é uma necessidade particularmente imperiosa: “[...] para Brunhoff, mercadorias especiais como a força de trabalho e a moeda no sentido de Marx são particularmente carentes de uma ação do Estado, em vista da relação que nelas se estabelece entre valor de uso e valor de troca” (MOLLO, 2001, p.21).

⁴⁷ “Assim, podemos já afirmar que o dinheiro, como validador social dos trabalhos privados, é importante no deslocamento da contradição privado-social, e não pode cumprir tal papel se sujeito estiver a tais interesses privados. Daí a necessidade do Estado intermediando tais interesses” (MOLLO, 2001, p.20).

o Estado no neoliberalismo, ao ser cada vez mais instrumentalizado, coloca em risco a reprodução do sistema e sua “autonomia relativa”⁴⁸. Sobre essa inflexão:

Em teoria, ao Estado neoliberal cabe fortalecer o regime de direito, especialmente os direitos individuais à propriedade privada, e as instituições que amparam o livre funcionamento dos mercados. Mas é patente que, na prática, ele não se restringe a isso. Podemos falar, assim, em uma captura ou diminuição da “autonomia relativa” (em relação ao capital e à atividade econômica privada) característica do Estado capitalista; “autonomia relativa” essa, melhor seria dizer, que passa a ser instrumentalizada para outros fins que não a mediação entre as classes em favor da manutenção de condições gerais para a acumulação, mas da utilização desta autonomia para atender aos interesses específicos de uma fração de classe (vinculada à renda financeira) em detrimento, se preciso for, do crescimento econômico e da estabilidade política e social geral. (PARANÁ, 2020a, p.39-40).

De acordo com os autores Alfredo Saad Filho e Lecio Morais (2018), o neoliberalismo pode ser dividido em fases. No entanto, os autores salientam o caráter não linear desses momentos, algo que é indubitavelmente captado durante a análise de qualquer caso concreto: “Essas fases podem ocorrer em série, ser aceleradas, proteladas ou mesmo superpostas de maneiras diferentes, conforme o país ou a região e suas circunstâncias econômicas, políticas e históricas” (p.97). A reflexão sobre essa trajetória contribui para o entendimento do lugar e do papel ocupados pelo Estado na ordem neoliberal, tanto em seu estabelecimento, quanto na consolidação e nas adaptações necessárias para sua permanência como paradigma. De modo esquemático, o primeiro ato é marcado por coerção e choque, tendo o Estado com protagonista incontestado. Em alguns países latino-americanos nos quais ditaduras ou Estados de exceção foram estabelecidos, esses regimes foram responsáveis por uma significativa parcela do preparo demandado pela ordem neoliberal, em termos de ofensiva de classe.

Essa primeira fase invariavelmente envolve a intervenção estatal vigorosa para impor o novo quadro institucional e uma estratégia de acumulação que inclua promover a integração transnacional do capital nacional no âmbito microeconômico, reprimir os trabalhadores, desorganizar a esquerda e tornar obsoletas parcelas importantes da mão de obra empregada. (MORAIS; SAAD FILHO, 2018, p.97)

⁴⁸ O marxista grego Nicos Poulantzas (1936-79) conferiu especial atenção ao estudo do Estado capitalista entre os anos 1960 e 1970. Para o autor, a autonomia relativa do Estado permite que este faça concessões às classes dominadas, ao mesmo tempo em que obstrui no nível imediato os interesses de frações específicas da classe dominante em nome do domínio de longo prazo: “[...] Essa autonomia relativa permite-lhe precisamente intervir, não somente com vista a realizar compromissos em relação às classes dominadas, que, a longo prazo, se mostram úteis para os próprios interesses econômicos das classes e frações dominantes, mas também intervir, de acordo com a conjuntura concreta, contra os interesses a longo prazo desta ou daquela fração da classe dominante: compromissos e sacrifícios por vezes necessários para a realização do seu interesse político de classe”. (POULANTZAS, 1977, p. 281).

No momento seguinte, como forma de contrapor a violência que inerentemente funda a ordem neoliberal, busca-se construir um nível suficiente de consenso social, que possa conferir estabilidade e legitimidade ao ordenamento emergente. Os aportes teóricos sobre o tema da biopolítica são bastante salutares para a compreensão desse movimento, que novamente tem no Estado um sustentáculo imprescindível. Dois exemplos dessa face mais conciliadora, mas igualmente neoliberal, é o crédito para inclusão pelo consumo e os programas focalizados de transferência de renda:

Em uma segunda fase (madura), ocorre a consolidação do papel ampliado do setor financeiro na reprodução econômica e social, o gerenciamento, por esse setor, do novo modo de integração internacional, a estabilização das relações sociais impostas na fase anterior, a promoção de uma subjetividade neoliberal e a introdução de políticas sociais neoliberais para gerir as privações impostas as camadas populares no processo de transição. (MORAIS; SAAD FILHO, 2018, p.97)

Portanto, o neoliberalismo não se trata de uma retirada do Estado deixando um espaço vazio para o mercado florescer. Segundo Alysso Mascaro: “O neoliberalismo não é uma retirada do Estado da economia, mas um específico modo de presença do Estado na economia” (2013, p. 118). Entretanto, o pesquisador que busca encontrar uma homogeneidade ou uma invariabilidade na dimensão e nas ações intervencionistas do Estado neoliberal esbarrará em movimentos contraditórios. As crises se tornam cada vez mais frequentes e, a depender do ciclo, o Estado se porta como um defensor ferrenho da austeridade⁴⁹ ou como um adepto de um *pseudokeynesianismo* de emergência/guerra, como ocorreu após o choque de 2008, quando o Estado estadunidense injetou mais de um trilhão de dólares na economia. Essa medida anticíclica não impediu que pouco depois países da periferia – e não apenas estes (BLYTH, 2017) – fossem cobrados pela hegemonia neoliberal a “ajustarem suas contas”. No entanto, apesar da aparência contrastante, ambas são faces do mesmo Estado neoliberal.

Revisando a genealogia do neoliberalismo a partir das discussões travadas por seus ideólogos, em eventos como o Colóquio Walter Lippman (1938) e a fundação da sociedade Mont Pèlerin (1947), e a trajetória dessa doutrina, Pierre Dardot e Christian Laval (2016) compreendem que o neoliberalismo não se trata de um recuo mais intenso do Estado para

⁴⁹ A burguesia busca, assim, recuperar a taxa de lucro, mesmo que em detrimento do crescimento econômico (o que não é seu objetivo central). Para tanto, manipular a correlação de forças é um primeiro passo, mesmo que para isso o motivo alegado seja a redução do *déficit* fiscal. A austeridade, ao atacar os altos níveis de emprego com os quais o gasto público contribui, torna-se uma técnica de contenção da classe trabalhadora. “Exemplo supremo da crise da zona do euro e da política de austeridade, a Grécia viu a sua dívida em relação ao PIB aumentar de 106% em 2007 para 170% em 2012 apesar das sucessivas rodadas de cortes de austeridade e de os credores terem assumido a perda de 75% dos seus créditos em 2011”. (BLYTH, 2017, p.23).

fomentar a expansão do mercado, mas de “um projeto construtivista”, no qual:

Em primeiro lugar, ao contrário do que pensavam os economistas clássicos, o mercado apresenta-se não como um dado natural, mas como uma realidade construída que, como tal, requer a intervenção ativa do Estado, assim como a instauração de um sistema de direito específico (DARDOT; LAVAL, 2016, p.557).

Nessa revisita às descobertas de Michel Foucault em *O Nascimento da Biopolítica* (2008)⁵⁰, Dardot e Laval (2016) recolocam a questão da função do Estado e do sistema interestatal na construção do domínio dessa nova racionalidade global. Para os autores (2016), tal como os “indivíduos-empresendedores de si”, o Estado neoliberal assume também a forma de uma corporação, quase abandonando a máscara de representante dos anseios de toda a sociedade em abstrato e passando a atuar empenhadamente na desativação da cidadania democrática. O Estado assume, então, um papel fundamental na instauração da competição de todos contra todos como princípio constitucional e modelo de autocontrole e de relação entre indivíduos. Gregoire Chamayou é outro autor que participa do debate sobre a centralidade do Estado neoliberal por meio do ferramental teórico foucaultiano:

O neoliberalismo repousa mais sobre uma engenharia política do que sobre um naturalismo: construir, por arquitetura institucional, mundos artificiais. Esse universo – apresentado como automático, nomotético, impessoal – não só é ativamente construído, como, mais ainda, requer, na medida em que é inevitável contestá-lo por seus efeitos, ser incansavelmente reimposto por estratégias conscientes. Decerto o capital governa, mas ele não poderia continuar a fazê-lo por muito tempo se não se ativasse constantemente, com combatividade e determinação, para confirmar sua dominação. Sem isso, ele não se manteria por muito tempo. O “governo dos mercados” é tudo, menos uma ordem autossuficiente. Esse cosmos se mantém apenas graças aos demiurgos, que, bem ou mal, o remendam e o defendem, com unhas e dentes, diante dos novos inimigos que ele faz a cada dia. (CHAMAYOU, 2019, p.106)

Somando-se à crítica ao senso comum difundido pelos ideólogos do neoliberalismo, Loïc Wacquant (2001) expõe como o Estado punitivo máximo e o Estado mínimo⁵¹ são faces

⁵⁰ De acordo com Foucault (2008), o Estado deixava de ser o limitador e regulador dos poderes do mercado, passando a ser regulado e limitado por este.

⁵¹ No entanto, esta oposição é problemática visto que induz à compreensão de que um Estado social “mínimo” é uma particularidade do neoliberalismo, sendo que, na periferia, o neoliberalismo não desmonta uma política social de Estado de bem-estar social. Ou seja, não havia um Estado social “máximo” anteriormente. Um exemplo é o Brasil, país no qual o acesso ao sistema de saúde integral era mediado pela previdência social – como ainda ocorre no México – mas passa a ser universal a partir da Constituição de 1988. Ou seja, muitos direitos sociais foram conquistados na letra da lei justamente no período neoliberal, o que demonstra uma contradição importante no caso latino-americano. Na análise do neoliberalismo no contexto periférico, é necessário diferenciar aquilo que é conjuntural daquilo que é estrutural, o que não significa negar a mudança ou entender que o capitalismo dependente é estanque e estagnado. Entretanto, se quisermos analisar o Estado social, ou seja, as políticas sociais que antecederam o neoliberalismo na América Latina não podemos estudar o Estado de bem-estar social na Europa, mas as contradições do nacional-desenvolvimentismo. Evidentemente, tais políticas sociais conquistadas nos

da mesma moeda: “Longe de contradizer o projeto neoliberal de desregulamentação e falência do setor público, o proeminente ascenso do Estado penal é como um negativo que se revela como complemento indispensável para a imposição do trabalho precarizado” (WACQUANT, 2001, p. 96). De forma convergente, Maurizio Lazzarato percebe como os ajustes nas prioridades estatais visam também o afastamento do Estado das pressões democráticas e populares:

Longe dos neoliberais a ideia de um “Estado fraco”, de um Estado mínimo ou ainda pior, de uma “Estadofobia”. Muito pelo contrário, a privatização dos serviços deve liberar o Estado da pressão que as lutas sociais exercem sobre suas despesas. [...] Privatizar a “oferta” de serviços significa tirar da “demanda social” sua dimensão política e sua forma coletiva. Uma vez liberado das “expectativas”, dos direitos e da igualdade que as lutas trazem consigo, o Estado poderá assumir as funções que o neoliberalismo prevê para ele: Ser um Estado forte, para uma economia livre, um “Estado forte” para com os fracos (os despossuídos) e fraco para com os fortes (os proprietários). (LAZZARATO, 2019, p.32).

No caso mexicano, algumas evidências empíricas corroboram com as teses do Loïc Wacquant e de Maurizio Lazzarato citadas anteriormente. Mesmo sem estar envolvido em nenhum conflito bélico oficial, o México se tornou, nas últimas duas décadas, o terceiro país da América Latina em gastos militares, segundo dados do Banco Mundial. Em 1985, já no período neoliberal, o país ficou pela primeira vez em 3º lugar em uma série histórica que se inicia em 1960, mas já no ano seguinte perde posições, voltando a aparecer em 3º lugar em 1990, posição que volta a perder em 1995. No ano 2000, no governo de Vicente Fox (PAN), o primeiro presidente não filiado ao PRI em sete décadas, o México aparece pela primeira vez na 2ª posição, mas é ultrapassado, em 2003, pela Colômbia governada por Álvaro Uribe desde 2002. Entre a declaração de guerra às drogas em 2006 e 2017, o país só desce da terceira posição uma única vez em 2008 (ultrapassado naquele ano pela Venezuela), ou seja, o país se consolida na terceira posição, atrás de Brasil e Colômbia. De uma posição média de 5,9 nos anos 1970, o país sobe de posições até alcançar uma média de 2,8 nos anos 2000 com uma ligeira tendência de queda na década seguinte (dados até o ano de 2017). Mesmo durante o período de guerra suja (1964-82) o país nunca havia passado do 4º lugar (BANCO MUNDIAL).

De acordo com o Instituto para a Economia e a Paz (IEP), um *Think Tank* que lidera pesquisas sobre violência e “paz” fundado na Austrália, os custos da guerra às drogas, mesmo

períodos de transição democrática se deram em um momento de financeirização da economia global, o que implica uma reestruturação dessas políticas. Um exemplo é o desvio do fundo público para a alimentação do rentismo e a importância que esta transferência assume para a acumulação de capital. Com isso em vista, não necessariamente os valores gastos com política social se reduziram (tornaram-se mínimos) no período neoliberal.

com sensível diminuição em relação ao ano de 2011, chegaram a 110 bilhões de dólares em 2015, o que significa 19% do PIB. Entretanto, o cálculo compreende os gastos diretos – como operações militares e policiais e com o sistema de Justiça – e indiretos – como atendimentos médicos, diminuição na produtividade e outras projeções negativas em relação a perdas econômicas. O custo direto anual com a “contenção” da violência no México foi de 3.8% do PIB, quase o mesmo percentual de participação da indústria automotriz mexicana (INSTITUTE FOR ECONOMICS AND PEACE, 2015).

Na América Latina, em 2016, os países com as maiores populações carcerárias eram: Brasil (607 mil), México (255 mil) e Colômbia (121 mil), concentrando quase 70% da população penal do continente (VILALTA; FONDEVILA, 2019, p.4). Apesar da população carcerária mexicana ter caído sensivelmente desde o ápice em 2014⁵², entre 1995 e 2010, o México apresentou o 8º maior crescimento mundial em sua população carcerária, o aumento foi de 92%. O encarceramento massivo, evidentemente, repercute no gasto com o sistema prisional. Além disso, em 2014, 42% dos presos ainda não tinham recebido condenação no país. (URESTE, 2015). Em 2016, Guerrero foi a quarta entidade federativa com a maior taxa de superpopulação prisional no México, com 142%⁵³ (INEGI, 2017).

Um estudo comparativo entre os gastos federais com segurança antes do mandato de Felipe Calderón (2006-2012), marcado pela declaração de guerra às drogas e pela crise de 2008, e depois deste mostrou que o *Presupuesto de Egresos de la Federación* (PEF) passou por um crescimento de 176% entre 2006 e 2012 (GUZMÁN; HERNÁNDEZ; MOSLARES, 2015, p.101). Em 2006, destinou-se 82,17 bilhões de pesos a seis áreas envolvidas com a repressão estatal (considerando os gastos nas áreas de Gobernación, Defensa Nacional, Seguridad Pública, Marina, Procuraduría General de la República e Poder Judicial), o que representou 5,26% do PEF e 0,79% do PIB. Em 2012, com 196,88 bilhões, estes gastos passaram a ser equivalentes a 7,15% do PEF e 1,27% do PIB (GUZMÁN; HERNÁNDEZ; MOSLARES, 2015, p.103). Enquanto, os gastos com desenvolvimento social⁵⁴ subiram 319%, os com Seguridad Pública cresceram em 437% no mandato de Calderón, segundo Guzmán, Hernández

⁵² Coincidindo com a vigência de um novo sistema penal acusatório que, dentre outras alterações, excluiu a detenção automática de acusados em prisão preventiva mantendo-a apenas em seis tipos penais (lista que já foi ampliada em 2019).

⁵³ A medição utilizada pelo INEGI parte do seguinte cálculo: população reclusa dividida pela capacidade prisional instalada.

⁵⁴ De acordo com o *site* da Secretaría de Hacienda y Crédito Público, a classificação funcional “Desarrollo Social” compreende as seguintes áreas: Protección Social, Educación, Salud, Vivienda y Servicios a la Comunidad, Protección ambiental y Cultura.

e Moslares (2014), com dados da Secretaría de Hacienda y Crédito Público do ano de 2012.

A mesma tendência de incremento não ocorreu com os gastos sociais, mostrando que a austeridade pregada pelos gestores neoliberais não busca impactar todas as áreas de forma homogênea. Ainda no mandato de Vicente Fox (PAN) (2000-2006), o México aprovou uma lei de responsabilidade fiscal que impõe ao país um limite aos gastos públicos, em conformidade com os mandamentos das políticas de austeridade:

El 30 de marzo de 2006 se publicó en el Diario Oficial de la Federación la Ley Federal de Presupuesto y Responsabilidad Hacendaria (LFPRH), que en su artículo 17° establece el equilibrio presupuestario como mandato legal y, en el 18°, se establece que no podrá haber aumento de gasto si no va acompañado de un correspondiente aumento en los ingresos. (TELLO, 2010, p. 27).

Segundo a base de dados CEPALSTAT, no quesito gasto público com educação como porcentagem do PIB (2018), com 4,9% do PIB, o México ficou na 16ª posição em uma lista com 32 países da América Latina. De acordo com a mesma base, em termos de gasto público com saúde como porcentagem do PIB (2017), o país ocupa a posição 25ª entre 33 países da região, atrás do Haiti e de todos os países da América Central. Em termos de gasto social⁵⁵ do governo central como porcentagem do PIB (2018), o México ocupa a 18ª colocação entre 24 países com 8,7%, enquanto a média da América Latina foi de 11,3%. Este gasto social como porcentagem do PIB é o mesmo do ano de 2008 (CEPALSTAT, 2020), demonstrando uma tendência ao contingenciamento dessa modalidade de investimento público.

3.3 Desmonte do emprego e neoliberalismo

Apesar de que a anterior revisão da teoria marxiana (Capítulo 1) sobre a *Lei geral da acumulação capitalista* e a superpopulação relativa tenha enfatizado a contradição entre o imperativo do trabalho vivo para a produção de valor e a tendência ao aumento na composição orgânica do capital, esta última não é a única força destrutiva-criativa quando se trata de demanda por força de trabalho no modo de produção capitalista e, mais particularmente, em sua fase neoliberal. O que observamos não é um “adeus ao proletariado” (GORZ, 1982), mas sim o desmonte do que conhecemos como “emprego”, algo historicamente determinado e, de modo geral, resultado, do acúmulo de conquistas nas batalhas da guerra de classes (FONTES, 2017), bem como das necessidades da acumulação de capital.

⁵⁵ Para a CEPALSTAT, o “gasto social” se define como os recursos dirigidos às seguintes seis funções: proteção do meio ambiente, habitação e serviços comunitários, saúde, atividades recreativas, cultura e religião, educação e proteção social.

O contexto de enfraquecimento do emprego envolve o desvanecimento da contraposição socialista, encarnada pelo sistema soviético e pela classe trabalhadora organizada neste referenciada ou não, e o aumento do número de trabalhadores “liberados” pelos processos de espoliação em países como China e Índia, que passaram a compor um Exército Industrial de Reserva globalizado. O recuo das experiências socialistas e/ou terceiro mundistas nas ex-colônias é outro fator que compõe o cenário de refluxo em termos de conquistas e avanços na luta dos trabalhadores e dos povos oprimidos ao redor do mundo. Esse aumento no número total de trabalhadores “disponíveis” ao redor do planeta somado à liberalização dos fluxos de capital e de mercadorias e ao estabelecimento das cadeias de valor desencadearam uma pressão negativa sobre o valor pago à força de trabalho e também sobre seu poder de negociação. Tal pressão surtiu efeitos nos países de capitalismo avançado e, em alguma medida, nos países periféricos de renda média⁵⁶. Parte dos países de industrialização tardia e recém inseridos de forma tão intensa no mercado mundial globalizado dispunha de uma classe trabalhadora detentora de pouca experiência para enfrentar e defender seus direitos perante transnacionais, sobretudo, por ter sido “arrancada” de suas relações comunitárias e de produção tradicionais há menos de uma geração ou até mesmo saído de estruturas coloniais de organização do trabalho e de governo, que envolviam segregação racial e trabalho análogo à escravidão ou servil. Nesse contexto, a assimetria de poderes era aguda: os trabalhadores encontravam-se entre seus Estados, muitas vezes recém-independentes, e empresas cujo capital podia ser maior que o PIB de suas nações. Desse modo, a estrutura mediadora entre trabalho e capital era precária e embrionária.

Em vista de todos os movimentos em curso, a historiadora marxista Virgínia Fontes (2017) argumenta que o que está em jogo no capitalismo neoliberal não é a relação salarial propriamente dita em suas diferentes manifestações, mas a construção histórica do emprego mediado pelo Estado. Ou seja, a globalização neoliberal vem estabelecendo e generalizando modalidades de subordinação direta, geralmente destituídas de um contrato vinculativo.

Quanto mais se expande o capitalismo, mais o trabalho assume múltiplas configurações, recobertas por contraditórias aparências, disseminadas, enfatizadas pela propaganda e pela atuação empresarial e estatal. Duas aparências assumem a frente na atualidade: o trabalho reduzir-se-ia a emprego, e seria superável, eliminável da vida social [...] Da relação social entre trabalho e capital e da atividade criativa saltamos para a relação jurídica “emprego”, forma ainda generalizada pelo capitalismo, mas em vias de

⁵⁶ Atualmente, o quadro mudou. O poder de compra de um trabalhador chinês é em média superior ao poder de compra de um trabalhador mexicano e brasileiro, por exemplo (CELIS, 2018).

transformação, na qual homens e mulheres estão totalmente disponíveis, durante a maior parte do tempo, aos seus empregadores, para realizar as tarefas (“trabalho”) que lhes forem designadas (FONTES, 2017, p. 47).

Nesse sentido, Fontes defende que a equivalência entre trabalho e emprego é uma contingência histórica: “Criava-se uma aparência de correspondência entre trabalho (a atividade criativa), emprego (a forma concreta da sujeição do trabalhador ao capital) e vida (sociabilidade)” (FONTES, 2017, p.48). Ocorre que este modelo de trabalho mediado, nunca completamente generalizado, em espacial na periferia, está em declínio:

Há uma tendência forte a identificar trabalho (atividade humana, sociometabólica, de transformação da natureza) com a forma “emprego”, uma das formas de subordinação do trabalho ao capital, que agora se desloca para uma subordinação ainda mais direta [...] (*Ibidem*, 2017, p.51).

Fontes (2017) considera o derretimento dos contratos de trabalho como uma forma de expropriação secundária, ou seja, parte de uma nova rodada de espoliação contra a classe que já havia sido separada dos meios de produção. Por mais que o emprego seja desmontado pelo próprio modo de produção que o forjou – designando-o como o formato mais adequado para a exploração do trabalho humano em nome da valorização do valor – o trabalho permanece imprescindível para o capital. O emprego pode desaparecer, porém o trabalho segue inexorável. Reconfigurado o arranjo histórico-jurídico cujo fiador é o Estado, este último passa a estar mais direcionado para a contenção e repressão dos trabalhadores incorporados em relações laborais menos mediadas ou desprovidas de medições, do que encarregado de complementar a reprodução social da força laboral e arcar com parte considerável de suas necessidades básicas de reprodução, por meio do salário-indireto.

No século XX, reivindicações da classe trabalhadora organizada consolidaram-se enquanto direitos, vinculando o trabalho a uma série de proteções e garantias. Sobretudo, após a Revolução Russa de 1917, os trabalhadores arrancaram mais concessões do Estado em termos de serviços públicos. Portanto, a associação entre trabalho e direitos é uma construção histórica, determinada principalmente pela luta de classes internacional e interna às fronteiras nacionais, mas também por necessidades advindas do desenvolvimento das forças produtivas.

Quais seriam os fatores econômicos e políticos contemporâneos que dissipam o emprego e transformam as relações de trabalho? Nos próximos parágrafos argumento que a baixa demanda por empregos pode ser explicada por multicausalidades, para além das tendências gerais descritas no capítulo 23 do livro *I d’O Capital* (MARX, 2013), todas essas correlacionadas entre si: a financeirização da economia, a austeridade e o baixo crescimento.

3.3.1 Financeirização e emprego

A obsessão por dinheiro que produz dinheiro, prescindindo do ser humano e dos riscos inerentes a todo o investimento produtivo, nunca foi tão pronunciada na história do capitalismo (HARVEY, 2018). De forma resumida, de acordo com Edemilson Paraná (2018), a financeirização da economia produzida pela globalização neoliberal é “o excesso de riqueza concentrada na esfera financeira que, sem se dirigir a investimentos produtivos, vive da busca constante por novas oportunidades de ganhos fictícios de curtíssimo prazo” (PARANÁ, 2018, p.217). Então, congruentemente, a financeirização está profundamente relacionada à lógica do rentismo, isto é, à obtenção de rendas por meio da propriedade da terra, capital e ativos financeiros. Os proprietários desses fatores disputam com outras frações da burguesia pela apropriação da riqueza produzida pelos trabalhadores subordinados ao capital, mesmo que não tenham se envolvido diretamente nos processos produtivos industriais ou de serviços. Isso não significa que a financeirização não esteja relacionada às transformações nos próprios processos produtivos, como a automatização e a informatização.

A partir da década de 1980, a valorização financeira converteu-se em uma lógica estruturante para todo o processo de acumulação e reprodução capitalistas, sobrepujando-se em relação à valorização produtiva, de acordo com François Chesnais (2002). As modalidades e ferramentas empregadas pela valorização financeira expandiram-se e se diversificaram de forma historicamente inédita. A cada crise, o capitalismo, conforme já identificava Marx, demonstra uma potente capacidade de reformular-se e superar as barreiras que restringem a acumulação ilimitada. No caso da crise global de 1970, não foi diferente. O sistema capitalista transformou-se multidimensionalmente nas décadas seguintes, em termos de tecnologia, infraestrutura, relações sociais, relações de trabalho, formas de regulamentação e organização. A financeirização é uma das consequências dessa reformulação sistêmica cujo pivô da mudança foi uma grande crise econômica. O deslocamento para o futuro é uma estratégia para “atrasar” a crise, como explica o autor Eduardo Sá Barreto:

Em outros termos, quando emperra, estruturalmente, a acumulação via mais-valor produzido, desloca-se o eixo da acumulação para o futuro, para títulos de apropriação de mais-valor futuro (LOHOFF & TRENKLE, 2014). Estaria aí, segundo Kurz, a raiz da explicação para a hipertrofia da esfera financeira como esfera relativamente autônoma, assim como de sua penetração em graus crescentes de protagonismo nas atividades que se convencionou denominar produtivas. Mais que isso, se tal fuga é impulsionada pelo esgotamento irreversível do mecanismo que permite compensar a queda da taxa de lucro pela expansão de sua massa, então a hipertrofia e protagonismo da lógica financeira que a acompanha são também irreversíveis. (BARRETO, 2019, p.131-132).

A capacidade de acesso ao crédito também está diretamente ligada ao processo de centralização de capitais e absorção dos capitais mais frágeis pelos monopólios, porque potencializa o reinvestimento e a ampliação da escala dos negócios. Tal vínculo entre o capital industrial e bancário, que amplia a escala da expansão e da acumulação de modo a transformar o sistema em termos quantitativos e qualitativos, é uma das essências do imperialismo descrito por Lenin no início do século XX (LENIN, 2012). No neoliberalismo, o predomínio da financeirização caminha junto à consolidação de monopólios e conglomerados transnacionais, instalados de forma desigual ao redor do mundo.

A aparente independência⁵⁷ das finanças é corroborada pela frequência em que vultosos resultados no mercado de ações não encontram respaldo no lucro gerado pelo empreendimento “real”, ou seja, pela operação que envolve extração de mais-valia. Tal lógica, que institui uma mentalidade *curtoprazista*, está relacionada ao baixo crescimento econômico, já que os investimentos que visam majorar os lucros reais tendem a ser mais morosos e a força de trabalho muitas vezes já se encontra no limite da exploração⁵⁸. É comum que empresas, sobretudo, no setor de inovação e tecnologias, que ainda não geraram lucros permaneçam com as ações subindo e com acionistas e gerentes auferindo retornos satisfatórios. Isso não exclui a possibilidade de que a exploração intensiva da força de trabalho e a ausência total de direitos e vínculos trabalhistas seja um ou talvez o principal fiador da valorização desses ativos. Algumas ficam nessas condições anos a fio, no entanto, não se descarta que em um momento de incredulidade se exija a geração de lucro efetivamente ou que as ações se desvalorizem em caso de conquista de direitos por parte dos trabalhadores destituídos de vínculo jurídico.

Após esta breve exposição sobre a hegemonia das finanças globais, nos próximos parágrafos, apresento algumas repercussões da financeirização para a classe trabalhadora. De acordo com Pietro R. Borsari e Marcelo W. Proni (2020), no artigo *Consequências da financeirização para os trabalhadores* – que traça um panorama dos aportes teóricos sobre os

⁵⁷ “acresce a essa confusão a suposição de que o capital “financeiro” pode reproduzir-se sem a valorização do valor propiciado pelos processos de trabalho. Esquecem-se de que ele integra a concentração exacerbada da propriedade das condições sociais de produção, que essa concentração é a maior impulsionadora da extração de valor sob quaisquer condições. Longe de acabar com o trabalho, a atuação desse polo concentrado reduz o emprego com contratos e direitos a alguns setores dos trabalhadores, e impulsiona firmemente a extensão de formas de sujeição direta dos trabalhadores a processos apenas aparentemente abstratos” (FONTES, 2017, p.63).

⁵⁸ Nos últimos anos e, mais incisivamente, durante a pandemia da Covid-19, os trabalhadores das plataformas de serviços em vários países do mundo demonstraram capacidade de organização, de criação de estratégias efetivas e com potencial de repercussão social contra as empresas, de divulgação de sua causa e de atração da solidariedade de outras categorias e setores da sociedade para com suas reivindicações. Como reação enérgica, os “aplicativos” investiram vultosos recursos em *lobby*, *marketing* e publicidade.

impactos da hegemonia financeira para o mundo do trabalho – os estudos sobre financeirização possuem, de modo geral, três enfoques: aqueles que tratam do surgimento de um novo padrão de acumulação do capital, no qual as finanças se tornaram hegemônicas⁵⁹; a perspectiva que investiga as consequências da fixação da remuneração do acionista enquanto objetivo central das operações cooperativas e como essa priorização modifica as relações de poder entre as frações de classe⁶⁰; e uma terceira perspectiva que se debruça sobre as implicações da financeirização no cotidiano dos indivíduos (o endividamento das famílias, a ampliação no número de pessoas que investem na bolsa, a financeirização das políticas públicas, o microcrédito etc.).

De acordo com Pietro R. Borsari e Marcelo W. Proni (2020), os impactos da financeirização no mundo do trabalho estão ausentes nas publicações do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional (FMI) e da Organização Mundial do Comércio (OMC). Mesmo na academia, o nexos entre nível de emprego e financeirização ainda é pouco estudado, sendo mais tangenciado do que sistematizado. Para os autores, uma iniciativa que poderia contribuir na superação dessa lacuna em relação à causalidade ou às correlações entre trabalho e financeirização seria a de conjugar as contribuições e os esforços dos diferentes enfoques e perspectivas mencionados anteriormente para atingir esse objetivo.

De modo geral, a crítica da Economia Política encabeçada pelos marxistas entende o processo de financeirização a partir de conceitos como fetichismo (MARX, 2013) e categorias como capital financeiro, capital portador de juros e capital fictício. Diferentemente de grande

⁵⁹ “Em outras palavras, a financeirização aparece não como uma alteração pontual ou residual neste ou naquele setor da economia, mas como particular orientação do processo de acumulação capitalista que reconfigura a economia global, condicionando a atuação de empresas transnacionais e de bancos centrais, e se expressa na dimensão da riqueza financeira no mundo contemporâneo” (BORSARI; PRONI, 2020, p.3)

⁶⁰ “Na visão de mundo do antigo paternalismo industrial, o patrão-proprietário reinava sobre sua empresa como se ela fosse um objeto seu. Ele era concebido, ainda no século XIX, em consonância com o antigo ‘mestre, o dominus, ou seja, o proprietário dos operários que ele emprega’. Àqueles que questionavam seu poder, ele podia sempre contrapor: ‘Aqui quem manda sou eu porque estou no meu domínio, porque ele é meu’. Um alicerce que a autoridade dos gestores de grandes sociedades modernas não pode mais reivindicar”. (CHAMAYOU, 2019, p.74). O segundo enfoque mencionado, que tem entre suas temáticas centrais a separação entre gestão e propriedade, abordando a crise de legitimidade que precisou ser enfrentada pelas corporações em decorrência dessa cisão. Exemplo dessa agenda, o autor Gregoire Chamayou (2019) retoma a contradição entre a tendência das grandes empresas a se apresentarem como organizações transparentes pautadas pela responsabilidade social e sua natureza hierárquica e autoritária (incompatível com a democracia). Tal contradição levava à admissão de que cada empresa é, de fato, um regime autoritário: “Formulado de modo simples, a empresa é uma forma autoritária de governo industrial no seio de uma sociedade supostamente democrática”; ora, se lhe aplicarem os padrões da legitimidade política, haverá necessariamente contradição entre ‘a tradição democrática de um governo fundamentado no consenso e os procedimentos inevitavelmente hierárquicos e autoritários dos negócios’”. (*Ibidem*, p.81).

parte dos keynesianos ou neokeynesianos⁶¹, os marxistas não costumam conceber a atual etapa do capitalismo como um desvio ou uma falha no que deveria ser o capitalismo, mas sim como um resultado presumível das contradições inerentes ao capitalismo e da busca ilimitada pela valorização do capital.

O emprego dos termos “padrão”, “regime de reprodução” ou de “acumulação” sugere que a financeirização repercute em diferentes âmbitos da realidade para além da economia, pois tudo ao redor se reconfigura para responder ao imperativo por rendimento do capital, inclusive as relações laborais e as práticas de administração e gerenciamento do capital. A título de exemplo: cada vez mais as empresas se esforçam para alcançar o ideal de que a remuneração dos funcionários não seja fixa, mas o mais flexível e variável possível em favor do capital. Para tanto, são almejados contratos de trabalho mais flexíveis; outro artifício é associar a remuneração do trabalho à esfera financeira:

[...] Darcillon (2015) utilizou modelos de dados de painel de efeitos fixos em uma amostra de 16 países da OCDE no período 1970-2009, tendo como resultado a indicação de que a financeirização exerce forte pressão nos mercados de trabalho em direção a instituições de barganha mais descentralizadas (ou “corroídas”) e relações de emprego mais flexíveis. Em outras palavras, a financeirização estaria associada à redução do poder de barganha dos trabalhadores e ao enfraquecimento das condições de proteção ao emprego. (BORSARI; PRONI, 2020, p.5).

A existência de um montante de capital que precisa encontrar meios de se valorizar passa a ditar condições de exploração mais intensas contra as classes despossuídas e enfraquecidas em seu poder de contraposição ao capital. Essa pressão é ainda mais intensa em períodos de crise. No capitalismo financeirizado, a participação dos salários no PIB está decrescendo, fazendo com que a realização do valor seja dependente do crédito, o que favorece o desenvolvimento de crises e bolhas especulativas, tornando o quadro ainda mais instável para os trabalhadores, que absorvem todos os choques.

Nesse contexto, o crédito para garantir o consumo, enquanto endivida as famílias, serve como mecanismo que contrarresta a tendência ao solapamento da capacidade de realização dos valores pelos trabalhadores-consumidores. Ao mesmo tempo em que o capital busca minimizar

⁶¹ Essa corrente costuma considerar que a influência dos rentistas desvia o capital de sua finalidade produtiva, acreditando em uma dicotomia entre capital produtivo e capital financeiro e bancário, o que evidentemente diverge do diagnóstico de Vladimir Lenin (2012) quanto à fusão do capital bancário e industrial na formação do capital financeiro e monopólico, no fundamento do capitalismo imperialista. Dentro do âmbito dos estudos sobre financeirização, outros autores descartaram a tese dualista (indústria em oposição ao rentismo), pois consideram que há uma íntima relação entre capital produtivo e as finanças, e que o processo de financeirização é fruto da concorrência entre os capitais, ou seja, uma tendência medular do capitalismo.

o custo com a mão de obra e, como é comum na periferia do capital, tenda a remunerar a força de trabalho⁶² de forma que essa não consiga se reproduzir plenamente, este necessita de consumidores aptos a realizar o valor produzido e parte considerável fica a cargo de trabalhadores assalariados⁶³. No caso de países da periferia, como o México, que se voltaram de forma incisiva para o mercado externo e dependem cada vez mais do comércio exterior, o problema do risco de subconsumo interno devido à depreciação do poder de compra da população é desconsiderado na proporção em que a realização se dá em maior medida externamente, ocasionando uma cisão no ciclo do capital: produz-se valor internamente e se realiza o valor no mercado consumidor de outros países. A cisão permite que o arrocho salarial e a degradação das condições de trabalho ocorram sem maiores repercussões para os monopólios capitalistas que atuam internamente.

Somado a isso, com a intensa desregulamentação dos fluxos de capitais a partir dos anos 1970, os mercados de trabalho se internacionalizaram, ou seja, trabalhadores de diferentes países passaram a competir entre si, o que fez com que a classe trabalhadora da centralidade do sistema passasse a ser afetada pela pressão salarial descendente vinda da periferia:

La mayor movilidad del capital, su extensión territorial y estructural, su capacidad acrecentada para imponer y someter patrones tecnológicos y modos de consumo de la fuerza de trabajo y de extracción del plusvalor se encaminan hacia el afianzamiento del liderazgo productivo, mediante la construcción de un ejército de reserva de dimensiones planetarias (CECEÑA, 1994, p.239).

Concomitantemente, os juros passam a se apoderar de partes consideráveis dos orçamentos familiares e a política de austeridade e privatizações faz com que o trabalhador tenha que gastar cada vez mais dinheiro com sua reprodução social que, por sua vez, tende a ser quase completamente monetarizada. Serviços que antes eram públicos e universais ou mais amplos deixam de sê-lo. Para tanto, o trabalhador busca acumular postos informais, temporários e parciais e busca estender sua jornada laboral para alcançar uma remuneração suficiente visando quitar o preço de produtos ou serviços acrescido de juros. Ademais, o trabalhador endividado teme com ainda mais intensidade o desemprego, sendo a dívida mais um dispositivo disciplinar.

⁶² Sobre a defasagem salarial no México: “[...] podemos concluir con la siguiente reflexión: el valor de la fuerza de trabajo experimenta evidentes aumentos en las dos últimas décadas del siglo XX; sin embargo, no son cubiertos proporcionalmente por los aumentos salariales” (SOTELLO, 2004, p. 120).

⁶³ Segundo Jaime Osório (2016), na periferia do sistema essa contradição fundamental do capitalismo pode ser menos pronunciada pelo fato de as economias dependentes serem voltadas para fora, ou seja, a expansão ampliada exige que os valores sejam predominantemente realizados no exterior, corroborando a atrofia do mercado interno.

Para Chesnais (2002), o capital financeiro circula pelo mundo buscando as condições mais favoráveis para apoderar-se de rendimentos; o mesmo percurso é feito pelas transnacionais em busca de taxas de lucro mais atrativas, após as políticas de desregulamentação no âmbito do processo de globalização neoliberal. Esse itinerário inclui a procura por condições mais propícias para exploração do trabalho.

Assim como impõe uma série de novas condições à exploração, o domínio das finanças também exige uma agenda de políticas econômicas estatais específicas. Segundo Borsari e Proni (2020): “A linha de frente dessa agenda apresenta dois elementos centrais: (1) garantia do pagamento em dia da dívida pública e da dívida imobiliária, gerando um fluxo regular de juros; e (2) redução do custo do trabalho (o que requer reformas laborais) e do gasto público com a proteção aos trabalhadores (reforma da seguridade social).” Essas condições ideais reivindicadas pelas finanças desembocam nas políticas de austeridade e no aumento da taxa de lucro (pelos menos para o grande capital) por meio dos cortes no custo de mão-de-obra.

Nessa lista de prioridades, o crescimento econômico não é citado pela grande burguesia, apesar de ser uma necessidade estrutural do capitalismo, sem a qual esse sistema entra em crises sucessivas, visto que precisa se expandir infinitamente. Mais uma vez constatamos que o ponto de vista dos capitalistas é limitado, marcado pelo presenteísmo e não equivale às necessidades estruturais do capitalismo em sua totalidade. Com o atual nível de desigualdade na distribuição de riquezas, se a fração hegemônica da burguesia consegue elevar satisfatoriamente seus lucros e cobrar para si uma parcela significativa do bolo, por mais que este não seja volumoso, na imediatez não importa tanto se não houve um expressivo crescimento do PIB da nação ou do PIB mundial. Então, a comparação das taxas de crescimento apresentadas pela fase neoliberal com outros momentos mostra que estamos sob um regime de baixo crescimento:

Chesnais (2016) mostra que no atual momento do capitalismo impera um “regime de baixo crescimento econômico”, em que a taxa geral de lucro se mantém num patamar relativamente baixo e as oportunidades de investimento são insuficientes para que a acumulação deslanche novamente. Somente algumas corporações com alcance global e poder de oligopólio conseguem contornar os obstáculos e obter elevadas taxas de lucros. Nessas corporações, onde a exploração do trabalho é intensa, geram-se lucros que não são reinvestidos, mas sim utilizados para incrementar a massa de dinheiro ansiosa por rentabilidade em aplicações financeiras. Essa massa de dinheiro busca valorização em processos cada vez mais distantes da produção de mais-valia, acirrando-se fortemente a concorrência e aumentando a dificuldade de efetivar o potencial de mercado. (BORSARI; PRONI, 2020, p.9).

Como a instabilidade aumenta e o padrão de crescimento é baixo, é o trabalho que é penalizado seja por períodos mais recorrentes e longos de desemprego, seja pelo arroxó salarial. A competição acirrada entre os trabalhadores faz com que o ritmo de trabalho se intensifique devido ao risco iminente de demissão.

Como a financeirização implica em um regime de baixo crescimento, com centralização do capital e desigualdades crescentes, e a agenda de política econômica é orientada para a continuidade desse regime, as consequências são nítidas: elevadas taxas de desemprego, desestruturação de direitos trabalhistas e precarização dos empregos (nos setores público e privado). Simultaneamente, a financeirização implica no fortalecimento relativo do capital portador de juros concentrado em grandes fundos, tornando-o capaz de pressionar a esfera da produção (tanto pequenas indústrias capitalistas quanto grandes empresas de capital aberto). Esta pressão tem como resposta o incremento da taxa de exploração do trabalho. Outra consequência, então, é um crescimento dos salários mais lento em relação aos ganhos de produtividade (CHESNAIS, 2014). (BORSARI; PRONI, 2020, p.10).

O capital financeiro não é o capitalismo à deriva. Seu domínio envolve a construção de um modelo favorável para frações de classe e de disciplinamento dos variados tipos de capitais e, no limite, de toda a sociedade, o que implica a máxima redução dos custos com força de trabalho e a maximização da extração de mais-valia. Sabadini (2011) entende que os lucros gerados a partir do capital fictício são apropriados como reais pelos capitalistas individuais, assim como qualquer outro lucro. Contudo, desde a perspectiva da totalidade os lucros são fictícios. Quando a crise sobrevém e desvaloriza ativos em cadeia, como ocorre no rompimento de bolhas especulativas, os capitalistas tendem a se agarrar aos ativos reais e a cobrarem a produção e o pagamento daqueles valores prometidos.

Em segundo lugar, ainda que se constitua (diretamente ou mediada por camadas de inovações financeiras) como título de propriedade sobre mais-valor futuro, essa riqueza fictícia comanda remuneração no presente e faculta a seu detentor acesso à riqueza social substantiva no presente. Por isso, desde o ponto de vista do indivíduo e do ato isolado, ela é riqueza “tão real quanto qualquer outro capital”. Desde o ponto de vista da totalidade, contudo, por estar fundada em valorização especulativa, são “pura fumaça” (CARCANHOLO & SABADINI, 2009). Sendo assim, ela tem esse caráter de riqueza “provisoriamente” real para o indivíduo tão somente enquanto a “fumaça” não se dissipar ou enquanto ela não for materializada pelo indivíduo em riqueza efetiva. (BARRETO, 2019, p. 139).

Em suma, quando a crise se instaura, cobra-se com maior vigor os retornos do capital investido. Nesse contexto, a precarização do trabalho, enquanto mina de extração de mais-valor, e a financeirização se retroalimentam, bem como se conjugam a espoliação, por meio do pagamento de juros, do fundo público etc., e a exploração intensiva da classe trabalhadora. A

pressão sobre o trabalho e a tomada de medidas que reduzam seu peso no orçamento empresarial valorizam os ativos das empresas nas bolsas, promovendo resultados financeiros positivos no curto prazo. Demissões em massa não mais indicam falência, mas podem ser parte de estratégias que envolvem acenos ao mercado de negociação de ativos. Algumas dessas práticas fazem parte do que se denomina *downsizing*: “‘poderosos grupos de acionistas’ usaram o *downsizing* como estratégia para aumentar o preço da ação”. (BORSARI; PRONI, 2020, 2015).

Por meio da precarização do trabalho, o capital concretiza grande parte de suas estratégias de acumulação, entre as quais aquelas que favorecem a financeirização. Isso é apontado, sobretudo, pelos teóricos marxistas que partem da teoria valor-trabalho. A terceirização das atividades meio e das atividades fim também costuma fazer parte deste tipo de estratégia tida como incontornável à busca por uma maior racionalização e eficiência na operação empresarial.

A maioria das repercussões da financeirização no mundo do trabalho, identificada nos estudos analisados por Borsari e Proni, (2020), refere-se aos trabalhadores das corporações de capital aberto. O nexos causal é mais facilmente identificado nestes casos, pois para que os gerentes favoreçam os interesses dos acionistas que buscam maximizar seus retornos, estes passam a ser remunerados também por ações (fundindo propriedade dos meios de produção e administração/gerência), o que faz com que transmitam as pressões para os escalões mais baixos, alcançando o chão de fábrica:

A pressão disciplinar exercida na cúpula vai repercutir em cascata em cada nível do organograma até o último, que assumirá, de modo bem particular, o “risco residual” – no próprio corpo. Outro tipo de “teoria do escoamento”, diferente da oficial: à medida que os lucros sobem de novo, chovem as pressões, o assédio moral, os acidentes de trabalho, as depressões, os distúrbios musculoesqueléticos, a morte social – às vezes também a morte pura e simples. (CHAMAYOU, 2019, p.105)

O mercado financeiro passa a agir como um mecanismo normativo de controle. Apesar de se propagar que o acionista é merecedor de um proeminente retorno financeiro pelos riscos que assume, o formato acionário é bastante oportuno, justamente pelo motivo contrário, os acionistas correm menos riscos que um proprietário tradicional, pois há a transferência de grande parte de sua carga aos trabalhadores, assim como os bancos transferem seus riscos ao Estado e, por fim, os contribuintes carregam o ônus dos movimentos especulativos desastrosos e eventuais falências. O papel de supervisor assumido pelo mercado financeiro é destacado por John Milios:

Os mercados financeiros formam uma estrutura de supervisão da eficácia dos capitais individuais, isto é, um sistema de avaliação das inversões de capitais. A busca por manter alto o ganho financeiro coloca pressão sobre os capitais individuais (empresas), o que exige uma exploração mais intensiva e mais eficaz do trabalho e, assim, uma maior rentabilidade. Esta pressão é transmitida por meio de vários canais diferentes (MILIOS, 2015, p.3).

No mesmo sentido, explorando os conceitos de governabilidade e normatividade, Gregoire Chamayou afirma como o mercado de ações torna-se o avaliador supremo, transbordando e impondo sua lógica de funcionamento, ordenamento e conduta para todo o sistema:

Ao mercado de ações está associado certo modo de veridicção, que avalia as atividades produtivas segundo a “métrica única” das performances financeiras. Porém, essa produção de “verdade” é também o instrumento de uma tecnologia de controle de condutas. [...] Nessa apologia renovada da economia de mercado, o primado do valor acionário é louvado como um princípio de metagoverno catalártico eficiente, dogma de uma nova fé, em que o nómos do mercado converteria, espontaneamente, o caos capitalista em regularidade ordenada. (CHAMAYOU, 2019, p.103)

É provável que, por conta de todos esses fatores que insinuam um caráter totalizante e colonizador da lógica financeira, as tendências no mundo corporativo tenham repercussões diretas ou indiretas em todo o mercado laboral, até mesmo no funcionalismo público. Há uma espécie de efeito cascata, mas é importante ressaltar que as consequências desencadeadas pelas mudanças são heterogêneas entre os ramos, empresas de diferentes portes, países e regiões.

as consequências da financeirização não se manifestam da mesma forma no conjunto da força de trabalho, nem são homogêneas nos diversos países, sendo importante observar as diferenças nacionais e regionais. Portanto, a categoria analítica “financeirização” não pode explicar todas as mudanças observadas, nem é a única responsável pela precarização dos empregos. (BORSARI; PRONI, 2020, p.20).

Portanto, é necessário “mensurar o peso das grandes empresas na estruturação do mercado de trabalho em cada nação (e na difusão do padrão de emprego)” (BORSARI E PRONI, 2020, p.23). Além disso, as políticas macroeconômicas de Estado passam a se adaptar aos imperativos financeiros, uma mostra desse amoldamento é a austeridade e a priorização do pagamento de juros e amortização das dívidas pelos Estados.

Evidentemente outros fatores corroboram com a financeirização no processo de redução do poder do trabalho, como o próprio enfraquecimento das coletividades de trabalhadores em decorrência de processos gerais, porém com impacto na subjetividade, como o individualismo. “Os impactos diretos da financeirização”:

Englobam, também, impactos no terreno da subjetividade e do comportamento dos trabalhadores induzidos por mecanismos de controle e transmissão dos requisitos das finanças (tanto para gerentes como para funcionários da empresa). (BORSARI; PRONI, 2020, p.22)

Por fim, antes de encerrar a discussão sobre financeirização e trabalho, é importante registrar que a maior parte da literatura consultada trata das economias avançadas, justamente as que coordenaram o processo de financeirização e “forçaram”, com colaboração das burguesias internas, a inserção, de forma subordinada, dos países periféricos. Portanto, seria importante pesquisar os efeitos particulares da financeirização no mundo do trabalho em países como o México para, assim, obter conclusões mais precisas.

No âmbito desse trabalho atribuímos à financeirização a imposição da austeridade. Nos próximos parágrafos, busco analisar os possíveis efeitos da austeridade nas relações de trabalho, tomando como referência as elaborações de Mark Blyth (2017) e John Milios (2015).

3.3.2 Austeridade e trabalho

Transformamos a política da dívida em uma moralidade que desviou a culpa dos bancos para o Estado. A austeridade é a penitência – a dor virtuosa após a festa imoral –, mas não vai ser uma dieta que todos partilharemos. Poucos de nós são convidados para a festa, mas pedem-nos a todos que paguemos a conta
(Mark Blyth)⁶⁴

O histórico de aplicação do “tratamento” da austeridade nas economias demonstra que só os trabalhadores passam a viver de forma “austera” após um ajuste fiscal, visto que: “Se a despesa do Estado é cortada, os efeitos são, simplesmente, distribuídos de forma injusta e insustentável”. (BLYTH, 2017, p.38). O autor Mark Blyth define austeridade da seguinte forma:

Austeridade é uma forma de deflação voluntária em que a economia se ajusta através da redução de salários, preços e despesa pública para restabelecer a competitividade, que (supostamente) se consegue melhor cortando o orçamento do Estado, as dívidas e os déficits. (BLYTH, 2017, p.20).

O autor argumenta que a generalização da política de austeridade tem como consequência o baixo crescimento econômico. Um dos motivos que levam ao baixo crescimento abordado por Blyth (2017) é a necessidade de exportar quando os setores públicos e privados de um país estiverem todos pagando suas dívidas, no entanto, exportar não é opção

⁶⁴ Blyth, 2017, p.2

quando os outros países tampouco estão gastando. Mais adiante explicarei por que o baixo crescimento econômico corrói a demanda por emprego.

Nesse receituário, o Estado tem mãos atadas e não é incentivado a atuar contra o desemprego, em razão de que, teoricamente, a intervenção geraria inflação e um desequilíbrio entre oferta e demanda, que passa a ser percebido como um sacrifício para a estabilização do sistema financeiro. Para os economistas neoliberais, o alto desemprego deixa de ser um problema a ser resolvido de forma planejada pelo Estado, uma vez que não seria um produto da crise do capital, mas um estado natural ligado ao arbítrio dos trabalhadores:

[...] Friedman, e isto é crucial, presumia que o desemprego era voluntário e não devido a uma deficiência da demanda. As pessoas optam pelo trabalho ou pelo lazer em função do salário que estiver em vigor. Não há desemprego devido à demanda deficiente no mundo de Milton. [...] O desemprego, então, só cai por causa da despesa a curto prazo, na medida em que mais trabalhadores são atraídos a regressarem ao trabalho por um salário aparentemente maior, trocando o lazer pelo trabalho. (BLYTH, 2017, p.279)

Voltando à denúncia de Blyth sobre a perniciosidade da austeridade, pergunto: então, se a austeridade não funciona, a insistência nessa ideia seria prova da irracionalidade das burguesias? O economista grego John Milios afirma de forma categórica: “a austeridade não é irracional” (2015), discordando de grande parte dos keynesianos e social-democratas que se opõe ao receituário considerado uma ideologia destrutiva para “todos”:

A austeridade tem sido criticada como uma política irracional que aprofunda ainda mais a crise econômica, criando um ciclo vicioso de queda da demanda efetiva, recessão e endividamento excessivo. No entanto, essas críticas dificilmente podem explicar por que essa política “irracional” ou “errada” persiste, apesar de suas “falhas”. (MILIOS, 2015, p.1)

No breve artigo *A austeridade não é irracional*, Milios (2015) explica os motivos que tornam a austeridade a pedra-angular das políticas econômicas neoliberais e plenamente aderida e sintonizada com os interesses das classes hegemônicas. O poder de persuasão da austeridade reside na promessa de redução dos custos: “A austeridade reduz os custos do trabalho no setor privado, aumenta o lucro em relação ao custo unitário do trabalho e, assim, eleva a taxa de lucro” (2015, p.1). Essa asserção não nega o fato de que a austeridade tem corroborado com a recessão e ralentado as recuperações econômicas da economia em geral:

Eis que a recessão coloca pressão sobre cada empresário individual, seja ele da classe capitalista ou da média burguesia, para reduzir todas as formas de custos, para buscar mais intensamente o caminho do aumento do mais-valor relativo. Ela força cada um deles a consolidar as suas margens de lucro seja por meio de cortes salariais seja pela intensificação do processo de trabalho,

da violação das normas trabalhistas e dos direitos dos trabalhadores, de maciça redundância, etc. (MILIOS, 2015, p.2)

Desse modo, a austeridade e mesmo a recessão são funcionais para a imposição de uma disciplina mais rígida sobre os capitais e, por conseguinte, sobre os trabalhadores, e, analogamente, sobre as ações dos agentes estatais em todos os níveis de governo. A recessão que esta gera reforça a concentração e a centralização de capital, produzindo oportunidades em que capitais maiores possam comprar empresas menores desvalorizadas em decorrência da crise.

Do ponto de vista dos interesses do grande capital, a recessão dá assim origem a um processo de destruição criativa. Com ela, ocorre uma redistribuição da renda e do poder em benefício do capital, eleva-se a concentração da riqueza em poucas mãos conforme as pequenas e médias empresas, especialmente aquelas de varejo de rua, são substituídas por grandes empresas e por centros comerciais (MILIOS, 2015, p.2).

Uma escolha política que aparenta ser irracional, na verdade, produz uma série de efeitos que promovem oportunidades para os mais fortes em detrimento dos que não conseguem se adaptar e são penalizados pelas crises, como empresas menores e, evidentemente, os trabalhadores. Nas crises, como se exige que os governos transfiram o ônus da “recuperação” aos trabalhadores, a correlação de forças entre capital e trabalho é desequilibrada em favor do primeiro. O aumento do desemprego é um dos mecanismos que mais pesam nesse cabo de guerra. Identificando esse produto da austeridade, o economista brasileiro David Deccache (2020) tenta responder à pergunta: “Por que os empresários exigem austeridade?”, afinal, o desemprego e o rebaixamento dos salários enfraquecem a demanda por consumo.

Para ele, a redução do *déficit* fiscal não é o centro do dogmatismo que sustenta a imposição da austeridade, sendo mais um espantalho visando criar pânico na opinião pública por meio da ameaça de “falência do Estado”, como constantemente se alega na promoção de reformas na seguridade social: “se não houver reforma, tudo irá colapsar e não haverá para ninguém”. Nesse alarde, constantemente se alude à analogia do orçamento da família que não pode gastar mais do que ganha, assim como o Estado não poderia gastar mais do que arrecada. A resposta de Deccache é *kalekiana* (2020). Para o autor, é mais fácil convencer a opinião pública da necessidade da austeridade com o argumento de que o Estado gasta demais do que admitindo que o desemprego interessa às classes dominantes.

A outra função da austeridade está ligada à pressão pela abertura de mais espaços para a exploração capitalista, privatizando os que ainda estiverem sob o controle público. A

austeridade sucateia os serviços públicos e promove a espoliação como “solução”:

A segunda função da austeridade é esmagar a capacidade do Estado de manter o seu funcionamento básico através da imposição de uma série de restrições orçamentárias, abrindo, dessa forma, o caminho para o setor privado ampliar a sua participação em diferentes esferas de acumulação antes ocupadas pelo setor público. (DECCACHE, 2020, documento eletrônico não paginado).

Como a austeridade permanente e os infinitos ajustes fiscais que parecem nunca serem suficientes são potencialmente promotores de instabilidade social, cada vez mais os governos neoliberais promovem formas de constitucionalizar a austeridade – por exemplo, estabelecendo um limite constitucional aos gastos públicos, tornando o Banco Central independente do poder político ou até mesmo criminalizando políticas economias expansivas – fazendo com que suas políticas econômicas de corte neoliberal sejam mandatórias, independentemente do governo que os sucederem. O objetivo é que literalmente não haja alternativa nem mesmo na legislação. Chamayou sobre as tentativas de se engessar completamente a política econômica para que o gasto público seja despolitizado:

“Como os orçamentos não podem mais ser deixados à deriva no mar da política democrática”, seria necessário instituir “uma regra externa e ‘superior’”, uma “norma constitucional” restritiva e “sacrossanta” de equilíbrio orçamentário. (CHAMAYOU, 2019, p.338)

Para criar o mínimo de consentimento ao redor de mudanças tão extremas, usa-se o ressentimento da classe média contra a tributação, canalizando-o contra políticas econômicas expansivas. (CHAMAYOU, 2019, p.338). A chantagem que envolve o *déficit* é um mecanismo de contenção da democracia e das demandas e expectativas da classe trabalhadora nos conflitos redistributivos e ao redor do Estado. Esse mecanismo é uma verdadeira arma na guerra de classe, sendo constantemente mobilizado no atual padrão de dominação em diferentes partes do mundo. Desse modo, o neoliberalismo separa ainda mais a economia do campo das disputas democráticas, apresentando o ajuste fiscal como um “valor” técnico e indiscutível. A tendência geral de desativação da cidadania democrática no capitalismo, acelera-se no neoliberalismo:

(...) condição insuperável de existência do capitalismo (...) as exigências mais básicas de reprodução social, ter de se submeter aos ditames da acumulação de capital e às leis do mercado. Isso quer dizer que o capitalismo coloca necessariamente mais e mais esferas da vida fora do alcance da responsabilidade democrática. Toda a prática humana que é transformada em mercadoria deixa de ser acessível ao poder democrático (WOOD, 2011, p.8).

Devido à prescrição do corte de gastos, a austeridade ao impedir a geração de mais empregos estáveis nos serviços públicos ocasiona um impacto proeminente em regiões nas quais o funcionalismo público é praticamente a única forma de ingressar formalmente no

mercado laboral⁶⁵.

3.3.3 *Baixo crescimento e emprego*

As formulações do autor Aaron Benanav (2019a) contribuem na superação do reducionismo tecnológico no debate referente à superpopulação relativa. Benanav (2019a) busca desmontar a hipótese de que estaríamos caminhando a passos largos em direção a uma sociedade automatizada na qual o trabalho será dramaticamente substituído pelas máquinas. Ao menos, o autor não enxerga evidências de que esse processo já esteja ocorrendo.

Nos prognósticos futuristas criticados pelo autor, habita uma tensão que alterna entre um polo utópico e outro distópico. Em uma das narrativas, as máquinas teriam o potencial de livrar a humanidade do trabalho enfadonho ao ocupar o lugar do “homem”, mas no capitalismo estas impediriam o encontro entre trabalhador e trabalho, sua única forma de sobrevivência nesse modo de produção. Tal previsão sombria está na base da defesa de uma renda básica universal – sem a contrapartida de algum tipo de trabalho – enquanto panaceia para o problema do desemprego em massa. Outra tendência nessa discussão é a aposta de que a automatização levaria a uma inflexão disruptiva que poderia destruir o capitalismo, pois alcançar-se-ia o limite da contradição entre a exclusividade humana na produção de valor e a diminuição extrema do trabalho vivo excedente apropriado pelo capital.

Benanav cita contribuições que buscam distinguir a automação de todo um setor ou categoria laboral do uso de tecnologia que aumenta a produtividade do trabalho. No segundo caso, a redução no número de trabalhadores depende da quantidade de mercadorias produzidas:

Automation may be distinguished as a specific form of labour-saving technical innovation: automation technologies fully substitute for human labour, rather than merely augmenting human-productive capacities. With labour-augmenting technologies, a given job category will continue to exist, but each worker in that category will be more productive. For example, adding new machines to an assembly-line producing cars may make line workers more productive without abolishing line work as such. However, fewer workers will be needed in total to produce any given number of automobiles. Whether that

⁶⁵ O emprego no funcionalismo público possui um peso ligeiramente maior na distribuição da mão-de-obra em Guerrero (8,62%) do que no México (6,54%), de acordo com dados do INEGI de 2018. A falta de investimento público não repercute apenas nas condições de reprodução social da força de trabalho, como também deprime a geração de emprego e mesmo a ação do efeito multiplicador, dado que em muitas comunidades e pequenos municípios a renda dos funcionários públicos e dos aposentados e pensionistas representa uma substancial fonte de demanda para o comércio local. Como no setor público, os salários são em média mais elevados e os direitos trabalhistas mais amplos, no caso de Guerrero, o serviço público tende a ser um fator de pressão pela melhora nas condições gerais de trabalho. Mas quando “sucateado”, perde sua força enquanto contraponto à propensão à pauperização da força de trabalho.

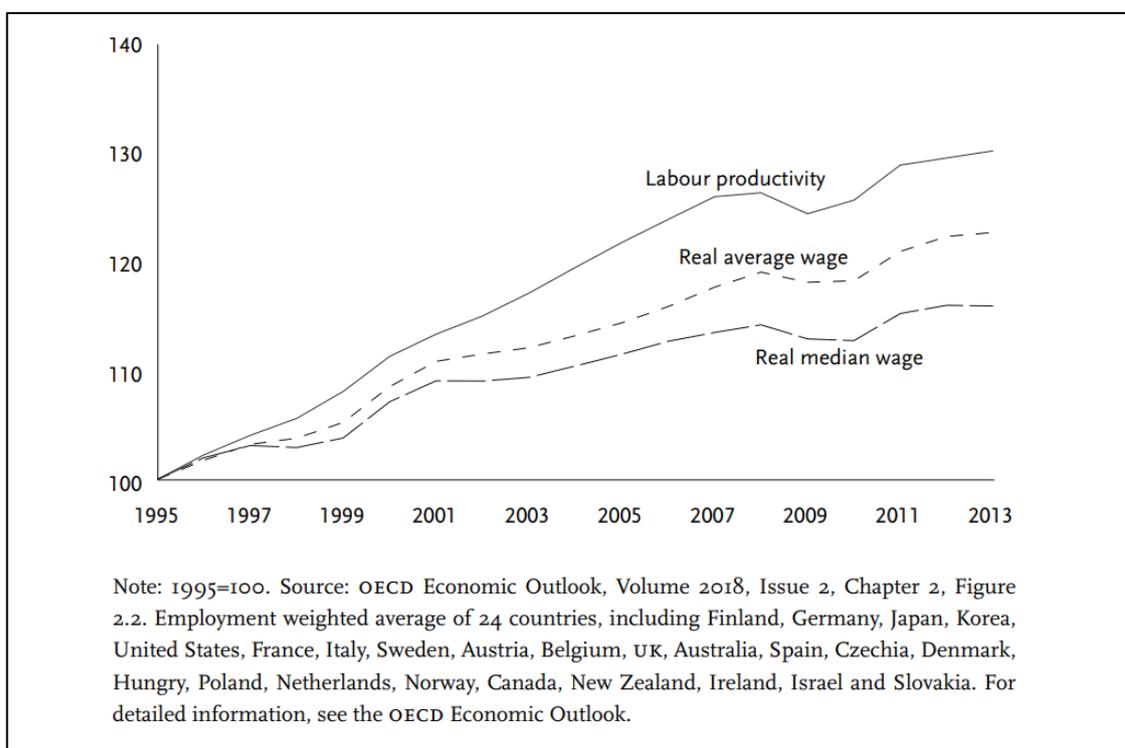
results in fewer jobs will then depend on how much output—the total number of cars—also increases. (BENANAV, 2019, p.9)

Contudo, o autor afirma que identificar esta distinção é por vezes bastante complicado (p.10). Admitindo que, apesar de que o avanço tecnológico possa produzir diferentes efeitos e não necessariamente a substituição do trabalho humano pelas máquinas, há nas últimas décadas uma demanda insuficiente por força laboral, o que gera índices superiores de desemprego em relação aos períodos anteriores, mesmo fora do auge das crises. Para ele, a baixa demanda pode estar relacionada à redução da participação do trabalho no PIB dos países da OCDE.

A growing gap has opened up not only between the growth of labour productivity and average wage incomes, but also between the growth of average wages and that of median wages, with the result that many workers see a vanishingly thin slice of economic growth. (BENANAV, 2019a, p.12).

O autor ilustra este quadro de desaquecimento no mercado laboral e crescimento da brecha entre salário e produtividade, apesar da tendencia de estacionamento nas três taxas (produtividade do trabalho, média do salário real e mediana⁶⁶ do salário real) com o seguinte gráfico:

Gráfico 1 – Produtividade-Brecha salarial, Países da OCDE⁶⁷, 1995-2013



Elaboração: Aaron Benanav (2019, p.13).

⁶⁶ Tendencialmente, quanto maior a desigualdade, maior a diferença entre média e mediana.

⁶⁷ Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico.

Se Benanav se contrapõe à tese de que a automação deprime a demanda por mão de obra, qual é a sua explicação para a baixa demanda? Para o autor, a causa é o avanço da inovação tecnológica, mesmo que lenta, somado à estagnação econômica, que já vimos anteriormente ser uma característica do neoliberalismo. Uma das principais explicações para o baixo dinamismo industrial é a sobrecapacidade produtiva renitente nas últimas décadas, ocasionando também a falta de investimento. Ademais, o autor argumenta que o resultado não é exatamente o desemprego em massa, mas o subemprego generalizado (BENANAV, 2019a, p. 15). No período anterior, os salários subiam com os ganhos em produtividade, mas isso foi possível devido a um arranjo político ligado à geopolítica e à correlação de forças entre as classes em luta.

O autor demonstra que a porcentagem dos trabalhadores que atuam na manufatura está em queda desde 1970 nos países de alta renda e, em alguns casos, o número total também sofreu redução. Segundo Benanav (2019), a redução da participação da manufatura no emprego é a métrica mais qualificada para medir o fenômeno da desindustrialização⁶⁸. Na sua percepção, os adeptos às teorias da automatização tenderiam a atribuir esse declínio ao avanço na produtividade, não à desregulamentação econômica que abriu os mercados dos países de alta renda para as importações dos países de renda média. Entretanto, ao contrário do que aparenta ser, a produtividade da manufatura não passou por nenhum salto notável no período, ao contrário, está em marcha lenta (BENANAV, 2019a, p.19).

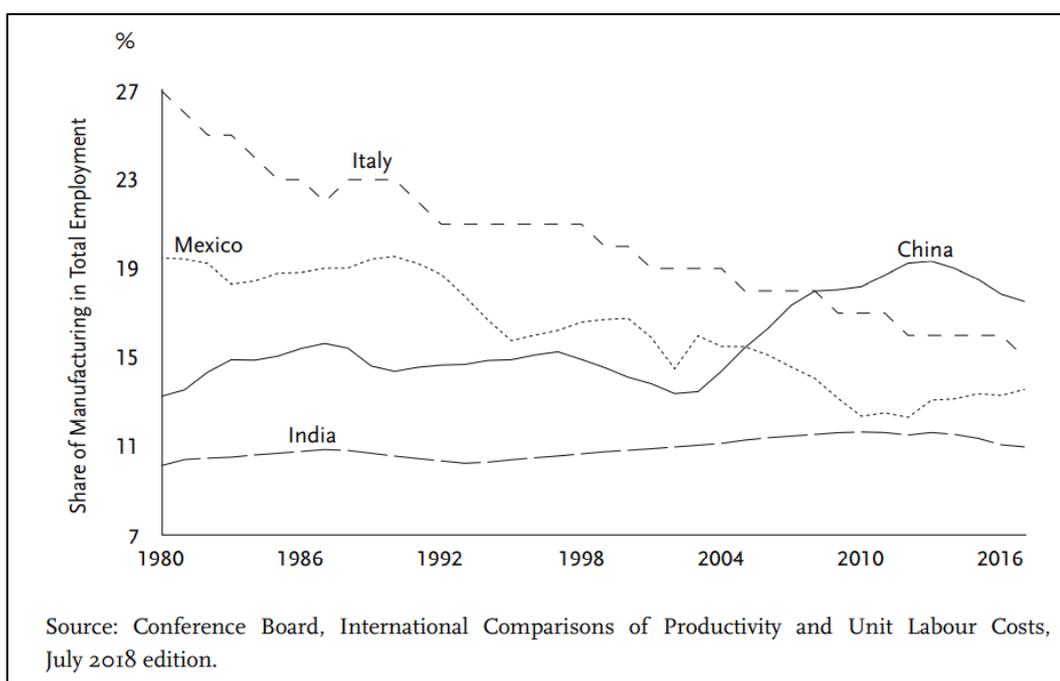
De acordo com o Benanav, mesmo as economias que mais investiram em robotização como, Alemanha e o Japão, reduziram em muito a marcha de crescimento da produção em relação aos “30 anos gloriosos”. Isso ocorreria porque a taxa de crescimento da produtividade é superior à taxa de crescimento da produção, mesmo que a primeira não seja especialmente elevada. O autor propõe uma fórmula ($\Delta O - \Delta P = \Delta E$) para calcular a variação no emprego causada por esta diferença: a variação no nível de emprego seria igual ao crescimento da produção menos a variação na produtividade. Em suma, o avanço da produtividade aparenta ser acelerado quando comparado ao ritmo da produção, este último acentuadamente baixo.

Ainda conforme às inferências de Benanav no mesmo artigo, muitos buscaram interpretar o fenômeno como característica inerente aos países de alta renda, no entanto, no final dos anos 1970, a mesma tendência começou a ser notada em países de renda média e, posteriormente, inclusive, em países pouco industrializados de baixa renda: “In the late 1970s,

⁶⁸ No entanto, existem outras formas, como a trajetória da participação da manufatura no PIB.

deindustrialization arrived in southern Europe; much of Latin America, parts of East and Southeast Asia, and southern Africa followed in the 1980s and 1990s” (BENANAV, 2019a, p.22-23). Conforme indica a figura a seguir, no caso mexicano, 19% dos trabalhadores estavam empregados na indústria em 1980. Essa porcentagem teria atingido o nível mais baixo da série no pós-crise de 2008, com cerca de 12% da força de trabalho alocada na manufatura, subindo ligeiramente nos anos seguintes sem nunca alcançar o patamar de 15%.

Gráfico 2 - Desindustrialização na China, Índia, México e Itália, 1980-2017



Fonte e elaboração: Aaron Benanav (2019a, p. 24).

O autor demonstra que esse fenômeno não é localizado, mas uma tendência global de relativamente longa duração – mesmo levando-se em conta, no cômputo geral, a extraordinária expansão industrial chinesa:

In the 1950s and 60s, global manufacturing production expanded at an average annual rate of 7.1 per cent per year, in real terms. That rate fell progressively to 4.8 per cent in the 1970s, and to 3.0 per cent between 1980 and 2007. Since the 2008 crisis and up to 2014, manufacturing output expanded at just 1.6 per cent per year, on a world scale—that is, at less than a quarter of the pace achieved during the so-called postwar Golden Age. (BENANAV, 2019a, p.25).

Designando o excesso de capacidade de fabricação como a principal causa da desaceleração na produção mundial, o autor encontra a origem do problema no compartilhamento pelos Estados Unidos dos avanços tecnológico com países como o Japão e a

Alemanha no pós-guerra – parte de uma estratégia da Guerra Fria. Para Benanav, essa ação gerou uma redundância global das capacidades tecnológicas e, em decorrência disso, mercados saturados, o que travou a expansão das indústrias e deprimiu os preços. Uma forma de sobreviver nesse cenário foi a incorporação às cadeias de valor que se acoplaram a uma estratégia de reduzir todo o tipo de custos, apostando na exploração da oferta global de trabalho e matérias-primas. Nos países da América Latina, como o México, o fenômeno está associado também à imposição dos ajustes estruturais da década de 1980:

Deindustrialization spread to the global South in the aftermath of the 1982 Third World debt crisis, amid the imposition of IMF-led structural adjustment programmes. As trade liberalization opened the borders of poorer countries to imports, while financial liberalization brought hot money flowing into ‘emerging markets’—causing their currencies to revalue—manufacturing competitiveness declined precipitously. (BENANAV, 2019a, p.27)

De qualquer forma, a deslocalização não reverteu a desindustrialização, e tampouco outro setor pode substituir a manufatura como motor do crescimento mundial. Conforme o raciocínio exposto no artigo, o crescimento econômico continua dependendo do crescimento industrial. Observando o desempenho de outros setores, Benanav defende que não apenas a produtividade do setor de industrial cresce em baixo ritmo, dado que a dos serviços também segue em marcha lenta. (BENANAV, 2019a, p.35).

Para os países periféricos, o baixo crescimento tem sido ainda pior, posto que houve um rápido incremento na mão de obra durante o período: “between 1980 and the present, the world’s waged workforce grew by about 75 per cent [...]” (p.36). Sem contar com um sólido acúmulo em experiências propriamente sindicais, os novos proletários vivem, sobretudo, em países mais pobres e chegam ao mercado de trabalho em um momento no qual há um declínio nas taxas de crescimento das exportações de manufaturados para os Estados Unidos e Europa. Esse momento tornou-se ainda mais crítico com a crise da dívida em 1982, que explodiu no México, seguida por um ajuste neoliberal imposto pelo FMI, que obrigou os países a se inserirem nas cadeias globais de valor e a competirem com a China em franca expansão.

As atuais taxas de crescimento são comparáveis às registradas no período anterior à Primeira Guerra Mundial, entretanto, a situação seria ainda pior, conforme destaca Benanav, pois a maioria dos trabalhadores não é mais capaz de produzir o próprio sustento, já que foi massivamente separada dos meios de produção, sobretudo das terras nas quais habitavam e cultivavam, garantindo independência do mercado. Nesse contexto de ausência de alternativas para a subsistência, o desemprego em massa significaria fome.

Em um contexto de lento crescimento econômico mundial – mesmo que a automação não seja a principal causa da baixa demanda por força de trabalho — transformações tecnológicas têm potencial de destruir numerosos empregos ao redor do globo. Na segunda parte do artigo *Automation and the future of work*, publicada em sequência, Aaron Benanav (2019b) argumenta que a baixa demanda desencadeada pela “estagnação secular” não está produzindo uma sociedade de desemprego aberto em massa, mas, na verdade, está substituindo empregos por subempregos. A taxa de crescimento do subemprego faz com que a parcela de subempregados entre a classe trabalhadora seja cada vez maior. O que, ao meu entender, converge com o argumento de Fontes (2017): atualmente, a relação de assalariamento foi transfigurada e se apresenta em modelos tão precários e amorfos, que deixam de parecer compatíveis com a forma-salário. No capítulo seguinte, mostrarei como é este o caso do México e de Guerrero: não há desemprego massivo, mas subemprego em grandes proporções.

Como caso exemplar de destruição e deslocamento de empregos não decorridos na manufatura, Benanav (2019b) apresenta o processo histórico de urbanização após a chamada “Revolução Verde” que intensificou de forma radical a industrialização da produção agrícola. Nesse caso, como os alimentos tendem a possuir uma demanda inelástica, a mecanização do campo implicou perda de empregos e, portanto, desencadeou a transferência da força de trabalho para os centros urbanos. Evidentemente, a absorção dessa massa de trabalhadores não foi imediata ou homogênea.

Na América Latina, como mostrei na revisão das teorias da marginalidade, as massas recém-chegadas do campo tiveram que sobreviver na cidade, sobretudo, por meio das mais diversas estratégias de sobrevivência e trabalho. Muitas famílias e indivíduos nunca chegaram a ser absorvidos pelo mercado formal de trabalho, em especial, os trabalhadores racializados e, dentro desse grupo, as mulheres, que sofrem dificuldades ainda maiores para se inserirem. A barreira entre o ingresso no mercado de trabalho e essas populações com baixo acesso a direitos perdura por gerações.

De acordo com Benanav (2019b), a chegada da industrialização no campo dos países periféricos fez com que a agricultura deixasse de ser a fonte de trabalho da maior parte da humanidade em apenas quatro décadas: “The major global job destroyer in the 20th century was not ‘silicon capitalism’ but nitrogen capitalism. No mechanism existed within the labour market to ensure that as many new jobs were created outside of agriculture as had been lost within it.” (BENANAV, 2019b, p. 119).

Posteriormente nessa segunda parte, o autor trata dos setores de montagem de eletrônicos e têxtil, que seriam mais recalcitrantes a avanços tecnológicos economizadores trabalho, porque exigiriam uma destreza motriz dificilmente reproduzida por máquinas. Apesar dessa dificuldade, o capital encontrou outra estratégia para minorar o custo com a mão de obra: as cadeias globais de valor, que possibilitam colocar em competição trabalhadores e fornecedores de matérias-primas de todo o mundo. O México fez parte dessa estratégia global ao abrigar as montadoras, cujos empregos provavelmente não estão sendo destruídos incisivamente pelo avanço tecnológico, mas porque podem ser deslocados para fora do país com facilidade, quando as empresas encontram outro local que consideram mais apropriado para instalar suas plantas.

Assim, a mecanização de setores como a montagem de eletrônicos – que segue sendo um importante reservatório de empregos industriais – é, efetivamente, uma causa secundária da desindustrialização do emprego. O que preocupa, na perspectiva de Benanav, não é tanto a destruição dos empregos, mas o baixo ritmo na geração de empregos ou até mesmo a incapacidade de criação de novos postos na economia geral, além da qualidade desses postos.

In the advanced capitalist countries, average unemployment rates rose in the 80s and 90s, and the 2008 crisis sent them back up. But over the past decade, they have generally dropped again, although at a slower pace than after past recessions [...]. These data are sometimes taken as evidence that the demand for labour has not secularly declined. The point is rather that the forms in which that decline expresses itself have shifted from unemployment to various kinds of under-employment, which are more difficult to measure. (BENANAV, 2019b, p.122).

Como os trabalhadores não podem permanecer desempregados por muito tempo, acabam ocupando vagas não vinculadas a direitos, com remunerações não suficientes para reproduzirem plenamente sua força laboral ou ao menos abaixo de sua qualificação. O autor dá como exemplo os Estados Unidos, onde os trabalhadores não sindicalizados não têm direitos garantidos após uma demissão e, ao serem reabsorvidos, costumam submeterem-se à estagnação salarial e à piora das suas condições laborais. Um fator que agrava esse deslocamento para empregos “não-padronizados” é a ausência de seguro-desemprego, condição igualmente vivida pelos trabalhadores mexicanos. De acordo com Benanav, citando dados da própria Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), 60% dos empregos criados nos países membros – entre estes o México –, nas décadas de 1990, e 2000 não eram “padronizados” (BENANAV, 2019b, p.124). A ampliação da parcela de trabalhadores nessa condição é uma realidade também nos países de capitalismo avançado.

Entretanto, de acordo com o autor, apoiado em dados de 2015 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ILO na sigla em inglês, essa realidade de predominância de empregos não-padronizados sempre foi a realidade dos países de média e baixa renda, como o México: “[...] the ILO estimates that barely a fifth of unemployed workers receive benefits worldwide”.

De acordo com números do relatório da OIT, *Women and men in the informal economy: A statistical picture* (2018), enquanto o México registrava 53,4% da força de trabalho na informalidade, a Grécia – país da periferia da Europa que provavelmente passou pela crise mais aguda na zona do euro, com taxas de desemprego e índice de jovens que não estudam nem trabalham muito acima do México e apresentando um dos maiores indicadores de informalidade na zona – possui 32,8% da população ocupada na informalidade. Somando-se as taxas de desocupação (ao redor de 20%) e de informalidade na Grécia, não se obtém o equivalente à porcentagem de trabalhadores informais no México. Essa comparação indica que mesmo em uma comparação entre países periféricos, um país de origem colonial na América Latina possui um mercado de trabalho bastante particular – e mais precário – devido à sua formação social.

O padrão de emprego nesses países é o não-padrão. O Mercado de trabalho mexicano é um exemplo ideal para o trecho a seguir, por apresentar todos os elementos, desde a velocidade à qual o trabalhador precisa recorrer para se reinserir no mercado, em geral, pela via informal, até as pequenas empresas, muitas também informais, como as principais absorvedoras de mão de obra:

The unemployed are therefore forced to find a source of income as quickly as possible, with the result that the measured unemployment rate is just 5.3 per cent in these regions, despite the dearth of job opportunities. Workers who lose their jobs mostly join young labour-market entrants in working informally—often in unincorporated micro-enterprises of five or fewer workers. Almost 70 per cent of employment in low- and middle-income regions was classed as informal in 2016. (BENANAV, 2019b, p.124).

Além de apenas 17% dos trabalhadores atuarem na manufatura⁶⁹ ao redor do mundo, de acordo com dados da OIT citados por Benanav (2019b, p.125), a maioria dos que perderam seu emprego ou que chegam ao mercado de trabalho passa a integrar o setor de serviços que

⁶⁹ É necessário levar em conta que uma parcela significativa dos operários trabalha de forma “não-padronizada” ao redor do mundo. Evidentemente, nem toda a ocupação na manufatura é formal.

apresenta características semelhantes às descritas pelos teóricos da marginalidade quando tratam dos setores “concorrenciais” (QUIJANO, 2014; NUN, 1978).

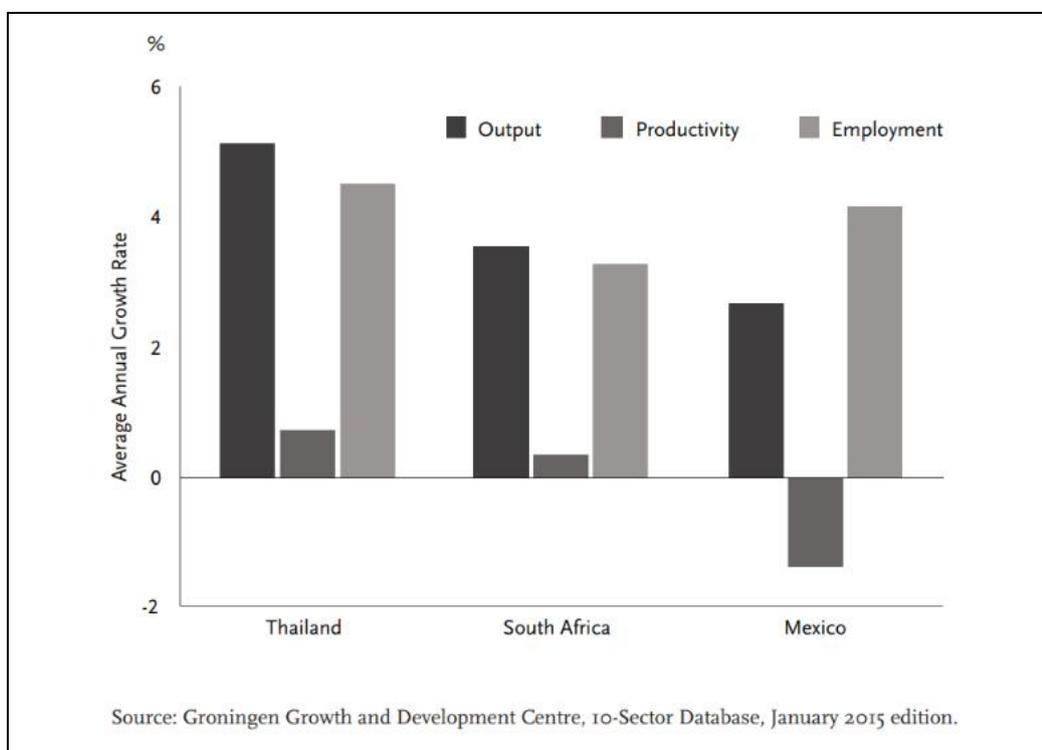
The vast majority of the world’s under-employed workers therefore end up finding jobs in the highly heterogeneous service sector, which accounts for between 70 and 80 per cent of total employment in high-income countries, and the majority of workers in Iran, Nigeria, Turkey, the Philippines, Mexico, Brazil and South Africa. (p.125)

No setor de serviços, atualmente responsável pela absorção da maior parte da força de trabalho em muitos países – como o México – quando a demanda por serviços aumenta a demanda por mão de obra tende a acompanhar. Essa relação linear ocorre porque os serviços apresentam baixa composição orgânica do capital, sendo majoritariamente caracterizados pela baixa produtividade. No México e, ainda mais em Guerrero, grande parte deste setor não se encontra industrializado, ou seja, subordinado diretamente ao capital. Os serviços também costumam apresentar uma demanda mais flexível do que os produtos industriais. Com o aumento na renda de grupos mais abastados – algo típico em sociedades profundamente desiguais – mais serviços são consumidos, de forma menos limitada do que ocorre com os alimentos, por exemplo. Como o crescimento da demanda por serviços depende do crescimento da renda em outros setores, as taxas deprimidas de crescimento econômico significam igualmente uma baixa demanda por força de trabalho no terceiro setor, inibindo o potencial de absorção de mão de obra por este.

Como um salto na produtividade é bastante difícil no âmbito dos serviços, Benanav, então, conclui que para aumentar os lucros com a venda de serviços – que com o tempo se tornam mais caros em relação aos produtos manufaturados – aposta-se na redução da remuneração do trabalho ou na negação de ajustes que acompanhem os parcos incrementos na produtividade. De acordo com o autor, o mesmo mecanismo atua sobre os trabalhadores por conta própria, sobrerrepresentados no mercado laboral de Guerrero. Portanto, para Benanav, a tendência no setor de serviços é de “super-exploitation” (p.128):

The service sector is the choice site for job creation through super-exploitation because the wages of service workers make up a relatively large share of their final price. Particularly in low and medium-income countries, productivity growth in many services has been negative, as people contrive work for themselves via involutory job-creation strategies. The extent to which firms are allowed to take advantage of such income-insecure workers depends on each country’s labour-protection laws. (BENANAV, 2019b, p128).

Gráfico 3 - Setor de Serviços na Tailândia, México e África do Sul, 1980-2010



Fonte e elaboração: Aaron Benanav (2019b, p. 127).

No gráfico acima, no qual Benanav expõe índices registrados em países de renda média, vemos que, apesar de o baixo crescimento da taxa de produtividade ser comum, o México é o único, entre Tailândia e África do Sul, a apresentar crescimento negativo. Como a produção de serviços aumenta – mesmo que em baixo ritmo – em marcha superior em comparação à produtividade (que decresce) – a geração de empregos no setor de serviços acaba sendo positiva. Esse crescimento no emprego nos serviços, além de incrementar a porcentagem de trabalhadores ocupados nessa área, impacta as taxas de desemprego aberto no México, ao

reduzi-las. Conjuntamente ao subemprego, incrementa-se, similarmente, a desigualdade de renda, outro fator que propicia oportunidades para a “super-exploitation” (*Ibidem*, p.129).

Com as crises, o ciclo tende a se repetir. No seu auge, as crises produzem desemprego; quando os países se recuperarem, os desocupados são realocados em empregos precários. Foi justamente o que ocorreu no mercado de trabalho mexicano após a crise de 2008. O não-padrão – o padrão periférico – está se consolidando como o novo padrão do capitalismo global.

3.4 Ascensão do neoliberalismo no México

Acabo de desenvolver a conexão entre financeirização, política de austeridade, crescimento econômico lento, baixa demanda por mão-de-obra e subemprego. Seguramente, os efeitos desses processos somados e associados de modo não-ocasional não correspondem às promessas vendidas pelos defensores da agenda de “ajustes estruturais”. Os autores Saad Filho e Moraes resumem algumas das expectativas geradas no Brasil, em grande parte compartilhado por outros países da América Latina, como o México:

Esperava-se que empresas e processos de produção ineficientes seriam eliminados com as privatizações, a liberalização do comércio, a sobrevalorização cambial, a integração entre empresas nacionais e estrangeiras por meio de parcerias e de fusões e aquisições, o financiamento externo dos investimentos e a “flexibilização” das leis trabalhistas. Essas medidas deveriam facilitar a transferência das poupanças e de tecnologia, aumentar a concorrência, facilitar o acesso aos mercados estrangeiros, ganhar a estabilidade macroeconômica e apoiar o crescimento da produtividade, garantindo que o Brasil se desenvolvesse em harmonia com a economia global (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p.119).

Os poucos resultados alcançados de forma imediata estão mais relacionados a um processo destrutivo e não ao aprimoramento do parque industrial já existente:

[...] muitas empresas passaram a se especializar em produtos menos complexos e adotaram novas técnicas organizacionais, novos métodos de produção e tecnologias que substituíram mão de obra. [...] Muitas empresas fecharam, passaram para as mãos do capital estrangeiro ou transferiram suas cadeias produtivas para o exterior, o que resultou na redução do valor agregado [...] (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p.119).

De modo semelhante, uma política de “terra arrasada” desarticulou o relativamente diversificado parque industrial mexicano construído por meio da substituição de importações. No período de implementação da desregulamentação, a taxa de produtividade aumentou, porque houve especialização em cadeias menos complexas e produtos de menor valor agregado a partir de formas na organização do trabalho e de tecnologias que substituíram mão-de-obra.

A abertura resultou na diminuição do valor agregado na produção doméstica, visto que muito do que era produzido localmente passou a ser importado, como insumos, bens de capital. Esse esvaziamento do parque industrial findou “bons empregos”, ou seja, reduziu ainda mais a parcela da população com acesso ao emprego formal. Os autores explicam por que esse avanço na produtividade maquia a inutilização e o desperdício de capital fixo e humano, mostrando-se uma política que apresenta resultados numéricos rasos em detrimento de necessidades básicas. como a geração de emprego:

Por definição, a produtividade média aumenta se as firmas menos eficientes fecham as portas. Um resultado semelhante ocorreria se um general dispensasse seus soldados de estatura mais baixa: essa medida aumentaria a altura média da tropa, mas esse resultado aritmético independe das qualidades militares do oficial superior. Em termos econômicos, a eliminação das firmas mais frágeis não gera espontaneamente uma rota de crescimento sustentável, mas implica destruição de capital e um aumento do desemprego ao menos no curto prazo. (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p.119)

A indústria maquiladora de exportação (IME) assume centralidade no padrão de reprodução do capital⁷⁰ (OSORIO, 2016). Nas IME's, os salários dos trabalhadores não são calculados de acordo com as condições locais, mas segundo o mercado internacional (SOTELO, 2004).

Apesar do notável potencial disruptivo que essas transformações de caráter desagregador possam ter, é evidente que o único mecanismo para garantir níveis crescentes de exploração não é a força. Os aparelhos privados de hegemonia também atuaram e atuam no fortalecimento da ideia de que a competição generalizada e os riscos de mercado são virtudes que selecionam

⁷⁰ O capital desencadeia o processo de estabelecimento de padrões de “comportamento” em tempos e espaços historicamente determinados, seja porque confere ênfase a ramos ou setores específicos de investimentos, emprega tecnologias e meios de produção, se apropria de mais valia e explora por meio de modos ou com intensidades diferentes ou reproduz, de forma reestruturada, o que havia desenvolvido no passado. A forma como o capital adequa às suas necessidades a produção de determinados valores de uso e os destina a mercados internos ou externos, se analisada em sua totalidade, nunca é igual ao modo como o capital valorizou-se, expandiu-se e se reproduziu em outros momentos históricos (OSORIO, 2005). Para Jaime Osorio, a trajetória de um padrão de reprodução é dinâmica como a de uma vida, o que reforça a necessidade de analisar cada padrão dentro de uma perspectiva histórica. Há diferentes fases: incubação, amadurecimento, pleno desenvolvimento, esgotamento e crise, que é sucedida por um período de transição, nos quais convivem conflituosamente traços do padrão anterior ao mesmo tempo em que já é possível identificar as características do padrão que ascende (OSORIO, 2014, p.33). Apesar de a noção de padrão de reprodução do capital buscar apreender uma dimensão de abstração mais próxima à concretude do que o modo de produção capitalista (estudado por Marx), o conceito de Osorio não dispensa a identificação “de mediaciones y de síntesis más específicas, en tanto remite a concreciones en donde operan un mayor número de determinaciones que en los niveles antes mencionados” (OSORIO, 2014, p. 21). Portanto, no presente trabalho, a análise se dará em um nível de abstração mais próximo ao concreto, particularmente, à realidade mexicana e guerrerense. Para analisar o padrão de reprodução neoliberal na América Latina, é necessário identificar a dinâmica de poder nas relações entre as frações das classes dominantes, pois só assim é possível compreender o processo de dominação correspondente e a forma como se exerce o poder político em países como o México (*Ibidem*, p.32).

os melhores indivíduos, conversão ideológica bastante importante em economias, como a mexicana, na qual quase 60% da população está na informalidade, grande parte recebe menos que uma cesta básica (ESCOBET; LIMA; SALES, 2019, p.88) ou precisa migrar aos milhões para enviar remessas aos familiares que ficaram, das quais a economia interna depende em certa medida⁷¹. Nesse contexto, é premente disseminar as lógicas individualistas e minar diversos tipos de política de solidariedade coletiva ou entre gerações, estabelecendo, inclusive, uma “solidariedade negativa” (FISHER, 2020), ao convencer as pessoas de que direitos e seguranças sociais são privilégios. Virgínia Fontes denomina esse processo de “dessolidarização”:

a superposição de modalidades díspares de subordinação do trabalho ao capital exacerba a fragmentação efetiva da massa de trabalhadores: do emprego ao trabalho seccionados entre os com-direitos, os com algum-direito, os com poucos-direitos, os quase-sem-direitos e os sem-direitos que, precisando defender seu lugar específico na hierarquia de direitos, dessolidariza o conjunto de maneira profunda. Outra tendência forte é a dessolidarização intergeracional: conservam-se os direitos dos mais velhos, enquanto são praticamente suprimidos os direitos dos novos ingressantes no mercado de trabalho (FONTES, 2017, p.63-64).

Retomando o roteiro da ascensão do neoliberalismo no México, é importante ressaltar que o neoliberalismo, enquanto uma ordem global totalizante, não pode ser resumido a uma escolha política, ainda menos em países periféricos. Caso isso fosse verdadeiro, o neoliberalismo não teria se mostrado tão resiliente na América Latina nas últimas décadas, mesmo diante de veementes contestações, e aqueles governos que se reivindicaram como pós ou anti-neoliberais não teriam fracassado na superação do neoliberalismo ou, conforme a análise da socióloga Beatriz Stolowicz⁷²(2012), estabilizado as reformas estruturais, conferindo

⁷¹ “[...]México y El Salvador comparten el ‘privilegio’ de exportar fuerza de trabajo barata como segunda y primera fuente de divisas, respectivamente, a pesar de las diferencias entre ambos países” (SOTELO, 2004, p.47).

⁷² Sem identificar na conjuntura anterior (1999-2015) uma ruptura com o neoliberalismo, mas o oposto, a socióloga Beatriz Stolowicz (2012) afirma que a noção de “pós-neoliberalismo”: “no ve a las democracias como un peligro contra la continuación de la reestructuración capitalista, sino como una oportunidad para construir consensos moderados a favor de las llamadas reformas económicas, para lo cual la política y la democracia debían ser instrumentos de gobernabilidad [...]” (p.18). Stolowicz aponta uma série de elementos, como a acumulação por espoliação⁷² (HARVEY, 2004), que abala a hipótese e a defesa dos governos “progressistas” como superação do neoliberalismo. Nesse sentido, a autora identifica a consolidação do “patrón de acumulación primario-exportador extractivista y financiarizado bajo dominio transnacional, que es impulsado, garantizado y financiado por los Estados latino-americanos” (2011, p.2). Em resumo, a autora afirma que os governos do “social-liberalismo” cumprem um papel essencial na consolidação da reestruturação econômica, processo que envolve contradições e conflitos entre as classes e suas frações: “Lo nuevo es que también donde gobierna la izquierda o la centroizquierda el capital transnacional haya encontrado condiciones óptimas de estabilización en la crisis capitalistas, pues además lo logra con legitimación política” (STOLOWICZ, 2012, p.15). Em plena “onda progressista”, Stolowicz antevia a mudança de rumos engendrada pela direita e pelo capital transnacional no impulso de transpor as “novas barreiras” através de “inovações” na dominação política: “Lo vivido en estas décadas no autoriza subestimar la capacidad de la clase dominante para encontrar formas de hacerlo”. (STOLOWICZ, 2012, p.36).

legitimidade política ao neoliberalismo. Um exemplo desse impasse repleto de limites foram os governos da chamada “onda progressista” (SANTOS, 2018) na América Latina.

O chamado regime de acumulação flexível incrementou a dependência do mercado externo, tanto em termos de exportação, quanto em termos de importação, o que é particularmente sensível nas economias periféricas que não emitem dólares. Somado a isso a dimensão adquirida pelo mercado financeiro e sua liberdade de fluxo tornam os governos particularmente vulneráveis frente a ações, como greves de investimentos, ataques especulativos e fugas de capitais. Poucos mecanismos de defesa são permitidos sem ameaças de retaliação. Sem contar as pressões de organismos multilaterais como o Banco Mundial e o FMI. Nesse cenário, o imperialismo foi fortalecido nas últimas décadas, deixando pouco espaço para uma política econômica mais heterodoxa ou soberana, ainda que fosse do interesse das burguesias internas, pois as oportunidades de ingerência e perda do controle político dos fluxos de capitais e, portanto, da economia por meio da política, sobretudo, a que mobiliza as bases, se multiplicaram.

Talvez seja demasiado ingênuo imaginar que um país, como o México, sem nenhuma grande articulação de integração com os países da região ou plano regional, pudesse ter autonomia e independência suficientes para deixar o paradigma neoliberal após uma escolha política sem uma grande reação internacional. Nesse sentido, o neoliberalismo não é apenas contra-revolucionário, mas contra-reformista. Na periferia do sistema, reformas superficiais são encaradas como um desafio revolucionário pelas classes dominantes-dominadas (BAMBIRRA, 1979), levando governos conciliadores a se tornarem mais conservadores, e outros a se radicalizarem em direção a estratégias de ruptura. Tal cerceamento gera um padrão de instabilidade política na região. Uma das consequências da globalização neoliberal é justamente a imposição de um limite estreito para as mudanças populares que podem ser politicamente implementadas:

o que um dia já esteve iminente próximo, agora é considerado irrealista. “Modernização”, observa amargamente Badiou, ‘é o nome dado a uma definição estrita e servil do possível. Essas “reformas” invariavelmente visam tornar impossível o que costumava ser praticável [...] e convertendo em fonte de lucro [...] o que não costumava ser”. (FISHER, 2020, p.35).

Expostas essas observações sobre as dificuldades que impedem os países de se apartarem da ordem neoliberal, dado o nível de subordinação e dependência do comércio

externo e do fluxo internacional de capitais, retomo os principais fatos históricos da imposição e da instauração do neoliberalismo no México.

Antes do estouro da crise da dívida que marca a adesão do México ao neoliberalismo, o país descobriu grandes reservas de petróleo, o que coincidiu temporalmente com o “choque do petróleo” de 1973. O México assumiu o papel de novo rico e se tornou um devedor bastante confiável aos olhos dos credores internacionais, visto que guardava sua imensa riqueza na segurança de seu subsolo. Ao país foram oferecidos milhões de dólares em empréstimos internacionais. Aproveitando as oportunidades de crédito, o Estado endividou-se em dólar, e a burocracia supostamente imaginava que poderia completar a última fase da substituição das importações – resolver o gargalo referente aos bens de capitais que ainda precisava importar – mas a crise nos Estados Unidos culminou com a explosão dos juros, levando o México à bancarrota, cujo corolário seria a declaração de Moratória em 1982, o que desencadeou um processo de desvalorização em cadeia no continente. Temendo as consequências políticas da crise, os Estados Unidos ofereceram resgate aos aliados Chile e México (CARVALHO, 2019, p. 37). Se o Chile foi um laboratório do choque neoliberal (KLEIN, 2008), o México foi o laboratório da imposição da austeridade mediante empréstimos do FMI (HARVEY, 2005).

A exportação de capitais e Investimento Estrangeiro Direto (IED) são marcas do capitalismo em sua fase imperialista (LENIN, 2012). No padrão de acumulação fordista, o IED era voltado à exploração de recursos ou mercados específicos, como indústria automotiva, infraestrutura e telecomunicações na América Latina, e funcionava remetendo parte de seus lucros para os países de origem. A partir de 1973, o IED concentra-se no fornecimento de recursos para governos estrangeiros, impulsionado pela liberalização do crédito nos mercados internacionais (HARVEY, 2005). Desesperados por crédito, os países dependentes foram estimulados a se endividar pesadamente em moeda estrangeira, com taxas vantajosas para os banqueiros de *Wall Street*. Em seguida, o México foi surpreendido pelo “choque Volcker” que aumentou em 20% a taxa de juros nos Estados Unidos. Em decorrência desse gesto, o México decretou a moratória da dívida em 1982. Como reação, o governo de Ronald Reagan (1981-1989) encontrou uma maneira de unir os poderes do Tesouro estadunidense e do FMI, visando solucionar as dificuldades com a rolagem da dívida (HARVEY, 2005). A solução encontrada pelo governo mexicano foi a estatização dos bancos:

As desvalorizações atingiram em cheio o sistema financeiro e as empresas endividadas em dólar, por meio de empréstimos de curto prazo, pondo a nu a falta de fiscalização e controle públicos sobre as operações do setor. A

profundidade da crise do sistema financeiro levou o governo a estatizá-lo: assim, 56 instituições (principalmente bancos e suas empresas coligadas) passaram ao acervo público em setembro de 1982[...] Os ex-banqueiros, apesar de perderem todos os processos judiciais com que pretendiam reaver seus ativos, terminaram por fazer excelente negócio, via acordo com o governo, obtendo: “reserva de 34% das ações dos bancos nacionalizados; prioridade para a compra de ações de suas antigas empresas coligadas; permissão para operar, associado com o capital estrangeiro, nas *Corretoras e Sociedades de Investimentos*.” (CANO, W., 1999, p.417).

Posteriormente, os bancos já reprivatizados produziram uma nova crise (conhecida como Efeito Tequila) em decorrência do “mau uso do crédito externo” (CANO, W., 1999, p.445), mas ao invés de estatizá-los, o governo operou uma onerosa operação de resgate, equivalente a 8,4% do PIB. Cano descreve algumas das práticas empregadas pelos novos bilionários:

Os neobanqueiros, como pagaram muito caro pela compra dos bancos, pretenderam obter um retorno muito rápido e, para isso, não titubearam em trapacear, emprestando uns aos outros, a suas empresas, a empresas fantasmas, a parentes e a amigos, num enorme festival de endividamento (CANO, W., 1999, p.445).

A partir do atrelamento à hegemonia estadunidense, o FMI e o Banco Mundial tornaram-se centros de propagação e implementação da ortodoxia neoliberal e da imposição de ajustes estruturais em troca da renegociação das dívidas. Não por acaso, o México foi o laboratório para a ingerência e imposição dessas contrapartidas de austeridade. Nesse novo modelo de relação entre credor e devedor, os tomadores de empréstimo são coagidos por forças internacionais a assumir o ônus do custo do pagamento das dívidas, sejam quais forem as consequências para o bem-estar da população local, nem que tenham que entregar ativos públicos e estatais a transnacionais, dificultando ainda mais a obtenção de recursos pelo Estado dependente. Segundo David Harvey (2005), há uma divisão de funções entre o “complexo *Wall-Street*-Tesouro do Estados Unidos-FMI” e os Estados clientes/devedores. Ambos os lados cooperam para intervir em crises, controlar a desvalorização e objetivar a espoliação. O primeiro complexo controla a desvalorização, enquanto os Estados dependentes controlam as populações e suas potenciais revoltas contra a austeridade.

A dependência é um processo histórico que não pode ser superado apenas por uma maior industrialização. O percurso econômico do México talvez seja o melhor exemplo desta tese na América Latina⁷³. Com a consolidação das políticas econômicas neoliberais após a

⁷³ No ano de 2018, os dez principais itens de exportação de acordo com a participação no total foram: 1. Veículos automotores para pasajeros (excepto los autobuses) - 11.1%; 2. Otras partes para vehículos automotores, salvo

implementação do *North American Free Trade Agreement* (Nafta), o país continuou a manter um PIB industrial bastante relevante – ocorreu uma “*desustitución de importaciones*” (HIRSCHMAN, 1987) – diferentemente de outros países da região que sofreram mais agudamente com a desindustrialização e a reprimarização⁷⁴. O quadro a seguir mostra que o percentual de participação da indústria no PIB se manteve acima de 16% entre 2000 e 2015.

Tabela 2 - Coeficiente de desindustrialização, 200-2015. (Importações manufatureiras/PIB manufatureiro). Milhões de dólares. Participação do PIB manufatureiro no PIB, em porcentagens

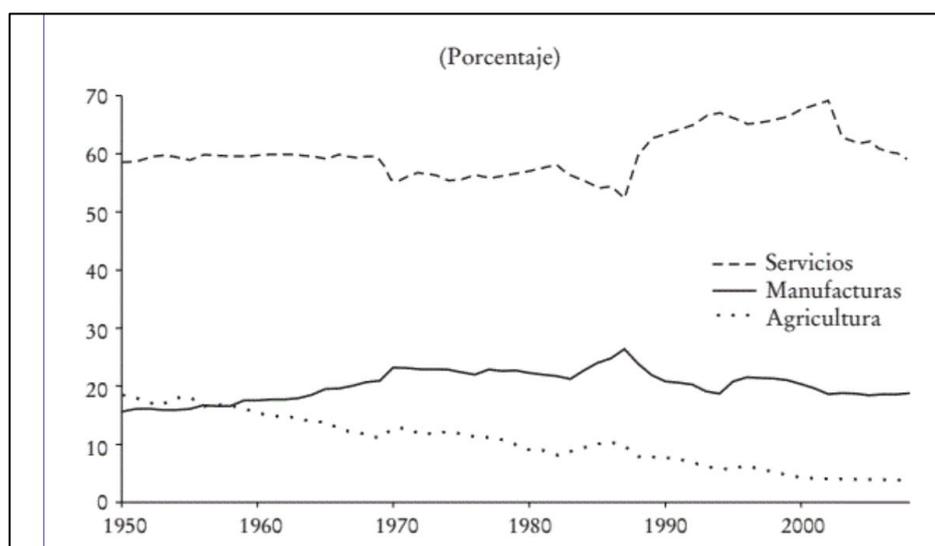
| Año | Importaciones manufactureras Millones de dólares | PIB manufactero Millones de dólares | Coeficiente de desindustrialización (Importaciones manufactureras/ PID manufactero) | Participación del PIB manufactero en el PID total |
|------|---|--|---|---|
| 2000 | 158,322.70 | 134,262.00 | 1.17 | 19.7 |
| 2001 | 159,408.50 | 134,898.30 | 1.18 | 19.1 |
| 2002 | 155,163.10 | 133,212.60 | 1.16 | 18.8 |
| 2003 | 154,819.50 | 124,699.50 | 1.24 | 18.2 |
| 2004 | 177,271.60 | 135,540.30 | 1.30 | 18.2 |
| 2005 | 197,966.90 | 149,540.60 | 1.32 | 17.9 |
| 2006 | 227,463.40 | 171,025.80 | 1.32 | 18.0 |
| 2007 | 245,907.60 | 183,416.20 | 1.34 | 17.6 |
| 2008 | 259,235.40 | 156,272.70 | 1.65 | 17.6 |
| 2009 | 204,500.30 | 150,655.40 | 1.35 | 16.7 |
| 2010 | 260,221.70 | 179,590.80 | 1.44 | 17.3 |
| 2011 | 293,346.40 | 202,061.70 | 1.45 | 17.6 |
| 2012 | 314,768.60 | 208,988.80 | 1.50 | 17.6 |
| 2013 | 326,619.00 | 212,454.50 | 1.53 | 16.6 |
| 2014 | 344,831.00 | 216,772.54 | 1.59 | 16.7 |
| 2015 | 349,646.50 | 175,106.00 | 1.99 | 16.8 |

Fuente: Elaboración propia en base a los datos proporcionados por Banco de México. Informe Anual, varios años e INEGI. Sistema de Cuentas Nacionales.

Fonte e elaboração: Ana Luisa González Arévalo (2017, p.42).

motocicletas - 6.7%; 3. Máquinas de estadística que calculan a base de tarjetas perforadas o cintas 6.6%; 4. Petróleos crudos 5.9%; 5. Camiones y camionetas (incluidos los vehículos de ambulancia) 5.4%; 6. Aparatos receptores de televisión 2.8%; 7. Hilos y cables con aislante 2.6%; 8. Motores de combustión interna, excepto para aeronaves 2.3%; 9. Mecanismos eléctricos para la conexión, corte o protección de circuitos eléctricos (conmutadores, etc.) 2.3%; 10. Unidades motrices de carretera para combinaciones de camión-remolque 2.1%.

⁷⁴ Apesar de atualmente perder participação no PIB e empregar menos trabalhadores, em termos de porcentagem da PEA, do que no início da vigência do Nafta, a indústria representa ainda mais de 80% das exportações mexicanas (ESCOBET; LIMA; SALES, 2019, p.66).

Gráfico 4 - Composição do PIB (%) no México (1950-2010)

Fonte e elaboração: Timothy J. Kehoe e Felipe Meza (2013, p.250).

Segundo os autores, a porção da manufatura em relação ao PIB chega a um pico na década de 1970, em seguida, passa por uma leve queda, mas permanece acima dos 20%, até que alcança seu máximo na série histórica no final da década de 1980, voltando a cair nos anos posteriores, estabilizando-se nos anos 2000 abaixo de 20%.

Gráfico 5 - Composição setorial do PIB e emprego remunerado (%) 1970-2015

Cuadro 1 México: composición sectorial del PIB y el empleo remunerado, 1970-2015 (Estructura porcentual)

| Año | Primario | | Minería | | Electricidad | | Construcción | | Manufactura | | Terciario | |
|--|----------|--------|---------|-------|--------------|------|--------------|-------|-------------|-------|-----------|-------|
| | Yi/Y | Li/L | Yi/Y | Li/L | Yi/Y | Li/L | Yi/Y | Li/L | Yi/Y | Li/L | Yi/Y | Li/L |
| 1970 | 5.86 | 33.48 | 8.69 | 0.62 | 0.80 | 0.40 | 10.99 | 6.26 | 17.84 | 14.49 | 51.11 | 44.75 |
| 1975 | 4.98 | 29.30 | 8.34 | 0.62 | 0.93 | 0.44 | 11.24 | 7.46 | 17.45 | 14.11 | 52.33 | 48.08 |
| 1980 | 4.37 | 25.27 | 10.69 | 0.66 | 1.01 | 0.46 | 11.40 | 8.96 | 17.22 | 13.96 | 53.09 | 50.69 |
| 1985 | 4.46 | 25.31 | 11.99 | 0.74 | 1.29 | 0.51 | 9.63 | 8.31 | 16.61 | 12.95 | 54.12 | 52.18 |
| 1990 | 4.16 | 23.55 | 11.28 | 0.71 | 1.44 | 0.54 | 8.98 | 9.68 | 17.54 | 12.77 | 54.02 | 52.75 |
| 1995 | 3.94 | 22.22 | 10.76 | 0.47 | 1.52 | 0.54 | 7.48 | 9.61 | 17.51 | 11.35 | 56.25 | 55.82 |
| 2000 | 3.32 | 19.25 | 10.05 | 0.42 | 1.54 | 0.55 | 8.25 | 12.27 | 18.82 | 12.96 | 55.48 | 54.54 |
| 2005 | 3.18 | 16.88 | 10.03 | 0.42 | 1.88 | 0.59 | 7.82 | 14.53 | 17.39 | 12.13 | 57.13 | 55.45 |
| 2010 | 3.14 | 15.77 | 8.32 | 0.39 | 2.18 | 0.51 | 7.95 | 14.35 | 16.43 | 11.11 | 59.41 | 57.86 |
| 2015 | 3.06 | 15.26 | 6.82 | 0.44 | 2.30 | 0.50 | 7.32 | 14.42 | 16.79 | 11.62 | 60.98 | 57.75 |
| Variación en puntos porcentuales de participación de 1970 a 2015 | | | | | | | | | | | | |
| | -2.80 | -18.22 | -1.86 | -0.17 | 1.49 | 0.10 | -3.66 | 8.16 | -1.04 | -2.87 | 9.87 | 13.00 |

Y = Producto Interno Bruto total; Y_i = Producto Interno Bruto sectorial; L = Empleo remunerado total; L_i = Empleo remunerado sectorial.

Nota: la estructura porcentual del PIB no corresponde a 100%, pues al contabilizarse por el lado de la oferta se incluyen los impuestos a la producción.

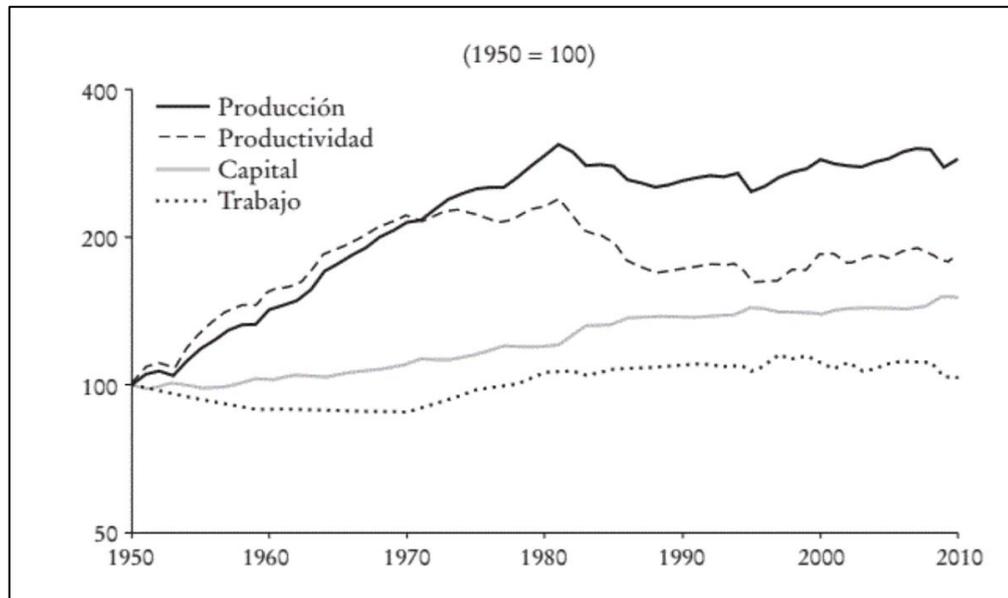
Fuente: elaboración propia con datos de [INEGI \(1989, 2000, 2005 y 2019\)](#) y [SPP \(1983\)](#).

Fonte e elaboração: Luis Brito Cruz e Pablo Mejía Reyes (2020, p. 571).

É possível dizer que houve desindustrialização no período neoliberal em termos de redução da participação da manufatura no PIB, mas a importância da manufatura se acentuou na exportação. Apesar da baixa produtividade, a porcentagem de trabalhadores remunerados na manufatura passou de 14,49% em 1970 para 11,62% em 2015, ou seja, em termos de pessoal

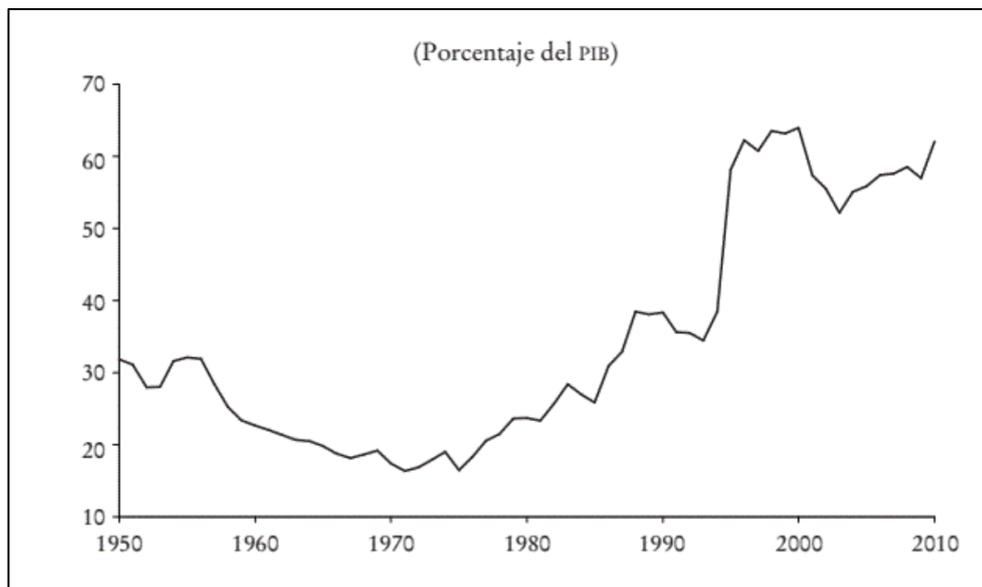
empregado, também houve desindustrialização no período neoliberal.

Gráfico 6 - Contabilidade do crescimento no México. Brecha capital-trabalho (1950-2010)



Fonte e elaboração: Timothy J. Kehoe e Felipe Meza, 2013, p.265.

Gráfico 7 - Evolução da participação do comércio exterior no PIB (%) 1950-2010



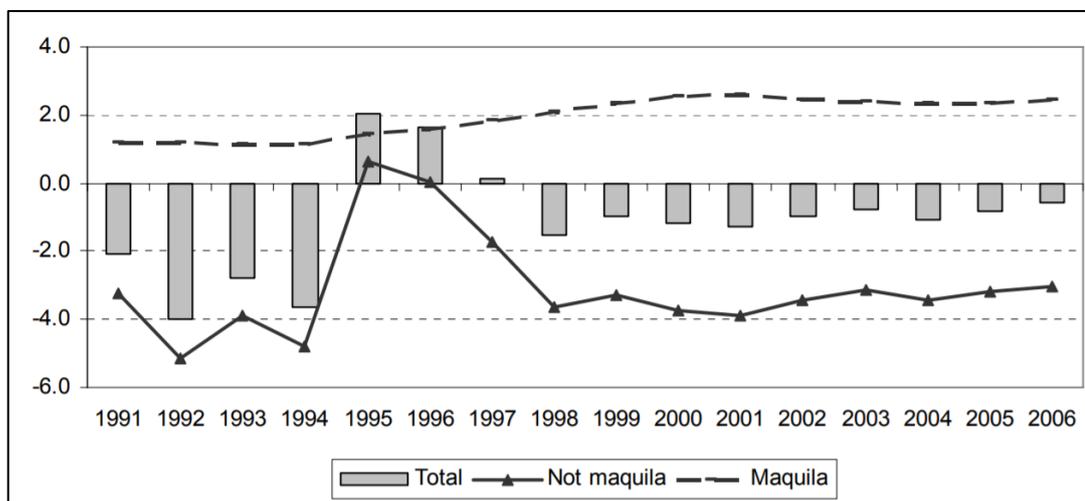
Fonte e elaboração: Timothy J. Kehoe e Felipe Meza (2013, p.249).

Entretanto, ao contrário da produção industrial desenvolvida pela estratégia de substituição de importações até os anos 1980, o destino da produção das maquiladoras – forma predominante assumida pela produção industrial mexicana nas últimas décadas (ver Gráfico 8) – já não é o mercado interno, cada dia mais restringido com a queda na participação da renda do trabalho no PIB (ver Gráfico 6).

O “sucesso” das maquiladoras também não é representativo do desempenho das empresas mexicanas, pois se trata de um setor desigual e bastante concentrado. Segundo Moreno-Brid (2007), a maior parte das exportações é realizada por cerca de três centenas de empresas, majoritariamente vinculadas às transnacionais. Além disso, o Gráfico 8 mostra que o *superávit* das maquiladoras foi mais do que contrabalançado pelo *déficit* no restante da economia:

The impact at the micro-level of the firm is also unevenly distributed. According to some authors, the bulk of Mexico’s manufacturing exports can be explained by the performance of not more than 300 firms, with a majority of them linked to transnational corporations (See Mattar et al 2003, Dussel 2000). Notwithstanding the impressive performance of manufactured exports since NAFTA, conspicuously reflected in the trade surplus with the United States, Mexico has systematically registered trade deficits except for periods of severe recessions. Figure 2 shows that the maquiladoras surplus has been more than counterbalanced by the deficit in the rest of the economy. In fact, the trade surplus derived by the former and the oil industry have not compensated the bulging trade deficit in the remaining manufacturing activities coupled with the small deficit in trade of primary goods and services (See Moreno-Brid et al 2005). (MORENO-BRID, 2007, p.9)

Gráfico 8 - Balança comercial mexicana, como porcentagem do PIB, 1991-2006



Fonte e elaboração: Juan Carlos Moreno-Brid (2007, p.9.)

A incapacidade da totalidade da manufatura de obter *superávit* está relacionada ao fato de a indústria mexicana, a IME e a “tradicional”, haver se tornado fortemente dependente de importações, com conteúdo local reduzido e vínculos frágeis com fornecedores domésticos:

This incapacity is partly due to the fact that Mexico’s manufactured exports have become heavily dependent on imports, with rather reduced local content and weak linkages with domestic suppliers. This is true of maquiladoras 9 but also of a substantial proportion of other firms that export manufactures. In fact

around 70% of Mexico's exports of manufactures are produced through assembling processes of imported inputs that enter the country under preferential tax schemes -PITEX and ALTEX (Dussel 2003 and 2004). Most important, such tax facilities entail approximately 30% lower input costs for manufacturing firms that rely on foreign suppliers –entering through a program of temporary imports- relative to a similar firm that relies instead on locally produced inputs. (MORENO-BRID, 2007, p.11).

No âmbito do mercado laboral, o crescimento populacional mexicano foi mobilizado para o resgate da ideia de “vantagens comparativas” que está por trás da defesa do projeto industrial representado pelas maquiladoras. Dessa vez, as vantagens não são recursos naturais, mas a enorme população empobrecida, desprovida de armas para negociar por condições de trabalho e submetida a um “regime de exceção laboral” (ESCOBET; LIMA; SALES, 2019). Adrián Sotelo Valencia caracteriza as condições de trabalho nas IME:

En el caso de las empresas restructuradas nacionales y extranjeras, independientemente de su organización interna que es similar a la de sus matrices, aprovechan las condiciones de sobreoferta de mano de obra y bajos salarios, abundancia de recursos naturales y de materias primas, políticas gubernamentales completamente favorables a la inversión extranjera, así como infraestructura barata que las más de las veces es subsidiada por el Estado y condiciones superestructurales que se convierten en super ventajas para elevar la productividad y sus ganancias extraordinarias en el contexto de la feroz competencia capitalista internacional [...] Este es el caso típico de la industria maquiladora de exportación (IME) que mantiene una plantilla laboral inestable y rotativa, con bajísimos salarios, sin prestaciones laborales y con sindicatos patronales o pro patronales (cuando existen), cuya función es mediar y/o anular el conflicto y la lucha de clases que libran los trabajadores, la mayoría de ellos mujeres, por conquistar mejores condiciones de trabajo y de vida. (SOTELO, 2004, p. 140).

Dito de outro modo: a ausência aqui de um processo agudo de desindustrialização demonstra que a industrialização em si mesma não significa desenvolvimento e superação da dependência, ou seja, que as desigualdades entre países centrais e periféricos não estão fincadas na natureza dos produtos comercializados⁷⁵, mas sim nas relações de produção e nas forças produtivas empregadas. No México, as mais avançadas forças produtivas convivem abertamente com as mais intensas formas de exploração da força de trabalho (SOTELO, 2004).

No entanto, as maquiladoras não foram criadas apenas após o Nafta. Na verdade, as maquiladoras surgiram em 1965 com o programa de Industrialização Fronteiriça, cuja finalidade seria reter no território nacional parte dos trabalhadores, que desde a Segunda Guerra trabalhavam no país vizinho ao Norte. Este modelo de (sub)desenvolvimento passou por

⁷⁵ Isso não significa descartar a tendência à “depreciação dos termos de troca”. Os produtos industrializados, sobretudo, os de alta tecnologia, tendem a ser vendidos a preços de monopólio.

diferentes fases até ser consolidado com a assinatura do Nafta, cujo intuito, desde o governo Reagan, era, dentre outros, proferir um duro golpe contra a classe trabalhadora americana, canadense e mexicana simultaneamente, baixando os salários da região, ao mesmo tempo em que garantia o fortalecimento dos grandes monopólios.

Na segmentação internacional da produção, as partes menos desenvolvidas são aquelas que são transplantadas para os países dependentes, integrando-se de forma incipiente com outros setores (OSORIO, 2004). Ou seja, as maquiladoras não se diferenciam tanto das antigas “economias de enclave” (SOTELO, p.155). A maior parte dos insumos, bens intermediários e bens de capital empregada nas maquiladoras é importada: “Assim, o sucesso das exportações de manufaturas traz consigo o nocivo efeito de também causar aumentos mais que proporcionais nas importações de insumos e bens de capital.” (CANO, W., 1999, p.447).

No sexênio anterior à aprovação do Nafta, em 1988, tanto o sistema político *prúista* (referente ao Partido de la Revolución Institucional que permaneceu sete décadas ininterruptas no poder), quanto o recente modelo neoliberal já eram vistos por grande parte da população como um arranjo que não a favorecia. Grandes suspeitas de fraude eleitoral rondaram as eleições daquele ano, pois indícios apontavam para a probabilidade de que o verdadeiro vencedor tenha sido o filho de Lázaro Cárdenas (1934-40), Cuauhtémoc Cárdenas, na época candidato pela Frente Democrática Nacional (FDN). Eleito oficialmente, Salinas de Gortari (1988-94), do PRI, resolveu então se legitimar no poder prometendo à elite e à classe média que o México entraria pela porta da frente no Primeiro Mundo, usando como passaporte o Nafta. Outra ação tomada naquela conjuntura foi o convite à colaboração dirigido ao principal partido de oposição, o PAN, formando o pacto que ficaria conhecido como “PRIAN” (SANTOS; DRAGAN, GOMES *et al.*, 2019).

Os ataques aos agricultores familiares foram tantos naqueles primeiros anos de neoliberalismo, que uma dezena de municípios pertencentes ao Estado mais pobre do México, Chiapas, foram tomados de assalto por um movimento que primeiramente se reivindicava como campesino e nacionalista, inspirado nas ideias de Emiliano Zapata (1879-1919), e que, posteriormente, passou a enfatizar sua identidade indígena. O Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) interrompeu a comemoração da gestão de Salinas de Gortari, organizando um dos primeiros levantes conscientemente antineoliberais de sua época⁷⁶. O primeiro dia de

⁷⁶ A possibilidade de “contaminação” após a aparição pública dos rebeldes foi prevenida por uma guerra contra as comunidades indígenas e rurais e todos os inimigos do Livre Mercado. Fora Chiapas, onde o Estado contou

vigência do Nafta ficou marcado pela resistência anti-neoliberal. (HAAR, 2005)

Um Tratado de Livre Comércio entre nações tão desiguais aprofundou as assimetrias internas e externas. As tecnologias, as empresas-sede e o capital investido são, em geral, estadunidenses, os lucros voltam para o país-sede, no México ficam poucos impostos e salários quase dez vezes menores que os praticados nos Estados Unidos e no Canadá (BRANDÃO; FRANZONI, 2019), além de um parque industrial cujos processos produtivos são pouco integrados ao restante da economia. Com o Nafta, o país também dispensou as cobranças de taxas às mineradoras canadenses (IRAMINA; DOS REIS; ESCOBET et al., 2019).

No século XXI, o México tornou-se também um importador de milho, base ancestral da alimentação, e de petróleo – símbolo da soberania nacional desde o governo Cárdenas (1934-1940), responsável pela intensificação da reforma agrária e pela nacionalização do petróleo e criação da estatal Petróleos Mexicanos (PEMEX). Os dois itens na pauta de importação simbolizam o aprofundamento da dependência. Sem poder oferecer incentivos suficientes aos agricultores devido às amarras do “Livre Comércio” (o que não impede os EUA de fazê-lo), tornou-se mais barato importar milho. Em relação ao petróleo, o México está mais longe de conquistar soberania energética: as refinarias são de propriedade estrangeira ou incapazes de refinar o petróleo bruto extraído localmente, portanto, o país precisa importar petróleo refinado (CANO, F., 2019). Por meio da última reforma energética em 2012, o governo de Enrique Peña Nieto (PRI) permitiu a concessão da exploração privada das fontes de gás e petróleo. A situação agravou-se com a disseminação do *fracking* e a superprodução estadunidense; atualmente, 60% da gasolina consumida no México é extraída no Texas (CANO, F., 2019, p.171).

com a colaboração de paramilitares para tentar destruir o neozapatismo, Guerrero foi a unidade mais afetada, por ser considerada o terreno mais propício para a organização popular de focos de insurgência. O Estado mexicano remobilizou todo seu aparato de contra-insurgência experimentado e aprimorado durante a guerra suja, torturando, prendendo, desaparecendo e estuprando de forma “preventiva”, centenas de pessoas nas zonas rurais. Os camponeses voltaram a ser considerados suspeitos de serem a água por onde nadavam os guerrilheiros do Ejército Popular Revolucionario (EPR), uma das organizações herdeiras do Partido de Los Pobres liderado por Lúcio Cabañas. Um dos casos de repressão nesse contexto ocorreu em 1998: “En la madrugada del 7 de junio de 1998 elementos castrenses de la XXVII zona militar arremetieron cobardemente contra los indígenas. De acuerdo con los testimonios de las víctimas y otros datos de prueba, los militares dispararon 284 municiones y lanzaron dos granadas de fragmentación. El saldo fue de 10 indígenas y un estudiante asesinado, 4 adultos y un niño, heridos de gravedad y posteriormente detenidos ilegalmente, mientras que otros 22 indígenas, cuatro de ellos niños y una estudiante, fueron detenidos ilegalmente y torturados. Por estos hechos las autoridades nunca investigaron a los militares, por el contrario, los indígenas de El Charco fueron sometidos a proceso por diferentes cargos penales como rebelión, sabotaje entre otros. Algunos de ellos fueron privados de su libertad. Para acallar este crimen el gobierno señaló a los indígenas como subversivos para garantizar impunidad a los militares y encubrir las ejecuciones arbitrarias, torturas, lesiones y detenciones ilegales que arrancaron la vida de los indígenas” (TLACHINOLLAN, 2021, documento eletrônico não paginado). A Comissão Interamericana de Direitos Humanos emitiu um informe de admissibilidade a partir da demanda das famílias das vítimas e sobreviventes.

Em resumo, o resultado do Nafta no México foi a redução da participação dos salários no PIB, o definhamento do mercado interno e o total atrelamento da economia ao gigante vizinho. Em termos de dependência, pouco mudou em relação ao que era na época da Grande Depressão, quando o México teve extrema dificuldade para se recuperar. Na verdade, a dependência se aprofundou: o Tratado de Libre Comercio de América del Norte (TLCAN) ou Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (Nafta) soldou a parte moderna da economia mexicana à dos EUA (CANO, W., 1999). Atualmente, mais de 80% das exportações mexicanas têm como destino os EUA. Como corolário do atrelamento, o México foi o país da região que mais sofreu com o choque de 2008. Com a crise, o PIB cai 7% (TELLO, 2010) e a taxa de desemprego chega a quase 6% em 2009, bastante elevada para os padrões mexicanos no século XXI, de acordo com as edições da Encuesta Nacional de Ocupación y Empleo (ENOE) daquele ano.

O Nafta e o imperialismo estadunidense, segundo Boullosa e Wallace (2015), estão diretamente ligados à guerra às drogas. A precarização da produção agrária levou parte dos camponeses a se envolver com a cadeia produtiva dos narcóticos. Entre 1980-1994, a migração rural cresceu 182%⁷⁷. O Nafta deu mais um impulso indireto ao narcotráfico ao prejudicar a agricultura familiar. Sem incentivos e obrigados a competir com as corporações estadunidenses, a amapola e a maconha apareceram como as únicas opções rentáveis para parte dos agricultores falidos. Além do êxodo rural, o incremento do subdesemprego e da precarização garantiram a disponibilidade de mão-de-obra barata para os carteis.

Por fim, antes de apresentar os dados sobre o mercado de trabalho mexicano e guerrerense no próximo capítulo, faço um breve balanço de algumas das reformas neoliberais que marcaram os governos de Felipe Calderón (PAN), 2006-2012, e Enrique Peña Nieto (PRI), 2012-2018. A maioria delas foi aprovada no pós-2008, sendo a crise e a narrativa sobre esta um fator de pressão sobre o congresso e a sociedade.

Durante o governo Calderón algumas reformas “estruturais” foram aprovadas:

Aunque el gobierno de Vicente Fox (2001-2006) no logró poner en práctica ninguna nueva reforma, el de Calderón consolidó cinco en el terreno

⁷⁷ Em 1992, pouco antes do NAFTA, o presidente Salinas de Gortari (PRI) desfere um duro golpe contra os *ejidos*, um dos principais legados da Revolução Mexicana. A Modificação do artigo 27 da Constituição, sob o pretexto de aumentar a autonomia dos *ejidatarios*, implementa o parcelamento da propriedade social e a possibilidade de associação com qualquer ente privado. O resultado é a aceleração da mercantilização e da privatização das terras que passam a ser tituladas de forma individual (DESSOTTI; SANTOS, 2019, p.79). O impulso à separação dos camponeses de seus meios de produção incrementa o Exército Industrial de Reserva com todas as suas implicações.

económico, no todas trascendentales: la fiscal (2007), la del sistema público de pensiones (2007), la energética (2008), la de competencia (2010) y la laboral (2012) (GUTIÉRREZ, 2014, p.34).

A reforma previdenciária de Calderón (2007) consistiu em uma reforma do sistema de seguridade social dos trabalhadores do serviço público. A lei modificou as pensões do Instituto de Seguridad y Servicios Sociales de los Trabajadores del Estado (ISSSTE), substituindo um regime público e solidário por um regime de capitalização individual, gestão privada e apenas com garantia estatal de pensão mínima. A legislação também estabeleceu um modelo diferente de gestão de saúde, consolidando uma diretriz que rompe com a prestação de serviços de saúde integral, solidário e redistributivo, ao transferir os recursos do fundo público para a iniciativa privada.

Onze reformas foram aprovadas pelo governo de Enrique Peña Nieto nos primeiros 20 meses de mandato. A reformas laboral, de competição econômica, de telecomunicações, financeira, fiscal, política-eleitoral, educativa, de seguridade social, energética, da transparência e do código penal.

No caso da reforma educativa de EPN (2013), a iniciativa de modificar a legislação educativa do México está ligada a recomendações e imposições de organismos multilaterais:

[...] subordinado el modelo educativo mexicano a los criterios impuestos por el gran capital a través de los organismos financieros multilaterales que, mediante una política de préstamos, condicionan reformas educativas (descentralización, privatización, competencias, reformas curriculares, estándares de evaluación, etcétera). (LÓPEZ AGUILAR, 2013, p.66)

A reforma educativa também acabou por modificar as relações laborais e administrativas no sistema escolar e por isso enfrentou forte oposição por parte dos sindicatos do magistério. Um dos efeitos identificados pelo movimento contestatório é o ataque à estabilidade laboral:

al fijar los términos y condiciones de la evaluación obligatoria vinculada con el ingreso al sistema educativo mediante el examen de oposición y cumplir con los periodos de inducción y prueba; la promoción para ascender de puesto; el reconocimiento, que depende de los resultados de la prueba enlace para acceder a un estímulo salarial; y la permanencia de los maestros en servicio con el riesgo de ser rescindida su relación laboral sin responsabilidad para quien lo contrate. (LÓPEZ AGUILAR, 2013, p.66)

A Reforma também modificou os parâmetros de avaliação do desempenho escolar, pois prometia aumentar a produtividade, que passa a ser medida pelos resultados nos exames aplicados de forma padronizada. Esses resultados também possuem um caráter punitivo porque

podem definir a contratação ou demissão de professores (LÓPEZ AGUILAR, 2013).

Por último, faço um breve balanço da última reforma trabalhista, pois esta influencia diretamente o delineamento das condições de trabalho no país. Desde a ascensão do neoliberalismo, o sindicalismo mexicano perdeu força, o que se reflete na queda no número de trabalhadores sindicalizados ano após ano (RUBIO CAMPOS, 2017). Entretanto, ainda no início do século XXI, a atividade sindical de trabalhadores de alguns setores, como indústria elétrica, mineração, aviação e educação, ainda conseguia manter um nível satisfatório de independência. O governo de Calderón passou a traçar um plano para minar a resistência desses setores em relação à iniciativa de reforma laboral (QUINTANA; GARZA, 2017). Em outubro de 2008, Calderón assina um decreto que extingue a Compañía de Luz y Fuerza del Centro, demitindo 44.000 trabalhadores. O golpe atingiu diretamente o Sindicato Mexicano dos Eletricistas (SME) e contribuiu com a privatização do setor elétrico e, posteriormente, na promoção da reforma laboral (LÓPEZ DE LA VEGA; MODONESI; GALEANA *et al.*, 2010). A Atmosfera da assinatura do decreto é assim descrita:

Ante la debilidad del movimiento obrero, el retroceso de los movimientos sociales frente al neoliberalismo y la existencia de un contexto de miedo generado por los enfrentamientos entre narcos y fuerzas militares por todo el país, el presidente Calderón firmó en noviembre de 2011, un día antes de dejar el poder, el decreto de reforma a la Ley del Trabajo mexicana (QUINTANA; GARZA, 2017, p.162).

As mudanças mais significativas da Reforma Laboral foram: a possibilidade de novas modalidades de contratação, como contratos “*a prueba*”, de capacitação inicial e temporários; a mudança dos critérios de preenchimento de vagas e ascensão nos postos de trabalho, nisto a antiguidade deixa de ser relevante e prioriza-se mais a qualificação, a formação, a aptidão e produtividade; passa a ser legal a atribuição de tarefas complementárias ao trabalho principal (multi-tarefa); definiu-se a figura de “régimen de subcontratación laboral”, regulando-se a subcontratação e o *outsourcing*; a geração de salários em atraso passa a ser limitada ao período máximo de 12 meses; aprovação do salário pago por hora.

No mesmo período, foi aprovada uma alteração no artigo 123 da Constituição, estabelecendo novos critérios para a declaração de uma greve como ilícita. Caso a greve afete serviços públicos e não tenha sido notificada com dez dias de antecedência aos tribunais do trabalho ou ocorra “violência generalizada contra pessoas e propriedades”, a greve pode ser criminalizada.

A Lei Federal do Trabalho também foi alterada para estabelecer que, em caso de doença

ocupacional, o trabalhador, ao invés de receber a integralidade do salário, receberá apenas metade. As tabelas de doenças e incapacidades permanentes também passaram a ser modificadas por uma comissão consultiva, abrindo brecha para que os empregadores determinem quais doenças são passíveis de pagamento.

4. CAPÍTULO 3: ANÁLISE DE INDICADORES SOCIAIS NO MÉXICO E EM GUERRERO

4.1 Calculando o emprego e o não-emprego

Na contramão do que ocorreu em vários países da América Latina que passaram pela chamada “Onda progressista” (DOS SANTOS, 2018) nas primeiras duas décadas do século XXI, a pobreza extrema avançou no México entre 2000 e 2018. Passou de 6,1% em 2000 para 6,8% em 2018 (dado mais atualizado fornecido pela CEPALSTAT). A pobreza extrema cresceu ininterruptamente entre 2006 e 2014, quando começou a diminuir (até 2018). A pobreza abarcava 39,8% da população em 2000 e 36,6% em 2018, entretanto, esta cresceu, entre 2006 e 2014, alcançando o pico de 40,1% em 2014. Esse retrocesso apresentado pelo país em termos de redução da pobreza coincidiu com o início do governo de Calderón (PAN), os primeiros anos da guerra às drogas e a crise de 2008.

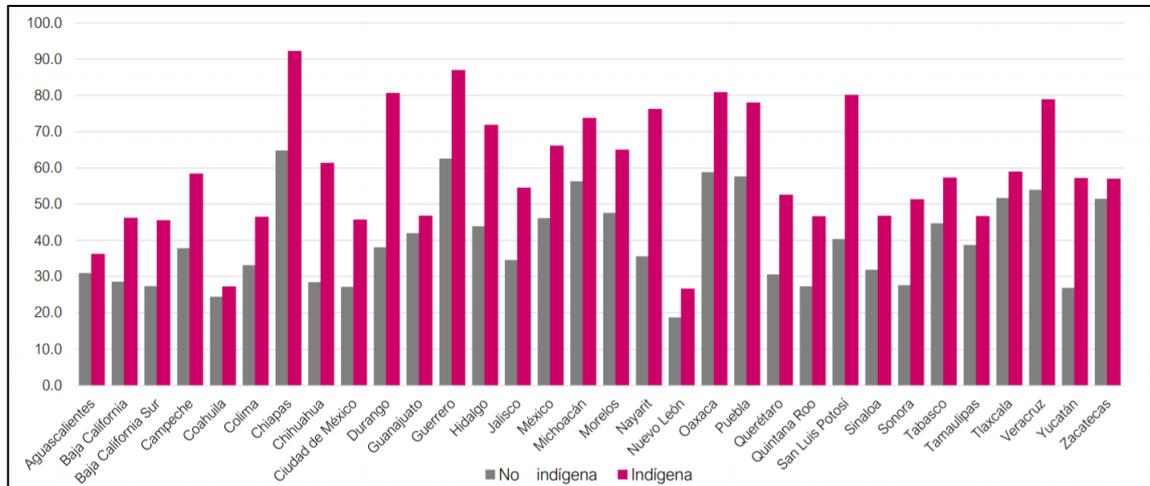
Evidentemente, a pobreza não aflige a população de forma homogênea. As populações indígenas registram índices de pobreza mais expressivos. Guerrero é o oitavo Estado com a maior população indígena do país, 33,9%, segundo dados de 2015 do Consejo Nacional de Evaluación de la Política de Desarrollo Social (Coneval)⁷⁸. De acordo com a mesma pesquisa, é o quinto Estado em população que fala algum idioma indígena. Dados do INEGI afirmam que, em 2018, Guerrero era o segundo Estado com o mais elevado indicador de população pobre, 65,5%. Naquele ano, a primeira posição foi ocupada por Chiapas e a terceira por Oaxaca. Em quarto e quinto estavam, respectivamente, Veracruz e Puebla (todos estados localizados ao sul). Os cinco Estados estão entre os dez com maior porcentagem de população indígena, entre as 32 entidades federativas. Em termos de pobreza extrema, Chiapas (29,7%), Guerrero (26,8%) e Oaxaca (23,3%) aparecem novamente entre as maiores porcentagens, de acordo com a metodologia do Consejo Nacional de Evaluación de la Política de Desarrollo Social.

Segundo dados do Coneval de 2015 (CONEVAL, 2019), quase 80% da população indígena nacional vive abaixo da linha da pobreza. Em Guerrero, essa condição é ainda mais grave, pois este é o segundo Estado com maior porcentagem da população indígena na pobreza depois de Chiapas: em Guerrero, nove em cada 10 indígenas são pobres. Esses dados indicam

⁷⁸O Consejo Nacional de Evaluación de la Política de Desarrollo Social (CONEVAL) é um organismo público descentralizado da Administração Pública Federal. Sua função é normatizar e coordenar a avaliação da Política Nacional de Desenvolvimento Social e das políticas, programas e ações dos órgãos públicos; e estabelecer as diretrizes e critérios para a definição, identificação e medição da pobreza.

que a pobreza registrada em Guerrero está diretamente ligada à marginalização histórica dos povos indígenas.

Gráfico 9 – Porcentagem da população em situação de pobreza por entidade federativa (2015)

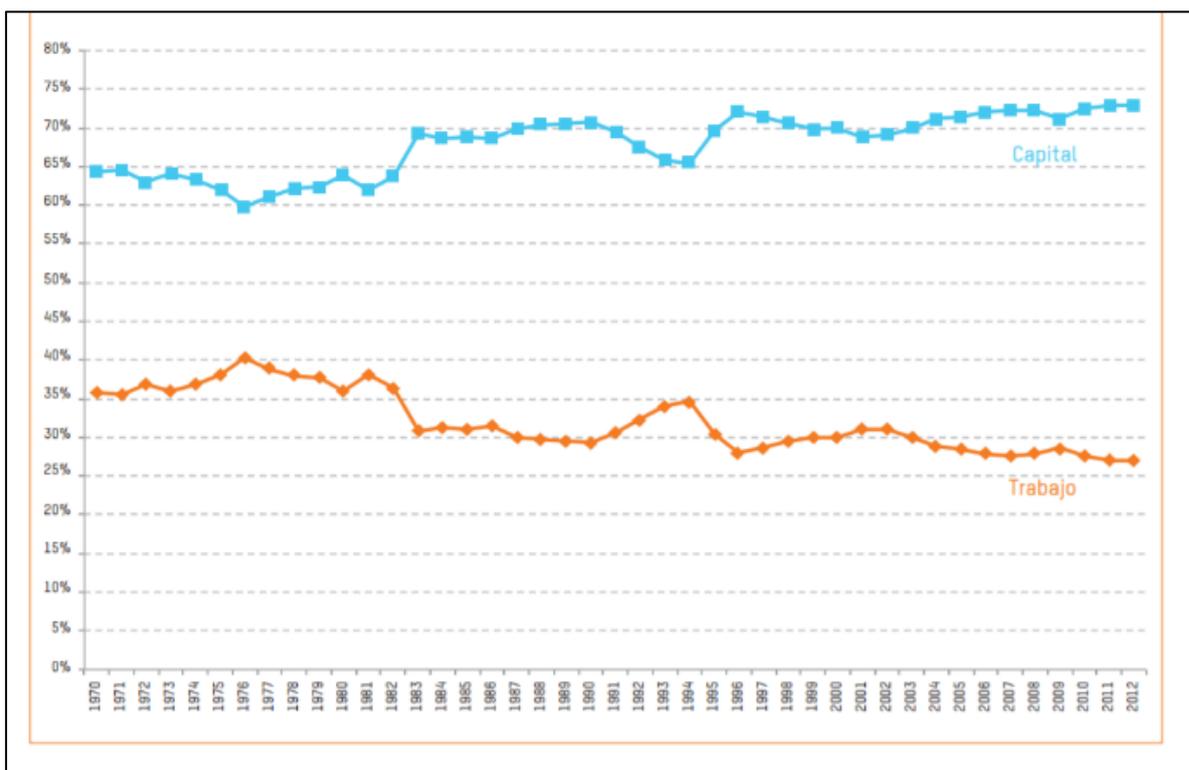


Fonte e elaboração: CONEVAL (2019, p.7).

Além da pobreza absoluta, a desigualdade é outro indicador importante para entender os efeitos do neoliberalismo no México. Em 2012, a participação do 1% de maior ingresso no ingresso total era superior a 20%, mais do que o dobro do registrado em países como China, França, Espanha, Índia e Itália. A porcentagem é também superior ao 1% mais ricos de países conhecidos pela desigualdade como África do Sul, Estados Unidos e Colômbia (ESQUIVEL HERNÁNDEZ, 2015, p.15).

Um dos fatores que corrobora na explicação de tal nível de desigualdade atingido pelo México é a perda de participação do salário na economia, enquanto a fatia do capital cresce. A brecha aumentou consideravelmente a partir de 1982 (marco do neoliberalismo no país) e, com mais intensidade a partir de 1994, coincidindo com a vigência do Nafta.

Gráfico 10 – Distribuição do Produto entre os fatores da produção, 1970-2012 (como % do PIB)



Elaboração: Gerardo Esquivel Hernández/Oxfam, 2015.

Outro fator relevante tem relação com a política fiscal regressiva e a diminuição das alíquotas mais altas do imposto de renda entre 1981 e 2013. De acordo com Gerardo Esquivel Hernández, em relatório sobre desigualdade publicado pela Oxfam em 2015, a alíquota era superior a 50% em 1981 e, em 2013, passou a ser inferior a 30%, sendo a mais baixa entre 25 países selecionadas pelo estudo, entre os quais Estados Unidos, França, Espanha e Japão.

Repassados estes indicadores sobre pobreza e desigualdades, nos próximos parágrafos apresento uma análise detalhada do mercado laboral do México e de Guerrero.

As taxas de desocupação, sobretudo após a crise de 2008, indicam que o desemprego aberto oculta a real situação do mercado de trabalho mexicano. As edições da Encuesta Nacional de Ocupación y Empleo (ENOE) apontam que o desemprego no país não passou de 4% entre 2016 e 2019. Entre 2006 e 2019, a taxa só ultrapassou 5% (permanecendo ainda abaixo dos 6%) nos três anos após a crise de 2008. Em média, 3,4% da População Economicamente Ativa (PEA) mexicana estava desempregada em 2017, de acordo com as edições da ENOE daquele ano. A medição da desocupação é restritiva: só engloba a porcentagem da População Economicamente Ativa (PEA) que não trabalhou uma hora sequer e buscou emprego na semana

de referência da pesquisa. No mesmo ano, a taxa de desocupação em Guerrero foi de 1,5%, de acordo com relatório do CEFEP (2018) com dados da ENOE. No país, Guerrero apresenta a menor taxa de desemprego e a segunda maior porcentagem da PEA na informalidade⁷⁹, constantemente próxima de 80%.

O pleno emprego⁸⁰, para a teoria marxista, além de ser insustentável permanentemente dentro do capitalismo, provoca efeitos indesejáveis para a burguesia e até tensões disruptivas, como identifica Michal Kalecki (2020): “Sob um regime de pleno emprego permanente, as demissões perderiam seu papel [...] disciplinar. A posição social do chefe seria minada e a autoconfiança e a consciência de classe dos trabalhadores aumentariam. Greves por aumentos salariais e melhorias nas condições de trabalho criariam tensão política”. (KALECKI, 2020, documento eletrônico não paginado). Portanto, um primeiro olhar desavisado poderia chegar à conclusão de que a teoria marxista não ajuda a explicar o México atual, no qual os salários estão em depreciação há quatro décadas, mesmo não havendo uma elevada taxa de desemprego.

⁷⁹ O Instituto Nacional de Estadística y Geografía (2014, p.24) segue os seguintes critérios para classificar trabalhadores como informais na ENOE: 1) É informal o ocupado no setor informal, seja como trabalhador autônomo ou dependente, quando a atividade é desenvolvida em unidades econômicas não constituídas em sociedade, ou seja, em atividades não constituídas como empresas, instituições ou fontes de trabalho com personalidade jurídica e também não registrada, o que se detecta pelo fato de a unidade econômica não ser operada nos termos das convenções contabilísticas que envolvem registro na Fazenda. 2) A ocupação em condições informais operando fora do Setor Informal inclui: a. Os dirigentes de meios de produção não formais na área agrícola (trabalhadores por conta própria nas atividades agrícolas de subsistência); b. Todos os trabalhadores remunerados não inscritos na Segurança Social que trabalham em unidades econômicas distintas do Setor Informal (agregados familiares, explorações agrícolas e mesmo empresas e instituições formais), sendo a falta de acesso aos serviços de saúde das instituições de segurança social por via laboral, os critérios operacionais usados; c. Todos os trabalhadores não-remunerados que operam fora do setor informal, seja em atividades agrícolas ou não agrícolas. 3) Portanto, no ENOE, Ocupação Informal/Emprego Informal é a soma dos que atuam em unidades econômicas não cadastradas na área não-agrícola; meios de produção do tipo familiar na agricultura, bem como todo o trabalho não registrado em qualquer outro tipo de unidade econômica e área. Em suma, é constituído por trabalho autônomo, no qual o negócio se confunde com a pessoa, e por trabalho dependente que é exercido sem garantias trabalhistas elementares.

⁸⁰ “Nunca houve, em nenhuma sociedade capitalista, direito ao trabalho [...] Manuais de economia chamam de ‘pleno-emprego’, em sociedades capitalistas, situações em que as taxas de desemprego estão abaixo de 5% da população [...]” (FONTES, 2017, p.51).

O neoliberalismo, orientado pelas teorias ortodoxas sobre a moeda como o monetarismo⁸¹, passou a priorizar o combate à inflação⁸² em detrimento da geração de emprego. É possível inferir que para os neoliberais, o desemprego é um dos objetivos da austeridade (PARANÁ, 2020a, p.52). Nas doutrinas monetárias hegemônicas, o pleno emprego é constantemente associado à inflação. Essa operação ideológica pode ser percebida nas mudanças de concepção sobre o que é pleno emprego ao longo do tempo⁸³.

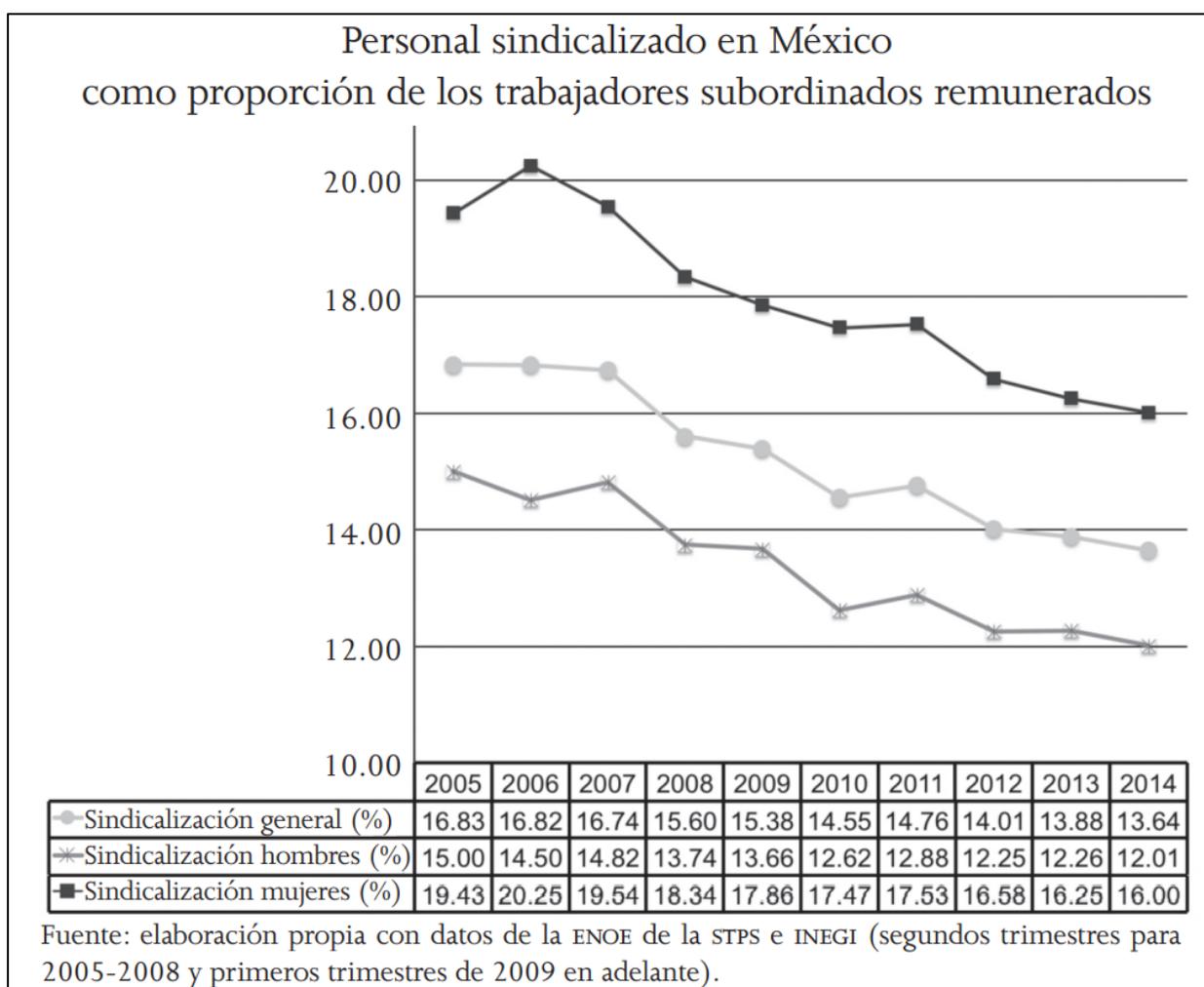
O modelo de empregabilidade e de dominação de classe estabelecido no México dispensa um elevado desemprego aberto como fator de pressão sobre a remuneração da força de trabalho e para a redução do poder de barganha dos trabalhadores. O modelo de controle dos salários e da classe trabalhadora mostra-se bem-sucedido para o capital: os números de greves e de trabalhadores sindicalizados diminuíram durante o neoliberalismo (RUBIO CAMPOS, 2017).

⁸¹ “Mas a pedra de toque do monetarismo (e, por exemplo, de todo o neoliberalismo) é a forma como concebe a relação salarial. Partindo do postulado de que a oferta cria sua própria demanda (Lei de Say) e que no mercado de trabalho há igualdade de condições entre assalariados e empregadores, ambos agentes econômicos privados, Milton Friedman apresenta a hipótese da existência de um “desemprego voluntário”. Sendo, a um certo nível, ‘voluntário’, o desemprego não é mais considerado um problema. Baseado nas premissas acima relacionadas e na ideia de um desemprego natural, Friedman reforça sua recomendação da abolição de todos os ‘obstáculos’ legais à flexibilização da mão de obra, inclusive o salário mínimo”. (PARANÁ, 2020a, p.51).

⁸² “Quando ‘demasiado dinheiro’ persegue ‘poucos bens’ — uma inflação — beneficia os devedores em relação aos credores, uma vez que quanto maior for a inflação, menos rendimento real é necessário para pagar a dívida acumulada” (BLYTH, 2017, p.31).

⁸³ “O MIP definiu o desemprego como ‘excessivo’ em apenas 10% ou mais, enquanto a dívida pública é “excessiva” quando supera 60%. Um elevado nível de desemprego é tolerável, uma dívida pública moderadamente elevada não é, e os déficits orçamentários superiores a 3% continuam a ser considerados inaceitáveis”. (BLYTH, 2017, p.477).

Gráfico 11 - Trabalhadores sindicalizados no México como proporção dos trabalhadores subordinados-remunerados



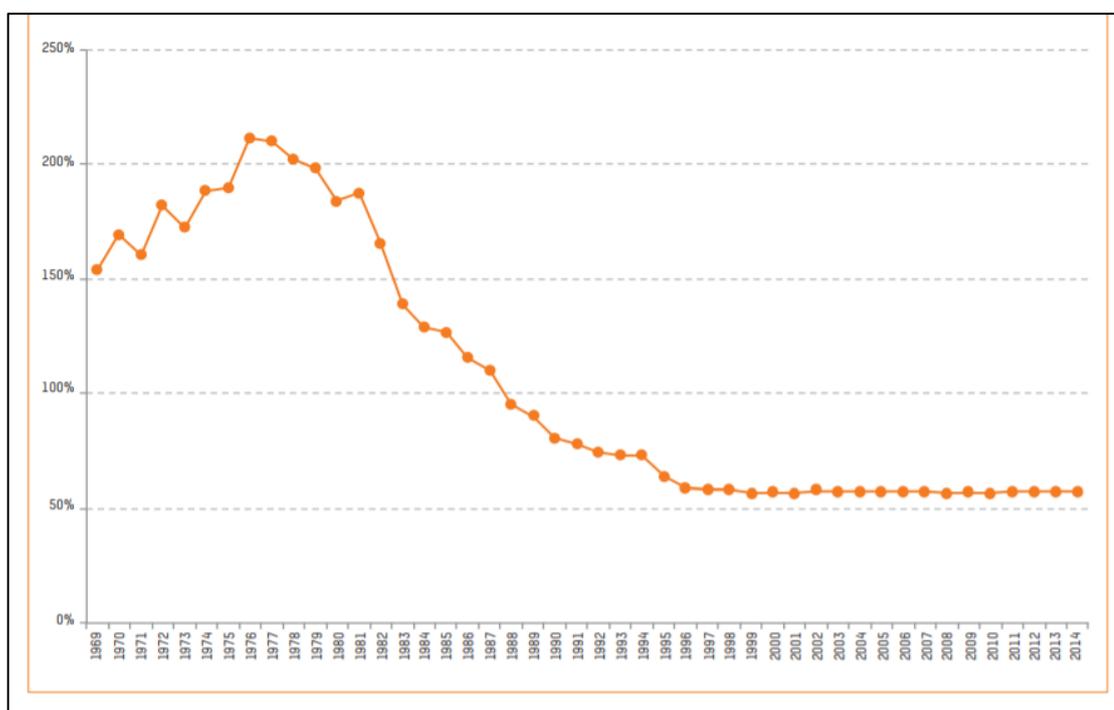
Fonte e elaboração: Rubio Campos (2017, p.51).

A participação de salários no PIB passou de 42,5%, em 1981, para 27% em 2012. No conjunto da economia, observou-se um declínio de cerca de 70% no salário real da década de 1980 até a atualidade (RODRÍGUEZ, 2016). A remuneração média real por hora trabalhada passou de 38.7 em 2009 para 34.6 pesos em 2017 (CONEVAL, 2018). Ou seja, além da defasagem durante a ascensão do neoliberalismo desde 1982, a degradação da remuneração do trabalho continuou após a crise de 2008.

En las últimas tres décadas, la política de salario mínimo en México ha actuado como parte de una estrategia de contención inflacionaria. Después de un breve periodo en el que aumentó en términos reales (1969-1976), el ascenso generalizado de precios en esos años se confrontó, en parte, mediante una estrategia que limitaba los aumentos de salarios siempre por debajo de los aumentos de precios. Durante los setenta, ochenta y mediados de los noventa ésta fue la tónica. No fue sino a partir de 1996 que la estrategia cambió, aunque

los aumentos salariales se han limitado a mantener constante al salario mínimo [...]. La estrategia ha surtido su efecto: el poder de compra del salario mínimo ha disminuido drásticamente a lo largo de las últimas décadas. Para 2014, alcanza para poco más de la cuarta parte de lo que pudo abarcar en su punto más alto (1976); representa, además, poco más de un tercio de lo que era hace 45 años (1969). (ESQUIVEL HERNÁNDEZ, 2015, p.29)

Gráfico 12 - Salário Mínimo Real no México, 1969-2014 (pesos de 2011 por jornada laboral)



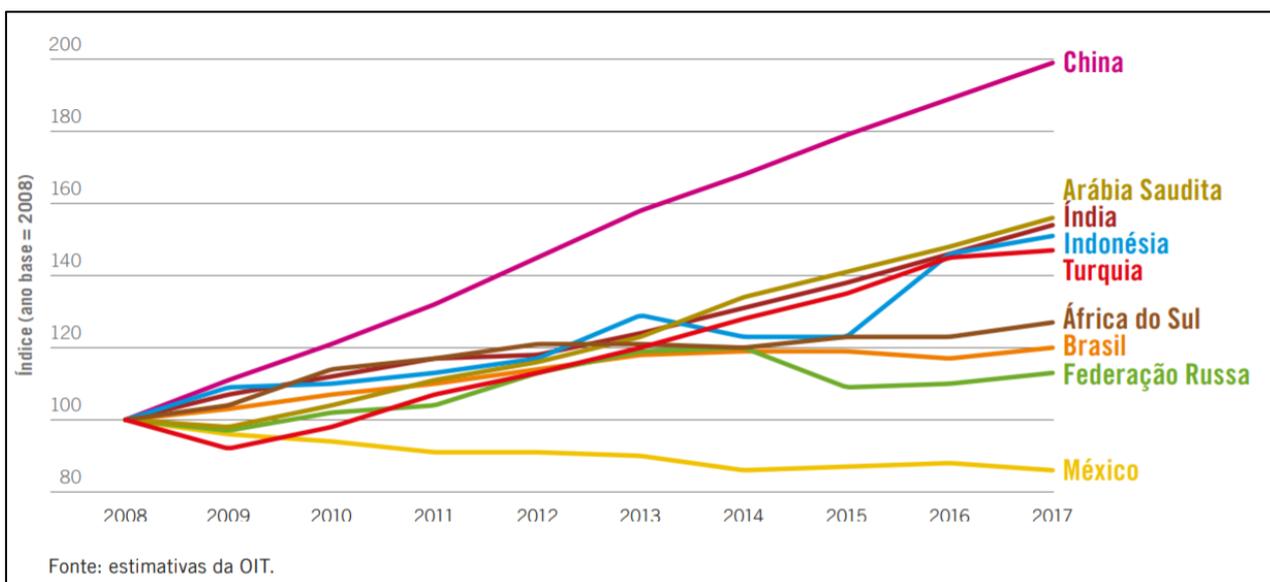
Elaboração: Gerardo Esquivel Hernández/Oxfam, 2015.

Em comparação com a América do Sul (o relatório da OIT não inclui a Venezuela) e com a América Central (incluindo a República Dominicana), o México possuía o mais baixo salário mínimo real (em dólar) em 2015, deterioração e estagnação que não mudaram entre este ano e 2018⁸⁴ (ano de medição dos ingressos da PEA Ocupada, citado no parágrafo anterior) (OIT, 2017).

O gráfico a seguir, produzido pela OIT (2017), mostra a trajetória do salário mínimo em comparação com outros países do chamado grupo emergente do G20. De 2010 até 2017 (último dado), o país apresenta o salário mínimo mais baixo do grupo, e em trajetória de desvalorização em relação ao que era no ano de 2008. A comparação inclui Turquia, Índia, China, África do Sul, Rússia, Arábia Saudita e Indonésia.

⁸⁴ Essa tendência só passou a mudar com a chegada de AMLO ao poder em dezembro de 2018 e sua política de valorização do salário mínimo, além do novo acordo de livre comércio firmado em 2019, o T-MEC, o que não será analisado por este trabalho cujo marco teórico se limita até 2018.

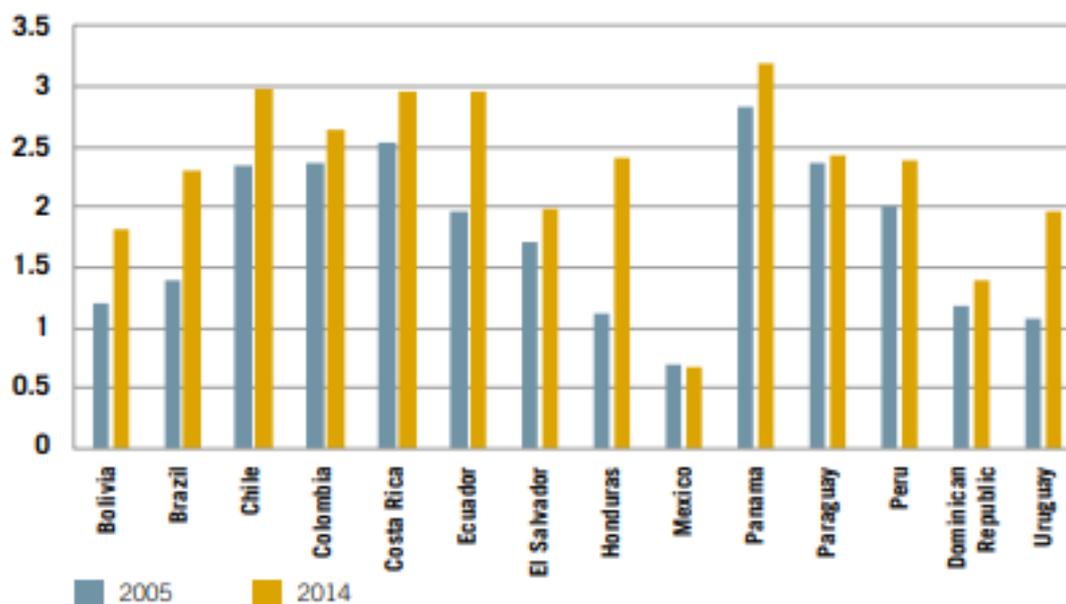
13 - Índice médio dos salários dos países do G20, 2008-2017



Fonte e elaboração: OIT (2017).

O gráfico a seguir, com dados da OIT para a América Latina, utiliza como parâmetro a linha da pobreza e demonstra um quadro ainda mais grave em relação ao salário mínimo mexicano durante o pós-2008:

Gráfico 14 - América Latina: razão entre salário mínimo e linha da pobreza por país (2005-2014)



Source: ILO, based on official information of household surveys and minimum wages of the countries and the ECLAC database.

Fonte e elaboração OIT (2017).

Tanto no ano de 2005, quanto no ano de 2014, o salário mínimo mexicano não permitia que uma pessoa deixasse de viver abaixo da linha da pobreza. Sendo assim, a partir desses dados da ENOE e da OIT, é possível inferir que pelo menos 24,84% da PEA ocupada de Guerrero obteve, em 2018, um ingresso inferior ao mínimo necessário para ultrapassar a linha da pobreza. Essa porcentagem pode ser muito maior, pois nem todos que ganham entre 1 e 3 salários mínimos, cerca de 42% da PEA ocupada, recebem o suficiente para ultrapassar a linha da pobreza. O problema é ainda maior, quando levamos em conta que 20% da PEA ocupada não é remunerada, ou seja, depende da remuneração de outros membros da PEA ocupada. Uma grande parcela da população adulta continua fora do mercado de trabalho, mas mesmo assim os indivíduos que são remunerados não ganham nem o suficiente para ultrapassar individualmente da linha da pobreza, ainda menos livrar toda a família. Tudo indica que de forma sistemática os ingressos da esmagadora maioria da população de Guerrero não são capazes de satisfazer suas necessidades básicas. Um sinal dessa impossibilidade de reproduzir plenamente a força de trabalho é a expectativa de vida no Estado, a mais baixa do México (INEGI, 2018).

Outro fator que prejudica a reprodução social e a expectativa de vida no Estado é o acesso às instituições de saúde. Em Guerrero, mais de 80% da população economicamente ativa ocupada não têm acesso garantido aos sistemas públicos de saúde, vinte pontos percentuais a mais que o mesmo indicador registrado em nível nacional. Tal marginalização está intimamente ligada à informalidade prevalente no Estado⁸⁵ do sudoeste.

⁸⁵ Um depoimento colhido em março de 2016, entre os buscadores de covas clandestinas em Iguala ilustra a situação de forma exemplar: Zenaida Epinobarros, na época com 51 anos, tinha um filho desaparecido e outro havia sido assassinado no bairro onde moravam na Colônia Insurgentes. Zenaida é indígena mixteca, casou-se na adolescência após o pai aceitar uma oferta do futuro marido, tornando-se empregada da família em Acapulco, em situação análoga à escravidão. Após a morte do pai de seus filhos, trabalhou como passadeira de roupas “para fora”, mas, segundo seu relato, há anos sentia muitas dores nos braços e foi obrigada a parar de passar roupas. Na época da entrevista, Zenaida recebia ajuda financeira de um filho que morava nos Estados Unidos e de outro que havia se mudado para um Estado no Norte do México. A mulher afirmou que não havia ido ao médico, mas que tomava remédios que ela mesma adquiria no mercado público de Iguala. Um deles era vendido como “óleo de tubarão” e, de acordo com Zenaida, o vendedor havia afirmado que era bom para dores nas articulações. No mercado da cidade, era muito comum que se vendesse e se anunciasse pelos alto-falantes das vans a venda de remédios alternativos para um número extenso de doenças e males. Durante a entrevista, Zenaida mostrou a embalagem e confessou que não era alfabetizada. No rótulo do composto, não havia nenhuma menção a dores articulares e constava um aviso: “Não é um remédio”. No mercado, os compostos são vendidos como poções milagrosas e não parecem fruto de sabedoria popular, mas negócios oportunos num país no qual inexistente um sistema de saúde pública universal e em um Estado no qual menos de 20% dos trabalhadores conseguem acesso a instituições de saúde públicas, fenômeno relacionado à informalidade e à precariedade laboral.

Tabela 3 – PEA Ocupada por Condición de Acceso a Instituciones de Salud⁸⁶

| GRO 2018 | PEA Ocupada GRO | % GRO | % Nacional |
|------------------|-----------------|--------|------------|
| Com acceso | 259.024 | 18,96% | 37,22% |
| Sem acceso | 1.103.573 | 80,79% | 62,22% |
| Não especificado | 3.233 | - | - |

Elaboração própria com dados do INEGI, 2018.

Um dos elementos que ajudam a explicar as atuais taxas de desocupação é a ausência do direito ao seguro-desemprego no México. Embora a Constituição (1917) preveja um seguro por “cesación involuntaria del trabajo”, este nunca foi implementado. Uma das consequências é o recurso à informalidade imediatamente após a perda do emprego (CONEVAL, 2018). A alta rotatividade, facilitada pela última reforma laboral (QUINTANA; GARZA, 2017), que facilita a demissão injustificada, contribuiu com o círculo-vicioso da demissão-recorrência à informalidade. Evidenciando esta tendência, México, 26% dos trabalhadores não chegaram a permanecer um ano no último trabalho (CONEVAL, 2018). Contudo, a minoria que trabalha formalmente não está livre da precariedade. A reforma laboral de 2012 aumentou as possibilidades de subcontratação e estabeleceu o salário por hora, entre outras medidas já listadas (QUINTANA; GARZA, 2017), como vimos no capítulo anterior.

Segundo estudo de 2018 do Consejo Nacional de Evaluacion de la Política de Desarrollo Social (Coneval), a Taxa de Condições Críticas de Ocupação, que inclui a população ocupada não-agropecuária que trabalha menos de 35 horas semanais com remuneração mensal menor que um salário-mínimo e mais de 48 horas por até dois salários mínimos, aumentou de 12,2% em 2009 para 14,4% em 2017 no país. Em Guerrero, a Taxa de Condições Críticas de Ocupação chegou a 22,53% em 2017 (INEGI, 2018). Mesmo que a taxa de desemprego tenha diminuído entre 2009 e 2017, a situação do mercado laboral nacional se deteriorou em termos de salários

⁸⁶ “Instituciones de salud: organismo público que ofrece a la población derechohabiente servicios médicos, asistenciales y prestaciones sociales para protegerla contra determinados riesgos, como accidente, enfermedad, invalidez, vejez y muerte” (INEGI). O acesso à seguridade social alcança menos de 20% da população, repercutindo no acesso à saúde pública, que no México é especialmente fragmentada. Existem sistemas de seguridade social que dão acesso à saúde pública, como o dos trabalhadores formais inscritos no Instituto Mexicano do Seguro Social (IMSS), e a previdência dos servidores públicos inscritos no *Instituto de Seguridad y Servicios Sociales de los Trabajadores del Estado* (ISSSTE), mas a grande maioria da população paga para participar do Seguro Popular, que é financiado pelos usuários e por empresas e subsidiado pelo Estado e dá acesso a serviços básicos como consultas com clínicos gerais e planejamento familiar.

e de horas trabalhadas⁸⁷ (CONEVAL, 2018).

Em 2017, 57,2% dos ocupados não tinham emprego formal no país, situação que afeta em maior medida jovens (60,6%), mulheres (57,7%), trabalhadores do setor primário (88,4%), trabalhadores por conta própria (85,9%), sem escolaridade (90,9%) e empregados em unidades de menor tamanho: “88% ocupados informales en micronegocios con establecimiento; 33.2% en las empresas pequeñas, 11.3% en las medianas y 4.3% en las grandes.” (CONEVAL, 2018, p.129).

Em 2018, Guerrero apresentou mais de dez pontos percentuais em relação à taxa nacional da totalidade de trabalhadores subordinados⁸⁸ não-agropecuários atuando em unidades de micronegócio, 36,22% contra 25,28%. A diferença também ultrapassou dez pontos em estabelecimentos grandes, onde atuam somente 4,53% dos trabalhadores subordinados em Guerrero e 14,75% em todo o México⁸⁹.

Enquanto 75,5% dos trabalhadores formais ganham mais de dois salários mínimos, apenas 36,1% dos informais recebem acima deste valor (INEGI, 2018). Entre os informais em Guerrero, 11,4% trabalham menos de 15 horas e 26,7% trabalham mais de 48 horas semanais, mais do que uma jornada laboral normal no México estabelecida há mais de cem anos pela Constituição.

Tabela 4 - Ingressos (PEA ocupada)

| Ingressos 2018 | PEA Ocupada GRO (1.365.830) | % GRO | %Nacional |
|-----------------------|--|--------------|------------------|
| Até 1 SM | 339.369 | 24,84% | 16,34% |
| De 1 a 3 SM | 584.510 | 42,79% | 47,29% |
| 3 a 5 SM | 99.843 | 7,31% | 12,68% |
| + de 5 SM | 21.108 | 1,54% | 4,29% |

⁸⁷ A deterioração significa que os informais, grande parte podendo ser classificada na forma estagnada ou no pauperismo da SPR, exercem uma pressão negativa sobre os salários e as condições laborais.

⁸⁸ Segundo o Glosario de Términos Laborales del INEGI: “Es la persona que trabaja (con o sin pago) para una unidad económica en la que depende de un patrón o un representante de él o de un trabajador por cuenta propia”.

⁸⁹ Esses dados coadunam o argumento de Nun (1978): ao contrário do que pensavam os liberais clássicos, quanto maior a proximidade em relação ao *laissez-faire*, tendencialmente piores as condições de trabalho.

| | | | |
|------------------|---------|--------|--------|
| Sem ingresso | 280.066 | 20,50% | 5,60%% |
| Não especificado | 40.934 | 2,99% | 13,76% |

Elaboração própria com dados das edições da ENOE em 2018.

Guerrero possui taxas nos rangos de remuneração mais elevados, em especial no superior a cinco salários mínimos, muito menores que as nacionais. Também possui oito pontos percentuais a mais na faixa de até um salário mínimo e 15 pontos a mais de pessoas que não recebem ingressos. A grande maioria da população remunerada recebe até 3 salários mínimos, pois apenas 8,85% da população recebe uma remuneração superior a esse montante⁹⁰.

Não existe uma série histórica de longa duração no México, seguindo uma mesma metodologia, para que se possa comparar com precisão o fenômeno da informalidade no período de substituições de importações (desenvolvimentismo) e no neoliberalismo. No entanto, em 1976, a Secretaría del Trabajo y Previsión Social (STPS) projetava como informal 38,2% da população ocupada no âmbito urbano. Posteriormente, em 1991, estimava-se que os trabalhadores ocupados não-agropecuários informais eram 45,9%, porcentagem que alcançaria 51,6% em 1995 (SAMANIEGO, 2008).

O México foi o único país do G-20 que apresentou redução no salário médio real entre 2006 e 2015 (DESSOTTI; DOS SANTOS, 2019, p.68). Uma das causas é vigência do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) desde 1994, que justificou a implementação de um “regime de exceção laboral” (DESSOTTI; DOS SANTOS, 2019, p.68), que atrairia Investimento Estrangeiro Direto (IED). Entretanto, a indústria maquiladora de exportação (IME) não é uma realidade no Estado sudoestino Guerrero, apesar de o “regime de exceção laboral” também vigorar mesmo longe da fronteira com os Estados Unidos. O IED acumulado entre 1999 e 2016 na manufatura guerrerense representou cerca de 7% do IED nos Estados da região Sul (sudeste e sudoeste), que por sua vez comporta apenas 10% do PIB manufatureiro do país (GONZÁLEZ ARÉVALO, 2017).

Tabela 5 - Modalidades de trabalhadores na PEA ocupada

| Guerrero | 2018 | Porcentagem | Nacional % |
|-----------------|-------------|--------------------|-------------------|
|-----------------|-------------|--------------------|-------------------|

⁹⁰ Essa constatação sobre os “galhos” dos salários de Guerrero no século XXI parece convergir com a tese de Oliveira (2003) sobre o Brasil dos anos 1970: o salário mínimo não impõe um teto para as remunerações, mas tende a nivelá-las para baixo.

| | | | |
|---|-----------|--------|--------|
| Total (PEA ocupada) | 1.365.830 | - | - |
| Subordinado e remunerado | 669.219 | 48,99% | 68,88% |
| Empregadores ⁹¹ (1 ou + funcionários) | 47.394 | 3,46% | 4,73% |
| Por conta-própria | 509.153 | 37,27% | 22,18% |
| Não remunerados | 140.064 | 10,25 | 4,19% |

Elaboração própria com dados das edições da ENOE de 2018.

No exercício de comparação das modalidades da PEA de Guerrero com os índices nacionais, percebemos que a categoria “trabalhadores subordinados e remunerados” é a maior para ambos, entretanto, no caso de Guerrero, esse grupo é 20 pontos percentuais menor. Guerrero também registra uma porcentagem sensivelmente superior de trabalhadores por conta-própria, 37% contra 22%. A taxa de trabalhadores não remunerados em Guerrero é o dobro da nacional.

Tabela 6 - Distribuição dos trabalhadores ocupados por setor⁹²

| Guerrero | 2018 | % GRO | % Nacional |
|---------------------|-------------|--------------|-------------------|
| Total (PEA ocupada) | 1.365.830 | - | - |
| Primário | 322.282 | 23,59% | 12,70% |
| Secundário | 274.954 | 20,13% | 25,80% |
| Terciário | 768.594 | 56,27% | 60,93% |

Elaboração própria com dados das edições da ENOE de 2018.

O único setor cuja diferença entre a taxa estadual e a nacional é superior a 10% é o primário. Nos demais setores, a diferença é ao redor de cinco pontos percentuais, sendo que a taxa nacional é mais elevada, o que significa que o setor primário, no qual se encontra

⁹¹ A categoria “Empregadores” é bastante heterogênea, pois pode reunir grandes empresários e empreendedores precarizados que subordinam um ou dois trabalhadores.

⁹² De acordo com o Glosario do INEGI: “Sector de actividad económica: se refiere a la clasificación de la actividad a la que se dedica una unidad económica según la división del área económica: primaria (producción agropecuaria), secundaria (manufactura e industria) y terciaria (servicios)”.

classificado a agropecuária, ocupa uma parcela maior da população em comparação com a que ocupa nacionalmente. Em ambos os casos, o setor terciário, no qual se encontram os serviços e o comércio, é o que concentra a maior parcela da PEA ocupada. Para o ano de 2015, o setor primário representava 3,3% do PIB nacional (INEGI, 2017), mas empregava 12,7% da população ocupada. Em Guerrero, o setor primário significava 5,64% (ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE GUERRERO, 2017) do PIB estadual, enquanto empregava 23,59% da população ocupada (CEFP, 2018). No primeiro caso, a proporção é de 3,84, no segundo, é de 4,18. Essa comparação indica que a produção rural em Guerrero ocupa uma população proporcionalmente maior em relação à sua participação no PIB, se comparado ao que ocorre nacionalmente.

Com uma economia por muito tempo dependente da agricultura, a produção guerrerense foi negativamente afetada pelo NAFTA. É conhecida a simbólica conversão do México em importador de milho. Em nome do livre comércio, mas sem a mesma contrapartida dos EUA, os subsídios estatais para o desenvolvimento agrário secaram. Um dos indícios da decadência da agricultura de Guerrero é o fato de cerca de 40% da população morar em zonas rurais, segundo o último censo (INEGI, 2010), mas apenas 4,28% do PIB estadual vir do setor agropecuário (INEGI, 2017), o que não significa que o PIB manufatureiro tenha ganhado destaque (5,14%).

As dificuldades em sobreviver da agricultura *ejidal*, agravadas pelo NAFTA, são um dos fatores que levaram à integração de camponeses às cadeias produtivas de narcóticos (BOULLOSA; WALLACE, 2015). A dificuldade de sobrevivência nos *ejidos* repercute no aumento da força de trabalho disponível para exploração e no inchamento da superpopulação relativa. Mesmo assim, o *ejido*, apesar das mudanças constitucionais nas últimas décadas, parece continuar sendo um importante fator de fixação de população no campo e, possivelmente, de amenização do desemprego aberto.

A crise na agricultura está relacionada, ademais, à migração sazonal. Guerrero é conhecido no norte do país como o Estado de procedência de milhares de trabalhadores agrícolas, grande parte indígenas, conhecidos como *jornaleros*, que todos os anos partem em busca de colheitas, mas que estão à margem dos direitos trabalhistas (CONEVAL, 2018). Por causa deste fluxo, o Estado ocupou a primeira posição no *ranking* nacional de migração interna em 2015 (MONTALVO, 2015).

A emigração também possui impacto bastante expressivo sobre o mercado de trabalho mexicano e guerrerense. Segundo o *Instituto de los Mexicanos en el Exterior* (IME), 97,23%

dos imigrantes procedentes do México vivem nos Estados Unidos (EUA), somando, aproximadamente, 11,5 milhões de pessoas. Se levarmos em conta apenas as pessoas que nasceram em solo mexicano e estão nos Estados Unidos em atividade econômica, cerca de 46%, e somarmos ao número da PEA no México, temos que 5.384.334 de pessoas equivaleriam a 8,96% da PEA, caso retornassem ao país de origem. Esta porcentagem pode se multiplicar se incluíssemos o número de mexicanos nascidos nos EUA, que totalizam 36,25 milhões de pessoas (INSTITUTO DE LOS MEXICANOS EN EL EXTERIOR, 2017). É difícil dimensionar quais efeitos um retorno massivo de pessoas poderia ter sobre o desemprego nacional e regional, provavelmente, descomunal.

De acordo com o IME, Guerrero aparece como o Estado com maior presença nos Estados Unidos (2017). Em 2000, estimava-se que aproximadamente 950 mil guerrerenses vivessem nos Estados Unidos (TOMÁS; RODRÍGUEZ, 2007). Segundo o último Censo (2020), o Estado tem 3,5 milhões de habitantes. Desse modo, pode se dizer que trabalhadores que vivem em *ejidos*, ou seja, terras comunais no longínquo Estado de Guerrero, formam parte do Exército Industrial de Reserva de um país estrangeiro, no caso os Estados Unidos⁹³.

De acordo com dados produzidos pelo INEGI (2018), o Estado apresenta a sexta menor participação feminina na PEA e a segunda menor participação masculina, ou seja, uma das menores participações na PEA de maiores de 15 anos no país. A diferença em termos de pontos percentuais entre a participação de homens e mulheres é de 32,9. (INEGI, 2018, p.24).

Em 2018, 46,46% da população com 15 anos ou mais em Guerrero estava na População Não-Economicamente Ativa (PNEA) disponível ou não-disponível. No Estado, 43,16% das pessoas com 15 ou mais estão na PNEA não disponível⁹⁴. A disponível – pessoas disponíveis para trabalhar que desistiram de buscar emprego considerando que não têm possibilidades (desalentados), representava 3,29% da população de 15 anos ou mais.

De modo geral, espera-se que a PNEA não-disponível seja formada por aposentados, estudantes e pessoas que se dedicam a atividades domésticas. Em 2018, viviam

⁹³ Em janeiro de 2015, conheci o comandante Francisco da Polícia Comunitária Popular (PCP) na Montanha Alta de Guerrero, no município de Temalacazingo, apesar de falar o espanhol com bastante dificuldade (sua língua materna era o nauatl, a mesma dos Astecas), Francisco havia retornado há poucos meses dos Estados Unidos, de onde havia sido deportado. Apesar da distância da fronteira, o caso não era isolado. Entre uma família de desplazados no município de Zitlala, havia um homem que planejava ir como jornalista para o Estado de Sonora e, se juntasse dinheiro, iria atravessar para os EUA. Segundo ele, a língua não era impedimento, pois muitos homens da família já haviam ido mesmo sem saber falar a língua oficial do México e o inglês.

⁹⁴ Pessoas que na semana de referência da ENOE não trabalharam, não tinham trabalho, não buscaram ativamente e não têm necessidade ou interesse em trabalhar, pois seu contexto é impeditivo, precisam cumprir outras obrigações ou possuem impedimentos físicos etc., segundo o conceito utilizado pelo INEGI.

aproximadamente 665 mil jovens de 15 a 24 anos e 300 mil idosos no Estado. Os dois grupos somados totalizam menos de 1 milhão de pessoas, mas a PNEA não-disponível chegou a 1.115.119 no ano. Além disso, apenas 12,7% da população mexicana com mais de 65 anos recebe pensão por tempo de trabalho (CONEVAL, 2020). Uma minoria dos jovens tem oportunidade de frequentar o ensino superior, de acordo com o Anuario Estadístico de Guerrero 2017, e 123 mil jovens de 15 a 24 anos não estudam nem trabalham em Guerrero (CENTRO DE ESTÚDIOS DE LAS FINANÇAS PÚBLICAS, 2018). Há uma brecha para se investigar que outros fatores, além de aposentadoria e estudos, fazem com que essas pessoas não estejam na PEA; é possível que a falta de oportunidades laborais seja o principal causador. Outro fator de impedimento ao trabalho não-doméstico é a baixa incidência do salário indireto, dificultando o acesso a creches, previdência social e serviços de saúde, que contribuem para que, sobretudo, as mulheres ingressem no mercado laboral.

Por fim, faço uma breve análise quanto às principais ocupações no Estado de Guerrero e as médias salariais, exposição que indica o quanto as relações de trabalho subordinadas diretamente ao capital estão disseminadas no Estado (pouco), com base em informações disponibilizadas pelo *DataMéxico*, iniciativa de promoção da visualização de dados da Secretária de Economia do Governo Federal em conjunto com a empresa *Datawheel*.

No ano de 2017 (média dos quatro trimestres), as principais ocupações em Guerrero, segundo a “distribuição da força laboral total por ocupações”, foram:

1º - 25,5% da população ocupada atuava como trabalhador no cultivo do milho e/ou do feijão. O salário médio mensal variava entre 111 e 141 pesos mexicanos (a depender do trimestre) ou cerca de dólares 5,52 a 7,01 dólares, de acordo com a cotação de 12/05/2021 (1 dólar igual a 20,13 pesos mexicanos). Como o salário mínimo (mensal⁹⁵) vigente em 2017 era 2.436 pesos mexicanos ou 121,17 dólares, a média do rendimento mensal era equivalente a 4,55% a 5,78% do salário mínimo vigente em 2017.

2º - 5,34% da população ocupada atuava como empregado de vendas, despachadores e dependentes no comércio. O salário médio mensal variava entre 2 mil e 2,1 mil pesos mexicanos ou 99,48 dólares a 104,46 dólares. A média do rendimento mensal foi equivalente a 82,10% a 86,20% do salário mínimo vigente em 2017.

3º - 4,30% da população ocupada atuava como comerciante em estabelecimentos. O salário médio mensal variava entre 2,5 mil e 3,36 mil pesos mexicanos (a depender do trimestre)

⁹⁵ Na verdade, o salário mínimo mexicano é contabilizado por hora, sendo o cálculo para um mês uma estimativa.

ou 124,35 a 167,13 dólares. A média do rendimento mensal foi equivalente a 102,62% a 137,93% de um salário mínimo vigente em 2017.

4º - 4,23% da população ocupada atuava como trabalhadores de apoio em atividades agrícolas. O salário médio mensal variava entre 1,410 mil e 2,3 mil pesos mexicanos (a depender do trimestre) ou 70,14 a 114,40 dólares. A média do rendimento mensal foi equivalente a 57,88% a 94,31% de um salário mínimo vigente em 2017.

5º - 3,41% da população ocupada atuava como trabalhadores domésticos. O salário médio mensal nessa ocupação variava entre 2,44 mil e 2,73 mil (a depender do trimestre) ou 121,37 a 135,79 dólares. A média do rendimento mensal foi equivalente a 100,16% a 112,6% de um salário mínimo vigente em 2017.

No ano de 2017 (média dos quatro trimestres), as principais ocupações entre as **mulheres** em Guerrero foram:

1º - 12,2% cultivavam milho e ou/feijão.

2º - 9,59% eram empregadas de vendas, despachadoras e dependentes no comércio.

3º - 8,71% eram trabalhadoras domésticas.

4º - 6,96% eram comerciantes em estabelecimentos.

5º - 4,72% eram preparadoras e vendedoras ambulantes de alimentos. O salário médio mensal nessa ocupação variava entre 2,33 mil a 3,05 mil pesos mexicanos ou 115,9 a 101,97 dólares (esse cálculo se baseia numa média geral, sem distinção de gênero, fator que teria produzido diferenças significativas em alguns casos). A média do rendimento mensal foi equivalente a 95,64% a 125,20% de um salário mínimo vigente em 2017.

No ano de 2017 (média dos quatro trimestres), as principais ocupações entre os **homens** em Guerrero foram:

1º - 33,7% cultivam milho e/ou feijão.

2º - 4,98% trabalharam no apoio em atividades agrícolas.

3º - 4,77% eram condutores de ônibus, caminhões caminhonetes, táxis e automóveis de passageiros. O salário médio mensal nessa ocupação variava entre 4,52 mil e 4,79 mil pesos mexicanos ou 224,83 a 238,26 dólares (esse cálculo se baseia numa média geral, sem distinção de gênero). A média do rendimento mensal foi equivalente a 185,32% a 196,63% de um salário mínimo.

4º - 4,39% eram trabalhadores de apoio na construção. O salário médio mensal nessa ocupação variava entre 4 mil e 4,5 mil pesos mexicanos ou 198,96 a 223,84 dólares (esse cálculo se baseia numa média entre os homens, pois o número de mulheres que estão nessa ocupação

não apareceu no gráfico do *DataMéxico*, provavelmente pela raridade). A média do rendimento mensal foi equivalente a 164,20% a 184,72% de um salário mínimo.

5º - 2,94% eram pedreiros e afins. O salário médio mensal nessa ocupação variava entre 5,2 mil e 5,98 mil pesos mexicanos ou 258,65 a 297,45 dólares (esse cálculo se baseia numa média geral. A média do rendimento mensal foi equivalente a 213,46% a 245,48% de um salário mínimo vigente em 2017.

É possível perceber que a única ocupação entre as mais comuns em Guerrero nas quais a média salarial passa de dois salários mínimos é a de pedreiro e afins. Trata-se também de uma ocupação que não está entre as cinco mais comuns em geral, mas é a quinta mais comum entre os homens. Há uma atividade entre as cinco mais comuns entre as mulheres que não está entre as cinco mais comuns no geral: preparar e vender alimentos de forma ambulante.

Há três profissões entre as mais comuns para os homens que não figuram entre as mais comuns de modo geral: condutores de ônibus, caminhões caminhonetes, táxis e automóveis de passageiros; trabalhadores de apoio na construção e pedreiros e afins. Nestas três ocupações, mais prevalentes entre os homens, a média de rendimentos é superior a um salário mínimo.

Os empregados de venda etc., os trabalhadores no apoio de atividades agrícolas e os cultivadores de milho e/ou feijão alcançaram, em 2017, um rendimento médio mensal inferior a um salário mínimo. O último caso é o mais impactante. Na ocupação mais comum de Guerrero, tanto entre homens (mais de um terço), tanto entre mulheres (mais de um nono), a remuneração não alcança 6% de um dos salários mínimos mais baixos da América Latina na época (2017). É evidente que o predomínio da subsistência nessa atividade é quase exclusivo. Entretanto, não é descabido questionar como é possível a sobrevivência e a satisfação de necessidades de 25% da população nessa ocupação em um país no qual as relações econômicas estão quase completamente mercantilizadas?

Apesar da marginalidade em relação à acumulação capitalista (trabalho improdutivo), para reproduzir sua existência grande parte dos guerrerenses precisa adquirir produtos industriais de forma monetizada e, inclusive, contrair crédito em bancos. Ou seja, a ampla maioria dos habitantes de Guerrero está “incluída por exclusão” (OSORIO, 2010) no sistema capitalista de produção. Essa marginalização não os impede de sofrerem com as consequências deste modo de produção, em particular, a desigualdade, a espoliação em suas diversas modalidades (territorial, do fundo público, financeira, trocas desiguais), o racismo estrutural e o progressivo desmanche de “tudo que é sólido”, inclusiva da vida comunitária e seus laços sociais. Para realizar desenraizamento, a violência é muitas vezes o fator que permite a pressão

necessária para a passagem do estado sólido para o estado gasoso do modo de vida comunitário. Cabe aos pesquisadores e às pesquisadoras descobrirem quais os usos que o capital dará para esse acúmulo de “gás”, ou seja, de relações sociais desmanchadas.

O fato desses trabalhadores não serem explorados de forma capitalista em Guerrero não significa que eles não “sirvam” como Exército Industrial de Reserva para as companhias agrícolas no norte do país – que sazonalmente mobilizam milhares de *jornaleros* procedentes do Estado de Guerrero – e, igualmente, que cumpram essa função no mercado de trabalho estadunidense.

Em janeiro de 2015, conheci o comandante Francisco, da Polícia Comunitária Popular (PCP) de Temalacacingo, na região da Montaña de Guerrero (LOTH, 2015). Era um homem da etnia nauatl, dedicado ao cultivo de milho e à organização comunitária (formação da PCP, articulação com outros movimentos sociais, organização do trabalho comunitário para os infratores, aquisição de armamento etc.). Francisco falava espanhol com notável dificuldade, mas isso não o impediu de ter trabalhado no Estados Unidos sem a família por alguns anos.

Este exemplo nos auxilia a compreender os efeitos da brecha entre as possibilidades de extração de meios de sobrevivência da terra (sem contar secas e problemas ligados à crise ambiental) e as necessidades historicamente determinadas da família de Francisco e da comunidade (acesso à internet, luz, alimentos industrializados, celulares etc.) inseridas na periferia do capital. No caso, o descompasso levou Francisco a migrar sozinho para outro país, mesmo sem dominar nenhum dos idiomas coloniais, o inglês e o espanhol.

Um segundo caso relatado (LOTH, 2018) exemplifica a situação dos *jornaleros*. Em fevereiro de 2016, um grupo armado invadiu uma pequena comunidade indígena e rural na montanha de Zitlala, município próximo à cidade de Chilapa (a mais violenta das Américas em 2017), deixando seis mortos na mesma família. Cerca de 40 indivíduos fugiram da comunidade após o ataque e foram abrigados como *desplazados* internos pela Secretaria de Direitos Humanos em uma casa alugada pela prefeitura de Zitlala. O líder comunitário, que aproveitava o tempo para trançar palhas para vender (usadas para produzir chapéus) para os artesãos da cidade, relatou que todos os anos viajava em direção ao norte do país para trabalhar por diárias na colheita de frutas.

Não é arriscado dizer que Guerrero é um modelo *avant-garde* para as relações de trabalho do século XXI. Caso o capital busque subordinar de forma direta os vendedores ambulantes de comida, os motoristas de táxi coletivos e as empregadas domésticas de Guerrero,

irá se deparar com uma teia de relações de trabalho cuja precariedade é mais próxima do modelo *tech* do que do padrão fordista de assalariamento. Evidentemente, o plantio de milho e feijão para consumo próprio dificilmente poderia ser reorganizado pela *gig economy*⁹⁶ - seria mais factível a espoliação das terras. A partir dessa reflexão sobre as contradições, particularidades, inconstâncias, precariedades e heterogeneidades do capitalismo ali desenvolvido, pergunto: qual parte do mundo está de fato atrasado sob o ponto de vista do capital?

4.1.1 O mercado de trabalho mexicano e guerrerense e as formas da superpopulação relativa

Em outros tempos, a polícia agia a serviço de um sistema produtivo que necessitava de mão de obra abundante e dócil. A justiça castigava os vadios e os agentes os empurravam para dentro das fábricas a golpes de baioneta. Assim a sociedade industrial europeia proletarizou os camponeses e pôde impor, nas cidades, a disciplina do trabalho. Como se pode impor, agora, a disciplina da falta de trabalho? Que técnicas da obediência obrigatória podem funcionar contra as crescentes multidões que não têm e não terão emprego? Que se pode fazer com os náufragos, quando são tantos, para que seus destemperos não ponham o bote a pique? (Eduardo Galeano)⁹⁷

Os autores Nelson Nei Granato Neto e Claus Magno Germer, no artigo *A evolução recente do mercado de força de trabalho brasileiro sob a perspectiva do conceito de exército industrial de reserva* (2013), buscam medir o Exército Industrial de Reserva a partir das estatísticas sobre o mercado de trabalho brasileiro na primeira década do século XX. Para tanto, os autores constroem mediações entre as formas que assume a Superpopulação relativa descritas por Marx (2013) e as classificações utilizadas pelo IBGE. Os critérios e conceitos usados pelo IBGE para distinguir a PEA e a PNEA, além dos tipos de ocupação, são próximos aos aplicados pelo INEGI no México e, portanto, o exercício realizado por Granato Neto e Germer contribui com a análise do mercado de trabalho guerrerense e mexicano à luz da categoria marxiana, realizando sempre os ajustes e mediações necessários tendo em vista o contexto histórico e as formações sociais.

Os autores afirmam que poucas iniciativas de dimensionamento do Exército Industrial de Reserva, como a que empreendem no artigo, foram realizadas desde a construção categórica marxiana. Assim mesmo, de acordo com a revisão teórica dos autores, a tentativa de medir o EIR mundial não chegou a classificá-lo conforme as diferentes formas (flutuante, estagnada, latente e pauperismo) (GRANATO NETO; GERMER, 2013, p.170).

⁹⁶ A *gig economy* promove o trabalho em postos intermitentes, temporários e o subemprego.

⁹⁷ Galeano, 1999, documento eletrônico não paginado.

A “Transposição da classificação do IBGE para as categorias marxistas de análise” (GRANATO NETO; GERMER, 2013, p.172) realizada pelos autores apresenta as seguintes correspondências e aproximações entre as camadas do EIR e os tipos de ocupação utilizados pelo IBGE:

A classificação “Empregador” (IBGE) também existe na tipologia do INEGI. Como já afirmamos no presente trabalho, esse tipo coloca sob o mesmo guarda-chuva diferentes classes sociais, devido à sua heterogeneidade.

Entre os empregadores do IBGE estão desde os grandes capitalistas que detêm o poder econômico e político de fato (e que são muito poucos numericamente) até os pequenos capitalistas com poucos empregados e com padrão de vida pauperizado (e que são parte considerável deste contingente de capitalistas). Portanto, a classe capitalista aqui medida é a junção da burguesia com a pequena burguesia. (GRANATO NETO; GERMER, 2013, p.172).

A classificação “Empregado” trata-se dos Trabalhadores Assalariados (Exército Ativo): “Engloba todos os trabalhadores assalariados do setor público (estatutários e militares) e do setor privado (formais e informais)” (GRANATO NETO; GERMER, 2013, p.172).

A tipificação “Conta própria” também existe na tipologia utilizada pelo INEGI. Os autores sugerem que esta corresponda – em parte – à camada estagnada do Exército Industrial de Reserva, no entanto, fazem algumas ressalvas importantes. Discordo dos autores quando estes incluem todos os “independentes” nessa camada, pois, por exemplo, os trabalhadores de aplicativos e plataformas são considerados “por conta própria” por não serem subordinados, além de serem classificados como informais. Contudo, diferentemente do que costumava prevalecer no setor de serviços concorrencial, estes trabalhadores são subordinados pelo capital em uma relação de assalariamento, ainda que oculta, como explica Virgínia Fontes (2017). Deste modo, considero que esses se encontram entre as fileiras do Exército Ativo do capital.

Durante o período de trabalho de campo, aplicativos como a *Uber*, que hoje subordinam milhões de trabalhadores, ainda não existiam em Guerrero, pelo menos não de forma significativa até março de 2016. O transporte se dava, em maior medida, por meio de táxis, que no Estado eram uma modalidade de transporte relativamente popular e acessível, sobretudo os “coletivos” (“apanhando” vários passageiros no caminho), e vans geridas por meio de cooperativas. Não tenho como dimensionar a participação desse tipo de trabalhador no mercado

laboral do Estado, mas imagino que eles apenas atuem de forma expressiva nas maiores cidades do Estado, Acapulco (22,2% dos habitantes), Chilpancingo (8%) e Iguala (4,35%)⁹⁸.

No caso mexicano e guerrerense, ainda que em baixas porcentagens, ocorrem, igualmente, o superdimensionamento da forma estagnada e o subdimensionamento do Exército Ativo, como os autores problematizam no trecho abaixo:

Esta é uma categoria problemática para se fazer analogia com os conceitos marxistas. Os trabalhadores por conta própria formam um contingente heterogêneo e por isso nem todos eles deveriam ser classificados como pertencentes ao EIR estagnado. Entretanto, este artigo classifica os trabalhadores por conta própria do IBGE fazendo duas ressalvas: (i) a de que uma pequena parte é formada por profissionais liberais [...] Como não há meio de separar os profissionais liberais a partir dessa estatística, não haverá mensuração do total de profissionais liberais (que não estão no EIR) neste texto, o que provoca um pequeno sobredimensionamento do EIR estagnado; (ii) e como não é possível distinguir entre os trabalhadores por conta própria aqueles que têm vínculos informais com uma empresa e aqueles que estão trabalhando diretamente para o mercado, nos dados da PNAD, há alguma superestimação do tamanho do EIR estagnado e alguma subestimação do exército ativo. (GRANATO NETO; GERMER, 2013, p.172).

Quanto à classificação “Trabalhador não remunerado”, os autores consideram que estes se encontram na forma estagnada o EIR e entendem que os não remunerados estão ligados aos trabalhadores por conta própria. No entanto, entendo que os não-remunerados podem estar também na forma latente, como familiares que ajudam artesãos e pequenos agricultores, ou ligados à pequena burguesia, trabalhando de forma gratuita em pequenos negócios, o que ocorre muitas vezes entre familiares.

Sobre os “Trabalhadores domésticos”, modalidade que se encontra dentro da categoria “Trabalhador subordinado” no INEGI. É possível encontrar a informação quanto à porcentagem de trabalhadores ocupados que eram trabalhadores domésticos remunerados em 2013: em Guerrero eram 4,8%, e no México eram 4,5% (INEGI, 2015, p.7). Ao menos que sejam subordinados a uma empresa que preste serviços domésticos, ou seja, que seu trabalho esteja subordinado ao capital, esses trabalhadores fazem parte da camada latente. No entanto, faço

⁹⁸ O *DataMexico* possui dados atualizados até o quarto trimestre de 2020 (começando no primeiro trimestre de 2010). Entre 2017 e 2020, não houve um aumento significativo da categoria de condutores como porcentagem das ocupações, isso pode indicar que plataformação do transporte está ocorrendo por meio da substituição da organização e dos meios de trabalho anteriores e mantendo a mesma demanda de mão de obra, por exemplo, o taxista se transforma em trabalhador de aplicativo. Ou o processo de plataformação, devido às características regionais⁹⁸ – significativa população rural, baixo acesso à internet e cidades pequenas – não conseguiu avançar no Estado. De qualquer modo, para esse tipo de resposta, a atualização do trabalho de campo teria sido impositiva.

aqui uma ressalva: não é incomum que um trabalhador doméstico exerça também outros tipos de trabalho, podendo se encontrar ao mesmo tempo na camada latente e na estagnada.

Granato Neto e Germer consideram que o “Trabalhador na produção para próprio consumo” integra a forma latente. Na tipologia do INEGI, esse tipo de trabalhador é considerado não-remunerado. Parte dos “*comuneros ejidales*” compõe as fileiras desta categoria em Guerrero, sendo considerados trabalhadores em ocupação em condições de informalidade (INEGI, 2014, p.24).

Para o tipo “Trabalho na construção para o próprio uso” que aparece no IBGE, não localizei uma classificação correspondente no INEGI, no entanto, considero que este grupo, semelhante aos trabalhadores dos mutirões descritos por Francisco de Oliveira (2003), integrem o grupo de trabalhadores não subordinados e não remunerados. Os autores consideram que esses trabalhadores formam parte da camada latente (GRANATO NETO; GERMER, 2013, p.173).

Critérios semelhantes são utilizados para calcular a taxa de desocupação no Brasil e no México. É considerado desocupado aquele trabalhador que não trabalhou uma hora sequer na semana de referência e buscou emprego de forma ativa naquela semana; no Brasil, a referência é o período de 30 dias. Este grupo é classificado na forma flutuante do EIR, podendo ser mobilizado com facilidade pelo capital, sobretudo se o desemprego estiver em níveis altos, o que dispensa o capital de oferecer atrativos que transcendam o mínimo (como bônus, vantagens, formação, planos de saúde etc).

Segundo os autores, a População Não-Economicamente Ativa (PNEA) conforma o EIR latente. Considero que uma parcela significativa da PNEA em Guerrero esteja no pauperismo. O exército de sicários, contabilistas (lavadores de dinheiro), olheiros e até mesmo cultivadores⁹⁹, beneficiadores e transportistas dos carteis de droga é considerado, de forma

⁹⁹ É possível considerar os camponeses que plantam amapola em Guerrero como trabalhadores que foram separados dos seus meios de produção, pois é bastante comum que estes tenham sido coagidos por meio do uso da força para produzirem para os carteis de narcóticos, por exemplo, em troca de proteção. Outro tipo de coação é o desmonte das políticas públicas de incentivo à agricultura familiar. Os baixos preços pagos pelo milho produzido localmente e a importação do milho de outros países pelo México empobrecem o agricultor e o levam a cultivar apenas para a subsistência. Contudo, no devir histórico, surgiram novas necessidades simbólicas, culturais e concretas que não podem ser satisfeitas apenas com o uso fruto da terra: alimentos industrializados, produtos de higiene, celulares, armamento para as polícias comunitárias, remédios, televisores etc. Mesmo produzindo para a subsistência, as comunidades rurais, maiormente formadas por indígenas e por populações afrodescendentes (na região da Costa Chica de Guerrero), precisam adquirir mercadorias no mercado monetizado. Deste ponto de vista, mesmo vivendo em suas terras, os camponeses estão separados dos meios de produção e acabam – uma parcela difícil de dimensionar - vinculando-se à cadeia produtiva dos narcóticos, mais precisamente atuando na base da cadeia, na qual a remuneração é a mais rebaixada.

costumeira e rasa, como “lumpemproletariado”, categoria que por vezes é empregada para tachar moralmente e politicamente algumas populações. Contrariamente, considero que uma significativa parcela desses trabalhadores (aqueles destituídos dos seus meios de produção, com exceção dos grandes empresário e gerentes que auferem lucros e, portanto, exploram a força de trabalho), não são “trapos”, mas, ironicamente, integram o Exército Ativo, atuando inclusive como trabalhadores produtivos, pois o fruto do seu trabalho é vendido no mercado a preços de monopólio e, com isso, os carteis realizam a mais-valia produzida pelo trabalho humano.

Os carteis do narcotráfico são hoje empresas multinacionais capitalistas que controlam cadeias de valor internacionalizadas e possuem braços financeiros. O fato de venderem produtos ilegais, não necessariamente pagarem salários mensais, fazerem uso de trabalho análogo à escravidão (sobretudo nos plantios de amapola em Guerrero) e não pagarem impostos não impede que este ramo seja capitalista¹⁰⁰. A negação do caráter capitalista desse circuito de valorização é mais moral do que materialista e histórica.

No âmbito deste trabalho, proponho a seguinte transposição para pensar o México e, mais especificamente, Guerrero:

Capitalistas: parte dos Empregadores na classificação do INEGI;

Exército Ativa: parte dos Empregados formais e informais em empresas capitalistas (relações capitalistas), independentemente do ramo; e parte dos empregadores (parte dos profissionais liberais e microempresários que trabalham conjuntamente com até dois empregados);

Forma Flutuante: Desocupados que estejam buscando trabalho e não estejam atuando no mercado informal;

Forma Latente: Trabalhador doméstico remunerado (trabalho de “cuidado” e na construção para uso próprio); trabalhador na subsistência; parte da PNEA, sobretudo, a não disponível (atua em atividades domésticas não remuneradas); e parte dos trabalhadores não-remunerados;

¹⁰⁰ O diretor do Centro de Direitos Humanos José María Morelos y Pavón, Manoel Olivares compara: “Antes nossos cinturões de miséria eram mãos-de-obra barata para multinacionais, hoje são mão-de-obra barata para os cartéis do narcotráfico” (Loth, 2018).

Forma Estagnada: Trabalhadores independentes remunerados (contra-própria) fora de relações propriamente capitalistas, ou seja, trabalhadores improdutivos que não atuem em empresas capitalistas; e parte dos trabalhadores não-remunerados em setores não-capitalistas;

Pauperismo: parte dos trabalhadores não-remunerados e parte da PNEA disponível (desalentados).

Granato Neto e Germer (2013) ainda salientam que a mensuração das classes e dos componentes do Exército Industrial de Reserva “não é uniforme em todo o território nacional: a história do modo como ocorreu a implantação do capitalismo e grau de desenvolvimento capitalista em cada região determinam diferentes divisões de classe e composição do EIR”. Exploram essa heterogeneidade ao compararem os Estados de São Paulo e do Maranhão. O exemplo é relevante para a presente pesquisa, pois as composições do mercado de trabalho maranhense (Brasil), em termos de EIR, apresentam semelhanças significativas com Guerrero.

Como em Guerrero, no Maranhão, a População Não Economicamente Ativa (PNEA) não é muito menor que a População Economicamente Ativa (PEA), ou seja, mais de 40% da População em Idade Ativa está na PNEA. Em Guerrero, o Exército Industrial de Reserva é maior em termos proporcionais em comparação com o existente nos Estados do norte do país, próximos à fronteira com os Estados Unidos e mais industrializados. Pela informalidade ser mais ampla também, a forma estagnada tende a abranger uma parcela mais significativa da população.

Em Guerrero, o fenômeno do pauperismo é também mais abrangente que em outros Estados menos marginalizados. Em suma, todas as formas do EIR tendem a ser mais expressivas em Guerrero, menos uma: a flutuante (desocupados), que, no Estado, como mostrei no subtópico anterior, é representada por uma taxa de apenas 1,5% da PEA.

Comparando os dois estados, percebe-se que o exército ativo é maior em São Paulo do que no Maranhão e o contrário ocorre com o EIR. Das camadas do EIR, o EIR flutuante é maior em São Paulo, e as demais camadas do EIR são maiores no Maranhão. (GRANATO NETO; GERMER, 2013, p.176).

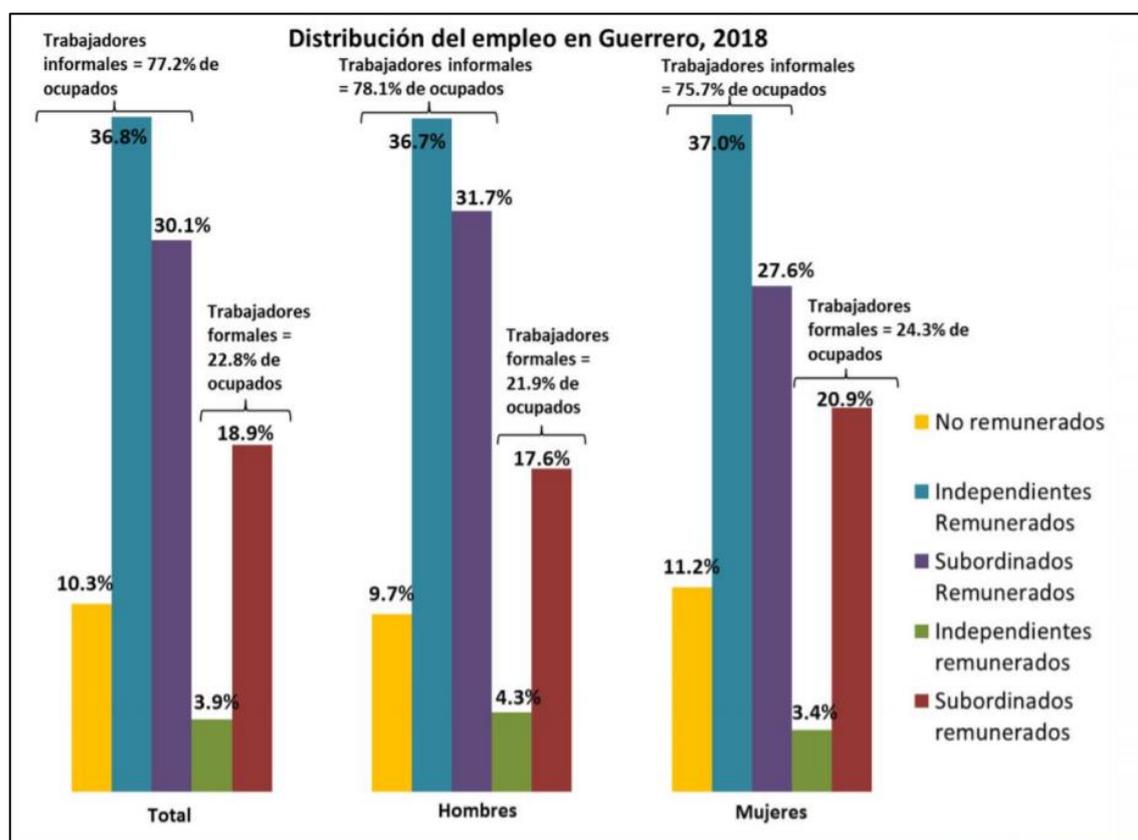
Não só as heterogeneidades determinadas pelo parâmetro região, identificadas pelos autores, são relevantes para a análise do mercado de trabalho guerrerense, mas também a desigualdade de gênero e a divisão patriarcal do trabalho. Ademais, caso os autores tivessem também destacado as desigualdades étnicas e raciais, igualmente, poderíamos chamar a atenção

para sua relevância no mercado de trabalho mexicano e de Guerrero. Como vimos anteriormente, nove em cada dez indígenas no Estado vivem na pobreza.

Na divisão de classes e na segmentação da classe trabalhadora, observa-se que a classe capitalista e o exército ativo são majoritariamente masculinos e o exército de reserva é majoritariamente feminino. [...]A camada flutuante do EIR sempre é maior entre as mulheres do que entre os homens [...] Nas camadas mais profundas do EIR, nota-se novamente uma divisão de sexos: enquanto o EIR latente é majoritariamente feminino, o EIR estagnado é majoritariamente masculino. Isso reflete uma espécie de divisão de trabalho entre os sexos, em que os homens trabalham na produção mercantil e as mulheres trabalham na produção doméstica e de subsistência. (GRANATO NETO; GERMER, 2013, p.176).

Em Guerrero, as mulheres são maioria na PNEA e em classificações que compõem a forma latente, como o trabalho não-remunerado e o trabalho doméstico. A Taxa de Participação (TP) – porcentagem que representa a População Economicamente Ativa (PEA) em relação ao total da população de 15 anos ou mais de idade – é de 53.54%; nacionalmente, a porcentagem é 58.95%. Em Guerrero, a taxa de participação econômica era de 40,2% em 2018, enquanto a nacional foi de 43,7%, a sexta mais baixa no país. O número de mulheres não remuneradas é maior do que o número de homens. No entanto, elas também são ligeiramente mais formalizadas. Em Guerrero, o oitavo Estado com a maior porcentagem de jovens que não estudam nem trabalham (18.53%), a grande maioria destes é mulher: 33,77% das jovens de 15 a 24 anos não trabalham nem estudam. Na verdade, essa classificação esconde uma realidade: essas jovens estão “nini” (*ni estudian, ni trabajan*) porque trabalham muito – limpando a casa, cuidando de idosos e crianças – enquanto apenas 3.64% dos meninos são “nini”.

Gráfico 15 - Distribuição do emprego em Guerrero em 2018



Elaborado por el Centro de Estudios de las Finanzas Públicas (CEFP) con datos del INEGI. Encuesta Nacional de Ocupación y Empleo, ENOE. Primer trimestre, 2018, p.28.

De acordo com publicação do Instituto Nacional de las Mujeres (Inmujeres), ligado ao Governo Federal, de 2020¹⁰¹, com base na Encuesta Nacional de Ocupación y Empleo, em Guerrero, a taxa de aposentadoria de homens e mulheres com mais de 60 anos por 100 foi de 6,6 para mulheres e 11,6 para homens, enquanto, em nível nacional, as taxas para mulheres e homens são, respectivamente: 11,6 e 28,8. Isso significa que a parcela majoritária de mulheres que está na PNEA, em sua maioria, tende a nunca chegar a receber uma remuneração referente ao seu trabalho, nem uma aposentadoria por idade. Desse modo, a subsistência dessas mulheres depende dos ingressos dos demais familiares. Contudo, vimos que os salários estão em deterioração há décadas – mais precisamente desde a adesão às políticas neoliberais – e que mais de dois terços dos trabalhadores remunerados recebem menos de três salários mínimos, conformando uma renda familiar padrão que dificilmente é capaz de propiciar a reprodução

¹⁰¹ O informe não traz dados de antes de 2018 (marco temporal da presente pesquisa), mas foi citado, assim mesmo, pois a análise das tendências que forjam as políticas públicas mexicanas indica que o quadro não era muito diferente antes de 2020.

dessa força de trabalho e dessas vidas com plenitude, em todos os aspectos que lhe conferem dignidade e, acima de tudo, em reciprocidade com o seu valor inerentemente inestimável.

4.2 O moinho de gastar gente

A produção de amapola¹⁰² floresce nos campos de um Estado marcado por indicadores de desenvolvimento humanos baixos e altas taxas de violência social. Resultados expressivos sobre a realidade das populações nos municípios na base da cadeia produtiva da heroína podem ser gerados a partir do cruzamento de dados sobre pobreza e produção de amapola. A amapola é plantada em todos os 81 municípios de Guerrero. No município de General Heliodoro Vázquez, o maior produtor de goma no México, segundo dados do Exército reportados por Humberto Padgett (2016), mais de 60% dos moradores não se alimentam o suficiente, segundo os critérios do Consejo Nacional de Evaluación de la Política de Desarrollo Social (CONEVAL).

Entre janeiro de 1994 e janeiro de 2015, há registros de plantios de amapola em 859 municípios de 18 estados mexicanos¹⁰³. Contudo, o lucrativo negócio não está associado à riqueza, muito pelo contrário. Dos 849 municípios *gomeros*, 774 apresentam porcentagens de pobreza superiores à média nacional. Padgett (2016) compara os dados nacionais sobre pobreza extrema¹⁰⁴ com aqueles apresentados pelos municípios relacionados à goma: “[...] del total, 522 municipios al menos duplican el promedio nacional [11,4%], 402 lo triplican, 260 lo cuadruplican y 128 lo quintuplican al menos (paginação irregular)”.

Os indígenas também estão sobre-representados nessas estatísticas. De acordo com dados da Comisión Nacional para el Desarrollo de los Pueblos Indígenas, enquanto 10% da população mexicana faz parte de uma etnia indígena, em 338 dos municípios envolvidos na produção de amapola mais de um quarto da população pertence a alguma etnia originária. Isso significa que a cadeia produtiva da goma está associada a diversas modalidades de vulnerabilidade social no México. Desse modo, as populações cujos territórios foram apoderados pela cadeia produtiva dos narcóticos vivem uma intensificação das opressões estruturais historicamente sofridas: passando a serem vítimas de espoliação de terras pelos carteis e da repressão militar sob o pretexto de combate ao narcotráfico.

¹⁰² Desde meados da década de 1990, o número de hectares cultivados varia entre 7 mil e 11 mil (KYLE, 2015).

¹⁰³ Os dados foram recolhidos junto à Secretaria da Defesa Nacional (Sedena) e à Secretaria de Marina e governos estaduais e municipais por Padgett (2016).

¹⁰⁴ As pessoas em extrema pobreza são aquelas que, caso destinassem o total dos seus rendimentos à alimentação, ainda assim, não conseguiriam consumir o total de nutrientes necessários para uma vida saudável, de acordo com a medição do Coneval.

Na última década, a violência e o extrativismo mineiro deslocaram milhares de guerrerenses, sobretudo, indígenas. “O Informe Global de Desplazamiento Interno” de 2018 do *Centro de Monitoreo del Desplazamiento Interno* (CMDI) estimou que no México, de 2006 até dezembro de 2017, foram registrados 345 mil deslocamentos por conflitos e violência. Na segunda posição entre os Estados da federação, Guerrero concentra 29,1% dos casos¹⁰⁵. A crise mostrou-se tão descontrolada que, em 2014, com a pressão de grupos de defensores dos direitos humanos e movimentos indígenas, uma lei sobre o *desplazamiento interno* foi sancionada.

Em 2005, ano anterior à declaração de guerra às drogas, a taxa de homicídios nacional foi de 9,49 por 100 mil habitantes. Em 2008, saltou para 12,83 e, em 2011, para 23,88, indicando que o combate à violência não era o real propósito da guerra. Em 2018, registra-se a taxa de homicídio mais elevada em sete décadas, 29,35. Em Guerrero, foram registrados 18 homicídios por 100 mil em 2005, 30 em 2008, e 52 em 2009. A taxa mais elevada desde o início da guerra às drogas, 77, foi alcançada em 2012. A taxa foi de 69 em 2015, 73 em 2016 e 2017, e 63 em 2018.

Com uma taxa de 225 homicídios por 100 mil habitantes, o município de Chilapa¹⁰⁶,

¹⁰⁵ “[...]la violencia paramilitar se ha disparado en áreas ricas en recursos en todo el país. Se ha desencadenado también contra los miembros del comisariado ejidal en Carrizalillo, Guerrero, cuyo presidente municipal fue asesinado en mayo de 2013. El asesinato sucedió tras años de protestas en el ejido, que incluyeron bloqueos contra la subsidiaria local de la empresa de Vancouver Goldcorp Inc. [...] Otros incidentes incluyen el desplazamiento en julio de 2013 de más de 300 personas – la mayoría menores de edad – de siete pueblos de San Miguel Totolapan y Coyuca de Catalán, tras haber recibido amenazas del crimen organizado. Aproximadamente 2,000 personas han sido desplazadas de la región” (PALEY, 2018, p. 181).

¹⁰⁶ Renitentes denúncias quanto à associação entre a polícia municipal e o tráfico de drogas levaram à substituição contínua das forças municipais por forças federais e militares, mobilizadas em grandes operativos na cabeceira municipal de Chilapa e em suas 149 comunidades. Um dos objetivos declarados dessa intervenção militar no município foi remediar o impacto nacional e internacionalmente negativo causado pela invasão de falsos policiais comunitários, entre os dias 9 e 14 de maio de 2015. Os cinco dias de assalto a Chilapa culminaram no desaparecimento de 30 homens, segundo registros oficiais. Na coordenação do movimento de familiares, o professor José Navarro Díaz (entrevistado em fevereiro de 2016) suspeitava que o número de desaparecidos pudesse chegar a 80. Ele considerava que parte das famílias de campesinos não havia denunciado os desaparecimentos por medo. A maioria dos desaparecidos é originária de alguma das 149 comunidades que compõem o município, quase todos são indígenas, de idioma materno náhuatl, mixteco ou tlapaneco. No dia 9 de maio de 2015, um comando de falsos policiais comunitários fortemente armados subitamente dominou a cidade. Entre eles, mercenários do narcotráfico aliados à organização criminosa *Los Ardillos* e comissários dos povoados (autoridades comunais) em conluio com os primeiros. O agrupamento conseguiu apoderar-se do território do grupo delitivo rival, *Los Rojos*, assentado na cabeceira municipal de Chilapa, mas apenas durante os cinco dias da invasão. A primeira ação dos *Ardillos* foi desarmar a polícia municipal de Chilapa, que se rendeu sem oferecer resistência. Em seguida, os *narcos* exigiram um toque de recolher e passaram a controlar com rigor e terror a circulação de pessoas na rótula principal da cidade e por todas as saídas de acesso a outras zonas. Disfarçados, os *Ardillos* declararam que estavam em uma missão popular de combate aos criminosos que haviam supostamente saído do centro de Chilapa para sequestrar pessoas nas comunidades do interior. Sob este pretexto, milhares de pessoas foram abordadas e detidas por homens armados e acusados de pertencer aos *Rojos*. De acordo com as testemunhas oculares, numerosos desaparecidos foram vistos pela última vez sendo abordados ou detidos

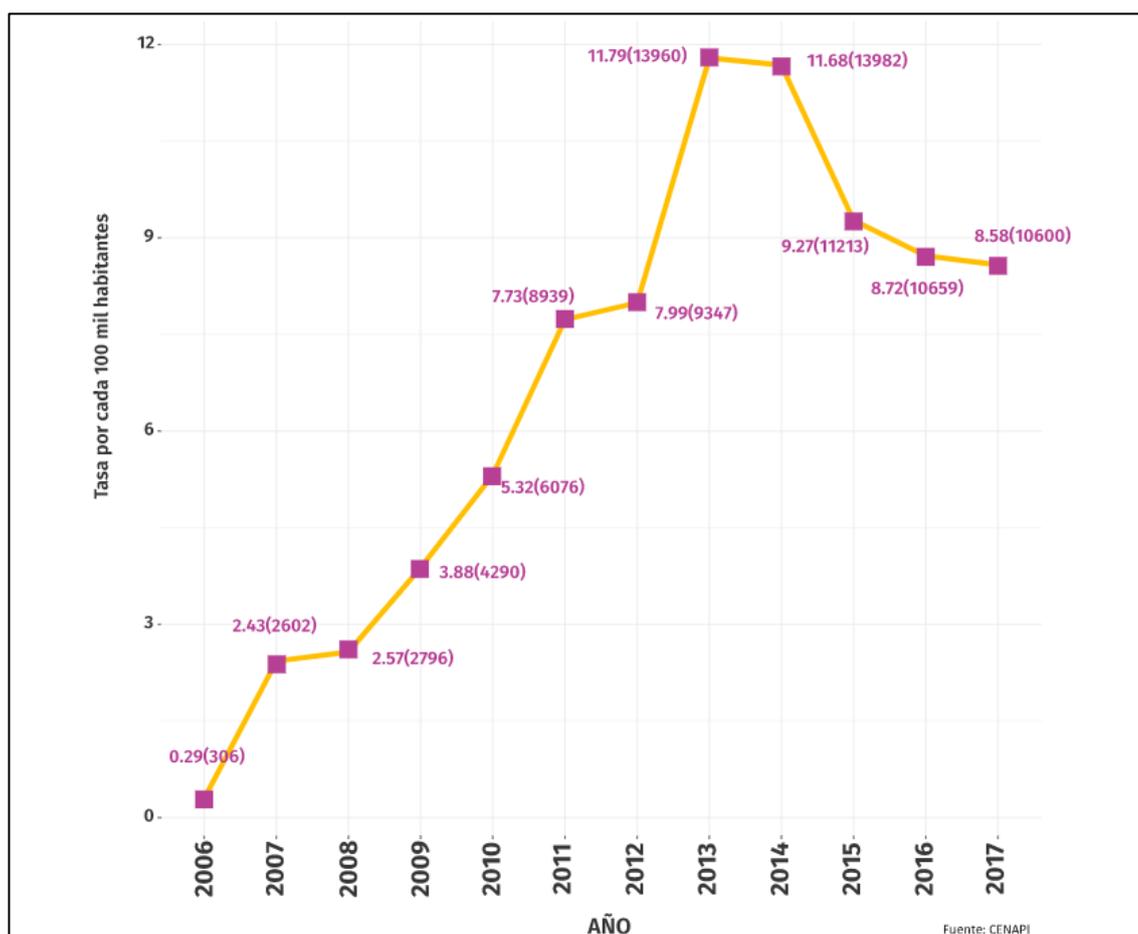
Guerrero, composto por 149 comunidades, foi o mais violento do continente em 2017. A maior cidade do Estado e um dos maiores polos turísticos do México, Acapulco, figurou na segunda posição entre as cidades mais violentas do mundo em 2018, de acordo com o Consejo Ciudadano para la Seguridad Pública. Acapulco também figurou entre as 30 cidades mais violentas do mundo, junto a outras quatro cidades mexicanas, levando-se em conta os homicídios para cada 100 mil habitantes. Na lista das 20 cidades mais violentas do México, três estavam em Guerrero. Portanto, Guerrero é uma das regiões mais violentas do planeta, justamente porque faz parte de um país que figura entre os dez países com os maiores índices de homicídios e sendo uma das regiões mais violentas internamente.

Analisando-se o número de sequestros, o Estado do sudoeste também detém uma colocação elevada no país: em 2014, foi o terceiro, com seis raptos para cada cem mil habitantes, bem acima da média nacional, que foi de 1,46, de acordo com dados do Sistema Nacional de Seguridad Pública.

Segundo informações da base de dados do Centro Nacional de Planeación, Análisis e Información para el Combate a la Delincuencia (CENAPI), desde 2006 o fenômeno dos desaparecimentos no México aumentou consideravelmente. Enquanto naquele ano (2006) a taxa nacional de desaparecimento era de 0,29 desaparecimentos por 100.000 habitantes, em 2013, essa taxa passou para quase 12 desaparecimentos por 100.000 habitantes. Em 2017, Guerrero registrou uma taxa de desaparecimento por 100 mil de 16,6.

como suspeitos. Segundo relato dos familiares das vítimas e jornalistas, tudo se sucedeu em frente aos membros das corporações policiais estatais e federais, que se mantiveram passivas e omissas ante os abusos presenciados. Foi a partir da rótula central, em frente ao hotel onde os policiais federais hospedavam-se regularmente, que o grupo comandou o Estado de sítio e o total cerceamento ao direito de ir e vir de todos os habitantes. Em fevereiro de 2016, o Diretor do Centro de Direitos Humanos José María Morelos y Pavón, Manoel Olivares lamentou que os defensores das vítimas não estivessem livres das acusações de envolvimento com as disputas por território: “Por reivindicarmos os desaparecidos de maio de 2015, vítimas dos *Ardillos*, nos associam aos *Rojos*. Mas estamos certos de que a maior parte dos desaparecidos não pertencia a nenhum grupo delitivo. Todos os 30 eram jovens, de 15 a 29 anos, do sexo masculino e trabalhadores, sobretudo, taxistas e pedreiros” (LOTH, 2018).

Gráfico 16 - Taxa de desaparecimento nacional – 2006-2017



Fonte e elaboração: *DataCívica* com dados do CENAPI.

Segundo a mesma base de dados, *DataCívica*, em Guerrero, 78,9% das vítimas que desapareceram entre 2000 e 2017 e seguem sem localização (não encontradas nem vivas, nem mortas) eram homens. Em nível nacional, essa porcentagem é menor: 74,2%. As mulheres não são maioria entre as vítimas em nenhuma faixa etária. Em Guerrero, o maior grupo de mulheres desaparecidas estava em idade entre 12 e 17 anos (5,2%). O mesmo ocorre nacionalmente. Entre os homens, o grupo mais numeroso de vítimas estava na faixa de 30 a 44 anos (26%). Os homens entre 18 e 44 anos – provavelmente no auge de sua força laboral – representam 56,9% da totalidade de vítimas.

A baixa participação das mulheres no mercado de trabalho pode estar ligada à diferença maior entre os índices de desaparecimento de mulheres e homens em Guerrero, em comparação ao observado nacionalmente. O México possui maior porcentagem de desaparecidos homens entre os 0 e 12 anos, 30 a 44 anos, 45 a 59 e 60 anos ou mais, ou seja, entre as crianças e os maiores de 30 anos. Nacionalmente, o perfil etário das vítimas é mais distribuído entre as faixas,

enquanto em Guerrero a concentração entre homens jovens é mais acentuada. Isso pode indicar que o desaparecimento está associado à atividade laboral da vítima. Ou seja, trabalhar fora de casa aumentaria o risco de desaparecimento. Dessa forma, o perfil das vítimas é predominantemente masculino e jovem (idade produtiva), características ainda mais prevalentes em Guerrero.

Como citei logo na introdução deste trabalho, não tenho acesso aos dados quanto ao perfil detalhado (ocupação, local do corrido e perpetradores) de todas as vítimas do Estado de Guerrero, apenas de 20, fornecidas por pessoas que foram entrevistadas dentro do grupo de buscadores *Os Outros desaparecidos de Iguala* e por familiares de desaparecidos em Chilapa, além das informações sobre os 43 desaparecidos da Escola Normal Rural de Ayotzinapa. Entretanto, o Observatorio sobre Desaparición e Impunidad (2017) – que não conseguiu elaborar um levantamento sobre Guerrero – analisou os casos da região Nordeste e chegou a algumas conclusões¹⁰⁷ quanto ao perfil das vítimas e dos perpetradores e em relação às circunstâncias dos crimes. De forma resumida, pretendo expor as conclusões principais deste estudo com o intuito de apreender aquilo que for contribuir com a análise do caso de Guerrero.

O *Informe Comparado sobre Eventos de Desaparición* na Região Nordeste (Nuevo León, Coahuila e Tamaulipas) foi realizado a partir de casos registrados nos últimos 16 anos. Algumas diferenças importantes entre a região sudoeste e a nordeste podem dificultar uma comparação ou extrapolação. Por exemplo, a segunda faz fronteira com o Estado estadunidense do Texas, localização marcada pelo fluxo legal e ilegal de pessoas e mercadorias, sendo parte da rota mais curta desde a América Central e a América do Sul para a distribuição de drogas naquele Estado. O informe só utilizou casos reportados a organizações da sociedade civil, no entanto, foram realizadas comparações junto aos registros oficiais, como o Registro Nacional de Datos de Personas Extraviadas y Desaparecidas (RNDPED). O RNDPED não traz informações sobre a ocupação das pessoas desaparecidas como fez o Observatório (2019) e a pesquisa de campo (2015-2016). Nos próximos parágrafos, antes de dar seguimento à síntese sobre o trabalho do Observatório, exporei as informações mais relevantes para este trabalho que podem ser colhidas no Registro Nacional de Datos de Personas Extraviadas y Desaparecidas.

Segundo o Registro Nacional de Datos de Personas Extraviadas y Desaparecidas, há

¹⁰⁷ Por conta do escopo da pesquisa, não é possível generalizar suas conclusões (ou extrapolá-las para o caso de Guerrero), mas os resultados são um indicativo de questões a serem respondidas por novas pesquisas mais abrangentes.

87.971 pessoas desaparecidas, representando 40,89% de um universo (pessoas localizadas vivas, mortas e não localizadas) de casos de desaparecimento registrados entre 15 de março de 1964 e 13 de maio de 2021. Em Guerrero, no período, desapareceram e não foram localizadas 3.498 pessoas, um número bastante expressivo para um Estado com 3,542 milhões de habitantes, existindo, assim, uma pessoa desaparecida para cada 1.012 habitantes. Além disso, 312 pessoas que estavam desaparecidas foram localizadas sem vida (e identificadas, processo que costuma demorar meses ou anos, sobretudo, quando se trata de restos mortais encontrados em covas clandestinas).

No caso guerrerense, registram-se dois momentos históricos de surto de casos de desaparecimentos. O primeiro ocorreu na década de 1970, no auge da guerra suja (1964-82) e das guerrilhas na zona serrana do Estado. O segundo é mais longo e ainda está em curso: inicia-se com a guerra às drogas, sobretudo, após 2012. Há também uma alta que chama atenção no ano 2000, no qual nove casos seguem sem a localização das vítimas. Esses eventos podem estar relacionados à contra-insurgência preventiva associada ao pós-levante neozapatista que teve repercussões fora de Chiapas. O gráfico expõe fortes indícios da associação entre um acirramento da repressão estatal e o número de casos de desaparecimento.

Gráfico 17 - Evolução dos registros em Guerrero (Pessoas desaparecidas e não localizadas).

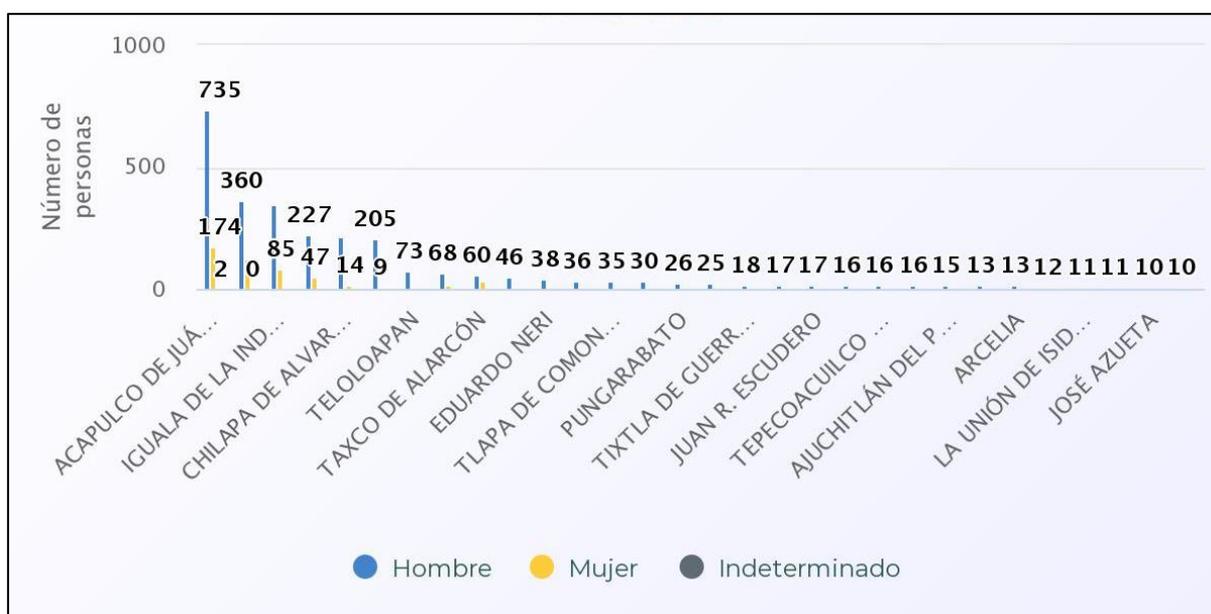


Fonte e elaboração: Registro Nacional de Datos de Personas Extraviadas o Desaparecidas.

Em Guerrero, as localizações (por município) com maior incidência de casos de pessoas de desaparecidas e não localizadas, em ordem decrescente, são: Acapulco (maior cidade),

Chilpancingo (capital), Iguala (onde desapareceram os 43 estudantes de Ayotzinapa), categoria “desconhecido” e Chilapa (onde ocorreu o desaparecimento de 30 pessoas em maio de 2015). Os três primeiros são respectivamente os maiores municípios do Estado, e o quarto é o sétimo.

Gráfico 18 - Registros em Guerrero por município. (Pessoas desaparecidas e não localizadas)



Elaboração: Registro Nacional de Datos de Personas Extraviadas o Desaparecidas.

Quando se filtram os dados para obter resultados mais detalhados o sistema do RNDPED começa a apresentar suas limitações e lacunas. Por exemplo, constam apenas dois servidores públicos como desaparecidos e não localizados no Estado desde 1964, um caso em Chilpancingo e o outro em Tlapa de Comonfort. Contudo, durante o trabalho de campo colhi depoimentos de três esposas de policiais municipais desaparecidos e outro da esposa de um servidor da Fiscalia do Estado também buscado. Todos os quatro casos ocorreram em Iguala e foram relatados por participantes ativas do grupo de buscas, chamadas Carmen, Candelaria, Laura e Adriana. A última, Adriana Bahena, atuava como coordenadora do grupo na época da entrevista (LOTH, 2018). Em novembro de 2015, com ajuda da esposa (Élvia) de um policial preso por envolvimento no caso Ayotzinapa, o grupo *Os Outros Desaparecidos de Iguala* havia encontrado uma cova clandestina com oito corpos vestidos com uniformes da polícia municipal de Iguala e, enterrados ao redor dos restos mortais, alguns uniformes militares do 27º Batalhão de Iguala, extinto após o desaparecimento massivo dos 43 estudantes.

O segundo exemplo das limitações da pesquisa executada por meio do sistema oficial de registros foi verificado na busca pelos casos de desaparecimento forçado. A busca resulta

em 13 caso em Guerrero, em nove destes as pessoas estão desaparecidas e seguem sem localização. Quatro foram localizadas, sendo uma sem vida e três com vida. Os casos foram registrados nos municípios de Acapulco e Iguala. Portanto, o sistema não classifica como vítimas de desaparecimento forçado as centenas de pessoas desaparecidas durante a guerra suja (1964-1982) e, nem mesmo, os 43 estudantes de Ayotzinapa, desaparecidos com ampla e notória comprovação do envolvimento de autoridades. O próprio trabalho de campo (2015-2016) já indicava motivos para analisar os resultados possibilitados pelo RNDPED com ceticismo, visto que, em um quarto das entrevistas realizadas, os responsáveis apontados pelas famílias eram autoridades, inclusive nos quatro casos anteriormente mencionados (desaparecimento de funcionários públicos).

Segundo o registro oficial, em todo o México, há 189 casos de desaparecimento forçado desde 1964. Entre as vítimas, 157 encontram-se sem localização (nem vivas, nem mortas), 12 foram localizadas sem vida e 18 com vida. O sistema sugere um aumento ostensivo a partir de 2019, precisamente quando Andrés Manuel López Obrador (AMLO) estava em seu primeiro ano de mandato, o que sugere que o que ocorreu, na verdade, foi o aumento no número de registros oficiais ou uma reclassificação dos casos, por meio do aprimoramento dos sistemas unificados, processo do qual o RNDPED é um dos resultados.

Um terceiro exemplo reforça a tese de que a base de dados do RNDPED apresenta baixa capacidade para satisfazer a demanda por resultados refinados, apesar da base disponibilizar uma série de filtros. Realizei sistemáticas buscas por vítimas de desaparecimento pertencentes às principais etnias indígenas estabelecidas em Guerrero no RNDPED. É importante ter em mente que nesse Estado mais de um terço da população se declara indígena. De acordo com o sistema, não há nenhum indivíduo da etnia Amuzgo desaparecido no Estado. Há um indivíduo mixteco, desaparecido em Tlacoachistlauaca; três indivíduos da etnia Nahuatl, desaparecidos em Chilapa; e dez indivíduos tlapanecos (Me'phaa), um deles localizado com vida, após o registro. Entre os Me'phaa registrados no sistema, cinco homens desapareceram em Acatepec, dois em Chilpancingo, duas mulheres em Malintepéc e uma em Iguala. Os três indivíduos da etnia Nahuatl no registro foram desaparecidos em Chilapa e todos os registros se deram a partir de 2019.

Em fevereiro de 2016, entrevistei familiares de desaparecidos e defensores dos direitos humanos em Chilapa sobre os eventos de maio de 2015, quando foi perpetrado o desaparecimento massivo de ao menos 30 homens. Na ocasião, entrevistei a esposa de um

jovem me'phaa desaparecido em 2015. Também observei um evento do grupo que reivindicava os trinta desaparecidos no qual havia, pelo menos cinco famílias indígenas, que, inclusive, motivaram a participação de uma tradutora, de nome Cassiana Rodríguez (LOTH, 2018), do Centro José Maria Morelos Y Pavón de Direitos Humanos. Os resultados mostrados pelo RNDPED também divergem do perfil de parte significativa dos 43 estudantes desaparecidos em Iguala, muitos dos quais eram indígenas.

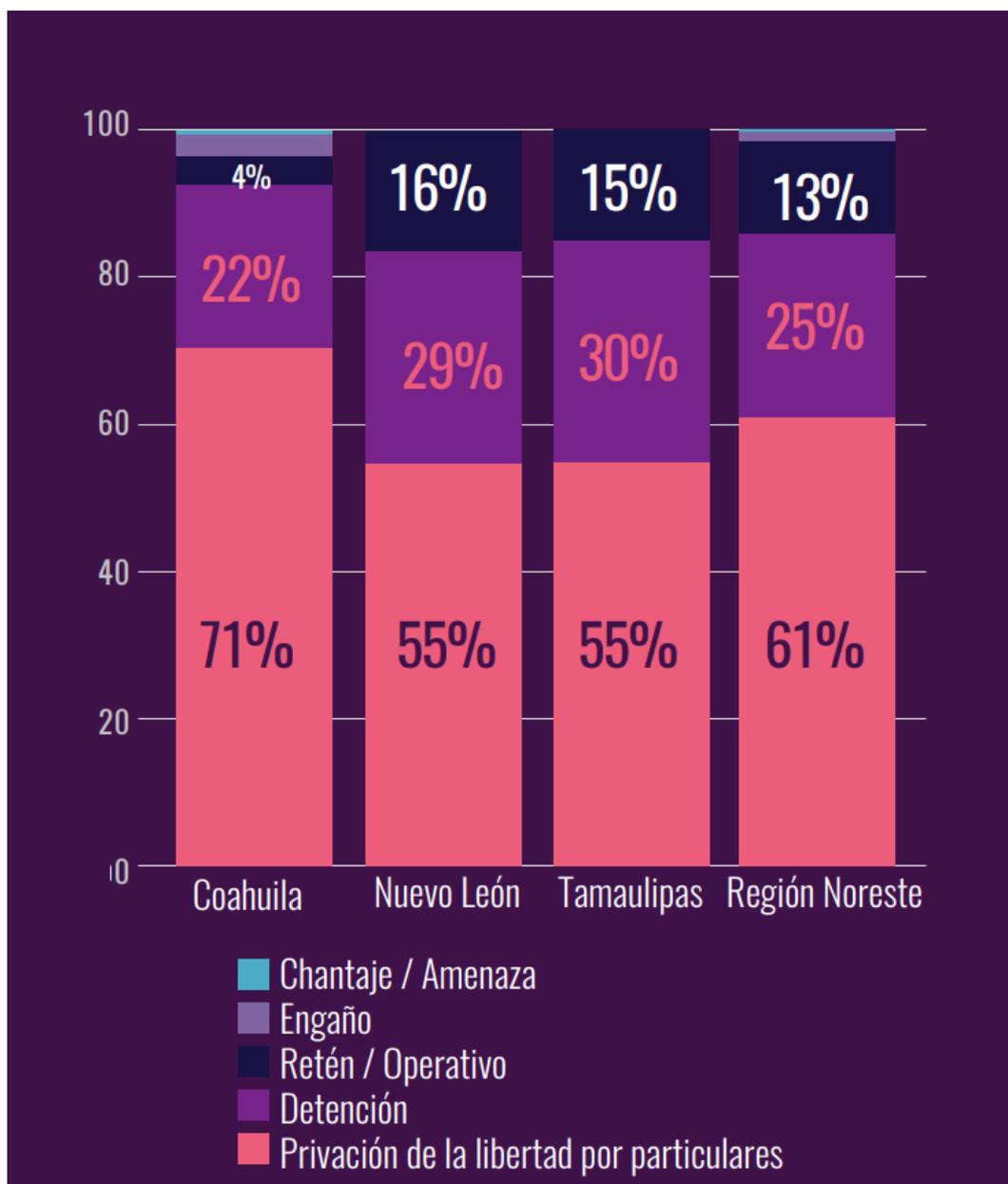
Com essas ressalvas, concluo que o uso do sistema pode trazer um panorama geral, mas para alcançar uma maior profundidade quanto aos perfis e circunstâncias dos fatos, é irremediavelmente necessária a realização de um trabalho de campo. E tal trabalho de campo dificilmente poderia ser realizado pela via virtual, posto que grande parte das pessoas acessadas, entre 2015 e 2016, não contava com acesso à internet e algumas só puderam ser acessadas e entrevistadas com ajuda de tradutores dispostos a contribuir com a pesquisa de forma voluntária.

Desse modo, foi importante para a qualidade deste trabalho que o campo tenha sido realizado anteriormente, pois entendo que a contemplação e a análise do sistema oficial induzem a interpretações errôneas quanto à real situação do fenômeno do desaparecimento e do desaparecimento forçado em Guerrero. Para tanto, entendo que a contribuição do Observatório sobre Desaparición e Impunidad é de grande importância, pelo fato de trabalhar com informações fornecidas por organizações de familiares de pessoas desaparecidas, trazendo mais detalhes, inclusive de casos nos quais o desaparecimento não foi reportado às autoridades ou foi registrado de forma errônea (como homicídio, por exemplo). Sendo os mais importantes aportes desse estudo: as ocupações das vítimas e os perpetradores assinalados como responsáveis. Infelizmente, um estudo semelhante ainda não foi realizada em Guerrero. Esses informes (2017 e 2019) também convergem com os traços gerias apontados pelo trabalho de campo.

As informações contidas no *Informe Comparado sobre Eventos de Desaparición* (Nordeste) do Observatorio sobre Desaparición e Impunidad (2019) dão conta de que 63% das vítimas desapareceram em eventos coletivos, enquanto 37% desapareceram em eventos individuais. As mulheres desaparecem com mais frequência em eventos coletivos do que os homens. Segundo os realizadores, o levantamento desmistifica a ideia de que o desaparecimento ocorre contra pessoas isoladas. Desse modo, a execução de desaparecimentos coletivos requer uma estrutura criminal de maior complexidade, envolvendo organizações com hierarquias bem

definidas ou até mesmo com a participação de polícias e estruturas estatais. Entretanto, em 61% dos casos não há informação sobre a participação de autoridades, porcentagem inferior à estipulada no relatório sobre o Estado de Nuevo León (OBSERVATORIO SOBRE DESAPARICIÓN E IMPUNIDAD, 2017), que equiparava responsáveis “particulares” e “estatais”. Entre os casos em que há informações que apontam para a tipificação “desaparição forçada”, em 25% das circunstâncias o crime ocorreu no contexto de prisão e em 13% em reténs ou operativos das forças armadas.

Gráfico 19 - Circunstâncias dos casos de desaparecimento por Estados do Nordeste



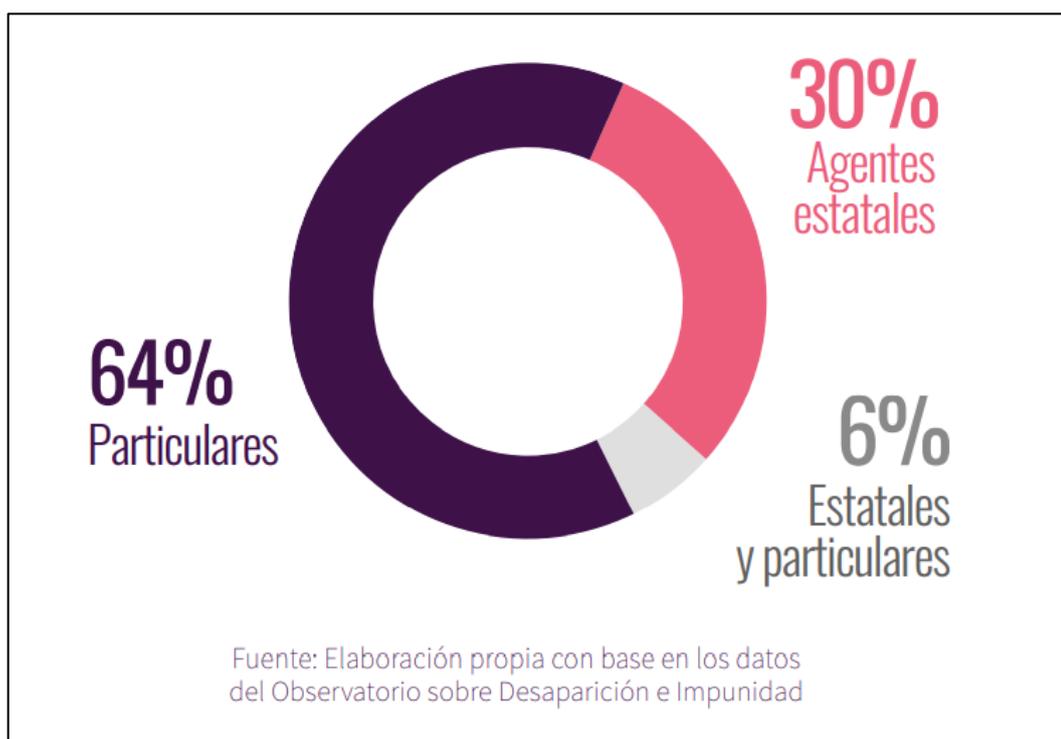
Fonte e elaboração: Observatorio sobre Desaparición e Impunidad (2019).

Os fatos de que em 79% dos casos reportados a pessoa continua desaparecida e que em 7% dos casos, quando o desaparecido é localizado, a vítima “reaparece” sem vida demonstram que, em detrimento da crença de que os desaparecidos entram nessa condição de forma voluntária, é provável que na maioria das vezes o “sumiço” seja decorrente de um crime¹⁰⁸ (OBSERVATORIO SOBRE DESAPARICIÓN E IMPUNIDAD, 2019). Desse modo, a maioria das pessoas não desaparece, mas é desaparecida. Outro elemento que o relatório destaca é a “cifra oculta”, fenômeno que acompanha todas as modalidades de crime, a maioria deles nunca reportada. Nesse aspecto, Guerrero está na primeira colocação entre as entidades federativas com 96,8% dos crimes não denunciados às autoridades. É provável que os casos de desaparecimento e desaparecimento forçado também estejam em parte ocultos perante as autoridades.

Em termos educacionais, 41% dos desaparecidos possuíam secundária, 18% ensino médio e 17% ensino superior. Em termos laborais, os desaparecidos homens eram: 21% comerciantes ou empregados de vendas; 13% condutores de transporte (de pessoas ou cargas) e de maquinaria móvel; 9% estudantes; 4% trabalhadores domésticos, em cuidados e tarefas de limpeza; 4% trabalhavam em serviços de proteção e segurança privada; e 4% atuavam como policiais e agentes de trânsito (OBSERVATORIO SOBRE DESAPARICIÓN E IMPUNIDAD, 2019). As principais ocupações das vítimas mulheres das quais o Observatorio tem registro atuavam como: domésticas, cuidados e limpeza (35%), estudantes (20%) e comerciantes e empregadas de vendas (14%) (*Ibidem*, 2019). No âmbito deste trabalho, é relevante destacar que enquanto 59% dos homens teriam sido desaparecidos por “particulares”, 73% das mulheres, ou seja, em maior medida, teriam sido desaparecidas por este tipo de perpetrador. Essas particularidades indicam que as modalidades de desaparecimento são condicionadas pela posição dos indivíduos na estrutura social e pelas relações sociais (como as de trabalho e as afetivas) estabelecidas pelas vítimas. Proporcionalmente, os homens são os alvos mais frequentes do desaparecimento forçado, sendo, em relação às mulheres, mais desaparecidos em contextos de prisão e abordagens militares e policiais. Em suma, as ocupações mais frequentes entre as vítimas são fortemente associadas à informalidade e à precariedade laboral.

¹⁰⁸ Familiares de vítimas relatam que agentes estatais desencorajam as denúncias argumentando que a pessoa que desapareceu “talvez tenha fugido com o namorado”, “talvez tenha fugido com a amante”, entre outras frases que reproduzem estereótipos sem base em pesquisas.

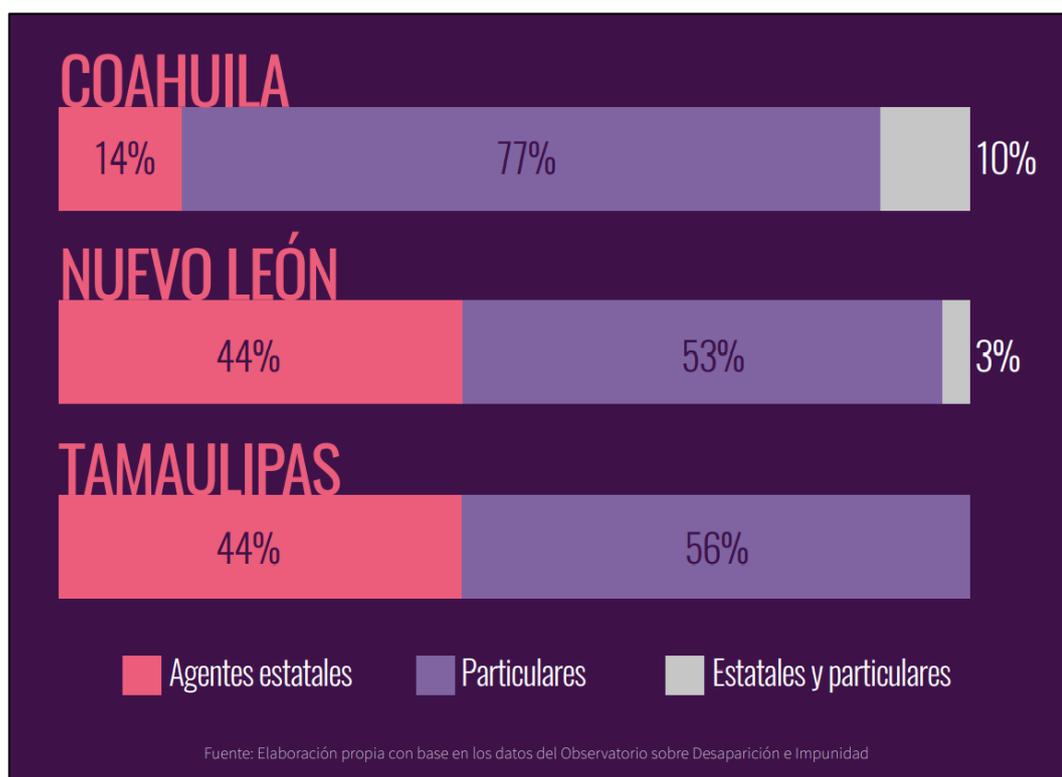
Gráfico 20 - Tipo de Perpetrador - Região Nordeste



Fonte e elaboração: Observatorio sobre Desaparición e Impunidad (2019).

Entre os casos em que os responsáveis pelo desaparecimento são agentes do Estado, 25% dos crimes teriam sido cometidos por agentes federais, 25% por estaduais e 50% por municipais (*Ibidem*, 2019). As informações apontam para a desmoralização da tese de que, caso as forças municipais fossem substituídas por forças federais, como o Exército, o envolvimento de agentes com violações aos direitos humanos seria suprimido. Este ponto é particularmente crítico nesta análise sobre a situação de Guerrero e de Iguala. Em 2014, após a repercussão do crime contra os estudantes de Ayotzinapa, as polícias municipais de Iguala e Cocula foram dissolvidas e substituídas por forças de outras esferas de governo, sobretudo, federais. Argumentava-se que o problema de “infiltração” era local e não sistêmico (LOTH, 2018).

Gráfico 21 - % de perpetradores por tipo (agentes estatales, particulares e particulares e estatales)



Fonte e elaboração: Observatorio sobre Desaparición e Impunidad (2019).

Os realizadores do informe, após a apresentação desses índices obtidos, passam a tentar explicar as causas do fenômeno, mesmo que de forma breve. O ensaio de resposta dos autores versa sobre uma suposta transição democrática ocorrida quando o Partido de Acción Nacional (PAN) foi eleito pela primeira vez, após sete décadas de governos seguidos do Partido da Revolución Institucional (PRI), no início do século XXI. Segundo esta explicação institucionalista, a alternância de poder teria implicado em uma série de instabilidades devido à reconfiguração das estruturas de poder locais, regionais e nacionais.

Desde outubro de 2014, tenho me debarado com este tipo de abordagem na maioria dos estudos com os quais tive contato. Em linhas gerais, esse tipo de explicação possui um caráter *durkheimiano*, por trabalhar com a noção de que os conflitos sociais são ocasionados pela falta de coesão. Mas, como uma sociedade cindida em classes e cuja formação social tem como traço estrutural o racismo e o colonialismo poderia ser coesa? O ponto mais fraco de tal explicação é a tese da “falência” e da debilidade do Estado mexicano como origem do “domínio do crime”. Tal tese costuma ser mobilizada com igual frequência nos debates sobre o papel do Estado no neoliberalismo, cuja crítica e contraponto já foram desenvolvidos em tópicos anteriores. Muitas vezes as duas teses são mobilizadas de forma conjunta: como o Estado social foi “desmontado”

– como abordei anteriormente este sequer foi constituído – os “capos” do narcotráfico teriam passado a ocupar o espaço de assistência social.

Também é questionável a análise – ainda que bastante comum na produção acadêmica mexicana – de que a alternância de poder entre um partido, o PRI, que implementou o neoliberalismo no México (década de 1980) e o Acordo de Livre Comércio (1994), e um segundo partido, o PAN, que chegou ao poder prometendo reformas estruturais de caráter neoliberal, seja uma transição democrática e signifique uma ruptura política e social consistente. Além disso, o responsável pela entrega e pela continuidade das reformas iniciadas pelo PAN, além da continuidade das diretrizes da chamada guerra às drogas, foi Enrique Peña Nieto (PRI), eleito para seu sexênio em 2012. A identificação dessa tendência à continuidade protagonizada pelos dois partidos, em termos de políticas econômicas, sociais e de segurança pública, não descarta completamente a importância que a mudança na sigla que ocupa a presidência teve para a instabilidade nas relações de poder locais. Não obstante, essa explicação conjuntural e institucionalista não parece satisfatória e oblitera a formação social mexicana como elemento fundamental para compreensão do fenômeno do desaparecimento forçado no século XXI.

Em muitos países da América Latina, o aumento na taxa de homicídios costuma ser relacionado à ascensão do neoliberalismo nos anos 1980 (PORTES; HOFFMAN, 2003). Conforme a tabela abaixo, entre as décadas de 1980 e 1990, a taxa de homicídios registrou aumento na Colômbia, no Brasil, na Venezuela, no Peru, no Panamá, no Equador, na Argentina, no Uruguai e no Chile (ainda que ligeiro neste último). O caso colombino é o mais nítido. Já, no México, o aumento é irregular entre 1980 e 1995. Os autores Portes e Hoffman (2003), por exemplo, não atribuem essa escalada à pobreza absoluta, mas sim ao acirramento dos índices de desigualdade¹⁰⁹ naqueles primeiros anos de neoliberalismo.

¹⁰⁹ “No existe una relación lineal entre los niveles de desigualdad del ingreso y las tasas de criminalidad violenta. Nuevamente las estadísticas regionales están distorsionadas por la extraordinaria violencia de Colombia y, en menor grado, El Salvador. Sin embargo, se aprecia una correspondencia entre la menor desigualdad económica con menores tasas de crímenes violentos y un menor incremento o incluso disminución de la criminalidad con el tiempo. Costa Rica y Uruguay son los principales exponentes de esta tendencia. En cambio, los países con niveles altos y crecientes de desigualdad suelen verse azotados por un aumento significativo de la criminalidad, como Brasil, México y Venezuela, los casos más notorios. Todos los estudios anteriores de los determinantes de los crímenes violentos en América Latina coinciden en señalar a la desigualdad económica como el factor singular más importante (Londoño, 1996; Bourguignon, 1999; Arriagada y Godoy, 2000). La mayor desigualdad más que la pobreza misma se ve asociada fuertemente con la criminalidad, tendencia que coincide con las teorías sociológicas aceptadas acerca del papel de la privación relativa en el comienzo de este extravío (Merton, 1968; Sullivan, 1989). Como los niveles de desigualdad han aumentado en toda la región, no es sorprendente que hayan subido también los niveles de criminalidad y las denuncias de victimización”. (PORTES; HOFFMAN, 2003, p.33).

Tabela 7 - Taxas de homicídio por 100 mil habitantes nos países selecionados

| Pais | Circa 1980 | Circa 1990 | Circa 1995 |
|-------------|------------|------------|------------|
| El Salvador | - | 138.2 | 117.0 |
| Colômbia | 20.5 | 89.5 | 65.0 |
| Brasil | 11.5 | 19.7 | 30.1 |
| Venezuela | 11.7 | 15.2 | 22.0 |
| México | 18.2 | 17.8 | 19.5 |
| Perú | 2.4 | 11.5 | 10.3 |
| Panamá | 2.1 | 10.9 | |
| Ecuador | 6.4 | 10.3 | |
| Argentina | 3.9 | 4.8 | |
| Costa Rica | 5.7 | 4.1 | |
| Uruguay | 2.6 | 4.0 | |
| Chile | 2.6 | 3.0 | |

Fuente: Robert Ayres: "Crime and Violence as Development Issues in Latin America and the Caribbean", Viewpoint Series, World Bank Latin American and Caribbean Studies, Banco Mundial, Washington D.C., 24 de marzo de 1998, cuadro I; Irma Arriagada y Lorena Godoy: "Prevenir o reprimir: falso dilema de la seguridad ciudadana", *Revista de la CEPAL*, N° 70, Santiago de Chile, abril de 2000, cuadro 2.

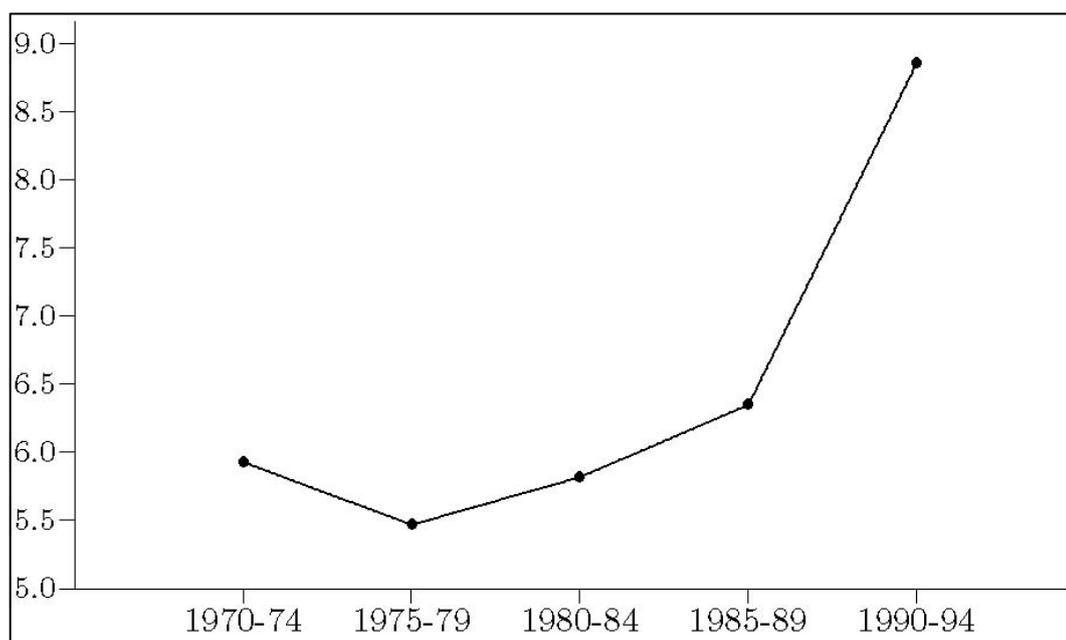
Fonte e elaboração: Portes; Hoffman (2003).

Além do colombiano, outro caso “exemplar” deste ascenso é o brasileiro. No Brasil, o número de homicídios – que sofreu um incremento sustentado desde os últimos anos da Ditadura Civil-Militar e a partir da ascensão do neoliberalismo – varia entre 55 mil e 65 mil ao ano desde 2012, com a taxa de homicídios por 100 mil constantemente por volta de 30, de acordo com dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)¹¹⁰. A taxa de homicídios passou de 11,69 em 1980 para 31,59 em 2017. Durante os governos do Partido dos Trabalhadores¹¹¹ (PT), a taxa mais baixa registrada foi de 26,13, em 2005, e a mais elevada de 29,82, em 2014.

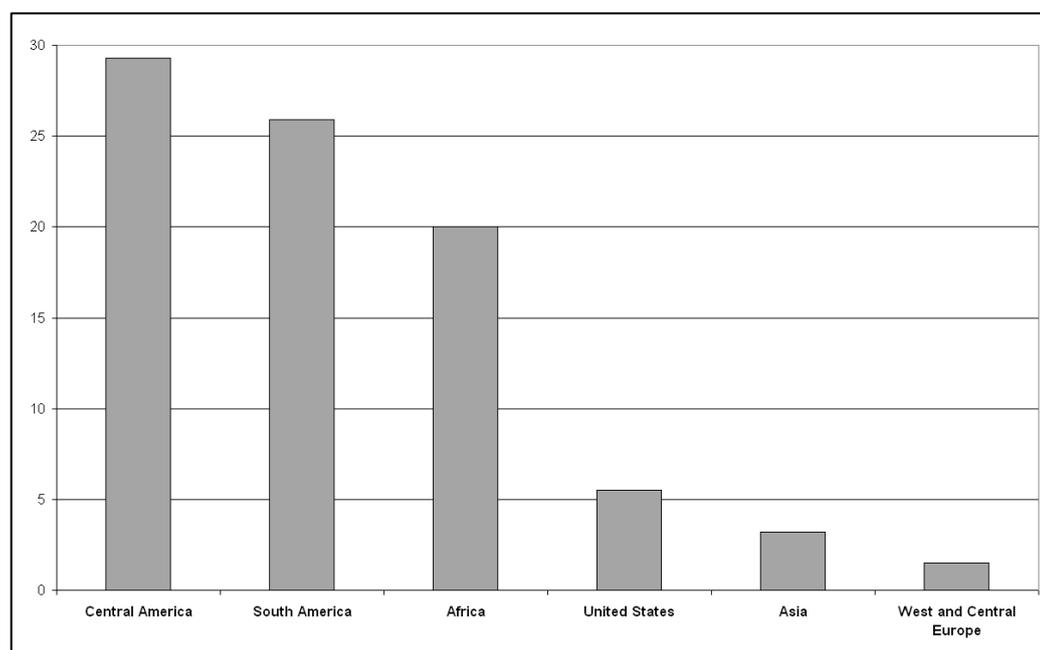
Apesar de mais intensa na América Latina, que se converteu na região a mais violenta do planeta, essa tendência foi verificada mundialmente no período, como ilustram os próximos gráficos:

¹¹⁰ INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da Violência**. Taxa de Homicídios.

¹¹¹ As táticas e estratégias de repressão de Estado utilizadas pelos governos autodeclarados como progressistas e anti-neoliberais não apresentaram rupturas importantes em relação aos governos abertamente neoliberais e, inclusive, preservam traços expressivos que os aproximam de regimes autoritários, como aqueles que mobilizaram a contra-insurgência no combate à dissidência política nas décadas de 1960 e 1970. Nesse contexto, a guerra às drogas é fonte de coerção e sustentação para a reprodução da ordem neoliberal, configurando-se, assim, uma considerável barreira para programas políticos que visem a superação do neoliberalismo, visto que este tem mostrado resiliência mesmo imerso em crises e contestações.

Gráfico 22 - Taxa mundial de homicídios entre 1970 e 1994

Fonte e elaboração: Olga L. González (2014)¹¹².

Gráfico 23 - Taxas de homicídio por 100 mil habitantes por regiões (2004)

Fonte e elaboração: Olga L. Gonzalez (2014) com base nos dados do Global Burden of Armed Violence

¹¹² “Fuente: Cálculos de Buvinic y Morrison (2000), a partir del United Nations Crime Survey y datos del Banco Mundial. La muestra incluye a 13 países industrializados, 2 países de Europa del Este, 5 países árabes, 6 países del Pacífico asiático y 8 países de América latina y el Caribe”. (GONZALEZ, 2014, documento eletrônico não paginado).

Report, Geneva Declaration on Armed Violence and Development (2004).

A autora Olga Gonzalez (2014), responsável pela elaboração dos gráficos anteriores, encontrou algumas explicações para a elevação da taxa de homicídios¹¹³. Para ela, o aumento no fluxo de mercadorias, liberado pela desregulamentação neoliberal, enquanto a repressão ao fluxo de pessoas (sobretudo na fronteira norte entre México e Estados Unidos¹¹⁴) se intensifica, é uma das causas do aumento nos índices de violência. Um exemplo ilustra o ponto levantado pela autora: os massacres contra migrantes centro-americanos em Tamaulipas, Estado localizado na fronteira Estados Unidos-México. No primeiro evento em 2010, 93 migrantes foram executados. Devido à recorrência de crimes cometidos por agentes estatais e carteis contra pessoas em trânsito no México, todos os anos é realizada a *Caravana de Madres de Migrantes Desaparecidos*, organizada majoritariamente por mulheres da América Central (LOTH, 2016).

Contudo, para o México, a associação direta entre neoliberalismo e indicadores de violência pública não pode ser facilmente realizada, pelo menos não se os homicídios forem o parâmetro principal da análise, uma vez que o país registrou elevadas taxas de homicídio durante quase todo o século XX. Nas primeiras décadas após a Revolução Mexicana, são registradas taxas nunca superadas até os dias atuais, de acordo com dados compilados de diferentes bases (séries descontínuas) por pesquisadores independentes (MENÉNDEZ, 2012). As taxas de homicídio dos anos 1980 até 1997 não apresentam grande disparidade em relação às produzidas na década de 1970, antes da era neoliberal. A partir de 1997, passam a um patamar inferior até o ponto mais baixo, registrado em 2007, logo após, a guerra às drogas é declarada (MENÉNDEZ, 2012). O próprio Instituto Nacional de Estatística e Geografia (INEGI) admite a insuficiência de estudos que expliquem a queda da violência homicida entre 1997 e 2007 (INEGI, 2019b). Uma hipótese possível a partir da análise das séries históricas sobre violência é a correspondência temporal entre a crise de 2008 e seus efeitos e os primeiros anos de guerra às drogas. Os anos de 2009 e 2010 são abruptamente violentos e economicamente trágicos: o PIB cai 7% (TELLO, 2010) e a taxa de desemprego chega a quase 6% em 2009, bastante elevada para os padrões mexicanos no século XXI, como pude elaborar anteriormente. Essa causalidade indireta entre crise e guerra pode ser construída dentro de um quadro de múltiplas

¹¹³ A pesquisadora ressalta também que a Bolívia não sofreu com o incremento nos índices de violência, o que para a autora está ligado à maior preservação dos laços comunitários.

¹¹⁴ Mas também na Fronteira entre México e Guatemala com a implementação do *Plan Frontera Sur* (LOTH, 2016).

determinações.

Se é problemático associar a escalada da violência homicida à ascensão do neoliberalismo na década de 1980, é necessário pensar nas particularidades históricas de média e longa duração de Guerrero, Estado que apresenta taxas de homicídio acima da nacional desde 1958 e a mais elevada taxa média histórica do país. A reconfiguração¹¹⁵ da contra-insurgência da Guerra Fria e do colonialismo interno¹¹⁶ (GONZÁLEZ CASANOVA, 2006) contra camponeses e povos indígenas — cerca de 33% da população guerrerense — não pode ser descartada na compreensão da violência atual, pois são processos que se ligam a estruturas que atravessam as mudanças trazidas pela ordem neoliberal e pela guerra às drogas. Não por acaso, as guerrilhas tiveram forte presença na região após massacres contra organizações camponesas — 74% dos desaparecimentos da guerra suja ocorreram no Estado (VÉLEZ SALAS, 2016).

À luz da análise dessas tendências estruturantes, a compreensão do aprofundamento do caráter dependente do capitalismo no México durante o neoliberalismo possibilita uma análise menos conjuntural dos processos históricos. Perspectiva que não deve minimizar os impactos da trajetória dinâmica do neoliberalismo em todos os âmbitos da existência social. Os índices de violência no México, atualmente associados ao combate ao narcotráfico, são resultado de um processo contraditório de longa duração, com múltiplas determinações e relações de causalidade, não sendo, assim, uma obra do neoliberalismo, pelo menos não do choque neoliberal consumado na década de 1980, já que a análise da evolução dos indicadores não permite uma associação linear. Sendo o emprego da violência um ingrediente básico da dominação de classe, presente desde o colonialismo, passando pelo modo de inserção subordinado dos países periféricos no mercado mundial, não é possível afirmar que a violência é uma particularidade do período neoliberal¹¹⁷. Na verdade, a violência de classe esteve presente no colonialismo, no imperialismo e, portanto, em todos as “variedades” de dominação já postas em prática pelas classes dominantes, inclusive no desenvolvimentismo, época na qual o Estado lançou mão do terrorismo contra a dissidência política. Até então o capitalismo “realmente

¹¹⁵ A formação colonial não se trata de um resto/herança que não foi descartada por erro e que apenas repercute nas partes do mundo onde vigorou: “As colônias não foram apenas terras de pilhagem e de acumulação de riquezas para a Europa. O colonialismo e as colônias foram partes integrantes e constitutivas da ordem política ocidental”. (LAZZARATO, 2019, p.81).

¹¹⁶ “[...] una estructura de relaciones sociales de dominio y explotación entre grupos culturales heterogéneos, distintos. Si alguna diferencia específica tiene respecto de otras relaciones de dominio y explotación (ciudad campo, clases sociales) es la heterogeneidad cultural que históricamente produce la conquista de unos pueblos por otros, y que permite hablar no sólo de diferencias culturales (que existen entre la población urbana y rural y en las clases sociales) sino de diferencias de civilización” (GONZÁLEZ CASANOVA, 2006, p.240).

¹¹⁷ O que não significa, em hipótese alguma, que devemos subestimar a capacidade do neoliberalismo de modificar quantitativa e qualitativamente a realidade.

existente” nunca existiu sem estruturas violentas, como o racismo e o patriarcado, por exemplo.

Levando-se em conta a permanência da violência de Estado contra a classe trabalhadora, a guerra às drogas pode ser considerada a principal manifestação coercitiva de dominação de classe que corresponde ao neoliberalismo na periferia do capital. Nos seus moldes atuais, a guerra às drogas é de fato uma estratégia de dominação forjada no e para o neoliberalismo. O estudo dessa manifestação de controle, contenção e gestão violentas da classe trabalhadora contribui para distinguir as particularidades da forma de dominação que atende às necessidades da reprodução do neoliberalismo na periferia do capital em relação a outros momentos históricos.

A dominação de classe baseada no uso da força, sobretudo contra indígenas e negros, não é um fenômeno engendrado pelo neoliberalismo – mesmo que este tenha se apoiado em formas específicas de dominação, como aqui considero a chamada guerra às drogas – mas é uma característica estrutural das formações sociais que constituem o capitalismo periférico. Considerando a violência contra os trabalhadores um impedimento ao pleno desenvolvimento da democracia¹¹⁸, é possível considerar que o capitalismo aqui amadurecido tem como um de seus traços distintivos a tendência ao estabelecimento de regimes autoritários, associação já elaborada por alguns clássicos da Economia Política latino-americana, como Ruy Mauro Marini (2018), sobretudo ao forjar o conceito de “Estado de contra-insurgência permanente”¹¹⁹. O autoritarismo estrutural está intrinsecamente ligado à intensidade da exploração à qual está submetida a força de trabalho, em particular a racializada, e aos níveis de coerção necessários ao controle e à gestão das massas organizadas ou não.

O trabalho de campo (LOTH, 2018) mostrou que o fenômeno da violência possui um relevante efeito subjetivo multiplicador¹²⁰, pois o enfrentamento dos fenômenos tende a ser

¹¹⁸ Para o paradigma marxista, conceitos como liberdade, democracia e igualdade tornam-se ideias abstratas se desprovidas de substancialidade. István Mészáros (2002) sustenta que a igualdade formal está jungida à desigualdade substancial no capitalismo. A possibilidade de participação nas eleições legitima “assim o mencionado sistema de igualdade formal e desigualdade substantiva, estruturalmente imposto e prejudgado pelo capital” (p.214).

¹¹⁹ A formulação de Ruy Mauro Marini (2018) transcende a especificidade da forma política assumida pelos regimes militares e se refere aos processos contrarrevolucionários na América Latina de uma forma mais ampla, a exemplo da ideia de contra-revolução preventiva de Florestan Fernandes (1978).

¹²⁰ “Ter alguém desaparecido na família, é como ter uma praga”, explicou o buscador Mário Vergara, em entrevista concedida em dezembro de 2015 (LOTH, 2018). A experiência do choque é marcada pelo sentimento de desgosto e solidão ao perceber o pouco engajamento e solidariedade da comunidade em volta. A perda de vínculos, com os que não foram afetados diretamente, fragiliza o sujeito no âmbito das relações interpessoais. Na medida em que a solidariedade não é reconhecida, pois os familiares sentem a necessidade de um engajamento na sua luta ou de uma empatia com a sua dor para reinstaurar o vínculo, percebem que a “comunidade humana existente entre eles e os outros é desconsiderada” (ARAÚJO, 2012). Um exemplo é a reação comum na opinião pública geral após a execução de sujeitos suspeitos de algum crime: “Tudo bem, eram *narcos*”. Muitos familiares do grupo de Iguala

vivenciado de forma individual, sobretudo, porque os familiares das vítimas são estigmatizados perante a comunidade e também muito por conta da natureza da forma jurídica que individualiza as coletividades no percurso reivindicatório. Dito de outro modo, as responsabilidades recaem sobre os indivíduos. Além disso, conhecer pessoas que foram desaparecidas, assassinadas e presas gera um impacto difícil de dimensionar sobre a subjetividade social, causando medo e desconfiança, o que, por sua vez, influencia na intensidade e dinâmica do engajamento em organizações da classe trabalhadora.

Em *Das consequências da arte macabra de fazer desaparecer corpos: violência, sofrimento e política entre familiares de vítima de desaparecimento forçado*, o autor brasileiro Fábio Alves Araújo (2012) estudou o caso do grupo mães de Acari, que tiveram 11 filhos desaparecidos por milícias ligadas à Polícia Militar em uma favela do Rio de Janeiro na década de 1990. Essa pesquisa é uma das poucas que tratam do desaparecimento forçado na atualidade brasileira¹²¹. Araújo entende que o caso Acari ganhou algum espaço na mídia hegemônica por causa do apelo à linguagem dos sentimentos, o prestígio e legitimidade do papel da maternidade ao reivindicar compaixão por sua dor. Para ele, a mídia conseguia promover o caso ressaltando aspectos possíveis de desenvolver numa narrativa melodramática. Todavia, a cobertura produzia um efeito despolitizador ao ignorar ou omitir as dimensões da segregação, de classe social, desigualdade e crime de Estado, sem as quais é impossível situar o desaparecimento forçado de 11 adolescentes pobres e negros no contexto brasileiro.

Estratégias parecidas são utilizadas na abordagem e construção de narrativas despolitizantes sobre a violência no México. Sobre o fenômeno do discurso acerca da violência, a antropóloga mexicana Rossana Reguillo tece uma reflexão sobre como a violência exacerbada

já escutam essa justificativa para a indiferença em relação ao desaparecimento de seus filhos. Neste processo, a única forma encontrada para legitimar a luta por justiça nos casos de execução muitas vezes é contra-argumentar que os mortos eram inocentes, ou seja, não estavam envolvidos com o crime, uma resposta que reforça o caráter desumanizante das suposições. Para suportar a inquisição, os pais tratam de assumir a missão de restituir a dignidade e a humanidade dos mortos e desaparecidos, que, evidentemente, não podem se defender. A desqualificação da vítima de violência é a tática de deslegitimação das reivindicações por excelência. Nesse processo, ela é destituída de sua condição de sujeito à medida que sua humanidade sofre um processo de relativização: existiriam indivíduos mais humanos e com mais direitos e outros menos humanos, portanto, com menos direitos. Mesmo depois que *Outros Desaparecidos de Iguala* tomaram as manchetes dos jornais mexicanos e despertaram a atenção da imprensa estrangeira, o então governador Héctor Antonio Astudillo Flores (PRI) declarou à imprensa que as fossas eram resultado da matança entre criminosos, o que provocou a revolta de muitos familiares, cansados dos estigmas que muitas vezes partem da própria família, dos colegas de trabalho e da vizinhança (LOTH, 2018).

¹²¹ Quase a totalidade dos trabalhos que abordam a temática do desaparecimento forçado debruçam-se sobre crimes de Estado com motivação política contra militantes, em geral, organizados. O Caso Acari inaugura a preocupação social e posteriormente, nas ciências sociais, contra os crimes de Estado no contexto democrático (pós-Constituição de 1988) e contra um “novo” grupo social, os pobres, em geral, favelados e negros, na verdade, “os de sempre”.

é compreendida ou naturalizada pela sociedade. Ela entende que a maioria das narrativas sobre a violência possui o caráter implícito de dar vazão à “violência exemplar”, às chamadas *narcomensagens* e ao medo generalizado.

A narrativa que se constitui sobre as violências tende a despolitizar estes fenômenos sociais indissociáveis do político, instauram o medo e a desconfiança como vínculo social predominante e enfraquecem o pacto social, ao estimular respostas individualistas para um contexto que aparenta e é representado como incontrolável, impossível de se apreender e intransponível, fazendo com que os sujeitos desacreditem do uso da razão, baseada em acordos coletivos, para superar este estado de coisas (REGUILLO, 2014, documento eletrônico não paginado, *tradução nossa*).

O desaparecimento forçado, o encarceramento e os homicídios possuem como uma de suas características mais elementares o caráter seletivo, ao afetar mais fortemente alguns grupos sociais do que outros: por exemplo, em 2018, nove em cada dez assassinados eram homens e um terço tinha entre 15 e 29 anos no México (INSTITUTE FOR ECONOMICS AND PEACE, 2019). Portanto, o impacto das mortes em certas camadas da população é muito maior quando fazemos este recorte. Ainda maior quando pensamos nos homens (mas também nas mulheres) jovens e racializados nas zonas mais afetadas de Guerrero¹²².

Inclusive os desempregados, segundo o conceito de medição do INEGI, que são uma verdadeira minoria dentro da PEA, têm mais chances de sofrer um homicídio. De acordo com dados do INEGI, em 1990, 8% das pessoas que foram assassinadas eram desempregadas, em 2010, a média foi de 13%, em 2017, 14,46% e, em 2018, 12,88¹²³. Isso indica uma possível tendência de aumento na sobrerepresentação dos desempregados entre as vítimas de homicídio:

Las personas de bajos ingresos en México, como artesanos, comerciantes, agentes de ventas, choferes, campesinos, pescadores, encuestadores y hasta desempleados, entre otros, fueron el mayor número de víctimas de homicidio doloso en 2017, año más violento del país, según el Instituto Nacional de Estadística y Geografía (Inegi). [...] En el desglose de las cifras por ocupación por el número de asesinatos se observa que las personas ultimadas, blanco de la delincuencia, en su mayoría provenían de los sectores de bajos ingresos. Por actividad, 4 mil 565 casos fueron de desempleados; 4 mil 81, de artesanos; 3 mil 462 eran comerciantes, empleados y agentes de ventas; 2 mil 863

¹²² A diferença na taxa de homicídio para homens e mulheres é drasticamente ampla no Estado e pode ser uma das explicações para a baixa expectativa de vida dos homens em Guerrero. Em 2016, o Estado registrou uma taxa de homicídio entre os homens dez vezes maior que a taxa de homicídio entre as mulheres. Tanto a taxa de homicídio contra homens, quanto a contra mulheres ocupou a segunda posição entre as unidades federativas em 2016. Nacionalmente, a taxa de homicídio entre homens foi oito vezes maior que a taxa de homicídios de mulheres em 2016. Em Guerrero, no mesmo ano, a taxa de homicídios geral foi 3,5 vezes a mexicana, a taxa de homicídios entre homens foi 3,68 vezes a nacional e a entre mulheres foi 2,9 vezes a nacional. Evidentemente, o homem habitante de Guerrero forma parte de um dos grupos que mais corre risco de sofrer um homicídio no país.

¹²³ É necessária cautela na análise desses índices, pois para uma parcela significativa das pessoas assassinadas não consta informações sobre a ocupação na base de dados do INEGI.

realizaban actividades agrícolas, ganaderas, forestales, de caza y pesca, y 2 mil 437 eran operadores de maquinaria industrial, ensambladores y conductores de transporte, entre otros oficios. (MEJÍA; PALMA; RODRÍGUEZ *et al.*, 2018)

Não é novidade no marxismo questionar se índices de criminalidade estão relacionados ao pauperismo e ao desemprego. Em agosto de 1859, Karl Marx escreveu um artigo sobre o tema para o jornal *New York Daily Tribune*, intitulado *População, crime e pauperismo* (2015). Em 1939, o tema foi retomado, mas o foco passou da delinquência para a punição. Em *Punição e Estrutura Social* (2004), Georg Rusche e Otto Kirchheimer, integrantes da Escola Crítica, buscam revelar o elo entre formas de repressão e relações de produção, a partir da noção geral de que “Todo sistema de produção tende a descobrir punições que correspondem às suas relações de produção”. (2004, p.18).

Apesar de publicado em 1939, o livro só teria grande repercussão a partir dos movimentos de 1968, quando foi considerado um livro precursor dos fundamentos da criminologia crítica (DE GIORGI, 2006). O autor italiano Alessandro De Giorgi não considera o que identifica como Economia Política da Pena uma perspectiva teórica economicista, algo que já era apontado por Georg Rusche quando o autor enfatizava a existência de outras forças que contribuem na determinação do objeto de pesquisa, no caso, a punição:

A ligação entre economia e penalidade não deve ser, pois, considerada como resultado de um automatismo, como uma relação mecânica mediante a qual a superestrutura ideológica da pena possa ser deduzida, de modo linear, da estrutura material das relações de produção (DE GIORGI, 2006, p.37).

Como destaca Giorgi, a criminologia crítica, que, além dos estudos seminais da Teoria Crítica, também foi fortemente influenciada pela obra de Michel Foucault, percebe que o encarceramento não é função do aumento da criminalidade, pois o encarceramento é intrinsecamente seletivo (classista e racista):

O fio condutor da economia política da pena é construído pela hipótese geral segundo a qual a evolução das formas de repressão só pode ser entendida se as legitimações ideológicas historicamente atribuídas à pena forem deixadas de lado. A penalidade absorve uma função diversa e posterior em relação à função manifesta de controle dos desvios e defesa social da criminalidade. Esta função "latente" pode ser descrita situando-se os dispositivos de controle social no contexto das transformações econômicas que perpassam a sociedade capitalista e as contradições que dela derivam. Tanto a afirmação histórica de determinadas práticas punitivas quanto a permanência dessas práticas na sociedade contemporânea devem ser reportadas às relações de produção dominantes, às relações econômicas entre os sujeitos e às formas hegemônicas de organização do trabalho (DE GIORGI, 2006, p.36)

Mais recentemente, o teórico italiano De Giorgi ao qual fiz referência nos parágrafos anteriores, buscou reatualizar os escritos de Georg Rusche para pensar o pós-fordismo e constatar se suas hipóteses seguiam vigentes. O autor considera que o pós-fordismo representa novos desafios à criminologia crítica. Entretanto, mesmo antes do estágio contemporâneo do capitalismo algumas teses como a que preconiza uma relação direta entre desemprego e encarceramento se mostraram de difícil verificação na realidade:

[...] não se registra nenhum impacto significativo das taxas de encarceramento no mercado de trabalho: a hipótese de um efeito imediato do aparelho repressivo em relação ao *surplus* de força de trabalho é desmentida. Com efeito, muito embora a população carcerária seja constituída em grande parte por desempregados trata-se sempre de uma fração muito limitada para que ela possa exercer um impacto significativo sobre as dimensões do exército industrial de reserva¹²⁴ (DE GIORGI, 2006, p. 50).

Entretanto, segue vigente a noção de que o encarceramento se molda à condição de vida dos setores da classe trabalhadora mais precarizados:

Quando alguém que quer trabalhar encontra trabalho, o estrato social mais baixo é formado por trabalhadores não qualificados e não por desempregados que se encontram numa situação de necessidade. A execução penal pode, assim, contentar-se em obrigar ao trabalho quem a ele se recusa e ensinar aos delinquentes que eles se contentem com o que é suficiente para um trabalhador honesto viver. (RUSCHE, 1976 *apud* DE GIORGI, 2006, p.)

Ao analisar o pós-fordismo, apesar de focar nas mudanças na cultura organizativa da classe trabalhadora e no mercado de trabalho europeus e, mais particularmente, italianos, De Giorgi percebe que o índice de desemprego aberto já não possui o mesmo significado definidor que representou no passado. Isso se deve à ampliação de formas precarizadas de trabalho, nas quais as fronteiras entre trabalho e não trabalho perdem nitidez:

Esta tarefa é, de fato, bastante simples numa metrópole produtiva, na qual a contínua precarização do trabalho, o emprego – que se toma cada vez mais flexível, incerto e transitório -, e a constante superposição entre economia "legal" e economias submersas, informais e também ilegais, determinam uma progressiva solda entre trabalho e não-trabalho e entre classes laboriosas e classes perigosas, a ponto de tomar qualquer distinção praticamente impossível. Trata-se, pois, de neutralizar a "periculosidade" das classes perigosas através de técnicas de *prevenção do risco*, que se articulam

¹²⁴ Entretanto, Loïc Wacquant (2001) tem mostrado que, no caso dos Estados Unidos, a taxa de encarceramento e o número de pessoas submetidas a medidas punitivas de não-confinamento têm um efeito percentual considerável sobre o desemprego. Com os recortes de raça e idade, o impacto mostra-se evidente. Nos Estados Unidos, o "complexo industrial penitenciário" (WACQUANT, 2001)¹²⁴ que complementa o "industrial militar", ambos diretamente relacionados à geração de empregos (carcereiros, faxineiros, pessoal administrativo etc.), ao mesmo tempo em que retira pessoas, a maioria desempregados e subempregados, do mercado de trabalho e cria postos de emprego para o funcionamento do sistema, a longo prazo, torna-as inempregáveis, pois o sistema se rege pelo objetivo de recapturá-las, estigmatizando-as e priorizando-as como alvos de novas detenções cada vez mais longas.

principalmente sob as formas de vigilância, segregação urbana e contenção carcerária. (DE GIORGI, 2006, p.28).

Analogamente, na hipótese da Economia Política do desaparecimento ou do extermínio, percebo a mesma limitação ao estudar os dados sobre homicídios/desaparecimentos e desemprego no México atual. O número de assassinatos e desaparecidos não influencia as taxas de desemprego de forma direta, ou seja, não possuem relevância do ponto de vista estatístico, como claramente possui, em comparação, o fenômeno massivo e histórico da migração em direção, sobretudo, aos Estados Unidos. Não obstante, o fenômeno da violência possui claramente um efeito moral multiplicador, sobretudo, ao afetar mais fortemente alguns grupos sociais que outros. Conhecer pessoas que foram desaparecidas, assassinadas, presas, ameaçadas e extorquidas têm um efeito difícil de dimensionar sobre a subjetividade social, causando medo e desconfiança, o que repercute na intensidade do engajamento de movimentos sociais, sindicatos e outras organizações da classe trabalhadora. Evidentemente, em um Estado com o histórico de lutas sociais como o de Guerrero este efeito de controle social pode transbordar e desencadear processos inesperados e incontroláveis, tal como os movimentos que se sucederam ao Caso Ayotzinapa em 2014.

Assim como o número de encarcerados não reduz significativamente a porcentagem de desempregados na maioria dos países, o número de homicídios e desaparecimentos não altera as linhas gerais do mercado de trabalho mexicano. Supondo que todas as vítimas de homicídio fossem trabalhadores desempregados, o que não é factível, o acréscimo de cerca de 3 mil pessoas na População Economicamente Ativa (PEA) em Guerrero não ocasionaria um aumento maior que 0,1%. Segundo os informes da atual administração citados nos primeiros parágrafos deste trabalho, desde 2006 houve em média 5 mil casos de desaparecimento no país a cada ano, número que não impacta de forma expressiva as dimensões da PEA nacional. Mas o impacto pode se multiplicar quando se realiza um recorte social das vítimas, como homens entre 15 e 29 anos em regiões que concentram um maior número de casos, como já foi comentado anteriormente.

Em vista de todos esses processos complexos, alguns mais contemporâneos e outros de longa duração, entendo que no neoliberalismo periférico, os índices de desemprego são uma chave de compreensão cada vez mais limitada para analisar um mercado laboral fragmentado e heterogêneo e a dominação violenta que submete as classes trabalhadoras, tanto em termos carcerário, quanto no que se refere aos desaparecimentos e homicídios. Portanto, torna-se necessário a mobilização de mais ferramentas teóricas e de medição empírica.

5 CAPÍTULO 4: FORMAÇÃO SOCIAL, DOMINAÇÃO E GUERRA

5.1 Formação social e racismo estrutural

O objeto de trabalho da presente pesquisa possui particularidades que se referem ao processo histórico dos países latino-americanos e à forma colonial e, posteriormente, periférica de inserção no mercado mundial, contexto que precisa estar no horizonte de investigação. Conforme o autor Fabio Luis Barbosa dos Santos (2018), entre os países da região:

A semelhança fundamental é dada pelo sentido geral do movimento, arrancado de um passado colonial comum, perpetuado na articulação entre dependência e desigualdade. No plano econômico, é possível sintetizá-lo na sequência de industrialização substitutiva de importações, internacionalização dos mercados internos, crise da dívida e inflação, até neoliberalismo, boom das commodities, recessão. (p.519)¹²⁵.

Segundo o teórico marxista Louis Althusser o termo “formação social”, cunhado por Karl Marx, trata-se de um conceito que busca substituir a noção ideológica de “sociedade”, designando “o objeto da ciência da história enquanto totalidade de instâncias articuladas sobre a base de um modo de produção determinado”. (ALTHUSSER, L.; BALIBAR, E.; ESTABELT, R., 1980, p.160).

Nos fragmentos contidos em Prefácio para a *Crítica da Economia Política* e no Prefácio à primeira edição do *O Capital*, o conceito de formação econômico-social está relacionado a uma compreensão do desenvolvimento concreto das estruturas econômicas (ligadas às relações de produção como uma totalidade da vida material) e o seu movimento nas sociedades marcadas por um tipo determinado de produção social. Esse movimento das estruturas econômicas deve ser visto, conforme os apontamentos contidos em *Formações Pré-Capitalistas*, de uma maneira dinâmica, onde diversos elementos da vida material (entre eles, o que se vulgarmente entende por “superestrutura ideológica”) influenciam a trajetória histórica do processo de transformação da vida material das sociedades, cuja configuração se dá sob determinados modos de produção. (ARUTO, 2009, p.33-34).

Portanto, o conceito de formação social, tão fundamental na construção do presente capítulo, permite a mediação entre o elevado nível de abstração no qual se assenta a categoria “modo de produção” e a conjuntura, mais próxima à concretude.

O Estado mexicano, como outros tantos da região, deriva historicamente de uma inserção no mercado mundial subordinada e imposta à força (SALAMA; MATHIAS, 1983),

¹²⁵ A trajetória mexicana não se encaixa perfeitamente no roteiro esboçado por Fabio Luis Barbosa dos Santos (2018). O país não foi especialmente beneficiado pelo *boom* das *commodities* no início do século XXI e, ao contrário do Brasil, produtos industriais seguem encabeçando sua pauta de exportação. No entanto, não é mais hegemônica a indústria típica do período nacional-desenvolvimentista, majoritariamente voltada para o mercado interno, mas aquela associada às *maquiladoras* (Sotelo, 2004) – modelo reiterado pela vigência do Nafta a partir de 1994, como já explicitamos no segundo capítulo.

por meio da guerra e da violência contra os povos originários e contra aqueles que foram sequestrados para a escravização¹²⁶. A hipótese central dos autores Pierre Salama e Gilbert Mathias (1983) é a de que seria possível deduzir da economia mundial constituída e do imperialismo a natureza de classe dos Estados da periferia. Pode-se dizer, seguindo a genealogia proposta por Salama e Mathias (1983), que, na América Latina, – assim como em outras regiões nas quais foi instaurado o sistema colonial – o Estado e o próprio capitalismo não resultaram de transformações engendradas por contradições orgânicas dessas sociedades. Processos também marcados pela violência, como o cercamento dos campos na Europa – descrito por Marx (2013) como exemplo de “acumulação primitiva” na transição do feudalismo para o capitalista – duraram séculos, enquanto, na América Latina, a espoliação ocorreu por meio do emprego concentrado da força. Em suma, esse processo ocorreu num espaço de tempo relativamente curto, diferentemente da transição orgânica do feudalismo para o capitalismo na Europa, pois não se realizou endogenamente resolvendo suas próprias contradições, mas foi motivado por um imperativo externo. O Estado periférico, neste sentido, foi o meio de difusão das relações mercantis. A intervenção do Estado na região constitui a ponte que possibilitou a inserção dessas economias no mercado mundial, ou seja, o contato entre os níveis atingidos pelas forças produtivas no centro e na periferia.

Retomada essa raiz violenta, em termos metodológicos, considero equivocada a difundida noção de que esse processo histórico é uma herança do passado ou de que significa simplesmente um resquício passível de superação por meio de mais uma aposta na modernização capitalista. Por exemplo, como explicar: “a persistência universal da desigualdade racial entre as pessoas trabalhadoras sob o capitalismo” (POST, 2021, n.p.), caso o racismo fosse mesmo um “órgão atrofiado pronto para ser extirpado”? No âmbito das formações sociais, foram constituídos novos modos de dominação que não são meras repetições do colonialismo, mas reatualizam e refuncionalizam suas formas de sujeição, o que inclui a construção de alteridades dissidentes¹²⁷ e até inimigos internos, como no caso da disseminação

¹²⁶ Esse processo mostrou-se fundamental para o empreendimento da transição capitalista, bem como para a garantia do acúmulo necessário à eclosão da Revolução Industrial, período de ampliação do assalariamento enquanto relação de trabalho hegemônica, no qual “[...] a escravidão disfarçada dos assalariados na Europa necessitava, como pedestal, da escravidão *sans phrase* do Novo Mundo.” (MARX, 2013, p.1009).

¹²⁷ No capítulo “Padrões de dominação externa na América Latina” da obra *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina* (1973), Florestan Fernandes descreve quatro tipos de padrão de dominação que se desenvolveram ao longo dos séculos nos “maiores” países da região. O autor identifica três consequências econômicas, culturais e sociais desses padrões: “Primeiro, a concentração de renda, do prestígio social e do poder nos estratos e nas unidades ecológicas ou sociais que possuem importância estratégica para o núcleo hegemônico de dominação externa. Segundo, a coexistência de estruturas econômicas, socioculturais, e políticas em diferentes ‘épocas históricas’, mas interdependentes e igualmente necessárias para a articulação e a expansão de toda a

da Doutrina de Segurança Nacional na segunda metade do século XX. Um elemento central é a inferiorização dos povos racializados¹²⁸, não por coincidência a parcela majoritária da classe trabalhadora¹²⁹, a classe despossuída e dominada cultural, econômica e politicamente. O processo de relativização da vida das populações indígenas e negras unifica as experiências pós-coloniais nas Américas, apesar das singularidades de cada formação social. Isso ocorre porque reatualizações e transformações conjunturais permitem a reprodução da divisão racial do trabalho não como uma repetição do colonialismo, mas como um elemento estrutural do capitalismo periférico¹³⁰ que possibilita inclusive o rebaixamento do valor da força de trabalho, visto que a inferiorização do negro e do indígena edifica a naturalização de sua submissão a remunerações que não permitem a plena reprodução de sua força laboral. Desse modo, a cestasalário de um trabalhador racializado, a maioria em Guerrero, tende a ser apenas uma parcela daquela designada a outros grupos. Ou seja, na sociedade da troca de “equivalentes”¹³¹, há determinações que fazem com que essas vidas valham menos, isso repercute até mesmo no julgamento sobre quais sujeitos são passíveis de luto ou não, como articula a autora Marina Gouvêa (GOUVÊA; MANOEL, 2020).

economia [...]. Terceiro, a exclusão de uma ampla parcela da população nacional da ordem econômica, social e política existente, como um requisito estrutural e dinâmico da estabilidade e do crescimento de todo o sistema” (p.20). O texto clássico de Florestan Fernandes pode instigar os pesquisadores a desenvolverem reflexões sobre o padrão de dominação que conjuga os fatores internos e externos. Assim, como Jaime Osorio (2014) desenvolveu o conceito de *padrão de reprodução do capital* – que se encontraria em um nível de abstração diferente do “modo de produção capitalista” e da “formação social” – pode ser desenvolvida a noção de *padrão de dominação* capaz de descrever a dimensão política do momento histórico: “La noción patrón de reproducción del capital nos remite a las formas y tendencias que presenta la reproducción del capital en situaciones de mayor concreción que las contempladas por Marx en *El Capital*, y las que derivan de los análisis del sistema mundial capitalista y sus expresiones en economías centrales o imperialistas y economías periféricas o dependientes” (OSORIO, 2014, p.21).

¹²⁸ O que não corresponde à realidade, pois brancos também têm raça e identidade, sendo sua posição enquanto suposto sujeito neutro-universal uma construção colonialista e profundamente identitária. “A raça, é claro, não tem existência biológica, apenas uma realidade social e histórica. O racismo naturaliza [e essencializa] diferenças em aparências físicas, religião, linguagem e semelhantes. Dessa forma, a ideologia racista providencia um mapa mental poderoso para a experiência vivida contraditória da acumulação e da concorrência capitalistas” (Post, 2021, n.p.).

¹²⁹ Trata-se de uma distorção de caráter eurocêntrico pensar na classe trabalhadora como uma abstração na América Latina. Como defende Jaime Osorio (2019): a classe social não define tudo, mas estrutura o todo.

¹³⁰ No entanto, o racismo é estruturante no capitalismo de modo geral. Países de origem colonial, mas não dependentes, como EUA e Canadá, compartilham a mesma continuidade que marca as economias dependentes em termos de relações raciais hierarquizadas e quase a totalidade de suas implicações: “Em modos de produção baseados na servidão, escravidão e outras formas de coerção legal, era presumido que a desigualdade fosse a condição natural da humanidade. Apenas com o capitalismo nós vemos o nascimento da igualdade jurídico-legal no mercado de trabalho; e a desigualdade substantiva de capital e trabalho na produção capitalista requer a invenção da raça” (Post, 2021, n.p.).

¹³¹ “De um lado, o capitalismo é a primeira forma de trabalho social na história humana onde a exploração acontece através do que *aparece* como a *troca de equivalentes* no mercado de trabalho”. (Post, 2021, n.p.)

No modo de produção capitalista:

[...] pela primeira vez, a liberdade e a igualdade perante a lei (formais) pareciam ser a condição “natural” dos seres humanos — exigindo uma noção de diferença intrínseca e permanente para explicar por que os africanos¹³² [ou povos indígenas] permaneceram não-livres. (POST, 2021, documento eletrônico não paginado)

Ao pressupor que a generalização da lei do valor homogeneiza as relações de trabalho até que estas se tornem genéricas e equivalentes, possibilitando o trabalho abstrato e a subsunção real do trabalho, grande parte dos marxistas não considera que o racismo seja imprescindível para o modo de produção capitalista:

Embora esta concepção da teoria do valor, da acumulação e da competição de Marx seja bastante difundida, ela não reflete nem a teoria madura de Marx nem a história real do capitalismo. (A reprodução do capitalismo não produz *homogeneidade*, mas *heterogeneidade* entre capitalistas e trabalhadores, dentro da classe e entre as classes. [...] As noções de que a acumulação e a concorrência deveriam homogeneizar as condições de produção, os processos de trabalho, as taxas de salário e semelhantes são, em última análise, derivadas da visão idealizada de concorrência da teoria econômica neoclássica — a “concorrência perfeita”. A concorrência capitalista real, ao longo da história deste modo de produção, nunca correspondeu ao mundo dos sonhos da “concorrência perfeita”. (POST, 2021, documento eletrônico não paginado)

Essa coexistência necessária e cooperativa entre o capitalismo realmente existente e o racismo faz com que a superpopulação relativa, consequência da *Lei Geral de Acumulação de Capital* (MARX, 2013), possua concretamente traços demográficos predominantes, como pertencimento a grupos étnicos. Sendo assim, a superpopulação real possui raça, gênero, religião, rosto, subjetividade etc., ou seja, uma existência concreta. Nos países de origem colonial, como o México, existe um importante fundamento racial para a constituição dessa massa de trabalhadores. Trabalhadores e trabalhadoras racializados compõe de forma desproporcional o Exército Industrial de Reserva, demonstrando substancialmente que, de modo contraditório, o capitalismo subordina as relações sociais e, de algum modo, enseja somente a padronização, mas produz e reforça desigualdades e heterogeneidades, reproduzindo diferenças e hierarquias, baseadas em sistemas como o patriarcado e o racismo:

Enquanto as indústrias cada vez mais intensivas-em-capital desfrutam de maiores lucros e da possibilidade de maiores salários, a constante reposição do exército de reserva permite a constante reprodução das indústrias intensivas-em-trabalho com menores lucros e menores salários. Simplificando, o “trabalho suado” (menos mecanizado) sob o capitalismo não

¹³² E os indígenas, que também foram escravizadas ou submetidos a relações de servidão durante todo o período colonial, com reprodução de relações de trabalho análogas a essas até os dias atuais.

é nenhum tipo de resquício atávico [*atavistic hangover*] de formas anteriores de produção, mas a consequência necessária da contínua, e necessariamente desigual e combinada, mecanização da produção. A constante geração do exército de reserva, com trabalhadores experimentando diferentes níveis de precariedade e desespero, produz trabalhadores que têm poucas outras opções que não seja aceitar os piores trabalhos — Setores intensivos-em-trabalho e de baixos salários podem evitar o aumento dos salários se alimentando desses estoques de trabalhadores desesperados. [...] *Ao invés de criar empresas idênticas, a concorrência, portanto, cria uma contínua re-diferenciação das condições de produção.* De maneira simples, tanto a acumulação quanto a concorrência produzem e reproduzem diferenciação entre os trabalhadores — a matriz social para a produção e reprodução da raça e do racismo. A raça é a *consequência necessária e não-intencional* da concorrência e acumulação capitalistas: raça e classe são *co-constituídas* sob o capitalismo. (POST, 2021, n.p.)

A estrutura do mercado de trabalho capitalista, com sua diferenciação entre os exércitos de trabalho ativo e de reserva [*active and reserve armies of labor*] e entre os ramos de produção relativamente de baixos salários/intensivos-em-trabalho e de altos salários/intensivos-em-capital, tanto compele quanto possibilita capitalistas e trabalhadores a estruturarem racialmente a distribuição da força de trabalho pela economia. Em outras palavras, os seres humanos produzem e reproduzem a diferenciação racial, mas não sob as condições de sua própria escolha [...] O capital é confrontado com uma massa de trabalhadores, quase todos eles capazes de executar qualquer tarefa exigida, dado o rebaixamento dos níveis médios de habilidade e treinamento necessários para a maioria dos empregos. Os empregadores usam “características” raciais fictícias para determinar quais são os trabalhadores mais “confiáveis” e “eficientes” para diferentes tarefas. (POST, 2021, n.p.)

Deste modo, as mais variadas diferenças no seio da classe trabalhadora são instrumentalizadas pela dominação que se apropria dessas criando oportunidades para colocar os grupos e indivíduos em competição, tirando desse confronto condições mais vantajosas para extração de mais-valia e espoliação, como explica o filósofo do direito Alysson Mascaro:

As relações de gênero são estruturadas pela dinâmica das classes e do capital. A homofobia é uma técnica de contenção, controle e direcionamento dos prazeres e do apoderamento relativo de grupos, alimentando ainda o patriarcado. A noção de raça superior está em conexão direta com a posse do capital ou com a depreciação do concorrente. A deficiência é considerada disfuncional e a feiura é indesejada no mercado que permeia os corpos. (MASCARO, 2013, p. 67)

O autor marxista Charlie Post (2021) entende que assim como a concorrência produz desigualdades e heterogeneidades entre os capitais – com diferentes capacidades de acumulação e níveis de composição orgânica – a concorrência entre os trabalhadores, acirrada nos períodos de crise, produz um arranjo desigual na distribuição dos trabalhadores nas diferentes camadas da superpopulação relativa, o que resulta na sobrerrepresentação de trabalhadores não brancos nesta população, enquanto desempregados, subempregados e pauperizados.

Não por acaso, os indígenas e, particularmente, as mulheres indígenas estão sobrerrepresentadas na superpopulação relativa mexicano e guerrerense:

La tasa de participación económica (PEA) de la población indígena se estima en un 43.9% para la población de 12 años y más. Este valor es casi 6.4 puntos menor que el indicador nacional ubicado en 50.3%. En el grupo de los hombres la participación de la población indígena en las actividades económicas es similar al dato nacional, 65.7% vs 68.5%, en contraste, en las mujeres indígenas se presenta una menor participación en las actividades económicas con respecto al total de mujeres a nivel nacional (23.5% y 33.5%). (INSTITUTO NACIONAL DE LOS PUEBLOS INDÍGENAS, 2018, documento eletrônico não paginado).

Como vimos anteriormente, o capitalismo é o primeiro modo de produção a separar o governo político da propriedade econômica e admitir a igualdade formal. A impossibilidade de uma explicação naturalista para a desigualdade demanda uma nova forma de legitimar as injustiças sociais. A concepção de raça e o racismo passam a suprir esta necessidade explicativa ao renaturalizar e cristalizar, em certa medida, a diferença e as hierarquias sob a roupagem de um discurso supostamente científico e racional:

A única forma de dar sentido e coerência, para trabalhadores e capitalistas, a uma sociedade onde tudo aparenta ser igual — mas existe desigualdade real e concreta — é retirando de algumas pessoas a condição de ‘plenamente humanas’ (POST, 2021, n.p).

Essa operação contribui na naturalização tanto de piores condições laborais e de vida, quanto das violências de Estado contra essas populações, majoritárias em regiões periféricas, como Guerrero.

5.2 Crise e guerra

A contra-insurgência no século XX, seja comandada por regimes abertamente ditatoriais ou democracias restringidas, como a mexicana, preparou o terreno para o neoliberalismo, reprimindo, desmobilizando e desmantelando o acúmulo construído pelos movimentos da classe trabalhadora na América Latina. Nos países nos quais houve uma transição, a redemocratização contida e o neoliberalismo funcionaram como uma represa às demandas emergentes. Em outros, como no México, o neoliberalismo se valeu do choque, promovendo reformas estruturais mais radicais após a traumática crise da dívida. Se o Chile foi um laboratório do choque neoliberal (KLEIN, 2008), o México foi o laboratório da imposição da austeridade mediante empréstimos do FMI (HARVEY, 2005).

A partir dos anos 1980, as crises financeiras se tornariam cada vez mais frequentes, impondo sucessivas apostas na aplicação de doses mais altas do mesmo remédio. Deste modo,

a crise não se converte em uma fissura que provoca a limitação do neoliberalismo ou seu colapso, mas o contrário:

o neoliberalismo não se impõe e se perpetua apesar das crises que enfrenta, mas, em certo aspecto, precisamente por meio de crises que produz e/ou das quais se aproveita [...] O ‘estado de crise permanente’ é, então, o ar de onde o neoliberalismo ‘realmente existente’ retira o seu oxigênio. (PARANÁ, 2020, p.1).

Como já foi explorado no âmbito deste trabalho, a insistência em seus postulados não significa que o receituário neoliberal seja irracional: a recessão agravada pela austeridade propicia um processo de destruição criativa, no qual a crise torna-se uma oportunidade para a absorção dos “peixes” pequenos pelos grandes. A crise também muda a correlação de forças em favor do capital, impondo aos trabalhadores a absorção de todos os choques (MILIOS; SOTIROPOULOS, 2009, p.8). Motor condutor da ordem neoliberal, os mercados financeiros disciplinam e supervisionam a competência dos capitais individuais, pressionando por uma maior exploração. (MILIOS, 2015).

Diferentemente da noção de que o poder que caracteriza e perpetua o neoliberalismo é aquele que “age sobre a virtualidade dos comportamentos”, Maurizio Lazzarato (2019, p.75) argumenta que a internalização de dispositivos de autocontrole, incitamentos e outras forças positivas e produtivas não abarcam toda a realidade: “[...] a lógica da guerra civil no fundamento do neoliberalismo não foi reabsorvida, apagada, substituída pelo funcionamento da economia, do direito, da democracia”. (LAZZARATO, 2019, p.10). As atuais relações estabelecidas entre governantes e governados que teriam deslocado a guerra civil, na verdade, expressam a guerra por outros meios. O governado precisa antes se resignar ou ser derrotado, passando de mantenedor de um projeto antagônico a mero opositor¹³³ (LAZZARATO, 2019), para que a subjetividade neoliberal lhe seja imposta como componente da governamentalidade.

O processo histórico concreto mostra que o delicado consenso neoliberal foi construído via coerção. Primeiro conquistou-se a “‘tábula rasa’ subjetiva erguida sobre milhares de mortos”, sobretudo na América Latina, para assim tornar possível os experimentos neoliberais e a autoconstrução de sujeitos que se comportam em conformidade com o papel de capital variável para além do processo produtivo: “teria sido impossível impor ou mesmo sequer propor que se concebesssem como “capital humano”, que se implicassem na competição de todos contra

¹³³ Esse nexos entre renúncia e contrarrevolução esteve no fundamento da ascensão do fascismo histórico, que só foi possível a partir do esfacelamento da solidariedade de classe e da incapacitação e hesitação do proletariado e de suas direções em buscar tomar o poder (BERNARDO, 2018).

todos, cobiçassem o "êxito" e o "sucesso" individuais e cuidassem exclusivamente de seu próprio umbigo” (LAZZARATO, 2019 p.22).

Evidentemente, o método cunhado pela violenta conjunção Pinochetista-*Chicago-boys* não foi replicado como uma fórmula: “Os métodos não são [sempre] os mesmos utilizados no Chile de Pinochet, [...] mas um apanhado constituído com base na experiência de gestão dos poderes exercidos a partir de vitórias obtidas de diferentes maneiras sobre "vencidos" derrotados de diferentes maneiras”. (*Ibidem*, p.24).

Destacadas em tópicos anteriores algumas das características estruturais da formação social em questão, seria apropriado tentar entender — mesmo que de forma preliminar — a relação entre o neoliberalismo de crise e o incremento da violência, cujo desaparecimento é uma de suas manifestações. Apesar de o neoliberalismo já ter enfrentado outras crises ao longo de suas décadas de domínio, alguns autores têm identificado que este entra em uma nova etapa a partir de 2008, o que explicaria a profusão de governos autoritários. Há variados termos que estão sendo mobilizados para tentar dar conta do acoplamento entre neoliberalismo e autoritarismo. Mobilizo aqui a ideia de “neoliberalismo de crise”, resumida da seguinte forma:

[...] ao mesmo tempo em que a “racionalidade neoliberal” nunca foi tão dominante, esta enfrenta, seja nos países capitalistas centrais seja nos países periféricos, barreiras materiais cada vez mais expressivas para se afirmar de modo continuado como um “regime de verdade”, “evidência” incontestável ou alternativa única. [...] Automação avançada e reconfiguração estrutural do trabalho, aumento exponencial do desemprego e das desigualdades sociais, políticas e econômicas, crise ambiental, retorno da contestação social, entre tantos outros limites, põem em questão as promessas neoliberais de realização pessoal-individual por meio do circuito trabalho-consumo, mesmo para algumas dentre aquelas parcelas sociais desde sempre restritas (PARANÁ, 2020a, p.10-11)

Para além da disjuntiva “entre a afirmação ideológica do neoliberalismo e as condições materiais para sua reprodução continuada, no quadro de crise do regime de acumulação pós-2008” (PARANÁ, 2020a, p.10), no âmbito da subjetividade, a contração dos direitos comandada pelo Estado instaura a competição generalizada de todos contra todos (DARDOT; LAVAL, 2016), propagando um tecido social desintegrado e propício a representações do “Outro” como ameaça. Ao longo das últimas quatro décadas, o Estado dependente e neoliberal mexicano forjou um arranjo entre práticas coercitivas, que remetem à estratégia de contra-insurgência, e a promoção de uma subjetividade compatível com uma sociedade marcada pela violência e pela precariedade laboral, ou seja, pelo risco (DARDOT; LAVAL, 2016). Entre os riscos impostos aos trabalhadores atomizados, estão os causados pelas flutuações de mercado, cuja bolsa de valores é a melhor representação, e os associados às redes público-privadas envolvidas na economia ilegal (tráfico de armas, drogas e pessoas) e à prática de violações de

direito. Neste cenário, a figura do “patrão” está tão difusa e distante da vida cotidiana que os ressentimentos e ódios são facilmente canalizados contra “culpados por presunção”, como imigrantes, “narcotraficantes” e militantes.

Em 2006, Felipe Calderón foi eleito sob suspeita de fraude eleitoral. Nesta seara da pequena política, buscando reverter o *déficit* de legitimidade, Calderón anuncia a guerra às drogas nos primeiros meses de mandato. A declaração de guerra e a militarização do país mostraram seus efeitos rapidamente. Suas primeiras consequências coincidem com a crise de 2008. Repetindo 1929, o México é um dos países que mais sofre com a crise irradiada desde os Estados Unidos. O efeito é quase imediato; sua dependência e atrelamento econômico em relação aos Estados Unidos fazem com que não haja possibilidade de proteção. Evidentemente, as crises do capitalismo possuem traços particulares na periferia. A crise financeira cobrou uma maior aposta na conjunção espoliação-exploração, o que exigiu maiores doses de violência para recomposição do sistema, pois a produção de consenso é prejudicada pela generalização do impedimento à plena reprodução da força de trabalho.

Entre a eleição de Calderón e 2009, segundo pesquisas de opinião realizadas, a população apresentou grande propensão a apoiar e justificar golpes militares, seja quando “há muita corrupção”, seja quando “há muita violência” (ROMERO; PARÁS, 2020, p.11). Calderón buscou transferir o prestígio dos militares para si, pois os sucessivos governos tecnocráticos, tradição da qual ele fazia parte, haviam produzido um evidente desinvestimento e mal-estar popular em relação ao governo.

Os militares passaram, então, a atuar no combate ao inimigo interno, como no período da contra-insurgência. Entretanto, o narcotraficante, assim como o guerrilheiro e o terrorista, pode estar em quase qualquer lugar, tornando necessário a realização de um cálculo sobre quem pode vestir esta carapuça, pois esta fantasmagoria pode tomar o corpo de qualquer jovem, periférico e precarizado, todos potencialmente soldados ou exército industrial de reserva para os carteis. As técnicas de deslegitimação da humanidade do oponente se mostram mais eficientes quando as mobilizações deixam de ocorrer pelo medo de que os movimentos e as organizações sejam tratados como crime organizado ou de que ocorra alguma “confusão” ou “bala perdida”:

Essa guerra não tem começo nem fim, já que coincide com o controle da população. Do mesmo modo não prevê vitória nem derrota, já que as relações de força são assimetricamente estabelecidas e estabilizadas a favor do capital. [...] O vencido pode a qualquer momento se tornar inimigo político se transformar a subordinação à biopolítica e à governamentalidade em confronto estratégico. Nessa instabilidade intervém as "técnicas de segurança" que almejavam antecipar

o que não pode ser antecipado (o acontecimento da ruptura), de modo que, justo por essa impossibilidade, multiplicam-se suas intervenções. (LAZZARATO, 2019, p.70)

A suspensão do direito e a normalidade jurídica não são momentos distintos que se sucedem de forma linear. Sobrevém mais uma imbricação entre Estado de direito e Exceção do que uma oposição estanque. Rejeitando dualismo, Lazzarato elege compreender a repressão por meio da ideia de “guerra contra as populações”: “A necropolítica engloba a ideia de uma potência unilateral, de um poder irrestrito do capital, enquanto o conceito de guerra traz consigo a relação entre inimigos [...]”. (*Ibidem*, p.85-86). Para o autor, o poder soberano e a biopolítica, identificados por Michel Foucault, coexistem, assim como as técnicas de guerra e de governamentalidade. Nesse quadro, o extermínio, a construção de subjetividades compatíveis com a dominação e as novas modalidades de exploração não se repelem.

Alguns autores trabalham com a hipótese de que o neoliberalismo pode se acoplar a políticas neofascistas, como o próprio Mauricio Lazzarato (2019), na obra *Fascismo ou revolução?: O neoliberalismo em chave estratégica*, e Gregoire Chamayou (2019), em *A sociedade ingovernável: Uma genealogia do liberalismo autoritário*.

No prefácio à edição brasileira de *A sociedade ingovernável*, de Chamayou, Yasmin Afshar destaca: “Nesse sentido, *crise* é o momento em que a energia latente dessa luta de vida e morte rompe a superfície pacificada da sociedade” (AFSHAR, 2019, p. 16). Em referência à crise de 2008, Lazzarato vincula crise e propensão ao autoritarismo: “[...] a financeirização, que é a introdução do ‘sem limite’ (do infinito) na produção, só pode descambar numa crise ao mesmo tempo econômica e política. E [...] as crises financeiras dão ensejo a uma fase política marcada pela lógica da guerra ou, mais precisamente, pela reintensificação da guerra de classe, de raça e de sexo que é [...] o fundamento do capitalismo” (LAZZARATO, 2020, p.37).

Do ponto de vista dos monopólios empresariais, a sociedade estava ingovernável no final dos anos 1970, exatamente às portas do neoliberalismo. Esta é a tese de Gregoire Chamayou (2019). Em seu livro, o autor analisa as dinâmicas da luta de classes na Europa e nos Estados Unidos, incluindo greves, boicotes, sabotagens e todo tipo de resistência, mesmo as mais singelas. No entanto, como já destaquei a partir de Lazzarato (2019), as sociedades do capitalismo periférico também pegavam fogo. Em África e Ásia explodiam lutas e revoluções anti-coloniais, na América Latina, movimentos contestavam ditaduras militares e propunham projetos contra-hegemônicos de sociedade. Para entender o neoliberalismo como uma reação a essa ingovernabilidade, Chamayou resgata a inspiração *schmittiana* no programa político de um dos principais expoentes do neoliberalismo, Friedrich Hayek (1899-1992). Para ambos, Carl

Schmitt (1888-1985) e Hayek, era necessário despolitizar a sociedade e, assim, limitar a democracia, as demandas e os conflitos, sobretudo de classe:

Enquanto a política democrática confunde Estado e sociedade, a política “autoritária total” os distinguirá cuidadosamente; enquanto a primeira politiza a sociedade e “societaliza” o Estado, a segunda despolitiza a sociedade e reforça o Estado, mas nos limites estritos de uma distinção bem clara entre Estado e economia. Com a luta de classes assim alocada sob o calcanhar de ferro do Estado, “a economia” poderá reflorescer. Estado forte, economia saudável (CHAMAYOU, 2019, p.321).

O jurista associado ao Partido Nazista alemão Carl Schmitt entendia que as disputas no seio da sociedade, durante a República de Weimer (1919-1933), obrigavam o Estado a mediar tantos conflitos que este tornava-se “total”. Era necessário despolitizar a sociedade por meio de um Estado também “total”, mas que deixaria o caminho aberto para os empreendimentos individuais.

É preciso ter em mente que o Estado de bem-estar social europeu foi implementado para garantir a adesão da classe trabalhadora à nova ordem em um mundo bipolar, e só pôde durar enquanto foi capaz de sustentar a expansão capitalista e pacificar os conflitos sociais internos – já que as tensões e os conflitos externos eram permanentes. [...] As classes dominantes passaram, então, à via schmittiana: definir o inimigo interno (aquele que põe em risco os negócios) e combatê-lo mediante uma estratégia de divisão, neutralização e supressão, para enfim reestabelecer o monopólio do poder. É nesse terceiro movimento que se constitui o liberalismo autoritário, no qual permanecemos enredados até os dias atuais. (AFSHAR, 2020, p.12-13).

O choque de Pinochet no Chile é talvez o exemplo mais paradigmático da via *schmittiana*, não por acaso foi assessorado e apoiado por proeminentes nomes da Escola Austríaca. A aproximação não é tão disparatada quando resgatamos o amplo processo de privatizações ocorrido na Alemanha nazista (BEL, 2009). A propriedade privada – dos que não pertenciam a grupos minoritários e dissidentes – ficou preservada.

Durante sua segunda visita, em abril de 1981, Hayek concede uma longa entrevista ao jornal *El Mercurio*. “O que o senhor acha das ditaduras?”, pergunta-lhe a jornalista pró-Pinochet. [...] HAYEK: Bem, eu diria que, como instituição de longo prazo, sou totalmente contra as ditaduras. Mas uma ditadura pode ser um sistema necessário durante um período de transição. Às vezes é necessário para um país ter, durante certo tempo, uma forma de poder ditatorial. Como a senhora deve compreender, é possível para um ditador governar de maneira liberal. E é igualmente possível que uma democracia governe com total falta de liberalismo. Pessoalmente, eu prefiro um ditador liberal a um governo democrático sem liberalismo. [...] SALLAS: Isso significa que durante os períodos de transição o senhor proporia governos mais fortes e ditatoriais... HAYEK: [...] Em tais circunstâncias, é praticamente inevitável que alguém tenha poderes quase absolutos. Poderes absolutos que ele deveria utilizar precisamente para evitar e limitar todo poder absoluto no futuro. (CHAMAYOU, 2019, p.307)

Tudo que se interpõe no caminho deveria ser afastado como uma ameaça de guerra. Tal lógica bélica é um ponto de contato importante entre fascismo e neoliberalismo. Para Chamayou, as táticas da guerra contrarrevolucionária foram talhadas dentro dos “campos de batalha”. Enquanto as classes hegemônicas lutavam a luta de classes, puderam experimentar consciente ou inconscientemente formas de deter e fragilizar o inimigo. Por tanto, não se trata de uma conspiração pré-concebida.

Tal guerra que segue persistente foi admitida por representantes da própria burguesia, Em entrevista à *CNN* realizada no ano de 2011, um dos maiores investidores do mundo Warren Buffett declarou: “Actually, there’s been class warfare going on for the last 20 years, and my class has won” (SARGENT, 2011). Este é o resultado da reação neoliberal global: a luta de classes não acabou, mas, de modo geral, apenas uma classe tem consciência de que a está lutando. E esta é a classe que está vencendo¹³⁴.

A alternância “democrática” entre PRI e PAN produziu uma grave descrença política no povo mexicano. Nesse vai e vem, o neoliberalismo se manteve resiliente e as reformas neoliberais se sucederam em continuidade entre os governos Calderón e Peña Nieto, mesmo com a polarização bipartidária no século XX. Além da política econômica continuísta, outra aposta os aproximou: a estratégia de dominação e controle via guerra às drogas. O efeito social e psíquico (melancolização do poder em termos psicanalíticos) é semelhante ao que se refere Chamayou quando trata da desilusão causada pela repetição do “mais do mesmo” e do total constrangimento contra qualquer transformação:

Em consequência disso, “o sistema em seu conjunto simplesmente oscilará de um governo impopular a outro”. Era essa a teoria da alternância política: ida e volta pendular entre dois grandes partidos gêmeos. É possível, conjecturava Rose, que a salvação venha precisamente dessas desilusões em série: “O malogro sucessivo dos diferentes partidos em satisfazer os eleitores pode ter um efeito educativo que os leva a esperar menos coisas de governos que com frequência eles viram fracassar”. A alternância, experiência repetida da frustração, converteria o eleitorado desencantado a um saudável realismo político. (CHAMAYOU, 2019, p.291)

Apesar dos pontos em comum, como o marco teórico que conjuga Foucault e Marx, Chamayou não destaca tanto quanto Lazzarato o uso da força como estratégia de “despolitização”, mas técnicas mais sutis de governo que promovem o esvaziamento da democracia, como a ideologia tecnocrática, por exemplo.

¹³⁴ No caso particular deste trabalho, temos como um dos atores centrais os normalistas de Ayotzinapa, organizados pela Federação dos Estudantes Campesinos Socialistas do México. Eles, certamente, estão conscientes da guerra de classes.

5.3 Contra-insurgência no México e em Guerrero

O desaparecimento forçado passou a ser utilizado como ferramenta nas chamadas guerras irregulares¹³⁵, uma tendência contemporânea assumida pelas guerras em todo o mundo, na qual o Estado deixa completamente de resguardar a população civil ao transformá-la em alvo no combate a agrupamentos não-estatais. Essa modificação na forma predominante da guerra, que repercute na tática e na estratégia mobilizadas, demonstra uma crise nos ideais modernos e liberais do Estado, como o monopólio “legítimo” do uso da força, a distinção entre legal e ilegal, o Estado de direito e a convicção de que a generalização e intensificação das trocas comerciais (fortalecimento do capitalismo) levariam a humanidade a viver sob o manto da paz e da democracia (BONAVENA; NIEVAS, 2014).

É na segunda metade do século XX que o desaparecimento forçado, enquanto ferramenta de contra-insurgência, é aprimorado. Segundo Gatti (2017), a última Ditadura Civil-militar argentina¹³⁶ foi responsável pelo uso mais arquetípico dessa ferramenta de terrorismo de Estado¹³⁷ e a resistência à ditadura, por sua vez, foi responsável pela invenção de um modelo bem-sucedido de reivindicação e comoção social¹³⁸:

No se puede afirmar sin entrar en largas discusiones que la táctica de exterminio que ahora conocemos como desaparición forzada no haya encontrado en Argentina durante la guerra sucia (1976-1983) el único ni el más devastador lugar de aplicación. Ciertamente, muchos otros lugares padecieron formas similares de represión, algunos en la misma época (Chile, Brasil, Uruguay, Paraguay), otros posteriormente (Pakistán, Guatemala, Bosnia); en otros casos, hechos pasados adoptan para sí lo que solo mucho después de esos hechos el derecho internacional calificaría como desaparición

¹³⁵ Os referenciais da guerra irregular divergem de tal modo das guerras tradicionais que transformam a percepção de tempo e de espaço no conflito: não há campo de batalha, não há combatentes inimigos uniformizados, não há retaguarda. A guerra se desenrola por todos os lados, inclusive no meio urbano (BONAVENA; NIEVAS, 2014). Como o inimigo é potencialmente a população, a informação torna-se a *commodity* mais valorizada no conflito. Para obter informações, o Estado passa a permitir a tortura indiscriminada, porém, ao violar os direitos mais básicos, o Estado acaba por minar sua própria legitimidade, por isso decide por agir na clandestinidade, como os focos de insurgência que combate. A contra-insurgência, de modo geral, borra os limites entre legalidade e ilegalidade.

¹³⁶ Ainda que o regime precursor do desaparecimento forçado como instrumento sistemático de repressão no contexto latino-americano tenha sido o de Peralta Azurdia (1963-66) na Guatemala (VÉLEZ SALAS, 2016).

¹³⁷ Ao travarem lutas contra os movimentos de libertação nacional, os Estados coloniais e imperialistas perceberam a importância do apoio popular no desempenho da insurgência. O terrorismo foi escolhido como uma tática capaz de paralisar e desmotivar a população, quando a via do consenso se encontrava bloqueada. Entretanto, para evitar a revolta, o Estado buscou atuar na clandestinidade, ocultando o máximo possível as ações terroristas, como os sequestros, torturas e ataques à população civil (BONAVENA; NIEVAS, 2014, p.229). Na América Latina, essa tática gerou a disseminação da figura do detido-desaparecido. Apesar de os objetivos do Estado serem a captura de combatentes inimigos, causar incertezas, amedrontar e paralisar a população, o próprio Estado, ao desrespeitar o estatuto do Estado de direito, passa a minar a sua legitimidade (BONAVENA; NIEVAS, 2014, p.197).

¹³⁸ O maior símbolo organizativo dessa reivindicação é a *Asociación Madres de la Plaza de Mayo*.

forzada (así España o Vietnam). Pero lo cierto es que no son pocos los argumentos a los que agarrarse para sostener la singularidad del caso argentino: aquel famoso enunciado de Jorge Rafael Videla en 1979 (“Ni muerto ni vivo, está desaparecido”) [...] y quizás más que todo eso el plan de desaparición sistemática y selectiva de parte significativa de la propia ciudadanía practicado por el Estado [...] produjo algo nuevo y que le es ciertamente propio al caso argentino: la invención social de la categoría de detenido-desaparecido y la construcción de un campo social alrededor de ella socialmente denso e institucionalmente muy robusto. Y duradero (GATTI, 2008, p. 16-17).

Após a explosão da figura do detido-desaparecido na Argentina e da criação de tipologias jurídicas internacionais, casos semelhantes foram revelados no resto da região, sobretudo no Cone Sul. Entretanto, no século XXI, ocorre a transnacionalização da categoria:

Al tiempo que en Argentina y en la región se consolida, se va internacionalizando en un proceso con innumerables jalones: la constitución en 1981 de la Federación Latinoamericana de Asociaciones de Familiares de Detenidos-Desaparecidos (Fedefam), la convocatoria del primer Día Internacional del Desaparecido, en 1983, varias convenciones regionales o internacionales, entre las que se destaca el Estatuto de Roma de 1998, de la Corte Penal Internacional [...] finalmente, la Convención Internacional para la Protección de todas las Personas contra las Desapariciones Forzadas (adoptada en diciembre de 2006, ratificada en febrero de 2007), que culmina un largo trabajo de construcción jurídica de la categoría y que, aunque deslocaliza y universaliza los conceptos de desaparición forzada y de detenido-desaparecido, mantiene mucho del modelo originario argentino (Gatti, 2014). (GATTI, 2017, p. 19).

No México, o Estado de Guerrero foi um dos principais cenários da chamada guerra suja (1964-82), como ficou conhecida no país, que, como outros eventos de terrorismo de Estado na América Latina, deixou um rastro de centenas de desaparecimentos forçados e lastros de tortura nas comunidades, principalmente camponesas e indígenas. Dos casos registrados de desaparecimento forçado durante a guerra suja, 74% ocorreram em Guerrero (VÉLEZ SALAS, 2016).

O Estado de Exceção sem golpe no México entre 1964-82 (JASO GALVÁN, 2013) e, portanto, a guerra suja, conformaram a democracia limitada e constrangida associada ao neoliberalismo. O acionamento crescente das Forças Armadas nos operativos da chamada guerra às drogas (PALEY, 2018) produz evidências contemporâneas quanto a essa permanência. Em termos de brutalidade – apesar da dificuldade inerente a qualquer iniciativa de comparar objetivamente atos de violência – os métodos empregados no combate às organizações populares e guerrilheiras no México não foram menos criminosos que aqueles dos quais se valeu a Ditadura Civil-militar brasileira, por exemplo.

A jornalista mexicana Laura Castellanos publicou em 2007, após uma década de pesquisa, o mais completo trabalho sobre os movimentos armados no México entre 1943-1981. Há divergências quanto ao número de pessoas vitimadas pela guerra suja, entretanto, no trecho a seguir, utilizando-se de dois relatórios oficiais – um deles “vazado” contra a vontade do governo de Felipe Calderón (2006-2012) – Castellanos expõe alguns dados que dão indícios da dimensão tomada pela repressão estatal naquele período:

Unas semanas antes, en febrero de 2006, se filtró a la prensa un borrador de documento final de la fiscalía – "aún no enviado a la presidencia de la República". En éste, se relataban las prácticas represivas del gobierno federal en su lucha contra los guerrilleros urbanos y rurales de los años setenta, así como el tinglado que se armó en las matanzas de junio de 1971 y de octubre de 1968, constitutivas de delitos de Estado. De acuerdo con esta versión del informe, se concluía que en 433 de 801 casos denunciados de desapariciones forzadas había información suficiente para acreditar plenamente la detención de esas personas que fueron desaparecidas por agentes del Estado. Por su parte, en Guerrero, el mismo informe reconocía 551 denuncias de las cuales se podían acreditar plenamente 260 casos¹³⁹. Es decir, la fiscalía reconocía 693 casos, aunque las denuncias de desaparición forzada y asesinatos superan los mil en todo el país, según las organizaciones de familiares y defensoras de derechos humanos encargadas de dar seguimiento a dichos casos. [...] se dio a conocer de manera oficial el Informe histórico a la sociedad mexicana 2006¹⁴⁰, donde los números fueron mayores a los filtrados, pues éste concluyó que durante el periodo de la guerra sucia se registraron 1650 casos de gente que fue detenida y torturada en cárceles y campos de CONCENTRACIÓN, habiendo sido usado el ejército mexicano como "una estructura criminal" (CASTELLANOS, 2007 p.321-322)

Durante o período marcado pela Doutrina de Segurança Nacional¹⁴¹ (1964-82), a estratégia de contra-insurgência escolheu entre seus inimigos, além dos sindicalistas rurais e urbanos, os estudantes, decisão explicitada no *Masacre de la Plaza Tlatelolco*¹⁴² (1968) e no

¹³⁹ “*La masacre desconocida en Guerrero. El informe oficial no censurado sobre la guerra sucia de Luis Echeverría*, Kmeetfuis, n. 004, 27 de fevereiro de 2006; e “Informe sobre guerra sucia circula en internet”, El Universal, 28 de fevereiro de 2006” (CASTELLANOS, 2007, p.321).

¹⁴⁰ “*Informe histórico a la sociedad. 2006*, Femosp, México, 2006, p. 502” (CASTELLANOS, 2007, p.322).

¹⁴¹ Para a América Latina, a origem da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), elaborada pelo Conselho de Segurança Nacional do Estados Unidos, está no documento “Declaração de Caracas de 1954”, no qual os EUA forçaram a Organização dos Estados Americanos (OEA) a condenar a suposta intervenção do comunismo internacional na região. Posteriormente, quando consolidada, essa doutrina foi difundida por meio das escolas militares, tornando-se a principal base ideológica das Ditaduras Civil-militares na região, mas também influenciando exércitos e governos civis, como o mexicano. Na DSN, a segurança nacional deixa de ser focada nas ameaças extrafronteiras e passa a enquadrar os inimigos internos, sobretudo, as forças revolucionárias (FERNANDES, A., 2009).

¹⁴² O massacre contra os jovens militantes reunidos para um ato na Praça Tlatelolco, às vésperas das Olimpíadas, na Cidade do México, é considerada a repressão mais sangrenta às insurgências sociais daquele ano mundialmente paradigmático por suas massivas manifestações. Em dois de outubro de 1968, os estudantes reunidos para um ato em Tlatelolco foram alvejados por franco-atiradores posicionados no alto de prédios ao redor da praça. Os números de vítimas do crime ainda impune são desconhecidos. O governo de Gustavo Díaz Ordaz (PRI), na época, divulgou uma lista com 26 mortos, mas organizações e historiadores, mesmo divergindo, estimam o número na casa das centenas.

massacre de *Corpus Christi* ou *Halconazo* (1971)¹⁴³, ambos perpetrados na capital do país. O recrudescimento do regime a partir de 1968, cuja estabilidade política e econômica havia exigido das massas uma série de contrapartidas (entre essas, aceitar a hegemonia política de um único partido, o Partido da Revolução Institucional (PRI), em troca de uma promessa de desenvolvimento nacional¹⁴⁴), levou muitos setores da esquerda a adotarem a luta armada no campo e na cidade como método prioritário no combate ao governo.

Para compreender o paramilitarismo no México atual, é necessário retomar a conexão de militares que participaram de grupos de elite na contra-insurgência e os carteis do narcotráfico. No mesmo período de prevalência da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), a Serra de Guerrero começou a ser tomada pelos campos de papoula. Atualmente, grande parte da heroína, cerca de 60%, vendida nos Estados Unidos, o maior mercado consumidor deste opioide, é produzida a partir da matéria-prima cultivada em Guerrero¹⁴⁵ (PADGETT, 2016)¹⁴⁶, o maior produtor mexicano. Como resgata Humberto Padgett (2016), os próprios militares que combateram a insurgência participaram do incentivo à produção de maconha e papoula na região. Esse vínculo entre narcotráfico e contra-insurgência pode ser exemplarmente ilustrado pela trajetória criminal do militar Mario Arturo Acosta Chaparro (1942-2012), responsável direto pelo sequestro e assassinato de pelo menos 123 militantes comunistas.

O jornalista Humberto Padgett, na reportagem premiada “*Caminando por los campos de la goma*” (2016), reconstitui o momento em que Mario Arturo Acosta Chaparro chegou à Serra de Guerrero e começou a organizar o cultivo de amapola no povoado de Corral de Piedra, no município de Leonardo Bravo, onde se construiu uma pista aérea exclusiva para a aterrissagem do miliar. A Agência Central de Inteligência (CIA) sabia do envolvimento dos

¹⁴³Os falcões foram um grupo paramilitar criado especificamente para defender o patrimônio do Sistema de Transporte Coletivo do Metrô e outras instalações no Distrito Federal (JASO GALVÁN, 2013). A CIA participou diretamente do treinamento desses paramilitares. O massacre de 1971 foi desencadeado durante um protesto pela libertação de presos políticos. Os sobreviventes relatam que os falcões os atacaram com bastões e varas típicas de uma arte marcial, mas também atiraram contra os estudantes, deixando cerca de 120 mortos.

¹⁴⁴ “Brachet-Márquez (2001) va más allá, y dice que en el caso mexicano los sindicatos han tenido un papel muy activo en su relación tanto con el capital como con el gobierno, por medio del “pacto de dominación”, al que define como ‘un conjunto de reglas institucionalmente sancionadas y coercitivamente respaldadas que especifican quién obtiene qué en un momento dado’. Es decir, los sindicatos negocian su propia dominación hasta ciertos límites, y obtienen a cambio ciertos beneficios como incrementos salariales, seguridad social, utilidades y vivienda” (RUBIO CAMPOS, 2017, p.45).

¹⁴⁵ A diária dos trabalhadores agrícolas nos campos de goma custa em média 200 pesos. O responsável por cozinhar a goma ganha 20 mil por cada quilo. Na própria Serra, o quilo é vendido por 80 mil pesos. Quando passa a fronteira, o mesmo quilo passa a ser cotizado em 25 mil dólares em território estadunidense. Nas ruas das cidades ao norte da fronteira, no varejo, passa a ser comercializado por 90 mil dólares o quilo, chegando a ser vendido por 110 mil em cidades do Canadá (PADGETT, 2016).

¹⁴⁶ De acordo com investigações da *Drug Enforcement Administration* (DEA), o México é o segundo maior produtor mundial depois do Afeganistão, país que abastece o mercado europeu e russo.

agentes mexicanos no tráfico de drogas, mas a prioridade era o combate e a perseguição aos comunistas (*Ibidem*, p. 20). Assim como centenas de seus pares, Acosta Chaparro foi egresso das escolas militares de Fort Benning, na Georgia, e Fort Bragg, na Carolina do Norte, ambas nos Estados Unidos. O militar também foi responsável por escrever um dos manuais militares que embasaram a aplicação da DSN no país (JASO GALVÁN, 2013).

Os primeiros oficiais latino-americanos a ordenar e instruir seus subordinados a executar “voos da morte”, prática posteriormente replicada nas ditaduras do Cone Sul, foram mexicanos, especificamente, Acosta Chaparro e Francisco Quirós Hermosillo. Um avião da Secretaria de Defesa Nacional atirou 144 camponeses considerados subversivos na costa do Pacífico durante essa guerra assimétrica¹⁴⁷. A mesma aeronave foi detida em 1979 transportando drogas de Guerrero para o Estado do Texas (EUA), porém o caso foi obstruído para preservar Quirós Hermosillo (PADGETT, 2016).

Na eleição de 1974, O Partido da Revolução Institucional (PRI) indicou o oligarca Rubén Figueroa Figueroa para ser candidato ao governo de Guerrero. Durante a campanha, Figueroa foi sequestrado pela guerrilha liderada por Lucio Cabañas Barrios¹⁴⁸. Em seguida, Cabañas se converteu em alvo prioritário do Tenente-coronel Acosta Chaparro. No mesmo ano, o professor e guerrilheiro foi abatido por uma operação chefiada pelo tenente-coronel. Dias depois, por vingança, o militar torturaria e estupraria a esposa de Cabañas, Isabel Ayala, no Campo Militar Número Um¹⁴⁹. Pouco depois, o militar foi nomeado chefe da Policía Judicial de Guerrero, cargo que incluía o comando de todas as polícias do Estado. Concomitantemente, o tenente-coronel atuava como quadro da Dirección Federal de Seguridad (DFS), onde comandava a Chefia do Departamento de Asuntos Exteriores: “discutía y acordaba

¹⁴⁷ São guerras nas quais as forças em conflito possuem diferenças qualitativas e quantitativas em diversas dimensões, por exemplo: na forma como se organizam, no intuito que os move, na ideologia que difundem, no armamento e nas técnicas militares que empregam e na capacidade de obter aliados, recursos bélicos, humanos e orçamentários. De modo geral, essa modalidade de guerra opõe forças estatais e guerrilhas, ou até mesmo Estados débeis e potências imperialistas.

¹⁴⁸ Líder do Partido de Los Pobres (PDLP) e de seu braço armado, a Brigada Campesina de Ajusticiamiento (BCA), responsável pelo sequestro do governador, Rubén Figueroa Figueroa, em 1974, ano em que foi assassinado. Uma sequência de massacres perpetrados pelo exército em Guerrero motivou o jovem professor Cabañas, formado na Normal Rural de Ayotzinapa, a aderir à luta armada em 1967. Segundo Laura Castellanos (2007), o evento de repressão que definiu as convicções políticas do guerrilheiro e de muitos outros grupos armados foi o assassinato de Rubén Jaramillo, do Partido Agrario Obrero Morelense (PAOM), e quatro membros de sua família por militares e policiais federais em 1962.

¹⁴⁹ O governo negava a existência do campo militar clandestino, assim como da Brigada Blanca, dois dos maiores símbolos das violações de direitos humanos perpetrados no período da guerra suja. A Brigada Blanca foi fundada em 1974, integrando agentes de diversos órgãos ligados à repressão. Seu objetivo imediato era destruir a Brigada Comunista 23 de Setembro. Inspirado na escola francesa de contra-insurgência foi o organismo paramilitar mais sofisticado do período (JASO GALVÁN, 2013).

con funcionarios de otros países asuntos relacionados con la contención ‘del terrorismo’, especialmente con los servicios de inteligencia estadounidenses” (PADGETT, 2016, n.p.). Duas décadas depois, em 1995, quando o então governador e filho do ex-governador sequestrado por Cabañas, Figueroa Alcocer, autorizou a polícia estatal a executar 17 camponeses em Aguas Blancas¹⁵⁰, Acosta Chaparro estava entre as autoridades envolvidas na matança. No início do século XXI, o militar foi processado na justiça militar pelos crimes de genocídio e pelo envolvimento com o narcotráfico, mas não chegou a ser preso (CASTELLANOS, 2007, p.320).

O líder da revolução chinesa Mao Tsé-Tung ensinava aos seus correligionários que a população está para o exército revolucionário como a água está para os peixes. Esse ensinamento maoísta era levado sumamente a sério pela contra-insurgência no México: “La estrategia contrainsurgente, conocida como la de ‘quitarle el agua al pez’, avanza: se pretende eliminar las redes de colaboración y los potenciales guerrilleros a través de infundirles terror” (CASTELLANOS, 2007, p.140). O avanço dessa concepção esclarece inúmeros relatos de cercos militares contra comunidades, nos quais os soldados ocupavam as casas, roubavam comida, destruíam plantações e impediam os agricultores de trabalhar, causando fome e carestia, com o objetivo de aterrorizar e impedi-los de, eventualmente, suprir as necessidades básicas das células guerrilheiras. Entretanto, a semelhança com os métodos empregados contra o povo vietnamita não é coincidência: a estratégia de contra-insurgência recebeu aporte do exército colonial francês durante as guerras de independência do Vietnã e da Argélia e essas técnicas foram transmitidos aos militares dos EUA, que por sua vez influenciaram os oficiais mexicanos (CASTELLANOS, 2007, p.155)¹⁵¹.

O envolvimento de quadros das forças armadas mexicanas com práticas econômicas ilegais não se esgota no início da produção de narcóticos em Guerrero. Destacamentos militares e indivíduos que atuaram na repressão orquestrada pela DSN, como integrantes de elite do

¹⁵⁰ Massacre executado por um grupo de 400 policiais do Estado, em 1995. No episódio foram mortos 17 agricultores de origem indígena ligados à Organização Campesina da Serra do Sul, ironicamente, um dos movimentos de base que deram origem ao Partido da Revolução Democrática (PRD), ao qual eram filiados o prefeito de Iguala na época do desaparecimento dos estudantes de Ayotzinapa, José Luis Abarca, e o então governador do Estado Ángel Aguirre Rivero. O atual presidente do México, López Obrador, foi filiado ao PRD entre sua fundação (1989) e 2012.

¹⁵¹ “A partir del surgimiento de los grupos armados en 1970 el gobierno había enviado a dieciséis militares mexicanos al país del norte para ser adiestrados en algunas de sus especialidades: contrainsurgencia, defensa interna, inteligencia militar, guerra irregular, contrainsurrección”. [...] Darrin Wood, director de la agencia Nuevo Amanecer Press y la organización Covert Action Quaterly obtuvo – gracias a la Ley para la Libertad de Información en Estados Unidos – la lista de los oficiales mexicanos que han sido adiestrados en la Escuela de las Américas. Veintiocho de éstos fueron entrenados en contrainsurrección, contrainsurgencia, inteligencia militar, guerra irregular y operaciones de la selva de 1961 a 1970” (CASTELLANOS, 2007, p.155).

Exército Mexicano – o Aeromóvil de Fuerzas Especiales (GAFE) e o Anfíbio de Fuerzas Especiales (GANFES) – foram recrutados pelo Cartel do Golfo, dando origem, ao grupo Los Zetas, responsável pela dinamização do crime organizado nos anos 1990 (BARRIOS RODRÍGUEZ, 2019, p.133)¹⁵². O próprio Acosta Chaparro integrou a Brigada de Fuzileiros Paraquedistas, que precedeu o GANFES.

5.3.1 Por que o desaparecimento forçado seria “desinventado”?

Uma nova invenção que potencialize o lucro é como uma arma de guerra nas mãos de um capitalista. O capitalismo é o primeiro sistema cujo “logos” é estar constantemente destruindo o chão sob seus pés, ou seja, se revolucionando e desencadeando contradições sistêmicas permanentemente. Um capitalista que tenha ao seu alcance uma invenção exclusiva capaz de aumentar a produtividade e a taxa de mais-valia dificilmente renunciará ao seu uso, capitulando diante dos concorrentes. Uma vez que um “artefato” ou método mostra-se eficaz, não será “desinventado”, mas reconfigurado para os novos desafios engendrados pelas contradições no porvir, porque o capitalista detentor de uma novidade passa a estar gabaritado para auferir uma mais-valia extraordinária e fixar preços de monopólio, que dizer, superiores ao valor realmente contido no seu produto. As leis de concorrência que condicionam as operações capitalistas são coercitivas e não estão sujeitas a mecanismos de controle absoluto ou garantias morais.

Analogamente, dinâmica semelhante rege o processo de desenvolvimento e aplicação de “invenções” que propiciam uma dominação mais incisiva sobre os trabalhadores em momentos agudos ou não da luta de classes. Na América Latina, invenções deste tipo foram desenvolvidas e testadas durante a Guerra Fria e em outros momentos históricos decisivos desde a época da colônia. Por que estas tecnologias de contra-insurgência aprimoradas e amplamente utilizadas seriam “desinventadas” no neoliberalismo? Tortura, execução e desaparecimento perduram no presente, reformuladas e readaptadas para imperativos emergentes da dominação de classe, como a chamada guerra às drogas.

¹⁵² “Fuerzas especiales del Grupo de Intervención de la Gendarmería Nacional francesas entrenaron a los primeros GAFES, y tras el levantamiento zapatista en 1994, empezaron a realizar actividades contrainsurgentes contra el Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN). De acuerdo con un mensaje del Departamento de Estado de EUA publicado en *Wikileaks*, Rogelio López Villafana, GAFE convertido en Zeta, fue entrenado en Estados Unidos, posiblemente en Fort Bragg” (PALEY, 2018, p.165).

Na Guerra Fria, o Estado mexicano aprendeu com as potências neocoloniais a desaparecer e torturar os militantes comunistas, sobretudo camponeses do Estado de Guerrero, para posteriormente aplicar estes conhecimentos no combate ao narcotráfico, assumindo a execução de pessoas marginalizadas e sem vínculos criminais como meros efeitos colaterais inevitáveis. Concomitantemente, aproveita as mesmas táticas para reprimir movimentos sociais no século XXI. A mais completa e aberta evidência recente desta convergência de experiências diferentes de repressão foi o caso Ayotzinapa, em 2014.

Para Irazuzta (2020), Ayotzinapa é o elo entre os desaparecimentos da guerra suja e os que se disseminaram com a guerra ao narcotráfico, permitindo a elaboração de uma narrativa, consciente do processo histórico, que engloba passado e presente. As desapareções do período de exceção (JASO GALVÁN, 2013) pareciam ter propósitos e objetivos limitados, enquanto as do presente, em plena "normalidade" institucional, parecem sem fim e vinculadas a um projeto mais difuso.

É possível contra-argumentar que a manutenção de tais tecnologias de repressão seria supérflua em um mundo no qual a contrarrevolução desempenhou seu papel com sucesso — o socialismo não aparece como uma possibilidade no horizonte e o neoliberalismo se impõe como a única alternativa racional, como se fosse a forma natural do mundo e do próprio capitalismo. Contudo, sobrevive na América Latina, além da contra-insurgência permanente (MARINI, 2018), um contra-reformismo perene. O histórico de golpes e instabilidade política conformou os regimes democrático-liberais tutelados, impondo um teto para as reformas e à democracia real na região e, a cada novo ciclo regressivo, este limite torna-se mais sufocante. Autores como Lazzarato (2019) insistem em que se trata de um erro teórico e político apagar a violência que está na fundação do neoliberalismo, assim como a derrota da revolução mundial que oportunizou a globalização neoliberal.

Um dos símbolos da consolidação do neoliberalismo no México, o NAFTA, foi recebido por uma revolta armada que surpreendeu a opinião pública internacional logo no primeiro dia de vigência. A reação à insurgência do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), em 1994, foi marcada por antigas táticas de contra-insurgência que incluíram a mobilização de paramilitares. Os acontecimentos ao sul repercutiram de formas preventiva nas comunidades de Guerrero, sobretudo, nas mesmas regiões que sofreram mais intensamente com a guerra suja (1964-82). O que temia o governo nos anos 1990, a disseminação de movimentos populares armados, realmente tornou-se realidade com o levante da guerrilha rural do Exército Popular

Revolucionário (EPR), o que só ocorreu, de fato, como reação ao massacre de Aguas Blancas em 1995.

De uma forma mais sutil, as políticas focalizadas de transferência de renda promovidas pelo Banco Mundial e adotadas pelo governo mexicano no mesmo período perseguiram objetivos comuns à contra-insurgência (PEREIRA, 2010), ao buscar amenizar alguns efeitos do choque neoliberal. Resgatando a atuação de Robert McNamara¹⁵³ no Banco Mundial, João Márcio Mendes Pereira (2010) traça o vínculo entre a ascensão das políticas de distribuição de renda focalizadas e uma reciclagem da estratégia de contra-insurgência. Essa modalidade de assistência incentivada pelo organismo internacional e implementada de forma precursora no México ameniza a pobreza extrema sem modificar as estruturas que produzem a desigualdade e, ao mesmo tempo, mina a solidariedade intergeracional e a concepção de direitos sociais como universais. Evidência disso é o que ocorreu nas políticas públicas com a implementação dos programas no México. Houve uma transferência para custeá-los:

Entre 1998 e 1999 houve uma queda de 6% no orçamento da educação, 7% em saúde e 10% em políticas de alimentação – ou seja, a queda nos orçamentos desses setores teria custeado mais de um terço do crescimento verificado no orçamento do programa. (DIAS, 2019, p.185).

O Bolsa Família, no Brasil, e o Progresa, no México são os dois maiores programas de transferência condicionada de renda na América Latina (DIAS, 2019, p.190). O Progresa é resultado de outros programas anteriormente criados, como o Programa Nacional de Solidariedade (Pronasol), de 1988. O Pronasol surgiu em meio a um cenário de instabilidade política após as eleições de 1988, na qual o vencedor, Salinas de Gortari (PRI) foi acusado de fraude eleitoral. (DIAS, 2019, p.191). O programa mexicano, implementado em meio à abertura econômica e financeira, buscou gerir as consequências da crise enfrentada pelo país na década de 1980, entre essas a reação popular organizada. Após uma reformulação, o Progresa passou a se chamar Prospera e, posteriormente, Oportunidades, considerado uma importante inspiração para os programas na região (*Ibidem*, p.192). Tais programas foram instrumentalizados como contenção do campesinato mobilizado, sobretudo, após o levante neozapatista em 1994, no Estado de Chiapas.

¹⁵³ “A chegada de Robert McNamara, em abril de 1968, à presidência do Banco Mundial marcou profundamente a história da instituição. [...] Indicado para o cargo de Secretário de Defesa dos Estados Unidos por Kennedy em 1961 e mantido por Johnson, teve um papel de destaque na atuação dos EUA na guerra do Vietnã” (PEREIRA, 2010, p.260).

Tais políticas de “inclusão” estão inscritas no marco da biopolítica, ou seja, de formação de indivíduos suficientemente disciplinados para o trabalho. Mas como a responsabilidade por sair da pobreza passa a ser inteiramente depositada no indivíduo, aqueles que fracassam mesmo ante todos os “benefícios” e “oportunidades” de empreender podem ser culpabilizados pela própria derrota ou eliminação. Por exemplo, se o indivíduo continua morando em locais considerados zonas deflagradas ou é suspeito de cometer um crime, é porque assumiu o risco por esta “escolha” por um modo de vida. Esse raciocínio explica em parte a ausência de comoção pública quando algum suspeito ou vítima “colateral” do combate ao crime é abatido ou quando uma família sucumbe ante a pobreza absoluta. A responsabilização individual por problemas sociais também enfraquece as condições organizativas da classe trabalhadora. Por que seria necessário se organizar se tudo se trata de más ou boas escolhas? E quem insiste em reivindicar direitos é porque quer vantagens, por não ter se esforçado o suficiente.

Desse modo, essas evidências históricas mostram que a repressão violenta não foi substituída por táticas de contenção mais ligadas a intervenções “positivas” sobre as formas de vida daquelas populações, em potencial estado de insurgência desde o ponto de vista governamental. Ambas, apesar das diferenças em termos de métodos, efeitos colaterais e objetivos secundários, atuaram em conjunto.

5.4 Guerra às drogas

A estratégia de guerra às drogas constantemente alardeada por setores progressistas como uma falha da democracia liberal, na verdade é bastante eficaz em cumprir seus propósitos velados, ou seja, a política antidrogas não é irracional, pois não busca cumprir com suas finalidades autoproclamadas: redução do fluxo, do consumo de drogas e da violência associada ao comércio ilegal.

Para além da aparência, a maior parte dos chamados efeitos colaterais relacionados à guerra às drogas integra uma série de propósitos subjacentes. Seria ingenuidade por parte de uma pesquisa crítica continuar a endossar a ideia de que as potências mundiais e todos os principais aparatos de construção de ideologia continuam a insistir em uma guerra constantemente denunciada como fracassada em estudos baseados em análises qualitativas e estatísticas porque seriam “irracionais”. Os seguintes “efeitos” da guerra às drogas são na verdade o seu propósito sistêmico velado:

1. o crescimento da máquina repressora do Estado;
2. o encarceramento seletivo, as execuções seletivas e o desaparecimento forçado;
3. o fomento do pânico moral;
4. a

militarização e a paramilitarização; 5. a intensificação da ingerência dos Estados Unidos na América Latina; 6. a criação de um campo para exploração da indústria bélica e de segurança; 7. o controle do fluxo de pessoas; 8. a produção de escassez de mercadorias (drogas) e de monopólios pelo proibicionismo, que elevam os preços e mantêm a lucratividade dos negócios de ilícitos; 9. a alimentação do mercado financeiro e paraísos fiscais pelo fluxo de milhões de dólares que escaparam de cobranças de impostos.

O proibicionismo não é uma ideologia com repercussões apenas morais. O processo de proibição seletiva de algumas drogas, ao longo do século XX, está relacionado ao imperialismo dos EUA. A proibição da cocaína e dos opiáceos, em 1914, e da maconha, em 1936, após uma campanha de convencimento sobre sua suposta relação com a violência, fez com que os preços dessas substâncias subissem, tornando o narcotráfico um negócio lucrativo. Ao mesmo tempo, os Estados Unidos passaram a impor seu modelo de proibição e repressão a vastas regiões do globo (BOULLOSA; WALLACE, 2015).

A origem do tema da guerra às drogas, que hoje ocupa centralidade na vida pública de muitos países, como o México, está intrinsecamente vinculada às estratégias de campanha criadas pelo chamado movimento neoconservador nos Estados Unidos, mais precisamente nas campanhas eleitorais e nos governos de Richard Nixon (1969-74), Ronald Reagan (1981-89) e George H. W. Bush¹⁵⁴ (1989-1993). A pauta moral foi fundamental no processo de dissolução das alianças de classe que deram corpo por trinta anos ao chamado *New Deal*, um arranjo de classes bastante delicado, mas que se manteve hegemônico até a década de 1970, apesar da inconformidade de algumas frações da burguesia estadunidense.

Uma das fragilidades do *New Deal* era a necessidade de manter o apoio dos trabalhadores brancos e negros no Sul. Parte do então eleitorado democrata começou a romper com o esquema já no governo de Lyndon Johnson (1963-69) que, apesar de inúmeras contradições, a Guerra do Vietnã, cedeu ao movimento pelos direitos civis golpeando o sistema segregacionista:

Conforme o liberalismo foi mudando a partir da década de 1960 para incluir demandas da “nova esquerda”, os intelectuais neoconservadores foram movendo-se para uma posição mais conservadora ou mais à direita. Eles se opõem então a um “liberalismo alterado”, que desafiou o status quo em apoio ao *Great Society* – os programas do presidente democrata Lyndon Johnson

¹⁵⁴ Durante a administração W. H. Bush, foi desencadeada a Operação Causa Justa (1989), um dos marcos na transnacionalização da guerra às drogas e sua relação com o imperialismo. Com altos custos humanitários, a operação militar invadiu o Panamá, em 1989, e capturou o ditador Manuel Noriega, um antigo aliado dos Estados Unidos.

pela eliminação da pobreza e a desigualdade racial, fundados nas reivindicações dos movimentos pelos direitos civis, contra guerra do Vietnã, pela libertação da mulher e por cotas e ações afirmativas. A ascensão estudantil, Black Power e feminista criou a preocupação com o fato de que as exigências por maior igualdade poderiam sair do controle (LACERDA, 2018, p.22)

A partir da ascensão das pautas ditas morais, constantemente referenciadas em questões sociais sobrevalorizadas naquele período, como o vício em narcóticos, ou mesmo inventados, como a ameaça à família e aos valores protestantes, foi possível aos setores mais conservadores do Partido Republicano em aliança com os grandes monopólios, como bancos e a própria indústria bélica, dividirem os setores populares, formados por brancos pobres, negros e latinos, de acordo com pautas consideradas morais. O próprio conselheiro para Assuntos Internos de Nixon, John Ehrlichman, confessou as motivações reais em relação à guerra às drogas numa entrevista de 1994:

A campanha Nixon em 1968, e depois a administração Nixon na Casa Branca, tinham dois inimigos: a esquerda antiguerra e a população negra. Compreende? Sabíamos que não podíamos ilegalizar o ser-se contra a guerra ou negro, mas ao associarmos os hippies com a marijuana e os negros com a heroína, e criminalizando-os duramente em seguida, poderíamos desfazer essas comunidades. Podíamos prender os seus líderes, fazer buscas às suas casas, interromper as suas reuniões e difamá-los todas as noites nos noticiários. Se sabíamos que estávamos a mentir sobre as drogas? Claro que sabíamos (SHERMAN, documento eletrônico não paginado, *tradução nossa*, 2016).

Essas transformações na política interna dos Estados Unidos tiveram enorme impacto sobre a América Latina. A guerra às drogas foi imposta e replicada por todos os lados: “[...] el 6 de julio de 1973, la creación de la DEA [*Drug Enforcement Administration*], una agencia nacional antidrogas que, en palabras de Nixon, emprendería ‘una guerra global sin cuartel contra la amenaza de las drogas’” (PALEY, 2018, p.41).

Após eleger as drogas como o inimigo número um dos Estados Unidos, Nixon passou a exigir que o México borrifasse herbicidas, como o *Paraquat*, sobre as plantações de amapola e maconha, mas o governo se recusou. Nixon reagiu com mais pressão, ao praticamente fechar a fronteira com o país vizinho. Pressionado, o México não aceitou promover a fumigação aérea, mas incrementou as operações de destruição manual dos plantios e permitiu que agentes dos EUA acompanhassem a operação. Esse processo faliu os pequenos produtores de maconha e papoula que não suportaram as perdas, desencadeando uma concentração de poder entre algumas organizações criminosas. Em 1977, o governo mexicano reforçou a campanha de destruição por terra, além de aceitar executar a fumigação aérea. Ainda na atualidade, não são

raras as denúncias de organizações de direitos humanos sobre a aplicação “acidental” do veneno sobre plantações de milho para a subsistência.

As ações repressivas reduziram o fluxo de drogas em alguns casos, mas aumentaram em muito os preços, a concorrência e a violência entre os carteis, com consequências diretas para a população civil. Os carteis que tinham recursos suficientes para subornar o poder público (polícias, exército e a *Dirección Federal de Seguridad* - DFS) saíram fortalecidos e os que foram debilitados buscaram abrigo nos mais poderosos (BOULLOSA; WALLACE, 2015).

Esse processo que favoreceu a concentração do domínio sobre territórios está na raiz da formação do cartel de Guadalajara que se tornaria hegemônico no México. Foi no mandato de Reagan que o México deixou de ser um sócio-menor dos carteis colombianos para controlar a distribuição. Com isso, os carteis mexicanos passaram a abastecer 90% da cocaína no mercado estadunidense. Antes de Reagan, o México estava diretamente envolvido apenas no tráfico de ópio e de maconha (BOULLOSA; WALLACE, 2015).

Enquanto isso, foi conhecida a descoberta do jornalista Gary Webb sobre um esquema de tráfico internacional de drogas envolvendo a CIA e os Contras na Nicarágua. Como o Senado não havia autorizado que o governo financiasse diretamente os contrarrevolucionários, de forma clandestina, a CIA permitiu que os lucros da venda de *crack* em guetos negros de Los Angeles fossem repassados ao grupo nicaraguense. Outro esquema de financiamento ilegal, a “Dark Alliance”, ficou conhecido com o Caso Irã-Contras. Por meio de análises de documentos desclassificados, o pesquisador do Instituto de Investigaciones Sociales (IIS) da UNAM, José Luis Velasco, explica que a aliança entre o Estado mexicano, as Forças Armadas (contando com oficiais treinados na Escola das Américas) e os serviços de inteligência estadunidenses, com o objetivo de financiar a luta contra a insurgência na América Central, envolveu a ativação de grupos delitivos ligados ao narcotráfico, configurando-se um elemento central na conversão dos carteis em transnacionais poderosas¹⁵⁵ (BORBOLLA, 2019).

Mais além de questões sociais internas e externas, o fluxo financeiro movimentado por economias expansivas, dinâmicas e altamente internacionalizadas, como o tráfico de drogas, armas e pessoas, gera a necessidade de procedimentos sofisticados de lavagem de dinheiro ilícito, alimentando ainda mais o rentismo e a financeirização global. No entendimento do pesquisador mexicano Solís González (2013), a presença do narconegócio no âmbito

¹⁵⁵ A maior narcocorporação do mundo, o Cartel de Sinaloa, liderado por El Chapo Guzman, fatura uma média de 3,2 bilhões de dólares por ano e está presente em 17 estados mexicanos e em 54 países, alcance global maior do que qualquer outra multinacional mexicana (LOTH, 2018).

financeiro¹⁵⁶, por meio da lavagem de dinheiro, fomenta a especulação em detrimento do investimento produtivo.

Em 2006, Andrés Manuel López Obrador (AMLO), um dissidente do Partido da Revolução Institucional (PRI) concorre às eleições com um discurso bastante semelhante ao que levou ao poder figuras como Luiz Inácio Lula da Silva, no Brasil, e Rafael Correa, no Equador. Havia muitos sinais de que o México se sintonizaria com uma onda crescente, que buscava um modelo “pós-neoliberal” ou neodesenvolvimentista para o continente. AMLO foi derrotado por uma diferença pequena e mais uma vez, como em 1988, as suspeitas de fraude eleitoral eram corpulentas. Após a vitória por menos de um ponto percentual, Felipe Calderón (PAN) chegou ao poder com a legitimidade posta em xeque, porém com uma cartada na manga. Em sintonia com a guerra ao terrorismo que passou a associar guerrilheiros, terroristas e narcotraficantes (RODRÍGUEZ REJAS, 2017), Calderón declara sua “guerra às drogas”. No momento de maior recrudescimento do neoliberalismo e de ampliação da descrença popular, uma sociedade em guerra e, portanto, com medo teria mais dificuldades de apostar em caminhos alternativos, como o apresentado pelos neozapatistas em Chiapas em 1994.

Desde 2006, não foram poucos os casos de massacre praticados pelas forças militares contra suspeitos, poucos meses antes do desaparecimento dos 43 estudantes, em 2014, 22 rapazes identificados como pistoleiros foram fuzilados por soldados em Tlatlaya, no Estado do México. Esse crime mais uma vez revelou a ligação entre uma política repressiva e os laços de ingerência com a potência vizinha:

Las matanzas y el terror perpetrados por el estado en México suceden en una época de cooperación sin precedentes en entrenamientos de policías y militares entre México y Estados Unidos. Entre 2008 y 2014, Estados Unidos entrenó más de 22,000 policías federales y estatales en México. *The Intercept* reportó que cinco elementos del batallón involucrado en la masacre de Tlatlaya fueron entrenados por el Comando Norte de EUA (PALEY, 2018, p.263).

A maior repressão de modo geral causou a fragmentação dos cartéis do narcotráfico e a diversificação dos negócios, deteriorando o cotidiano das populações, que passaram a serem

¹⁵⁶“Los beneficiarios de más alto perfil de la guerra antidrogas probablemente son los grandes bancos. Como se mencionó antes, la Oficina de Drogas y Crimen de la ONU reportó en 2010 que el 85 por ciento de las ganancias netas del mercado estadounidense de cocaína (que, recordemos, vale 35 mil millones de dólares) se generaron dentro de Estados Unidos. Ahí es donde los grandes bancos estadounidenses obtienen dinero del narcotráfico, y su complicidad, cuando se descubre, queda casi impune. A fines de 2012 HSBC fue declarado culpable de haber lavado más de 880 millones de dólares para el Cártel de Sinaloa y para narcotraficantes colombianos, principalmente. [...] HSBC fue absuelta con una multa de 1.9 mil millones de dólares –equivalente a alrededor de cinco semanas de ingresos para el banco– y ningún ejecutivo enfrentó cargos criminales por su papel en facilitar el narcotráfico” (PALEY, 2018, p.121).

alvos de extorsões e sequestros (KYLE, 2015), e aumentando as taxas de violência. Baseada na onda punitivista, a prisão de chefes do crime também causou sequências de homicídios motivadas por disputas internas e externas entre os carteis. Estima-se que havia oito cartéis em funcionamento em 2006, mas o número passou para cerca de 300 em 2018 (BARRIOS RODRÍGUEZ, 2019, p.133). As extorsões também acabam favorecendo os grandes negócios, como redes transnacionais de supermercados, em detrimento de negócios familiares que são alvos fáceis das extorsões: “Según la COPARMEX (*Confederación Patronal de la República Mexicana*), 160,000 negocios cerraron en 2011 por asuntos de seguridad” (PALEY, 2018, p.162).

Nos anos 1990, as extorsões e sequestros afetavam mais as elites e os profissionais liberais, mas o fenômeno ganhou novos contornos no início dos anos 2000, quando todas as camadas sociais começaram a ser vítimas dessas práticas criminais. A fragmentação dos grupos e a subsequente diversificação das atividades do narconegócio, com o intuito de recuperar a rentabilidade, geraram outro fenômeno ligado ao aumento da competitividade: a expansão das atividades criminosas em municípios pequenos e rurais. No ano de 2008, dois anos após a declaração de guerra, todos os grupos delitivos de Guerrero já possuíam comandos especializados nas extorsões e sequestros. As cidades rurais começaram a conviver com esse fenômeno entre 2011 e 2012. O processo de deslegitimação que sobreveio impulsionou a perda do monopólio do uso da força pelo Estado: 60% do território de Guerrero passou a ser controlado por autodefesas e polícias comunitárias, com diferentes configurações (KYLE, 2015). Essas instituições contam inclusive com sistemas de justiça e carcerários próprios. Parte destas organizações vive em conflito com as polícias e o Exército, não permitindo que estes adentrem seus territórios. Esse dado reforça a teoria de que o massivo levantamento das polícias comunitárias¹⁵⁷ a partir de 2012 em zonas rurais foi uma reação à interiorização da atividade

¹⁵⁷ A experiência dos movimentos de polícia comunitária em Guerrero não era inédita quando estourou o caso de Olinalá em 2012. Em 1995, na Montaña e na Costa Chica, centenas de comunidades se uniram para criar a Coordenadoria Regional de Autoridades Comunitárias e Polícia Comunitária (CRAC-PC). Fincado em comunidades indígenas, o movimento conquistou legitimidade, legalidade, por meio de reformas legislativas e apoio dos movimentos internacionais pró-direitos indígenas. A Lei 701 foi assinada pelo governador em 2011, regulamentando grande parte da estrutura da CRAC-PC e de seu sistema jurídico-penal-comunitário. Então, as comunidades passaram a ter uma garantia legal do direito à autonomia para administrar seus territórios, conforme seus usos e costumes. Outra organização beneficiou-se da legislação, a Coordenadoria Regional de Segurança e Justiça Cidadã e Popular (CRJ-PCP), também situada na região indígena. Diferentemente, os comunitários em Olinalá expandiram um novo modelo ao entrarem numa zona mais urbanizada, comercial e mestiça. De certo modo, a entrada da polícia de Olinalá no sistema de justiça indígena colocou em risco a segurança legal do movimento. A União dos Povos e Organizações do Estado de Guerrero (UPOEG) surgiu no cenário como polícia comunitária em janeiro de 2013, como um sistema forjado totalmente à margem da Lei 701. Entretanto, outros grupos mais profundamente ligados à tradição do autonomismo indígena surgiram neste cenário. A Polícia Cidadã

criminosa e à perda da legitimidade por parte das forças de segurança. Desde então, ocorrem com frequência extorsões e sequestros contra sacerdotes e professores, uma vez que a população de alta renda é escassa nessas áreas (KYLE, 2015).

Na mesma época, o governo dos EUA delegou parte de sua empreitada antimigratória ao México. Desde a instauração do Plano Fronteira Sul, o controle do fluxo de imigrantes passou a ser iniciado no Sul do México. Esse programa é apontado como causa do agravamento no quadro de violações aos direitos humanos dos imigrantes, de acordo com organizações e ativistas, como o Movimento Migrante Mesoamericano (LOTH, 2016). O Plano Fronteira Sul blindou as principais rotas já conhecidas pelos imigrantes, por meio do aumento no número de controles, policiais e militares. Ao “escolherem” rotas pedestres por lugares inóspitos ou via meios de transportes perigosos, como as caronas nos trens de carga no Sul do país, apelidados de Trem da Morte, os centro-americanos tornam-se os alvos mais vulneráveis da extorsão de grupos delitivos, como os Zetas. O caso mais conhecido de violência contra grupos em trânsito foi o massacre contra 72 imigrantes em 2010 no município de San Fernando, no Estado de Tamaulipas, a menos de duas horas do Texas:

El secuestro masivo de migrantes comenzó al mismo tiempo que la guerra antidrogas de Calderón se diseminaba por el país. [...] Un estudio posterior de la Comisión reveló que entre abril y septiembre de 2010 se registraron 214 secuestros masivos, y 11,333 víctimas. Los rescates asociados a estos secuestros son una nueva fuente de ingresos para el crimen organizados, y los secuestros disminuyen el flujo de migrantes, generando una suerte de control fronterizo en el límite entre México y Guatemala, algo a lo que el gobierno de EUA no ha objetado hasta ahora (PALEY, 2018, p. 168-169).

No final do século XX, os EUA passaram a entender que não precisavam apenas se preocupar com “Estados vilões”, fortes e que ameaçavam a sua hegemonia, precisavam se preocupar também com os Estados supostamente demasiado fracos ou “falidos” que deixavam grupos terroristas, guerrilheiros e narcotraficantes atuarem. Ou seja, Estados débeis ameaçariam a segurança interna e de seus negócios (RODRÍGUEZ REJAS, 2017). Após o 11 de setembro de 2001, ao lado do combate ao narcotráfico, a guerra ao terror passou a ocupar

Popular (PCP), aderente da *VI Declaración de La Selva Lacandona* (documento político anti-capitalista de iniciativa do EZLN), do município de Temalacacingo, foi criada pelo Conselho de Governo Segurança e Justiça (CGSJ) em dezembro de 2011, para acelerar o processo de construção da soberania popular e defender o direito à autodeterminação dos povos originários nas comunidades tradicionais, onde a propriedade comunal da terra predomina. Temendo o já acelerado alastramento do poder do narcotráfico em outros municípios, os líderes comunitários defenderam em assembleia que os moradores tomassem em armas para garantir o respeito ao seu território coletivo, à sua cultura e às suas decisões sobre justiça e segurança. Com o armamento rústico, a PCP não pode ser considerada uma ameaça concreta ao poder instituído, mas seu surgimento causa grande preocupação aos grupos ligados ao governo dentro e fora do município. (LOTH, 2015).

espaço nobre na agenda de segurança continental promovida pelos EUA, posição que esteve ocupada pelo anticomunismo até a dissolução da União Soviética. Houve uma ação planejada para que os inimigos internos (o narcotraficante, o terrorista e o guerrilheiro) convergissem e se combinassem para formar um novo inimigo, mesmo que este não tivesse uma existência concreta (RODRÍGUEZ REJAS, 2017).

O marco histórico da consolidação da guerra às drogas no México é a Iniciativa Mérida. Discutida em reuniões secretas entre George W. Bush e Calderón em 2007, a Iniciativa é um programa bilateral antinarcóticos financiado pelo México e pelos EUA, marcando o deslocamento do foco da guerra da Colômbia para México e América Central. A Iniciativa Mérida pode ser analisada como uma reedição do Plano Colômbia, que apelou para a formação de paramilitares para destruir os guerrilheiros combatentes¹⁵⁸: “El Departamento de Estado estadounidense abiertamente reconoce el éxito del Plan Colombia como un factor importante en la creación de la Iniciativa Mérida [...] (PALEY, 2018, p.30)”.

O exercício de comparação entre o conflito colombiano e o mexicano pode contribuir para entender as especificidades e as semelhanças entre os dois processos. Em primeiro lugar, é necessário entender como a guerra às drogas no México começou a ser encarada como uma questão de contra-insurgência, a ponto das mesmas ferramentas empregadas na Colômbia serem trasladadas para o México:

En 2010, la Secretaria de Estado Hillary Clinton comparó la situación en México con una insurgencia: ‘Cada vez se parece más a Colombia hace 20 años’, dijo ante delegados en un evento del Consejo para las Relaciones Exteriores. Los cárteles del narcotráfico ‘muestran más y más rasgos de insurgencias’, agregó. En 2009, el Jefe del Estado Mayor Conjunto de EUA afirmó que apoyaba el uso de la contrainsurgencia en México (PALEY, 2018, p. 93).

Apesar das diferenças (a estrutura agrária, a complexidade da economia, a fronteira com os EUA e o fluxo migratório), autores afirmam que o México caminhou para um quadro de paramilitarização próximo ao modelo colombiano (PALEY, 2018, p. 160).

A Iniciativa Mérida não é simplesmente um programa de apoio estadunidense à segurança continental. Para a pesquisadora Dawn Marie Paley (2018), quando os EUA passaram a financiar a guerra às drogas, abriu-se o caminho para mais ingerência, processo semelhante à dinâmica de empréstimos e contrapartidas do FMI. Para a autora, a Iniciativa tem como principal objetivo garantir melhores condições para a inversão estrangeira direta.

¹⁵⁸ Um dos conhecidos resultados é o incremento dos “falsos positivos”, política que estimulou e premiou a execução extrajudicial de guerrilheiros, mas que em reiteradas situações levou ao extermínio de civis não-armados.

Desde a declaração de guerra às drogas e da Iniciativa, cada vez mais o Exército é acionado para atividades da segurança interna e para tarefas que normalmente seriam de polícia. O processo de militarização está agravando o quadro de violações aos direitos humanos (PALEY, 2018, p.134):

[...] la Comisión Nacional de los Derechos Humanos de México “recibió 691 quejas de abusos a derechos humanos cometidos por soldados contra civiles entre 2003-2006; la cifra aumentó a 4,803 quejas en el periodo 2007–2010 [precisamente el mismo periodo de la Iniciativa Mérida]. Y mientras que la comisión emitió cinco recomendaciones que concluían que las autoridades federales habían cometido torturas entre 2003 y 2006, emitió veinticinco entre 2007 y 2010” [...]

O Estado de guerra ocorre quando se pode identificar de forma certa o inimigo, enquanto na guerra às drogas, “o inimigo” é uma fantasmagoria e pode ser qualquer um sob suspeita, generalização que dissemina o medo como laço societário primário e abre caminho à tortura, à execução extrajudicial e ao desaparecimento forçado

6 CAPÍTULO 5: A DESOBEDIÊNCIA DOS DESPOSSUÍDOS

6.1 Caso Ayotzinapa

Cuando el Pueblo se levante por pan, libertad y tierra, temblarán los poderosos, de la costa hasta la Sierra, vestidos de verde-olivo, políticamente vivos, nos has muertos, no has muerto, camarada, tu muerte, tu muerte será vengada. ¿Y cómo? Luchando. Entonces, lucha, lucha, lucha, no dejes de luchar por un gobierno obrero, campesino y popular¹⁵⁹.

Assim como os *ejidos*, as Escolas Normais Rurais estão ligadas ao legado da Revolução Mexicana. O auge dessas instituições educativas estatais pode ser localizado no governo de Lázaro Cárdenas (1934-40), quando chegaram a totalizar 36 unidades em todo o país. Atualmente, são 245 Escolas Normais Públicas nos 32 estados do México, mas apenas 17 são Normais Rurais. Nas últimas décadas, essas instituições têm sofrido um processo de precarização programada que tem como alvo o que restou da chamada educação socialista¹⁶⁰, mas também seu legado histórico e simbólico. Os guerrilheiros Lucio Cabañas (1938-74) e Genaro Vásquez¹⁶¹ (1931-72), mortos durante a guerra suja, eram egressos de Ayotzinapa e seguem inspirando a entidade estudantil mais antiga do país, a Federação dos Estudantes Campesinos Socialistas do México (FECSM), que organiza os normalistas rurais.

Inaugurada em 1926, a Normal Rural Raúl Isidro Burgos, localizada no município de Tixtla, mais precisamente no povoado de Ayotzinapa¹⁶², não sofre apenas com o sucateamento de suas instalações, corte de recursos e fechamento de vagas para estudantes indígenas, mas igualmente com sucessivos ataques violentos perpetrados por forças do Estado¹⁶³. Em 2011, dois estudantes da escola, Alexis Herrera Pino e Gabriel Echeverría de Jesús, foram

¹⁵⁹ Grito de guerra entoado pelos normalistas em todas as manifestações das quais participam.

¹⁶⁰ Sobre a educação socialista e outros eixos do governo de Cárdenas ver: capítulo “X - El cardenismo” (GILLY, 1971).

¹⁶¹ Em 1959, líderes camponeses foram assassinados a mando do governador de Guerrero, o General Caballero Aburto. Poucos dias antes, com o objetivo de fazer oposição ao governador, havia sido fundada a Associação Cívica de Guerrero (ACG), dirigida por Genaro Vázquez e contando com Lucio Cabañas entre suas fileiras. Para suprimir o movimento social recém-criado, em novembro de 1960, o Exército e a polícia atacaram a Universidade Autónoma de Guerrero, deixando três mortos e prendendo 200 pessoas. Os dois eventos convencerão Vázquez e a ACG a radicalizarem seus métodos. Vázquez liderou a Asociación Cívica Nacional Revolucionaria (ACNR), sucessora da ACG. Ativa em Guerrero e na Cidade do México, executou o sequestro do empresário Jaime Castrejón Díez, com o qual negociaram a libertação de militantes em 1971. Perseguido, Vázquez morreu em fevereiro de 1972, em um obscuro acidente de carro (CASTELLANOS, 2007).

¹⁶² Ayotzinapa significa “o lugar das tartarugas” na língua náhuatl.

¹⁶³ O episódio de repressão mais recente se desenrolava no momento da finalização do presente trabalho. Em maio de 2021, 95 estudantes da Normal Rural Mactumactzá, no Estado de Chiapas, foram presos durante uma manifestação. Os estudantes exigiam a realização do exame de ingresso para o ciclo 2020-2021 de maneira presencial, pois a maioria não tem acesso à internet nas comunidades rurais. A repressão desencadeou manifestações protagonizadas por normalistas de todo país, entre os solidários mais aguerridos estavam os estudantes de Ayotzinapa (BARRAGÁN, 2021)

assassinados por policiais estatais durante uma manifestação na Autopista del Sol – México-Acapulco¹⁶⁴. Por sua história passada e presente, a comunidade de Ayotzinapa pode ser descrita, utilizando um adjetivo amplamente mobilizada por Gregoire Chamayou (2019), como um “povo” ingovernável.

As Normais Rurais são escolas de formação de professores para o ensino primário, oriundos de comunidades rurais muito pobres. O objetivo pedagógico do ensino é que os egressos regressem às comunidades de origem para atuarem como professores. Estão entre as poucas alternativas de estudo superior e de ascensão social nessas zonas marginalizadas (REGUILLO, 2014). O sistema de ensino é integral e inclui um internato exclusivo para homens, no caso de Ayotzinapa. Todos os estudantes recebem três refeições diárias (a bolsa alimentícia limitava-se a 35 pesos em 2016), moradia, ajuda de custo e todo o material didático (LOTH, 2018). A disciplina é rígida: a formação política é obrigatória e todas as tarefas são distribuídas coletivamente, desde a limpeza das estruturas, o levantamento de fundos, a organização de protestos, o cultivo do milho, a criação de animais até o semear das famosas flores de cempasúchil que decoram as oferendas aos mortos na festa do dia dos mortos.

Ao ingressar em uma Normal Rural, o estudante passa a integrar a Federação dos Estudantes Campesinos Socialistas do México (FECSM), na qual participa de diferentes comissões, como as de organização, agitação e propaganda e formação, como acontece na maioria das organizações marxistas-leninistas. Uma das atividades de mobilização mais cotidianas da organização é o “boteo”, que pode ser resumido como pedágios organizados pelos estudantes para captar recursos dos passageiros e motoristas de veículos que passam pelas estradas, principalmente dos que vêm da principal zona turística do Estado de Guerrero, o Porto de Acapulco. Além do “pedágio”, para se deslocarem às atividades da FECSM e dos movimentos sindicais, sociais e estudantis ao redor do país, os normalistas costumam tomar ônibus de empresas turísticas¹⁶⁵, muitas vezes com o motorista a bordo, com o qual fazem os acordos. Evidentemente, essa prática não se dá sem conflitos com as empresas, governos e motoristas. Quase como um ritual de iniciação, são os calouros os responsáveis pela captura dos veículos. Em setembro de 2014, 43 calouros desapareceriam cumprindo parte dessas tarefas. Coincidência sombria entre a luta e a memória: os normalistas rurais de Ayotzinapa

¹⁶⁴ Data deste assassinato a parceria entre a comunidade da Normal Rural de Ayotzinapa e o Centro de Direitos Humanos Tlachinollan. Na ocasião, Tlachinollan passou a prestar assistência jurídica às vítimas. Relação que continuou após o desaparecimento dos 43 e segue vigente.

¹⁶⁵No pátio da instituição, há, tomados pelos estudantes, veículos de distribuição de produtos de multinacionais, como a Coca-cola, como pude registrar em fotografias de 2014 e 2016.

foram massacrados e entraram para a história dos crimes de Estado, enquanto organizavam uma viagem à Cidade do México, onde homenageariam justamente as vítimas de dois de outubro na marcha pelos 46 anos do massacre de Tlatelolco. Há décadas todas as normais rurais do país enviam delegações para participar da grande marcha de dois de outubro realizada anualmente na Cidade do México. Em 2014 não seria diferente, mas foi.

No final de setembro de 2014, um evento fez com que a opinião pública mundial voltasse sua atenção para o que estava acontecendo em Guerrero: o desaparecimento de 43 estudantes normalistas da Escola Normal Rural de Ayotzinapa. Naquela noite do dia 26 para o dia 27 de setembro, além do desaparecimento massivo, três ataques armados dirigidos contra os estudantes deixaram 29 feridos e seis mortos, entre eles uma senhora que viajava em um táxi, o motorista e um jogador, que estava em outro ônibus no qual viajava uma equipe de futebol. Três estudantes normalistas foram mortos em decorrência dos ataques, mas não figuraram entre os 43 desaparecidos: Daniel Solís Gallardo, Julio César Ramírez Nava e Julio César Mondragón. Foram os policiais municipais de Iguala os responsáveis por parar os ônibus e ordenar que os jovens desembarcassem. Não há nenhuma evidência que leve a acreditar que algum estudante estivesse armado. Após um dos ataques, os normalistas conseguiram convocar equipes de jornalismo para cobrir a denúncia de ataques. No momento em que os porta-vozes relatavam o que havia ocorrido para a imprensa, os policiais voltaram a atirar, ferindo mais pessoas.

Com os ataques, dezenas de jovens fugiram pela cidade buscando esconderijo ou atendimento médico, enquanto isso os criminosos continuaram caçando os estudantes. Há dezenas de relatos sobre as dificuldades encontradas na busca por proteção: o desconhecimento geográfico em relação à cidade, as clínicas que se recusavam a atender os feridos, os moradores de Iguala que não quiseram abrir as portas e membros do exército ameaçando vítimas dentro de um hospital.

Quando ainda não se sabia quantos jovens estavam de fato desaparecidos, na manhã do dia 27 de setembro de 2014, o corpo de Julio César Mondragón foi encontrado jogado em via pública na cidade de Iguala. Apresentava sinais de uma brutal sessão de tortura que arrancou a pele de seu rosto e seus olhos, além de deixar 60 fraturas no crânio. Havia um detalhe: ele vestia uma camisa vermelha. A cor da camisa logo levou, através da disseminação pelas redes sociais das fotos do cadáver, à seguinte suspeita: “Quem sairia de casa com uma veste vermelha em Iguala naquela época?”. Os questionamentos faziam referência ao cartel de *Los Rojos* (vermelhos em espanhol), rival dos Guerreros Unidos.

A resposta parece simples de ser elaborada. O mais provável – tendo em vista que se tratava de um jovem estudante de uma normal rural organizada por uma entidade socialista – era que o uso da camisa vermelha fizesse referência aos ideais de esquerda. Julio Mondragón foi o único estudante encontrado com marcas de tortura – a causa da morte foi traumatismo cranioencefálico – os outros mortos confirmados naquela madrugada foram atingidos por tiros. Possivelmente, o escolheram, pela coincidência cromática, para simular uma *narcomensagem*¹⁶⁶ e confundir a investigação deslindando outras linhas relacionadas à repressão política – nada absurdas levando-se em conta o histórico de confrontos entre estudantes e forças policiais. A pista deixada teria buscado forjar a ideia de que a motivação do crime era a disputa territorial entre carteis, teoria que segue ainda sem comprovação definitiva. Podendo o crime ter sido motivado por uma conjunção de fatores políticos e interesses ligados ao narconegócio.

A convulsão social, originada pela indignação ante as evidências que denunciavam a participação do Estado nesse crime contra estudantes em permanente estado de insurreição, impulsionou milhares de pessoas a se organizarem para cobrar do governo medidas em relação à crise de direitos humanos, cujo ápice poderia ser localizado no número de desaparecimentos. Nos primeiros meses que se sucederam ao Caso Iguala ou Caso Ayotzinapa, foram organizadas manifestações massivas por todo o país. O levante tomou grandes proporções a ponto de criar um clamor popular pela renúncia do presidente Enrique Peña Nieto (EPN).

Contra a maré historicamente consolidada, a reação popular à violência contra os normalistas de Ayotzinapa interrompe o ciclo de indiferença em relação aqueles jovens estigmatizados como “revoltosos” e ultrapassa as fronteiras de Guerrero em 2014: milhões de pessoas se solidarizaram, senão com os estudantes agredidos, com os familiares dos desaparecidos. A violência era brutalmente desproporcional sob todas as perspectivas, até mesmo para quem costumava defender as repressões como um remédio para os “subversivos”.

A autoproclamada “Verdade Histórica”, versão oficial dos fatos de 26 e 27 de setembro, resultado das investigações da Procuradoria Geral da República (PGR), foi elaborada ainda em novembro de 2014. Segundo a versão defendida pelo então Procurador Geral da República, Murillo Karam, e apresentada como verdade histórica irrefutável em uma

¹⁶⁶ As *narcomensagens* são mensagens cifradas, geralmente em tom de ameaça, de um grupo delitivo para outro. Estas podem ser mais diretas como cartazes e pichações ou mais sinistras, lançando mão do uso de cabeças de animais decepados ou mesmo corpos humanos despedaçados, torturados ou enforcados deixados no território do inimigo ou em via pública para serem noticiados e disseminar, assim, o medo.

conferência de imprensa realizada em janeiro de 2015, os policiais municipais de Iguala, que atacaram os ônibus em posse dos jovens e os detiveram, teriam entregado os estudantes de Ayotzinapa a sicários do Cartel Guerreros Unidos¹⁶⁷, organização ligada ao ex-prefeito de Iguala, José Luís Abarca, e à esposa, Maria de Los Angeles Pineda¹⁶⁸, nesta narrativa, os mandantes do crime. Na sequência, ainda segundo a então PGR, os 43 normalistas teriam sido transportados em caminhonetes para o município vizinho, Cocula, onde foram fuzilados e posteriormente queimados em um lixão. Por fim, suas cinzas teriam sido guardadas em sacolas plásticas e atiradas nas correntezas do Rio San Juan que atravessa a localidade.

Por coincidência, no início da noite de 26 de setembro de 2014, o casal Abarca, ambos filiados ao *Partido de la Revolución Democrática* (PRD)¹⁶⁹, comemorava o lançamento de Maria de Los Angeles como futura sucessora ao cargo de prefeita. Associando os dois eventos, a imprensa noticiou amplamente que o objetivo dos normalistas em Iguala era protestar contra a candidatura de Los Angeles, versão sempre negada pelos sobreviventes. Com a repercussão da associação, parte dos moradores de Iguala aderiu à teoria de que os jovens, conhecidos por suas vigorosas mobilizações políticas, teriam provocado sua própria tragédia. Entretanto, a adoção por parte da população de Iguala do estigma em relação aos estudantes não contava com nenhum embasamento em experiências prévias, porque a FECSM não organizava manifestações regulares em Iguala. Estas eram realizadas na capital, Chilpancingo, onde está localizada a administração pública do Estado, além da capital distar apenas 30 minutos da Escola Normal. Os sobreviventes justificaram a ida a Iguala – cidade mais distante – por um acaso desencadeado por imprevistos que os impediram de tomar ônibus no terminal de Chilpancingo, que, naquele início de noite, estaria ostensivamente cercado por policiais. Reiteradas vezes, os jovens reafirmaram que seu intuito era apenas conseguir os ônibus necessários para o transporte dos manifestantes na semana seguinte, quando ocorreria a marcha de Tlatelolco.

Com a tese da PGR, prontamente percebida como inverossímil pela imprensa e pelos

¹⁶⁷ A existência deste grupo enquanto cartel do narcotráfico é questionada pela jornalista Anabel Hernández, responsável pela mais completa investigação sobre os fatos ocorridos entre 26 e 27 de setembro de 2014. Para ela, a PGR teria inflado o poder e a coesão do grupo para dar maior credibilidade à versão oficial. Pois tal operação armada, além do sequestro massivo, só poderia ter sido executada por uma organização dotada de grande poder de fogo e capaz de articular uma logística complexa para matar e se livrar de tantos corpos quase sem deixar rastros (HERNÁNDEZ, 2016).

¹⁶⁸ Anabel Hernández também encontrou uma série de irregularidades na posterior prisão do casal. Dezenas de pessoas teriam sido torturadas para confessar envolvimento com os Guerreros Unidos, além de confirmar a participação do casal e apresentá-lo como líder do grupo delitivo. A investigação completa pode ser conferida no livro *La verdadera noche de Iguala* (HERNÁNDEZ, 2016).

¹⁶⁹O mesmo partido do então governador do Estado, Ángel Aguirre Rivero, que renunciaria ao cargo após o crime.

familiares dos 43 estudantes, o governo não conseguiu estancar a indignação e a exigência popular por uma investigação rigorosa e imparcial. Perícias e refutações embasadas em estudos científicos contestaram fortemente a versão (MASTROGIOVANNI, 2016). A divulgação da investigação oficial deflagrou uma das maiores controvérsias do país no século XXI. Segundo Abel García, diretor do Centro Tlachinollan, entrevistado em março de 2016, a deslegitimação da versão do governo que foi fortalecida pela entrada no caso de dois grupos de especialistas internacionais reconhecidos pela experiência: a Equipe Argentina de Antropologia Forense (EAAF)¹⁷⁰ e o Grupo Interdisciplinar de Especialistas Independentes (GIEI) da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (LOTH, 2018). Ambos colocaram em grande descrédito a “Verdade Histórica”, com a publicação de informes baseados em investigações independentes, realização de perícias nos locais do crime e sugestão de novas linhas de investigação.

Depois de duas perícias no lixão de Cocula, os forenses argentinos concluíram que não havia nenhuma evidência que indicasse a ocorrência da suposta queima monumental no aterro sanitário na madrugada do dia 27 de setembro. Segundo o investigador titular do Instituto de Física da UNAM, Jorge Montemayor, contratado para a produção de um laudo técnico, seriam necessárias 33 toneladas de madeira para calcinar 43 corpos ou 995 pneus de carros, uma logística que seria ainda mais improvável em meio a uma tempestade como aquela que desabou na madrugada de 27 de setembro. A versão oficial também rejeitou de pronto diversas linhas de investigação que poderiam ter sido seguidas, entre elas, a hipótese de que o ataque policial teria sido motivado por uma trágica eventualidade: um dos cinco ônibus nos quais embarcaram os estudantes levaria um carregamento de heroína destinado a Chicago, Illinois-EUA, onde os Guerreros Unidos teriam tentáculos. De forma suspeita, a PGR tentou esconder a existência desse quinto ônibus em seus relatórios (HERNÁNDEZ, 2016). Essa linha é reforçada por uma interceptação telefônica, realizada pelo DEA/EUA, que gravou ligações entre integrantes do cartel em Iguala e em Chicago.

Também fragilizou a investigação oficial uma série de denúncias de que as principais testemunhas teriam sido torturadas e ameaçadas durante os interrogatórios para que apontassem apenas autoridades municipais como responsáveis pelos seis mortos e 43 desaparecidos (HERNÁNDEZ, 2016). Há fartas evidências que indicam que não somente os

¹⁷⁰ Em fevereiro de 2020, a EAAF foi postulada ao Prêmio Nobel da Paz 2020 como reconhecimento pelo trabalho na investigação de violações dos direitos humanos ao redor do mundo. A iniciativa partiu do Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais (CLACSO) e da Universidade Nacional de Quilmes (UNQ).

policiais municipais estavam envolvidos e conscientes do que se passava em Iguala, apontando para o conhecimento do Governo Federal sobre o crime desde o início dos ataques. Um destes indícios é apresentado na apuração da jornalista Anabel Hernández (2016) realizada a partir dos registros do *Centro de Control, Comando, Comunicaciones y Cómputo* (C4)—um sistema integrado que distribui informações para centrais das três esferas de governo. Outra das evidências que fez crescer a suspeita em relação à responsabilidade do Estado em nível federal são fotografias que vieram à tona em fevereiro de 2015, quando o Exército foi obrigado a divulgar fotografias feitas por militares em um hospital, onde normalistas acompanhavam companheiros feridos após os ataques. O fato comprovaria que os militares já sabiam do massacre, pelo menos enquanto o desaparecimento era efetuado.

Na história recente, outros massacres com comprovada participação de instituições estatais, como o Exército, entraram para a história, mas seguem nebulosos e impunes. Conscientes desse histórico, o movimento reivindicou a investigação da hipótese levantada sobre uma possível atuação de elementos do Exército no Caso Iguala. Investigar e interrogar os militares do 27º Batalhão de Iguala foi uma das recomendações do Grupo de Expertos da Comisión Interamericana de Derechos Humanos (GIEI) que foram sumariamente ignoradas pelo governo de Enrique Peña Nieto (2012-18). A aceleração do processo de deslegitimação do Estado e do pacto no poder desencadeada pelo caso é evidenciada no gesto de aceite da participação do GIEI e da EAAF nas investigações. Mesmo fragilizados, EPN e seus subordinados não deixaram de obstruir o trabalho dos independentes¹⁷¹.

Durante as eleições estaduais de junho de 2015, enquanto uma delegação do movimento pelos 43 estava em uma Caravana internacional que passava por Porto Alegre, no Brasil, foram registrados confrontos intensos entre forças policiais e movimentos sociais que organizavam um boicote às eleições, cuja pauta central era o crime de Iguala e a falta de respostas sobre o que havia ocorrido de fato com os 43. Para os participantes, a realização das eleições em meio à crise era prova de que a democracia eleitoral era uma fraude. Em Tlapa de Comonfort, na montanha de Guerrero, cidade na qual fica sediado o Centro Tlachinollan,

¹⁷¹A revelação de contradições no discurso do governo pelo GIEI obrigou muitas vezes as autoridades a darem explicações perante a opinião pública. O governo reagiu com pressão para que o grupo terminasse logo seu último relatório e deixasse o país sem uma renovação do convênio. Em busca da verdade, as famílias lutaram para que os especialistas continuassem acompanhando os pais e as vítimas para cobrar que as recomendações e as investigações originadas dos dois períodos de trabalho no México fossem executadas. “Não existem as condições para desenvolver nosso trabalho”, declarou Claudia Paz y Paz, integrante do GIEI. Paz y Paz também declarou ao *The New York Times*, em abril de 2016, que o governo mexicano foi contrário à prorrogação do mandato do grupo de especialistas da Comissão Interamericana de Direitos Humanos no país (LOTH, 2018).

organizações e militantes ocuparam a prefeitura por meses, declarando um “governo autônomo do povo”. No dia das eleições de 2015, durante uma ação direta contra a instalação do pleito, um jovem professor chamado Antonio Vivar foi atingido por um policial federal e morreu.

Em contrapartida, a evidência mais forte, que corrobora com a versão do Governo Federal durante o mandato de EPN, é o resultado positivo sobre um molar, identificado como pertencente ao estudante Alex Mora Venancio. Segundo a então PGR, o molar fora encontrado nas margens do Rio San Juan pela Marinha, em 2014, mas os antropólogos independentes consideraram o resultado questionável, mesmo após o DNA ter sido confirmado pelo Instituto de Medicina Legal de Innsbruck, na Áustria. O grupo argentino sustentou que, além da coleta do material orgânico ter sido realizada sem a presença dos investigadores independentes na operação, a perícia oficial não forneceu provas de que o molar tenha sido realmente encontrado no rio que corre por Cocula. Na declaração dos antropólogos forenses, consta que a operação de recuperação dos restos, no dia 28 de outubro do ano de 2014, foi realizada sem a sua convocação, apesar do acordo firmado para que todas as etapas de investigação ocorressem de forma conjunta. No convênio entre a PGR e os peritos independentes, estava estipulado que a equipe externa deveria acompanhar diretamente todos os detalhes das operações para garantir que os protocolos internacionais fossem respeitados pelo Estado. A quebra no acordo causou conflito entre a Procuradoria Geral da República e os forenses, que manifestaram, em informes públicos, sua discordância quanto à condução dos trabalhos.

No dia 6 de setembro de 2015, o Grupo Interdisciplinar de Especialistas Independentes, por meio de uma perícia com incêndios e dinâmica do fogo, descartou a versão apresentada pela Procuradoria Geral da República sobre a possibilidade de uma incineração de 43 cadáveres no lixão de Cocula dentro das condições apresentadas. No mês seguinte, o resultado de um segundo teste de DNA foi divulgado. A Equipe Argentina, contudo, continuou sustentando sérias dúvidas quanto à origem das amostras analisadas no laboratório austríaco. O resultado foi a identificação preliminar do DNA mitocondrial de um fragmento ósseo encontrado no rio San Juan como pertencente ao estudante Jhosivani Guerrero de la Cruz, um dos normalistas desaparecidos, filho de pequenos agricultores. Os forenses argentinos questionavam se os indícios humanos, considerados frágeis e incertos, eram mesmo provenientes do rio. Apesar das objeções levantadas, os resultados que relacionaram os restos de Alex Mora Venancio e, posteriormente, de Jhosivan Guerrero à matéria orgânica analisada

tiveram grande impacto neutralizador nas mobilizações nacionais, provocando um refluxo no movimento de contestação que estava disseminado por todo o país.

O crime de Estado e a amplitude do desaparecimento de pessoas no México foram pautas centrais nas eleições presidenciais de 2018. Nos debates e propagandas eleitorais, López Obrador (AMLO) prometia a “Quarta Transformação”, uma ampla transformação (FUENTES, 2018), que comparou à eventos históricos como a Revolução Mexicana e à Independência do México. Ele constantemente associava a guerra às drogas aos efeitos do neoliberalismo, prometendo seu fim (NAJAR, 2019). Em seu discurso de posse (LÓPEZ OBRADOR, 2018), comprometeu-se com a criação de uma Comissão da Verdade exclusiva para o Caso Ayotzinapa, além da derrubada da “Verdade Histórica” imposta pelo governo do PRI.

Em 2020, AMLO apresentou avanços nas investigações sobre o desaparecimento dos 43 estudantes de Ayotzinapa (FERRI, 2020), como a exploração de novas linhas de investigação e a identificação de restos ósseos, o que não o impediu de ser acusado de tentar cooptar o movimento e de impor uma nova versão oficial. Para as eleições de 2021, pais e líderes estudantis de Ayotzinapa, como o antigo porta-voz do movimento Omar García, estão lançando candidaturas pelo partido de AMLO, o MORENA. Como reação, os assessores da organização de direitos humanos Tlachinollan e o Comitê de pais e mães buscaram desassociar o movimento dos candidatos. O lançamento de candidaturas também tem gerado conflitos com a FECSM que acusa os filiados ao MORENA de traição e submissão ao atual mandatário.

6.1.1 Atualizações do Caso Ayotzinapa

No ano de 2020, o governo AMLO (MORENA) apresentou novos resultados na investigação do caso Ayotzinapa e passou a declarar como oficialmente derrubada a versão oficial construída pelo governo EPN (PRI). A descoberta que possibilitou a conclusão de que o governo anterior havia imposto uma versão mentirosa para encerrar o caso, sem maiores consequências políticas, foi o encontro pelos investigadores da Fiscalía General de la República (instituição que substituiu a PGR para passar uma imagem de renovação) de restos mortais na Barranca Carnicería no município de Cocula, a cerca de um quilometro do lixão, o cenário principal da ex-versão oficial. A partir deste achado, ainda em 2020, o primeiro resultado anunciado pelo laboratório da Universidad de Medicina de Innsbruck, na Áustria, foi a identificação de um dos restos (osso do calcanhar de Aquiles do pé direito) como pertencente ao normalista Cristhian Alfonso Rodríguez Telumbre.

Cerca de um ano depois, em junho de 2021, a FGR pôde confirmar que um dos restos encontrados na barranca pertencia a Jhosivani Guerrero de la Cruz, estudante ao qual foi associado um resto mortal em 2015, supostamente encontrado em uma sacola plástica boiando no Rio San Juan. Omar Gómez Trejo, titular da Unidad de Investigación y Litigación para el Caso Ayotzinapa, afirmou após o anúncio da identificação que a PGR não deveria ter divulgado os resultados dos estudos de DNA como indubitáveis em 2015. Naquele ano, a identificação de Jhosivani Guerrero deu-se a partir de uma análise de DNA mitocondrial, resultando em uma correspondência de apenas 17% com o material genético do jovem e da família. A anúncio prematura teria sido motivada pela pressa em ter em mãos uma prova que conferisse embasamento para a versão oficial e pudesse garantir o encerramento do caso. Após constatado que o local de ocultação dos restos mortais não era o lixão de Cocula, as investigações em curso, além de buscarem os responsáveis materiais e intelectuais pelos crimes, visam também esclarecer os objetivos da PGR com a “Verdade Histórica” e punir as autoridades que teriam se envolvido na fabricação de peças jurídicas fictícias e coordenado uma investigação corrompida por irregularidades.

Segundo os investigadores da Fiscalía, desde 2019, foram resgatados 180 restos ósseos da barranca em Cocula, no entanto, os peritos consideraram que apenas 16 apresentavam viabilidade para estudos genéticos, os quais foram enviados para análise no laboratório austríaco, que, em março de 2021, anunciou que apenas 6 fragmentos poderiam ser estudados com confiabilidade. Desta vez, o processo foi acompanhado pela EAAF.

Em 2021, surgiu mais uma linha de investigação que está sendo considerada pela Fiscalía. Os relatos apresentados pelas testemunhas envolvem o Exército diretamente no caso. Nesta versão, os 43 normalistas teriam sido detidos junto com outras trinta pessoas em uma operação que teria envolvido sicários do narcotráfico, policiais e militares. Mais uma vez a motivação principal postulada seria a suspeita por parte da célula dos Guerreros Unidos de que os estudantes eram na verdade infiltrados de um grupo rival.

Parte dos raptados teria sido interrogada no 27º batalhão de Iguala e posteriormente colocada em posse dos narcotraficantes para que estes eliminassem os sobreviventes e escondessem os corpos. A principal testemunha é identificada na investigação vazada para a imprensa (*Grupo Reforma*) em janeiro de 2021 como “Juan” (BARAJAS, 2021), supostamente um dirigente do cartel Guerreros Unidos. Como na versão da PGR, o grupo de narcotraficantes continua sendo o mesmo. A motivação seria uma confusão entre os normalistas e um grupo grande de sicários que teria “invadido” o território dos Guerreros Unidos na mesma data. Deste

modo os jovens teriam sido interrogados para confessar que faziam parte do grupo de “invasores”. Em consequência desta investigação deu-se ordem de prisão ao capitão de infantaria José Martínez Crespo, que teria sido o comandante da operação, e a mais 17 militares relacionadas aos crimes.

Na versão, três grupos teriam sido detidos: um foi levado diretamente por integrantes dos Guerreros Unidos, outro pela polícia estadual e outro pelo Exército, para as instalações do 27º Batalhão de Infantaria. Corpos teriam sido diluídos em ácido e soda cáustica para que pudessem ser convertidos em resíduos líquidos despejáveis pela rede de esgoto. Em uma casa de Iguala, outros rapazes teriam sido assassinados a golpes de facão e machados. Posteriormente, sendo transportados para a Agência Funerária "El Ángel", nos arredores de Iguala. Este mesmo crematório era utilizado por órgãos oficiais como o Servicio Médico Forense (Semefo), o que levanta mais suspeitas sobre outras autoridades. De acordo com “Juan” As demais vítimas que não foram cremadas tiveram seus restos mortais espalhados na cidade de Taxco, perto de minas abandonadas. Segundo esta narrativa, policiais estaduais em conluio com traficantes plantaram evidências no lixão de Cocula para acelerar o encerramento do caso pelas autoridades, o que teria ocorrido em comum acordo entre os criminosos e os responsáveis pela investigação.

Essa suposta conspiração entre narcotraficantes e autoridades estaduais teria como finalidade responsabilizar as pessoas de menor escalão da organização criminosa, blindando assim o comando. Em decorrência do conluio, a Procuradoria-Geral da República (PGR) estabeleceu a chamada "Verdade Histórica" com o lixão de Cocula como desfecho e puniu alguns sicários, o então prefeito José Luis Abarca, sua esposa, Maria Los Angeles Pineda, e integrantes da polícia municipal, instituição que foi dissolvida.

De acordo com o veículo de imprensa que noticiou os avanços com exclusividade (BARAJAS, 2021), o depoimento da testemunha protegida confirma o que está contido nas mensagens trocadas pelos chefes da Guerreros Unidos que operam em Chicago com seus parceiros locais. Essas mensagens foram interceptadas pela DEA como parte de suas investigações sobre o tráfico de heroína do México para os Estados Unidos. Nas mensagens, os chefes de Chicago deram instruções sobre o que fazer com os presos e mortos em 26 de setembro de 2014, citando a existência de 60 pessoas que “precisavam” sumir.

Outras investigações que enquadram membros do Exército avançaram no período, colocando os familiares dos 43 normalistas, além de outras vítimas de violações dos direitos humanos, em alerta. No ano de 2019, um júri federal dos Estados Unidos em Nova York acusou

o ex-secretário da Defesa do governo EPN (2012-2018), o General Salvador Cienfuegos, "de participar de um plano de importação e tráfico de drogas" comandado pelo Cartel Los Beltrán Leyva. Em outubro de 2020, Cienfuegos foi preso nos EUA. Cerca de um mês após a detenção, o militar foi entregue à Fiscalía General de la República (FGR), do México. No entanto, a Fiscalía General de la República (FGR) informou que, por falta de provas, não abriria uma ação penal contra o ex-chefe das Forças Armadas no governo *priísta*. A FGR tinha, legalmente, outro caminho possível: manter o relatório probatório da DEA em sigilo e continuar investigando enquanto obtinham mais provas. Em reação à decisão da Fiscalía, a DEA reagiu afirmando que, se o governo mexicano falhasse [não tomasse as medidas legais], a mesma retomaria as acusações.

Na maioria dos massacres perpetrados durante o governo Peña Nieto (PRI), como no de Tlataya (2014), está documentada a participação do Exército, então a cargo do general Salvador Cienfuegos Zepeda. Foram registradas 3.311 denúncias contra o Exército pela Comissão Nacional de Direitos Humanos (CNDH) durante o período em que o general Salvador Cienfuegos Zepeda esteve à frente da Secretaría de la Defensa Nacional (FLORES, 2021). Em entrevista em janeiro de 2021, o general aposentado José Francisco Gallardo Rodríguez¹⁷² fez a seguinte avaliação sobre a liberação de Cienfuegos:

Este tema pone sobre la mesa de discusión muchas cosas. Una de ellas es que desde que los militares empezaron a participar en la lucha contra el narcotráfico todo mundo – académicos, políticos, periodistas, investigadores, etcétera – dijimos que había riesgo de infiltración del crimen organizado y del narcotráfico en las cúpulas del Ejército. De 2007 a la fecha [...] eso se está viendo y se está confirmando esa hipótesis que muchos teníamos [...]. Incluso yo siempre he dicho que el Ejército está infiltrado por el narcotráfico. Está corrompido el Estado y el Ejército y la Marina y la Policía. [...] Como sea, el caso Cienfuegos lastimó al Ejército. Una acusación de la DEA, aunque no hubo consecuencias legales, es un antecedente serio, más en un contexto de militarización de las acciones de seguridad pública y en que el Ejército mexicano es un pilar de la gobernabilidad del actual sexenio. Es decir, ni la infraestructura ni las vacunas se mueven sin los castrenses. ¿Cuál es y será la consecuencia del caso Cienfuegos en las estructuras de poder del Ejército y cómo impactará la relación Ejército-poder político? (FLORES, 2021, documento eletrônico não paginado).

As vítimas de violações aos direitos humanos, principalmente do caso Ayotzinapa, temem que, com a liberação de Cienfuegos, as violações do Exército sigam impunes. O membro do Centro Tlachinollan e representante legal dos pais dos 43 desaparecidos, Vidulfo Rosales

¹⁷² José Francisco Gallardo Rodríguez foi um militar mexicano e professor universitário. Faleceu em abril de 2021, vítima da Covid-19. Estudioso dos direitos humanos e das relações político-militares, esteve preso entre 1993 e 2002 como punição por ter proposto a implementação de um *ombudsman* militar.

destacou que a liberação das acusações contra Cienfuegos indica com clareza que o atual governo federal evita se aprofundar e levar adiante investigações exaustivas que ponham em questão as ações das Forças Armadas. Mario César González, pai do estudante desaparecido César Manuel González Hernández também expressou indignação com a falta de investigações em relação ao envolvimento do Exército com os crimes:

Que se cumpla lo que prometió el señor Presidente [AMLO] en la última reunión hace unos días, de que ya van a declarar los soldados con el Grupo Interdisciplinario. Eso es lo que a nosotros nos interesa mucho más. Tenemos que meterle más presión, porque hay declaraciones de varios integrantes de Guerreros Unidos que apuntan que el Ejército, el Batallón 27, tenía el control total de Iguala en las zonas críticas donde atacaron a los muchachos [...] Recordemos que en su momento él [general Cienfuegos] fue el primero que puso una barrera entre las declaraciones de los soldados y el grupo de expertos. Él se negó a que los militares declararan ante el GIEI (FLORES, 2021, documento eletrônico não paginado).

6.2 Los Otros

Curiosa es la persistencia del hueso su obstinación en luchar contra el polvo su resistencia a convertirse en ceniza/ La carne es pusilánime/ Recurre al bisturí a unguentos y a otras máscaras que tan sólo maquillan el rostro de la muerte/ Tarde o temprano será polvo la carne castillo de cenizas barridas por el viento/ Un día la picota que excava la tierra choca con algo duro: no es roca ni diamante es una tibia un fémur unas cuantas costillas una mandíbula que alguna vez habló y ahora vuelve a hablar/ Todos los huesos hablan penan acusan alzan torres contra el olvido trincheras de blancura que brillan en la noche/ El hueso es un héroe de la resistencia¹⁷³

Em outubro de 2014, quando os pais dos 43 estudantes ainda tinham plenas esperanças de encontrá-los vivos, setores da União dos Povos e Organizações do Estado de Guerrero (UPOEG), que coordena uma das polícias comunitárias e um dos sistemas judiciais autônomos no Estado, tomou a iniciativa de partir em direção à Iguala em busca dos desaparecidos¹⁷⁴. A ideia foi concebida por um promotor da UPOEG, chamado Miguel Jiménez Blanco¹⁷⁵, conhecido pelo gosto em conceder entrevistas e em atrair a atenção da imprensa,

¹⁷³ *Hueso*, de Óscar Hahn.

¹⁷⁴ As Autoridades Comunitarias da Coordinadora Regional de Autoridades Comunitarias (CRAC), por atuarem na cidade de Tixtla, a 15 minutos da Normal de Ayotzinapa, desde o princípio se aliaram ao movimento dos estudantes e passaram a cuidar da segurança dos pais dos desaparecidos. Entretanto, a CRAC e a UPOEG são organizações rivais.

¹⁷⁵ Seis meses após a criação dos *Outros Desaparecidos de Iguala*, Jiménez Blanco deixou Iguala misteriosamente, alegando que precisava resolver problemas pessoais em sua terra natal, segundo sua filha adotiva Yasmin, entrevistada em 2016 (LOTH, 2018). Muito antes dele, os militantes e policiais da UPOEG já haviam retornado a suas casas na Costa Chica, entendendo que a sua missão de tornar a situação estável para que os familiares saíssem às buscas sozinhos havia sido cumprida. Jiménez Blanco seria assassinado em um táxi em junho de 2015 na sua terra natal, o povoado de Xaltianguis, próximo de Acapulco, na Costa Grande. Os motivos do crime, mesmo para os colegas da UPOEG, ainda eram desconhecidos na época do trabalho de campo.

especialmente a internacional.

Em 2014, Jiménez Blanco mobilizou centenas de policiais comunitários da Costa Chica até Iguala para varrer os montes em busca de covas clandestinas, imaginando que os estudantes estariam enterrados. A proposta, vista como de mau gosto por aqueles que buscavam os jovens vivos naquele primeiro momento, revelou-se quase que visionária. O líder fez contatos com padres da Igreja Católica e grupos que estavam mobilizados em Iguala, convocando uma reunião na Igreja San Gerardo, da qual participaram alguns representantes dos pais de Ayotzinapa, além de incrementar a articulação ao ampliar o chamado aos familiares de outras pessoas desaparecidas na região. Os últimos viriam a construir o grupo *Os Outros Desaparecidos de Iguala*. Mesmo afirmando que seu objetivo era o de encontrar os 43 normalistas, Jiménez Blanco conseguiu, ao longo de algumas semanas, reunir mais de 400 famílias que tentavam localizar seus parentes de forma solitária ou que estavam encerrados em casa com medo de que mais um dos seus fosse levado.

O resultado das primeiras buscas chocou a sociedade mexicana por demonstrar que covas clandestinas eram praticamente acidentes geográficos na paisagem de Guerrero e que o desaparecimento, inclusive, o forçado já era um fenômeno cotidiano e silencioso, bem antes de Ayotzinapa. As manchetes dos jornais começaram a noticiar os números das descobertas logo depois das primeiras buscas, em outubro de 2014, quando *Os Outros de Iguala* ainda não estavam consolidados: em um primeiro momento, alguns pais dos 43 encontram, com apoio da UPOEG, 31 corpos em nove valas na localidade de Las Parotas, “mas havia restos mortais de mulheres entre as ossadas, portanto, não poderiam ser os normalistas”, anunciavam os jornais. Os cadáveres estavam queimados, mas, mesmo assim, o grupo pôde descobrir que havia mulheres entre os corpos. Como exclusivamente rapazes estavam entre os normalistas desaparecidos, funcionários da Procuradoria do Estado de Guerrero – ainda no caso naquela altura – responsáveis pela exumação, interromperam a retirada dos corpos das fossas, descartando a região.

Revoltadas com a pouca importância dada à descoberta daqueles corpos *outros*, as famílias de Iguala empenharam-se em mostrar que não eram apenas os 43 que importavam e que aqueles corpos escondidos em covas também tinham um história¹⁷⁶. Um mês depois,

¹⁷⁶Quando entrevistados entre 2015 e 2016 (LOTH, 2018), alguns buscadores pareciam ainda cultivar um discurso de rivalidade com o outro movimento (pelos 43), antipatia que pode ser explicada pela ausência de diálogo, diferenças táticas, estratégicas e em termos de aliados, além do ressentimento devido ao tratamento díspar concedido pela imprensa e por outros setores da sociedade. Mais detalhes sobre este conflito podem ser lidos no

representantes do coletivo de Iguala voltaram ao local e encontraram mãos, crânios, colunas e muitos ossos negligentemente espalhados. Eram ossos de gente que não foram tratados com a gravidade necessária. Afinal, os 43 não eram os únicos desaparecidos que faziam falta no estado de Guerrero. Relembrando aquela manhã de 2015, o buscador Guadalupe Contreras, contou em entrevista concedida em 1º de janeiro de 2016:

Quando voltamos a Parotas havia mais 22 corpos, que a Procuradoria do Estado não havia se esforçado para encontrar ou se omitiu em recuperar. Na ocasião, quase todo o grupo foi à busca. Encontramos muitos ossos jogados à intempérie. Depois reportamos à PGR e achamos ainda mais fossas. A maioria desses corpos estava inteira, não desmembrada, como é comum (LOTH, 2018, p.65).

Los Otros Desaparecidos de Iguala, o nome do coletivo, foi escolhido com o intuito de explicitar o descaso a que foram relegadas mais de 400 pessoas das quais não se sabia se estavam vivas ou mortas. Mais de 125 ossadas foram encontradas graças ao esforço desses buscadores, mas somente 16 delas tinham sido identificadas até o final de 2016 (LOTH, 2018). O gesto dos “Buscadores de tesouros de inestimável valor”, como apelidou o falecido líder Jiménez Blanco, também é marcador importante para dimensionar o processo de deslegitimação do Estado mexicano. “A parte mais fácil faz a PGR e o trabalho mais árduo fica com as famílias: achar a agulha no meio do palheiro”, declarou à imprensa Jiménez Blanco em 2015, pouco meses antes de seu assassinato (LOTH, 2018, p.86). Na prática, os familiares passaram a desempenhar diversas funções propriamente estatais, como investigar e localizar as covas.

Os membros do coletivo de busca foram ensinados a rastrear covas clandestinas em outubro de 2014. Entre os regentes desta aula estavam: Tita Radilla¹⁷⁷, que investiga há 40 anos o caso do desaparecimento do seu pai durante a chamada guerra suja; Miguel Jiménez Blanco; Julia Alonso, presidenta da organização Ciência Forense Cidadã; 20 familiares de desaparecidos de Iguala, futuros buscadores, e 50 jornalistas nacionais e internacionais, segundo as recordações de Mario Vergara, compartilhadas em entrevista concedida em 25 de dezembro de 2015. Miguel Jiménez Blanco ensinou os primeiros fundamentos: “Vamos ao campo, e onde virem uma onda de terra, vamos escavar. Onde enxerguem terra removida,

livro *Sepultura de palavras para os desaparecidos* (LOTH, 2018), sobretudo, no tópico sobre a visita do Papa Francisco em 2015 e a participação em uma manifestação em Iguala, um ano e meio após o crime (p.116-119)

¹⁷⁷ Em 2009, a Corte Interamericana de Direitos Humanos emitiu uma sentença condenatória contra o Estado mexicano, responsabilizando-o pelo desaparecimento forçado de Rosendo Radilla Pacheco em Atoyac de Álvarez, município de Guerrero.

vamos escavar. Onde avistarem terra de outra cor, escavamos. Levaremos enxadas, pás e facões” (LOTH, 2018, p.68).

O grupo saiu rumo a uma localidade chamada La Joya, decisão tomada por Jiménez Blanco, que havia recebido informações sobre possíveis enterros no campo. Durante o trajeto, à altura da localidade de La Laguna, teriam encontrado um senhor que voltava do corte de lenha e aproveitaram a oportunidade para perguntar: “Para qual direção está La Joya?”. O agricultor teria respondido: “Há muitos anos neste terreno, o vento trazia um cheiro ruim”. Ante a nova pista, o grupo desceu por um barranco para buscar no local indicado pelo idoso. Lá teriam avistado um volume suspeito de terra e descobriram a primeira cova das sete que aí existiam. Primeiro, encontraram um fêmur, em seguida, um crânio e outros ossos foram sendo revelados. As mulheres e os homens escavavam e, ao se deparar com a superfície esbranquiçada dos ossos, já não continuavam expondo o resto da ossada, para não contaminar o local do crime e infringir a lei. Apenas colocavam pedras e bandeirinhas, para que o governo fizesse a sua parte combinada quando voltasse ao local indicado para desenterrar. Motivados pelas descobertas inesperadas em La Laguna, Miguel Jiménez Blanco conseguiu guiar o grupo a La Joya, o destino planejado previamente. Lá descobriram crânios vendados em mais três fossas. Segundo recordou Mario Vergara, o buscador mais inclinado a falar com a imprensa na época, em entrevista realizada em 25 de dezembro de 2015:

Todos imaginaram que poderíamos ter encontrado a ossada de nosso familiar. Fomos muito valentes, mas no primeiro osso encontrado nos desmanchamos. Entramos em pânico. Sentimos dor. Mas isso não foi o feio. Tenebroso foi quando chegou o governo para tirar toda a terra que tapava os corpos. Aquela cena ficou gravada em nossas memórias. (LOTH, 2018, p.69)

No dia seguinte ao achado, apenas um pequeno grupo presenciou o trabalho da Procuradoria Geral da República. Os mortos estavam amarrados pelas mãos e pés, vendados e cada um trazia a marca do seu “tiro de misericórdia”, ou seja, um orifício na fronte. Alguns estavam queimados. Havia também esqueletos repletos de fraturas e marcas de torturas. Conforme o relato de Vergara em 26 de dezembro de 2015:

Eu nunca tinha visto um corpo sem vida. Tenho medo de ver gente morta. Fiquei paralisado. Nos programas da Discovery, dizem que os ossos falam, é verdade... São capazes de contar tudo o que sofreu uma pessoa. Sobre os crânios com a boca aberta que vimos, os antropólogos forenses nos disseram que estavam assim, porque foram enterrados vivos. E, de fato, as posições dos corpos não eram naturais, eles estavam retorcidos, como se tivessem sido jogados ainda com vida. (LOTH, 2018, p.70).

Segundo os buscadores entrevistados, há uma sequência que se repete na empreitada: os camponeses aproximam-se do grupo e instigam discretamente: “Viu aquele monte? Busque ali”. Movidos pela empatia com a comunidade de famílias, os mesmos informantes dão pistas sobre

os crimes escondidos no campo: “Localizem uma árvore grande e encontrarão um antigo acampamento dos narcos”. As informações chegam muitas vezes de pessoas anônimas, por bilhetes e mapas apócrifos disfarçados em guardanapos ou enrolados em algum objeto largado discretamente em meio às reuniões¹⁷⁸. Outras pistas são apresentadas pelos mesmos integrantes ou ex-membros do crime organizado, como relatou o buscador e pedreiro Guadalupe Contreras ao longo de várias entrevistas realizadas entre 26 de dezembro de 2015 e fevereiro de 2016. Contreras comentou essa relação:

“Muitas vezes eles mesmos me procuram, mas eu também os procuro. O que passa é que nós não os envolvemos e mantemos o sigilo prometido. Conseguimos o que queremos, porque não queremos vingança”, explica a relação pragmática. “É a mesma dor que sente um familiar de um criminoso desaparecido que a dor de alguém “de bem”. Para eles, é até mais duro porque não lhes resta nada, nem sequer denunciar podem” (LOTH, 2018, p. 146).

A partir da primeira aula de busca, foram oito meses de subidas diárias aos montes até que começou a temporada de chuvas no outono. Desde novembro de 2015, as buscas coletivas passaram a ser realizadas somente aos domingos. Na retomada em novembro de 2015, o grupo encontrou oito corpos no *ejido* de Tijeritas, cercado por plantações de milho, graças a Guadalupe Contreras. Durante os meses de pausa, apesar das chuvas que apagam as evidências, Guadalupe investigou a região do *ejido* de Tijeritas, por dez finais de semana consecutivos. Ele partia acompanhado por Élvia, ex-esposa de um policial municipal preso sob acusação de haver participado do massacre de Ayotzinapa. O suposto membro do Cartel Guerreros Unidos confidenciou a então esposa pistas sobre o local onde estavam ocultos corpos de policiais executados. Ao menos quatro mulheres do grupo buscavam seus maridos desaparecidos que trabalhavam na corporação policial quando sumiram. A cem metros da descoberta dos esqueletos fardados, também foram encontrados uniformes militares.

Os familiares dos desaparecidos em Iguala não estariam em busca desde outubro de 2014, caso não houvesse o estrondo gerado pelo crime contra os estudantes, entendido como “de Estado” pelos movimentos sociais. Segundo as dezenas de relatos coletados durante a primeira investigação entre 2015 e 2016, após a visibilidade que ganhou o caso Ayotzinapa, alguns familiares, sobretudo mulheres, foram ao centro de Iguala levando cartazes com dizeres

¹⁷⁸ Em Guerrero, na maioria das vezes, as buscas ocorrem em territórios *ejidales* e os informantes são camponeses que, de forma anônima, passam informações para os buscadores, pois durante o cultivo da *milpa* acabam observando, sem poder reagir por medo, que narcotraficantes ocupam seu território para cometer crimes como o desaparecimento, o cultivo e o processamento de narcóticos. Em muitos casos, são os próprios camponeses, acudados em suas terras comunais, os primeiros a encontrarem ossadas e, eventualmente, quando se sentem seguros ou enxergam a oportunidade indicam os locais para os buscadores. Fato fartamente observado em campo (LOTH, 2018).

“Os 43 não são os únicos” e fotos dos desaparecidos (LOTH, 2018). Algumas dessas pessoas nunca tinham reportado o crime às autoridades. Segundo relatos desses familiares, como o de Maira Vergara, irmã de Mario Vergara, a ação foi espontânea, motivada exclusivamente pela ideia de que já não era tão perigoso reivindicar os desaparecidos, pois não seriam os únicos no espaço público: os pais de Ayotzinapa estavam seguindo a mesma estratégia e ganhando atenção da imprensa, do governo e de organismo internacionais.

Apesar da desconfiança, nas entrevistas, outros familiares expressavam uma espécie de gratidão pelos “meninos” e seus pais, responsáveis por uma espécie de desvelamento da realidade. Um exemplo é o casal Gerardo e Maria Luiza Ocampo, moradores de Huitzuco-GRO, que receberam a notícia da identificação de seu filho, Gerardo Alberto Alcocer Ocampo, garçom e usuário de drogas desaparecido em Iguala em 2013, e encontrado pelo grupo de busca dos Outros Desaparecidos em uma cova comum com um tiro à queima roupa na cabeça, ainda em 2015. Este foi um dos primeiros casos em que o grupo conseguiu devolver os restos mortais para uma família. Em entrevista concedida no Natal de 2015, o casal se referiu aos 43 de Ayotzinapa como “anjos”, que anunciaram que o tempo de respostas havia começado. Sem que o caso tivesse estourado, a família Ocampo não teria conhecido a dimensão do envolvimento do Estado com os crimes que ocorriam em Guerrero, segundo informaram em seu depoimento (LOTH, 2018).

Naquela esquina da história, os Ocampo conheceram o vizinho e dono de um bar de sinuca Mario Vergara, que buscava seu irmão, um taxista sequestrado em 2012. Vergara, que em 2015 já despontava como uma liderança nacional da causa dos desaparecidos, mostrava interesse em se aproxima do movimento de Ayotzinapa e de outras articulações nacionais. O comerciante e buscador, integrante do seletto grupo dos “cães”, entendia o caso Ayotzinapa como a gota d’água que fez com que a verdadeira face do Estado mexicano viesse à tona. Vergara passou então a utilizar termos como “narcoestado” e “mau-governo”, vocabulário comum entre grupos de esquerda no México, sobretudo, o último que é bastante associado ao Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN).

Os coletivos só não tomaram a iniciativa de cavar e identificar os corpos diretamente por falta de recursos e, evidentemente, autorização, mas desconfiança em relação ao trabalho do Estado não faltava. Inclusive, durante o trabalho de campo foram presenciados diversos debates acirrados entre aqueles que queriam denunciar os achados diretamente à imprensa e aqueles que preferiam cumprir o acordo com a PGR, resguardando o direito da Procuradoria de realizar a escavação e de notificar a imprensa. Um desses episódios está transcrito em Loth

(2018, p.82-92).

O argumento do primeiro grupo versava sobre: o descumprimento por parte da PGR de vários compromissos assumidos como a garantia de escoltas federais para as buscas, a necessidade de mostrar que o mérito das descobertas era dos familiares e a necessidade de pressionar o Estado, já que o processo de identificação era demasiado lento e os protocolos de resgate dos corpos e de evidências não eram cumpridos, além da permanência da violência dos carteis e de Estado, mesmo após Ayotzinapa. O segundo grupo temia “cutucar a onça com vara curta”, pois considerava que o grupo já havia alcançado o limite, que, caso ultrapassado, os membros poderiam ser retaliados pelo Estado ou pelo crime. Um dos representantes desta posição, o joalheiro Joelo Díaz afirmou: “Só iremos avançar se alguns de nós chegarmos a cargos públicos para mudar as leis e transformar por dentro”.

Em 2016, lideranças de Iguala passaram a ensinar métodos de localização de covas clandestinas de forma sistemática para grupos de outros Estados, como Veracruz, no golfo do México, intercâmbio que resultou na localização de centenas de ossadas. Em 2016, o militante, pedreiro e especialista em buscas Guadalupe Contreras treinou e ajudou o Coletivo *Solecito* a localizar mais de 250 restos mortais de pessoas apenas nas Colinas de Santa Fé, no Estado de Veracruz, no Golfo do México. Guadalupe procura o filho Iván Contreras, mecânico-automotriz desaparecido em 2012 na periferia de Iguala.

Essa decisão de ir a outros Estados foi bastante controversa dentro do grupo, pois algumas lideranças consideravam uma atividade de alto risco, que atrapalharia a conclusão dos trabalhos em Guerrero e, ademais, não eram incomuns acusações contra os incumbidos desta tarefa por supostamente receberem vantagens indevidas, em termos materiais e de reconhecimento.

Desde 2014, milhares de covas foram encontradas pelo país, revelação que contou com considerável cobertura midiática nacional e internacional. Numa coletiva de imprensa realizada em agosto de 2019, o governo, representado pelo atual presidente Andrés Manuel López Obrador (AMLO), admitiu a localização de pelo menos 3 mil covas clandestinas desde 2006 (ZEREGA, 2019). A maioria destes enterros foi descoberto por buscadores como os *Outros* de Iguala.

6.2.1 Engajamento e divergências políticas, táticas e estratégicas

Com base na observação participativa realizada entre 2015 e 2016, afirmo que o engajamento no coletivo *Los Otros Desaparecidos de Iguala* permitiu aos sujeitos vitimados

pelos desaparecimentos forçados ou não transitarem do lugar de vítima para o de ativistas políticos na esfera pública e, mais que isso, assumirem uma posição de enfrentamento contra a ordem estabelecida. Puderam assim abandonar a apatia produzida por uma situação que em princípio se mostrava sem transcendência para compreender a importância das lutas sociais representadas principalmente pelo Movimento de Ayotzinapa e todos os que foram predecessores nas lutas por verdade e justiça nos países da América Latina, cenários de terrorismo de Estado, sobretudo, nas décadas de 1960 e 1970.

De modo lento, com movimentos de avanço e retrocesso, grupos como *Los Otros de Iguala e o Comitê de Ayotzinapa* já modificaram a perspectiva da sociedade mexicana sobre os desaparecimentos forçados ou não no contexto da chamada guerra às drogas, no sentido de percebê-los não como fenômeno de natureza individual, mas como frutos sistêmicos de um processo político-econômico e histórico que envolve a sociedade como um todo.

A análise da tarefa de busca pelos corpos como trajeto de luta que não se esgota em uma finalidade imediata ganha reforço no discurso dos buscadores. Na atividade sistemática de busca, familiares passam a entender a resistência contra o esquecimento, contra o aterramento da memória como uma causa que traz a possibilidade de universalização e, portanto, de politização. Ter alguém desaparecido na família “é como se você tivesse uma praga: todos se afastam”, compara Mario Vergara, um dos buscadores mais ativos e inconformados do grupo de Iguala (LOTH, 2018, p.61). A experiência do choque causada pelo desaparecimento vem marcada pelo sentimento de desgosto e solidão logo que os familiares se dão conta do limitado comprometimento e solidariedade da comunidade ao redor com a sua causa.

A perda de vínculos, com os que não foram afetados diretamente, fragiliza o sujeito no âmbito das relações interpessoais. Para enfrentá-la, os familiares sentem a necessidade de um engajamento político na sua luta, em busca de uma empatia mais sólida com a sua dor, capaz de reinstaurar o vínculo social e afetivo rompido. Na medida em que a solidariedade não sobrevém, percebem que a “comunidade humana existente entre eles e os outros é desconsiderada” (ARAÚJO, 2012, p. 198). O grau de desencanto se aprofunda ao perceber que, numa dimensão mais ampla que a comunidade local, as instituições e as autoridades também parecem indiferentes e chegam a se mostrar antagônicas. Entretanto, da possibilidade de compartilhar experiências dentro da organização e de ter apoio de aliados políticos, surge uma “identidade forte” (GATTI, 2008) e a perspectiva de se engajar em um projeto de transformação da realidade.

Durante o período em que acompanhei as reuniões e as buscas do Grupo os *Outros Desaparecidos de Iguala*, pude perceber a desconfiança, que se soma às intrigas internas, de alguns dos membros mais ativos do grupo em relação ao Comitê de pais de Ayotzinapa¹⁷⁹. O uso da ação direta como tática em manifestações, como ocupação, fechamento de estradas e apropriações, é um dos pontos de discórdia, usado como justificativa para a impossibilidade de uma unidade estratégica.

Os coletivos atuantes em Guerrero apresentam análises contrastantes em relação a como se relacionar com o Estado e suas instituições, estas concepções refletem em suas escolhas políticas e estratégicas. Para o ativista Javier Monroy¹⁸⁰, do coletivo de Familiares e Amigos de Executados, Desaparecidos e Seqüestrados de Guerrero, o papel das buscas não deveria ser realizado pelos familiares das vítimas, porque cabe ao Estado, que deve ser cobrado pelas suas funções custe o que custar, discordando do método escolhido pelos *Outros de Iguala*. Durante a entrevista, Monroy, teceu diversas críticas aos modelos de organização de familiares de desaparecidos. Primeiro, condenou os coletivos que se aferravam a soluções “mítico-religiosas”, formando grupos que se dedicam à autocomiseração, às orações e à caridade. No outro extremo, reprovou as organizações que promovem buscas, porque as organizações não devem trabalhar para substituir suas funções e responsabilidades. Também acreditava que as buscas expunham as famílias a riscos inadmissíveis. Nesse sentido, o ativista se posicionava

¹⁷⁹ Membros da comunidade se filiam a hipóteses sobre o crime de Ayotzinapa, mesmo que claramente baseadas em rumores, são hipóteses que atuam em prol da manutenção do conformismo e da incredulidade não apenas em relação ao Estado, mas em relação a todos aqueles que buscam ou propõem novos projetos de sociedade. No México, existe o estigma de ser de Guerrero, o que é constantemente associado com guerrilheiros e mais recentemente narcotraficantes. Todos estes estigmas associados aos indígenas. O jovem Carlos Gilles, sobrinho de um desaparecido e neto do buscador Margarito Gilles, o mais idoso do grupo, na época aos 78 anos, contou, em entrevista realizada em 2016, que usualmente quando viajava da casa dos pais (Iguala) para a faculdade em Morelos era parado por reténs militares e policiais e escutava zombarias: “É de Guerrero, que medo”. Mesmo assim, o jovem culpava os estudantes de Ayotzinapa pelos “tumultos”: “Eles roubavam caminhões da *Coca-cola* e isso estava destruindo a economia”. Em seu relato, se referia aos jovens como “Ayotzinapos ou Ayotzivândalos”, dois termos pejorativos. A ex-buscadora Zitlali Miranda Mayo que possui um primo desaparecido contou, em entrevista realizada em 2016: “não fazia sentido que a população de Iguala fosse tão avessa aos rapazes, pois eles não costumavam sequestrar ônibus ou organizar manifestações em Iguala, mas em Chilpancingo, onde está o governo do Estado”. Entretanto, a culpabilização expressa por Carlos se estende também ao seu tio desaparecido. Ele e o pai Guilleumo afirmaram que quem saía de casa depois das 20 horas em Iguala naqueles anos de guerra deflagada estava procurando a morte. Por esse motivo, a família desincentiva a participação de Margarito no grupo de buscas. Também revelaram pensar que há muitos criminosos infiltrados no coletivo e que seria perigoso estar no meio deles. Margarito não se importava e seguia indo às buscas.

¹⁸⁰ Monroy se envolveu na causa dos desaparecimentos em 2008, quando um companheiro de militância, o arquiteto Jorge Gabriel Cerón Silva, desapareceu após se encontrar com um político ligado às forças de segurança por quem havia sido contratado para desenhar plantas de terrenos. Ambos participavam do Taller de Desarrollo Comunitario (Tadeco) – organização adscrita à VI Declaração da Selva Lacandona fundada pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) – que implementava projetos sociais em comunidades indígenas. Na época da entrevista, em 20 de dezembro de 2015, nenhum responsável havia sido punido e Cerón Silva ainda não havia sido encontrado nem vivo, nem morto.

contrariamente aos movimentos não-combativos, mas ao mesmo tempo, recusava o autonomismo dos grupos de busca.

Por fim, o líder criticou com o mesmo tom o movimento de Ayotzinapa e a esquerda “tradicional”, ligada a sindicatos e ao Centro de Direitos Humanos Tlachinollan¹⁸¹, que assessora os familiares e sobreviventes. O Comitê de Ayotzinapa não está relacionada à promoção de rezas e eventos de filantropia e tampouco organiza buscas sistemáticas por covas clandestinas, atuando como um movimento social tradicional, ao realizar manifestações regulares, sobretudo, na capital do país, e caravanas nacionais e internacionais, além de participar de mesas de negociação com os governos.

Sobre os limites das negociações e do diálogo com o Estado, Juan Carlos Trujillo¹⁸², entrevistado em janeiro de 2016, na Cidade do México, coordenador da rede de organizações familiares de desaparecidos *Enlaces Nacionales*, expôs uma concepção diferente da defendida por Javier Monroy: “Dependemos do Estado e o ajudamos a cumprir suas responsabilidades na investigação, aplicação da justiça e na compensação dos danos, mas sempre tendo em mente a necessidade de combater e destruir aos poucos esse narcoestado”, afirmou, resumindo o horizonte que move sua prática (LOTH, 2018, p.59). Com o estouro do caso Ayotzinapa, Juan Carlos Trujillo convenceu-se de que a causa humanitária prioritária do México atual era a dos desaparecidos. Passou a fortalecer o que denomina de desobediência civil, empolgado com outro movimento, surgido na raiz do escândalo de Iguala, mas valendo-se de métodos diferentes daqueles empregados pelos pais dos 43: as buscas por fossas clandestinas organizadas pelos *Outros Desaparecidos de Iguala*. Trujillo defendeu que os grupos façam o trabalho de busca por si, independentemente da vontade política das autoridades.

Questionado se as ações organizadas podem promover rupturas estruturais e ilegalidades, Trujillo admitiu, no entanto, não ter uma previsão. Para o coordenador, a “utopia” que deve ser seguida é trabalhar para depender o mínimo do Estado: “Buscar os desaparecidos vivos ou mortos e tecer parcerias, preferencialmente, com os especialistas independentes na

¹⁸¹ Sediado em Tlapa, o Centro Tlachinollan, apesar de ser uma Organização Não-Governamental (ONG) – ou seja, uma instituição ligada, de certo modo, à certa tendência provocada pela globalização neoliberal de substituição dos partidos de esquerda, sindicatos e movimentos sociais por ONG’s como representantes dos interesses da sociedade civil, – possui uma relação íntima com movimentos indígenas da região e com sindicatos do Magistério, além de ter construído uma relação sólida com a FECSM, um entidade socialista.

¹⁸² Juan Carlos Trujillo milita, ao lado da mãe Maria Herrera, desde os desaparecimentos de quatro irmãos em dois eventos, em 2008 e 2010, o primeiro caso ocorrido em Guerrero. Dentro do grupo *Os Outros de Iguala*, tem como maior aliado Mario Vergara, líder do setor mais radical, na época das investigações preliminares. O nascimento de vários coletivos de familiares de desaparecidos provocou a reunião de 40 deles em uma rede chamada de *Enlaces Nacionales*, da qual Trujillo é a figura mais reconhecida.

identificação dos corpos”. Embora, apostasse no caráter subversivo das buscas por covas, o militante não acreditava que as famílias pudessem estar plantando a semente de uma revolução social, por não perceber solidariedade e engajamento substanciais por parte do restante da população.

A investigação mostrou que, para além das divergências quantos aos métodos que devem ser aplicados pelos grupos na luta pela localização dos desaparecidos e pelo fim dos desaparecimentos (forçados ou não), a origem da disputa e da incapacidade de atuar de forma unitária dos *Outros de Iguala* e do Comitê de Ayotzinapa está relacionada à dualidade: desaparecido político *versus* desaparecido decorrente dos conflitos causados pelas atividades delitivas.

O ativista Javier Monroy¹⁸³, coordenador do Coletivo de Familiares e Amigos de Executados, Desaparecidos e Seqüestrados de Guerrero, na mesma entrevista citada anteriormente, sustentou que a chamada “esquerda tradicional” nunca se mobilizou verdadeiramente contra os desaparecimentos forçados ou não dentro do contexto da chamada guerra ao narcotráfico, encarando a causa das vítimas como de menor importância e sem valor político. “A esquerda pensava que os desaparecimentos no século XXI apenas afetavam os indivíduos que estão dentro do crime”, resumiu Monroy. (LOTH, 2018).

Para Javier Monroy a lógica que hierarquiza as vítimas é absurda por relativizar a humanidade das vítimas “comuns” da guerra às drogas, o que não seria justo nem com os indivíduos que tenham envolvimento com os carteis. Para embasar seu argumento, Monroy compara:

A Monsanto e a Coca-Cola são empresas que matam, que destroem, mesmo assim não consideramos seus funcionários criminosos, apenas como trabalhadores. Os carteis da droga são hoje como corporações capitalistas que visam o lucro. As pessoas subordinadas pelos carteis são trabalhadores que estão ali para sobreviver, não são monstros cruéis, apesar dos crimes das organizações delitivas (LOTH, 2018, p.60).

O depoimento do diretor do Centro Morelos¹⁸⁴, localizado na cidade de Chilapa, Manuel Olivares, colhido em fevereiro de 2016, converge com as reflexões de Monroy. Olivares considera que: “antes nossos jovens eram exército de reserva para as maquiladoras, hoje são exército de reserva para os carteis”.

¹⁸³ Entrevista realizada em 20 de dezembro de 2015.

¹⁸⁴ Organização de direitos humanos semelhante e próxima a Tlachinollan.

Portanto, em sua opinião, apenas defender a vida de militantes ou de inocentes é uma posição hipócrita que legitima o *status quo*, ratificando uma certa lógica meritocrática que decide quais vidas importam. Para contextualizar sua crítica, Monroy retomou o histórico de envolvimento da esquerda tradicional com a causa dos desaparecidos. Na sua percepção, a esquerda tradicional havia por muitos anos feito pouco caso em relação às vítimas da guerra às drogas, pois as enxergava de forma moralista, como se sua morte ou desaparecimento fosse um atestado de envolvimento com o tráfico de drogas. Portanto, só passavam a reivindicar desaparecidos quando estes eram militantes e quando se tratava de casos de “desaparecimento político”. Ou seja, uma coisa seriam os desaparecidos da guerra suja (1964-1982), outra seriam os desaparecidos entre 2006 e o Caso Ayotzinapa. Então, só os primeiros seriam legítimos e passíveis de mobilização social ou mesmo de luto; as outras vidas seriam “impuras” e, sendo assim, menos vítimas.

Para ele, esta hierarquização seguia vigente em 2015, quando, em sua concepção, o movimento de Ayotzinapa buscava ser o protagonista, sem trazer consigo outros grupos. O desaparecimento massivo dos 43 seria político, mesmo que a motivação política não tenha sido comprovada até então, existindo a possibilidade de que os jovens tenham sido mortos por terem sido confundidos com membros de um cartel ou por terem se apossado de forma desavisada de um ônibus carregado de heroína (como supõe uma das linhas de investigação). Monroy destacou que o fato de os jovens serem militantes da FECSM pode ter sido uma contingência não tão determinante para o crime. Nesse sentido, Monroy insinuou que Ayotzinapa só havia recebido tal apoio da esquerda porque suas vítimas seriam “martirizáveis”.

Esse ponto levantado pelo entrevistado em 2015 é bastante complexo. Em primeiro lugar, caso seja confirmada a hipótese de que as forças policiais mancomunadas com o Microcartel dos Guerreros Unidos tenham atacado e desaparecido os jovens porque os confundiram com membros dos *Rojos* ou outro grupo ou porque os jovens haviam se apossado de um veículo com carregamento de heroína, isso significa que a guerra às drogas dificulta e torna ainda mais arriscada a atuação de grupos de contestação. Em caso de repressão política, a desculpa de “bala perdida” ou “engano” pode ser acionada para que as autoridades se desviem de acusações de violência de Estado. Outra possibilidade que não vingou no caso Ayotzinapa é a de plantar provas ou insinuar que as vítimas são na verdade criminosos.

Com a guerra às drogas e o populismo penal, a acusação de “bandido” ou traficante disfarça o racismo declarado, pois não é mais necessário justificar as suspeitas e a repressão

afirmando que os sujeitos eram “índios” ou mesmo pobres, basta dizer que eram criminosos, o que no imaginário de sociedades cindidas econômica e racialmente é quase equivalente.

Por todo o histórico de décadas de luta e confrontos, era normal que a primeira hipótese para a motivação do crime contra os estudantes fosse a repressão política. Entretanto, se for comprovada a hipótese de que o Estado atuou em prol de um cartel, podemos dizer que o Estado buscou proteger o lucro do capital, função inerente à sua existência. Não necessariamente o Estado capitalista defende de forma exclusiva o lucro “legal”.

Como já foi citado no âmbito deste trabalho, o fluxo financeiro oriundo do tráfico de drogas e de armas é um componente orgânico da globalização neoliberal (CALVEIRO, 2012). Há fartas provas do envolvimento sistemático de membros do Estado em todas as instâncias (municipais, estaduais e federais) com as narcoempresas, responsáveis em muitos casos pelo financiamento de campanhas políticas, por exemplo. Evidentemente, os “coloridos” com o crime não defendem o interesse de todas as organizações criminosas por igual, as autoridades e empresários têm suas preferências e proximidades a depender dos vínculos territoriais, familiares, entre outros que possam interferir na relação. As alianças entre frações de classe funcionam de maneira análoga.

A própria guerra às drogas não é “lutada” contra todos os carteis de forma igualitária. Nesse sentido, sendo a economia criminal protagonizada pelos carteis que precisam de infraestrutura, mão de obra, produção, escoamento nacional e internacional de mercadorias e movimentação financeira, é possível dizer que o Estado pode estar disposto a reprimir aqueles que de alguma forma contrariam ou atrapalham os interesses deste capital, que talvez pudesse ser considerado como uma subfração da classe capitalista, ainda que muito instável e singular. Entre estes que estariam como pedras no caminho estão as organizações políticas cuja atuação colide com as atividades capitalistas dos carteis, que se tornaram redes delitivas estatais-privadas, de diferentes modos: 1. quando os normalistas sequestram ônibus de empresas de turismo que podem estar envolvidas com o transporte de heroína. 2. Quando os movimentos boicotam eleições em que representantes dos carteis ou protegidos destes estão concorrendo. 3. Quando os movimentos sociais se associam às polícias comunitárias que fecham as comunidades aos tentáculos do crime organizado, sobretudo, aqueles que se infiltram nas polícias e no exército. 4. Quando organizações de familiares fazem buscas e acabam revelando casas de seguranças, valas comuns e corpos que haviam sido escondidos pelo crime organizado, possivelmente, em muitos casos, sob omissão ou conivência de agentes do Estado. Nesse último

caso, os criminosos precisam encontrar novos lugares para se livrar de corpos, novos cativeiros e até mesmo novas oficinas de beneficiamento dos narcóticos.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

À luz da formação social e da análise dos indicadores sociais e do mercado de trabalho no Estado de Guerrero, apreende-se que estar ocupado, nesse canto do capitalismo global, nunca significou ter um “emprego” mediado pelo Estado e com acesso a direitos. Desse ângulo, percebo que o neoliberalismo não inova na precarização das relações laborais. A parcela majoritária da classe trabalhadora em Guerrero jamais foi incluída no sistema formal de emprego ou teve seus direitos resguardados por um Estado de Bem-estar social, sendo a ínfima cobertura da previdência social a evidência mais nítida da marginalização.

Não obstante, o neoliberalismo, sobretudo após a crise de 2008, justamente em seu devir neoliberal de crise (PARANÁ, 2020b), promove uma transformação significativa que transpõe as condições materiais, mas repercute nestas: este impõe um limite rígido, fazendo com que aquilo que antes era um horizonte de expectativas políticas – algo que talvez poderia ser alcançado por meio de um projeto coletivo de sociedade – torne-se algo que já não se pode nem sequer desejar. A ideia de que possa vir a existir um capitalismo conciliador, no qual todos ganhariam, dissolve-se no horizonte mexicano. Junto são soterrados os sonhos modernizantes do *cardenismo*, entre os quais a chamada “educação socialista”, cuja representação mais ativa é a Normal de Ayotzinapa.

Em termos de relações laborais, o neoliberalismo parece se assemelhar cada vez mais com os primórdios do capitalismo do que com uma sociedade futurista de pós-trabalho. Em Guerrero, o futuro já começou. Não apenas o futuro das relações de trabalho, mas o futuro das formas de dominação, controle e gestão da vida dos despossuídos. O tabuleiro virou. O “Sul” agora é o Norte na bússola capitalista. Trata-se do devir periférico do mundo. Ao revelar que o capital “nasce escorrendo sangue e lama por todos os poros”,¹⁸⁵ Karl Marx (2013) elegeu a Inglaterra como o cenário exemplar para a compreensão do processo histórico que provavelmente viria a se repetir no resto da Europa, naquela época, graças à expansão colonial e à imposição forçada do “livre” mercado¹⁸⁶, cada vez mais o centro do mundo. Se o resiliente

¹⁸⁵ “Na história da acumulação primitiva, o que faz época são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação, mas, acima de tudo, os momentos em que grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres. A expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo. Sua história assume tonalidades distintas nos diversos países e percorre as várias fases em sucessão diversa e em diferentes épocas históricas. Apenas na Inglaterra, e por isso tomamos esse país como exemplo, tal expropriação se apresenta em sua forma clássica”. (Marx, 2013, p.963)

¹⁸⁶ As Guerras do Ópio são as ilustrações mais didáticas sobre a origem brutal da “liberdade” de mercado (LUXEMBURGO, 1970).

capitalismo neoliberal está cada dia mais semelhante ao capitalismo “brutal” descrito por Marx, talvez observar atentamente o percurso de formações sociais periféricas, como o México, e, radicalizando a proposta, a periferia da periferia, no caso, Guerrero, ajude a antever o que o sistema capitalista ainda pode reservar para a humanidade.

O ferramental colonial que submete os povos colonizados, assim como a violência reativa contra os colonizadores, volta como um “bumerangue” contra as classes trabalhadoras da centralidade, fazendo com que a solidariedade internacional entre as classes despossuídas prevaleça como condição *sine qua non* para o empreendimento de qualquer tentativa de revolução internacional. “É o momento do bumerangue, o terceiro tempo da violência: ela se volta contra nós, atinge-nos e, como das outras vezes, não compreendemos que é a nossa”, adverte o filósofo francês Jean-Paul Sartre, dirigindo-se aos seus conterrâneos, no prefácio ao livro *Os condenados da terra* (FANON, 1968, p.13).

A austeridade, sacrifício exigido de todos os despossuídos, ao impedir a geração de empregos estáveis nos serviços públicos ocasiona um impacto proeminente em regiões nas quais o funcionalismo público, sobretudo na educação, é praticamente a única forma de ingressar formalmente no mercado laboral e acessar uma gama de direitos básicos. A depressão no investimento público não repercute apenas nas condições para a reprodução social da força de trabalho, mas também inibe a própria geração de empregos e mesmo a ação do “efeito multiplicador” (CARVALHO, 2018). Em algumas regiões de Guerrero, isso é bastante nítido, o que reforça o peso no mercado de trabalho local de instituições como a Escola Normal Raúl Isidro Burgos de Ayotzinapa, localizada no município de 23 mil habitantes, de Tixtla. No entanto, todos os anos o governo impõe novos cortes de vagas, aos quais o corpo discente e docente reage com contundentes manifestações. Em regiões marcadas pelo baixo desenvolvimento como Guerrero, o investimento público e as políticas públicas possuem um alto impacto na vida da população, em sua maioria, habitantes de *ejidos*, povos indígenas, moradores de periferia, jovens e camponeses “integrados” às cadeias produtivas dos narcóticos – pertencimentos que não se excluem mutuamente.

O investimento público na agricultura *ejidal* poderia tornar possível que pequenas comunidades de agricultores forneçam parte de sua produção para o mercado local, ampliando, assim, seu acesso a bens básicos de consumo, e reduzindo a importação de alimentos para o consumo interno. Eventualmente, tal política pública de incentivo poderia reduzir o poder de atração exercida pela cadeia produtiva da heroína. A revalorização da estrutura *ejidal*, legado

da Revolução Mexicana e ampliada durante o governo de Lázaro Cárdenas (1934-194)¹⁸⁷, a maior fonte de meios de vida no Estado, poderia mitigar o fluxo migrante com destino aos Estados Unidos, assim como o deslocamento intermitente dos trabalhadores *jornaleros* em direção ao Norte do país, fenômenos sociais que esgarçam o laço social forjado pelas comunidades guerrerenses. Mas o que ocorre na prática governamental é o contrário.

Analisando as tendências mundiais no mundo do trabalho, é possível afirmar: a maior parte da força de trabalho de Guerrero, que sempre foi informal mesmo no auge do nacional-desenvolvimentismo, dificilmente chegará a ser formalizada no capitalismo periférico neoliberal. É maior a possibilidade de que esta seja, aos poucos, absorvida e subordinada diretamente pelo capital, tornando-se, assim, produtora de mais-valia, o que tende a ocorrer de forma precarizada, segundo o atual modelo da *gig economy*.

É quase intuitivo perguntar: mas será que essa “massa de marginalizados” interessaria para o capital? Os trabalhadores marginalizados seriam funcionais, afuncionais ou disfuncionais no contexto do neoliberalismo periférico? Sua eventual disfuncionalidade explicaria a violência que oprime essas camadas da população? Sua suposta afuncionalidade explicaria a relativa indiferença ante os crimes cometidos contra esses sujeitos?

Quanto a isso, concluo que a dinâmica contraditória do real no contexto analisado faz com que as três possibilidades sejam simultaneamente válidas. Nem todos os informais, desempregados, estagnados, precarizados e marginalizados são funcionais para o capital ou para os setores hegemônicos de forma permanente. Este estudo conclui que o Estado neoliberal e periférico é protagonista e responsável sistêmico pela permanência do fenômeno do desaparecimento de pessoas no século XXI. Ademais, aponte que o caso mexicano guarda importantes conexões históricas e semelhanças descritivas com a categoria originária, a do detido-desaparecido (GATTI, 2017), que remete à época das Ditaduras Civis-militares argentinas.

Os dados analisados revelam que a grande maioria da força de trabalho em Guerrero está alocada em microunidades econômicas. Sua situação precária em termos de direitos e de remuneração reforça as colocações de José Nun (1978) sobre a debilidade do chamado setor competitivo. A economia da “viração” pode fazer com que uma mesma pessoa desempenhe, num curto espaço de tempo, trabalhos ligados à reprodução social, outras ocupações marginais do ponto de vista dos polos hegemônicos de acumulação – por não desempenharem

¹⁸⁷ A política de Reforma Agrária do governo Cárdenas foi responsável pela maior distribuição de terras, em termos de hectares, da história do México (GILLY, 1971).

propriamente as funções de um Exército Industrial de Reserva em relação a estes – e atividades que auxiliem na realização de valores com mais rapidez. As possibilidades de combinação são inúmeras, visto que as fronteiras entre as posições estão embaralhadas e tendem a se tornarem ainda mais tênues com as crises renitentes, que são o “ar” que o neoliberalismo realmente existente respira (PARANÁ, 2020b).

As contribuições de Aníbal Quijano (2014), José Nun (1978) e Francisco de Oliveira (2003) são pertinentes para a compreensão do mercado laboral de Guerrero: nem todos os trabalhadores, sobretudo os da PNEA não-disponível, formam parte do Exército Industrial de Reserva para as maquiladoras instaladas no norte do país ou para outros setores monopólicos. No entanto, é significativa a participação dos trabalhadores que atuam no comércio, incluindo ambulantes, feirantes e pequenos mercadores, na realização da massa de valor posta em circulação. Igualmente, não é possível descartar a relevância do setor informal no barateamento do valor da força de trabalho e para a sua reprodução, em um país no qual o salário indireto é restrito, em especial, no que tange o acesso a sistemas de saúde pública e à previdência social.

Mesmo os camponeses explorados por carteis — há muitos convertidos em empresas transnacionais — no plantio e na colheita de amapola ou os jovens que atuam no varejo de drogas não estão excluídos do núcleo da economia neoliberal, pois os lucros do narcotráfico são um componente orgânico do fluxo financeiro e especulativo¹⁸⁸ (PALEY, 2018). Se o critério para inclusão na superpopulação relativa é não estar subordinado diretamente ao capital, ou seja, ter o trabalho organizado imediatamente pelo capital, entendo que é teoricamente correto incluir os agricultores absorvidos (de forma muitas vezes coercitiva) pela cadeia produtiva da amapola como trabalhadores produtivos. Nesse sentido, o capital não se porta como um juiz que distingue o legal do ilegal. Ademais, os fluxos legais e ilegais se misturam nos circuitos comerciais e financeiros globais.

De modo geral, as vítimas de desaparecimento forçado são as mesmas vítimas das “formas fundamentais de violência social” (ZIZEK, 2014), dificilmente percebidas como violência, mas igualmente capazes de corroer a vida, como a fome, a exploração, o racismo, a opressão, as moradias insalubres e os serviços públicos precarizados. No capitalismo, ambas as modalidades de violência, a que extermina e a que mata “aos poucos”, estão ligadas à formação da superpopulação relativa. A gestão da força de trabalho, cada vez mais assentada na “coerção”

¹⁸⁸ O fluxo de economias altamente expansivas, dinâmicas e internacionalizadas, como o tráfico de drogas, armas e pessoas, gera a necessidade de procedimentos sofisticados de lavagem de dinheiro ilícito, alimentando o rentismo e a financeirização global (SOLÍS GONZÁLEZ, 2013, p.9).

em detrimento do “convencimento”¹⁸⁹, acomete trabalhadores empregados e não-empregados, produtivos e improdutivos desde a perspectiva da acumulação de capital, pois a classe trabalhadora é formada por todos os despossuídos, mesmo aqueles que se encontram marginalizados pela acumulação estão, na verdade, “excluídos por inclusão” (OSORIO, 2010). Como resume a historiadora marxista Virgínia Fontes (2017): “pode haver mais trabalho e menos emprego” (p.52).

Retomando uma das perguntas formuladas em parágrafos anteriores desta conclusão: as três possibilidades (funcional, afuncional ou disfuncional) não negam a ampla gama de violências às quais esses trabalhadores estão submetidos. No entanto, o extermínio total dos trabalhadores “supérfluos”, além de improvável, não seria funcional para a reprodução do neoliberalismo periférico, o que não significa que exista uma racionalidade inerente aos agentes da burguesia e do Estado. A dominação violenta se mantém não porque foi forjada por um núcleo consciente que ordena ou cessa o extermínio completamente à deriva das mudanças conjunturais, mas sim por uma estrutura político-econômica, profundamente racista e etnocêntrica, pautada em crescentes níveis de degradação das condições de trabalho e de vida. Dito de outro modo: as violências explícitas não ocorrem de forma tão disseminada a ponto de reduzir significativamente a população marginalizada. Se o extermínio generalizado não parece presumível, o desaparecimento de pessoas, sobretudo o categorizado como forçado, segue contribuindo ativamente para a forma neoliberal de dominação, incidindo sobre a luta de classes. Ademais, os resultados da pesquisa indicam também que, na atualidade, a guerra às drogas se revela a principal manifestação coercitiva de dominação de classe que corresponde ao neoliberalismo na periferia do capitalismo.

Como já foi mencionado a prática do desaparecimento forçado impõe limites importantes às organizações populares. Em Guerrero, o medo de desaparecer é cotidiano e seu efeito enquanto dispositivo que visa arrasar o inimigo é duradouro. Seus familiares, membros da comunidade e companheiros de organização, todos os dias em que a pessoa não é localizada, seguem recebendo uma mensagem de aterradora intimidação.

Em termos de perspectiva de superação à luz do diagnóstico exposto, observo que: o encontro e aliança entre despossuídos, como os buscadores de Iguala ou os pais e os

¹⁸⁹ Como argumentei ao longo do trabalho, as crises impõem novas rodadas de espoliação, retirada de direitos e patamares mais intensos de exploração e, portanto, demandam um recrudescimento da repressão violenta, fazendo com que a dominação se ajuste, pois, nas crises, as possibilidades de construção de consensos e arranjos entre as classes se reduzem. É um momento de oportunidade, mas não deixa de ser um período crítico para as frações da burguesia em disputa.

sobreviventes de Ayotzinapa – que jamais haviam atuado no mesmo tempo e espaço – ao redor de uma reivindicação urgente, no caso a “epidemia” de desaparecimentos, é mais um sintoma da condição típica de um mercado laboral neoliberal e periférico, no qual a fragmentação desarticulou a congregação de trabalhadores¹⁹⁰ e fenômenos como a migração forçada, a violência e o sucateamento das políticas públicas infiltraram a vida comunitária.

Se os operários fabris já não são uma porcentagem tão grande da classe trabalhadora (não em termos absolutos, mas em termos proporcionais), abre-se uma tendência a lutas mais relacionadas à reprodução social da classe do que às travadas no seio da produção manufatureira. Uma dessas lutas é pelo direito à vida e ao sepultamento, candente em Guerrero desde as guerras coloniais. A luta pelo reconhecimento do valor da vida dos trabalhadores enquanto seres humanos e não enquanto produtores de valor aponta, no limite, para o fim do capitalismo. Nesse modo de produção, para Jaime Osorio (2010), citando de forma crítica e provocativa um célebre conceito formulado pelo filósofo italiano Giorgio Agambem, o trabalhador é o moderno *homo sacer*¹⁹¹.

Nesse ambiente difuso, de informalidade e viração, o patrão parece ausente. Como, então, as organizações populares poderiam atuar no sentido de organizar a angústia, o medo e impedir o reforço do ressentimento de trabalhadores contra outros trabalhadores? Nas lutas

¹⁹⁰ As implicações desse processo de desagregação são resumidas por Alysson Mascaro (2021) e Virgínia Fontes (2017): “Desde a Revolução Industrial, as lutas das massas trabalhadoras se concentraram em fábricas, indústrias e grandes espaços de produção, de que, no século XX, o fordismo é seu modelo mais exemplar. Com a chegada ao regime de acumulação pós-fordista, no final do século XX e início do século XXI, a produção se descentraliza relativamente no que tange à sua espacialidade. Com maiores incrementos da exploração via tecnológica, terceirizações e trabalho remoto, então a produção capitalista consegue desconectar a massa trabalhadora do encontro presencial em grandes plantas industriais ou mesmo de serviços. O aprendizado político na planta da fábrica ou no espaço físico de prestação de serviços se perde. Como toda sociedade capitalista é uma sociedade da exploração do trabalho sob forma assalariada, a submissão no trabalho continua, sob modos diversos – terceirizações, empreendedorismo individual, prestação de serviços, exército de desempregados à espera de trabalhos temporários –, mas a forja de vínculos sociais pelo local de trabalho é relativamente menor do que o fora no tempo do fordismo (MASCARO, 2021, documento eletrônico não paginado)”. “A coexistência de grandes massas de trabalhadores em espaços comuns, subordinados à mesma empresa (ao mesmo “patrão”) traz enorme tensão para o capital. Essa massa reconhecia-se concretamente nos seus hábitos de vida, seus locais de moradia, na subordinação comum de um cotidiano compartilhado ao longo de anos de vida”. (FONTES, 2017, p.48).

¹⁹¹ “Es en la reflexión propuesta por Agamben donde la condición de vida expuesta, de vida en entredicho, alcanza mejores condiciones de explicación, aunque pronto emergen, a su vez, los límites impuestos por su construcción teórica. El *homo sacer*, una figura del derecho romano arcaico, constituye para Agamben el ejemplo que resume la situación paradójica del poder soberano occidental y su relación con la vida: un hombre sagrado, que no puede ser objeto de sacrificio, por estar fuera del derecho divino, al cual, sin embargo, cualquiera puede dar muerte impunemente, sin ser considerado homicida, porque también se encuentra excluido del derecho de los hombres. Una doble exclusión que lo deja incluido en el derecho de una vida expuesta a la que cualquiera le puede poner fin” (OSORIO, 2010, p.95). “es el trabajador la expresión del moderno *homo sacer* en la sociedad regida por la lógica del capital. Su vida desnuda queda en entredicho desde el momento mismo que se ve obligado a poner a disposición del capital no sólo su fuerza de trabajo sino su cuerpo viviente. [...] El capital conforma así un espacio de poder soberano de excepción, una economía-política donde la vida expuesta de los trabajadores se constituye en norma. En esta condición de exclusión-incluida, ‘ninguna vida es más política que la suya’.” (*Ibidem*, p. 97).

cotidianas¹⁹² por direitos dos mais variados, não é incomum que o foco das demandas seja pulverizado e a revolta seja dirigida em direção a diversos tipos de autoridade, funcionários públicos e políticos de forma abstrata. Há numerosos problemas concretos nessa tarefa. Por exemplo, o “patrão” parece desmaterializado¹⁹³ ou dissolvido, no sentido de que está encoberto pelas plataformas, pelo empreendedorismo e outras mistificações¹⁹⁴.

E como poderiam se organizar aqueles que de fato não têm patrão, não são explorados por meio da extração de mais-valia, mas espoliados através de uma série de mecanismo que se amplificam no neoliberalismo? E como poderiam contribuir para uma transformação social aqueles que também são espoliados do direito de conviver com seus familiares, velá-los, enterrá-los em uma sepultura digna e festejá-los todos os anos, como fazem milhões de mexicanos, na ancestral Festa dos Mortos?

Possuindo a desvalorização da vida uma base político-econômica, como argumentei ao longo desse trabalho, entendo que a insubordinação contida na atividade de busca por desaparecidos, encabeçada por coletivos como *Los Otros Desaparecidos...*, precisa ser fortalecida por meio da construção de alianças entre grupos amplos da classe trabalhadora, caso desejem forjar um projeto amplo de transformação social. Esse tipo de aliança está mais presente no movimento pelos 43 de Ayotzinapa, mas este ainda tem frágeis canais de diálogo com outros grupos que reivindicam desaparecidos no país. De todos os modos, a pauta do desaparecimento conquistou grande destaque no pleito eleitoral de 2018 e segue significando uma reivindicação aglutinadora que serve como mecanismo de pressão popular sobre o atual governo “progressista” e seus limites.

Pude constatar que as descobertas populares, extremamente interpeladoras, possuem um

¹⁹² A generalização da espoliação tem efeitos diretos sobre as formas assumidas pela luta de classes e pelos movimentos sociais. Nesse contexto, as organizações costumam se apresentar com maior fragmentação e mais afastadas das lutas sindicais tradicionais ligadas ao trabalho assalariado (HARVEY, 2005). Essa análise parece estar diretamente ligada ao apelo aos direitos humanos como forma de legitimação prevalente entre os novos movimentos sociais no México do século XXI: “o recurso crescente a uma retórica universalista dos direitos humanos, da dignidade, de práticas ecológicas sustentáveis, de direitos ambientais etc. como a base de uma política de oposição unificada (HARVEY, 2005, p.191)”.

¹⁹³ “Não tem mais a posse física de um bem, apenas um ‘título’ – uma propriedade desmaterializada, abstrata, uma propriedade de papel [...] O acionista, por sua vez, não tem amarras. Se a propriedade não lhe convém mais, ele a liquida. Desmaterialização, fluidificação, e também fracionamento da propriedade acionária, as ações de uma sociedade estão dispersas entre milhares de portadores”. (CHAMAYOU, 2019, p.67).

¹⁹⁴ “Ao crescer a distância entre os proprietários dos recursos sociais de produção (ocultos sob *holdings*, conselhos de acionistas, plataformas digitais, entidades sem fins lucrativas, etc.), cresce a dificuldade dos trabalhadores, já segmentados, a enxergarem seu processo de sujeição – e sua atividade criativa, o trabalho – como um processo coletivo. [...] essa fragmentação estimula a reatualização das segmentações pré-existentes entre trabalhadores (nacionalidades, cor de pele e racismos, sexismos diversos etc.) que, novamente de maneira confusa, é apresentada por tendências teóricas diversas como “novas tensões” ou “novos” movimentos”. (FONTES, 2017, p.64).

caráter desmistificador e abalaram a aparência de Estado democrático de Direito no México. Observei que as buscas trouxeram os desaparecidos para o centro do debate público, naturalmente, dos questionamentos sobre a estratégia de guerra às drogas, mas também da própria contestação da ordem neoliberal. Além disso, o engajamento nesses coletivos mostra-se como uma instigante experiência de solidariedade de classe. O alcance político dos resultados conquistados por estas organizações populares pôde ser observado na ideia de crime de Estado que apareceu de forma explícita nos depoimentos dos familiares em busca, nos quais o evento divisor de águas apontado foi, justamente, o desaparecimento dos 43 estudantes (LOTH, 2018).

O compartilhamento de uma dor, ter alguém desaparecido em sua biografia, é aquilo que está permitindo o encontro e a troca de experiências de sobrevivência e de luta entre pessoas que talvez não se reuniram em outra condição e que não possuem uma identidade enquanto trabalhadores ligados a um mesmo sindicato.

A alternativa que poderá tornar a economia política do desaparecimento obsoleta, impedindo uma generalização em direção ao extermínio, só poderá ser construída com base em experiências reais que informarão as próximas reflexões teóricas. De pronto, o que posso destacar é que as buscas possuem um potencial de valorização da vida dos despossuídos e de forjar laços de solidariedade que fogem à lógica da desconfiança, da competição de todos contra todos e do curto-prazismo que aplaina os horizontes de imaginação política e cancela o futuro (FISHER, 2020). As possibilidades de superação do quadro passam pela reconquista do futuro, pois, sem projeto, o presente se enreda em uma espiral destrutiva. E a busca pela construção coletiva de um futuro depende de imaginação política¹⁹⁵. Realçando o espírito da obra de Mark Fisher, Marques e Gonsalves escrevem sobre a encruzilhada histórica atual:

O neoliberalismo persiste por inércia – em pé mesmo morto, como um zumbi. [...] O argumento de Fisher é que o que aparece do ponto de vista da psicologia individual como uma crença (na inevitabilidade do capitalismo) ou como uma atitude (de resignação derrotista frente a uma realidade implacável) é o resultado de uma “decomposição social” – expressão da fragmentação da classe como sujeito político coletivo, e da desintegração das formas de consciência e de solidariedade ligadas à participação na classe. Fundamentalmente, o próprio neoliberalismo deve ser visto como um projeto orientado a essa finalidade política específica: decompor. (MARQUES; GONSALVES, 2020, p.182).

Se aquelas milhares de vidas exploradas, racializadas e soterradas não possuem valor de

¹⁹⁵ “De modo geral, a percepção de que vivemos no fim da história nada mais é do que um ‘projeto de classe altamente bem-sucedido’. O próprio realismo capitalista é consequência do sucesso da direita neoliberal em transformar as atitudes da população, em impregnar de ‘ontologia empresarial’ a infra-estrutura psíquica coletiva, encurtando assim o horizonte da imaginação política” (MARQUES; GONSALVES, 2020, p.177).

uso para o capital, os buscadores denunciam que a vida possui valor em si, que sendo inestimável não pode ser medida pelo parâmetro da capacidade de produção de mais-valia e tampouco equiparável para troca. Como costumava dizer em vida o primeiro professor de busca de Iguala, o policial comunitário Miguel Jiménez Blanco, os “restos” são tesouros de inestimável valor (LOTH, 2018).

Para reverter esse ciclo de depreciação da vida, é necessário que volte a ser possível pensar no futuro, algo que parece distante no atual cenário marcado pelo medo de desaparecer. Em termos macroeconômicos, o neoliberalismo é um grande empecilho para pensar um mundo diferente, mesmo para quem está no governo. Quando planejar coletivamente – algo praticamente intrínseco à vida humana em sociedade – torna-se algo interdito, o resultado é o achatamento do futuro e o presenteísmo. Esse processo tem importantes implicações psíquicas, como alertou Fisher. Nesse sentido, enfermidades sociais causadas pelo “aplainamento do futuro” podem começar a ser curadas por meio do engajamento em coletivos como *Os Outros Desaparecidos de Iguala*. Antes do Caso Ayotzinapa trancados em casa e com medo até dos vizinhos, essas pessoas encontraram no engajamento coletivo formas de elaborar suas tragédias pessoais. Os novos buscadores ingressam no grupo afirmando que “só” querem encontrar os ossos dos “seus” e dar a estes uma sepultura digna, concluindo um “duelo¹⁹⁶” aberto que ainda não pode ser elaborado em um luto definido, entretanto, com o passar do tempo, uma transformação formidável acontece: no trajeto de busca passam a encontrar os “filhos” de companheiros do grupo e de desconhecidos e seguem, assim, encontrando desaparecidos que, muitas vezes, nunca haviam sido procurados (desaparecidos que nem sequer “existiam” em termos políticos e sociais). Então, os sujeitos extrapolam suas motivações iniciais, ao perceberem a amplitude do processo social que determina os desaparecimentos, e passam a considerar como “seus” todos os desaparecidos e a exigir que toda a sociedade considere cada desaparecido como alguém que faz falta e desfalca a coletividade.

Nesse percurso, em especial após a projeção internacional obtida pelo Caso Ayotzinapa e a politização do movimento de familiares, os buscadores descobrem, de forma dolorida, desigual e heterogênea, que existe um fio invisível que conecta todas as covas clandestinas. Neste trabalho, este fio estruturante pode ser chamado de Economia Política do Desaparecimento.

Quando o limite estrutural imposto pelo neoliberalismo periférico impede que este

¹⁹⁶ Pesar.

confira condições de vida mínimas e, mais do que isso, o próprio direito à vida e a uma morte digna, a luta por estes direitos elementares pode se tornar um enfrentamento direto ao neoliberalismo ou, no limite, um desafio anti-capitalista, uma vez que este não se mostra capaz de garantir sequer a vida das populações sob sua égide. As buscas podem estar criando uma tensão verdadeiramente disruptiva, cujos efeitos são imprevisíveis em um contexto de acontecimentos aleatórios, mas condicionados por determinações materiais e estruturais.

REFERÊNCIAS

- AFSHAR, Y. *Prefácio*. In: Chamayou, G. *A sociedade ingovernável*. São Paulo: Ubu, 2020.
- ALTHUSSER, L.; BALIBAR, E.; ESTABELT, R. *Ler O Capital*. Volume 2. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.
- AMIN, S. *Introducción. Frantz Fanon en África y Asia em F.Fanon, Piel negra, mascarar blancas*, Madrid, Akal, 2009.
- MONTALVO, T. Guerrero, el estado donde no hay trabajo para los jornaleros agrícolas. **Animal Político**, 2015. Disponível: <https://www.animalpolitico.com/2015/04/el-74-de-los-municipios-indigenas-de-guerrero-expulsa-jornaleros-que-buscan-trabajo-en-el-norte-del-pais/>. Acesso: 05/05/2021.
- ARAÚJO, F. *Das consequências da “arte” macabra de fazer desaparecer corpos: violência, sofrimento e política entre familiares de vítima de desaparecimento forçado*. UFRJ, 2012.
- ARUTO, P. C. *O CONCEITO DE FORMAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL: uma revisão das abordagens marxistas recentes*. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p.78. 2009.
- BAMBIRRA, V. *El capitalismo dependiente latinoamericano*. Mx.: Siglo XXI, 1979.
- BANCO MUNDIAL. **Gasto militar (% del PIB)**, 2021. Portal de dados do Banco Mundial. Disponível em: <https://datos.bancomundial.org/indicador/MS.MIL.XPND.GD.ZS>. Acesso em: 21 de junho de 2021.
- BARAJAS, A. *Expediente REFORMA: Disueltos e incinerados*. **Grupo Reforma**, 2021. Disponível em: <https://www.reforma.com/aplicacioneslibre/preacceso/articulo/default.aspx?urlredirect=https://www.reforma.com/expediente-reforma-disueltos-e-incinerados/ar2108954?referer=--7d616165662f3a3a6262623b6770737a6778743b767a783a-->. Acesso em: 22 de junho de 2021.
- BARRAGÁN, A. Encarcelados 95 estudiantes normalistas en Chiapas tras una protesta. **El País**, 2021. Disponível em: <https://elpais.com/mexico/2021-05-21/encarcelados-95-estudiantes-normalistas-en-chiapas-tras-una-protesta.html>. Acesso em 22 de junho de 2021.

BARRETO, E.S. *Restauração neoliberal e o esgotamento histórico de formas consagradas de resistência*. In: **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, v. 53, p. 118-146, 2019.

BARRIOS RODRÍGUEZ, D. *Qual a relação do Estado com a economia criminal?* In: Dessotti; Dos Santos; Franzoni (org.). *México e os desafios do progressismo tardio*. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

BEL, G. *Against the mainstream: Nazi privatization in 1930s Germany*. In: **Economic History Review**, 2009. Disponível em: <http://www.ub.edu/graap/EHR.pdf>. Acesso em: 20 de abril de 2021.

BENANAV, A. *Automation and the Future of Work-I*. In: **New Left Review**, 119, 5-38, 2019a.

BENANAV, A. *Automation and the Future of Work-I*. In: **New Left Review**, 2019b.

BERNARDO, J. *Labirintos do Fascismo* (3ª versão, revista e aumentada). 2018. Disponível em: <https://ia803109.us.archive.org/3/items/jb-ldf-nedoedr/BERNARDO%2C%20Jo%C3%A3o.%20Labirintos%20do%20fascismo.%203%C2%AA%20edi%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 21 de junho de 2021.

BIN, D. 2018. “So-called accumulation by dispossession.” **Critical Sociology**, v. 44, n. 1, p. 75-88.

BLYTH, M. *Austeridade*. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

BONAVENA, P. A.; NIEVAS, F. *Guerra: modernidad y contramodernidad*. Buenos Aires: Final Abierto, 2014.

BORBOLLA, M. *Cómo el Cártel de Sinaloa se volvió trasnacional gracias a la CIA (y por qué el modelo militar no busca erradicar el narco)*. **RT**, 20 de novembro de 2019. Atualidad. Disponível em: <https://actualidad.rt.com/actualidad/333877-cartel-sinaloa-trasnacional-cia-mexico>. Acesso em: 10 de dezembro de 2020.

BORSARI, P. R.; PRONI, M. W. *Consequências da financeirização para os trabalhadores*. In: Encontro Nacional de Economia Política, 2019, Vitória. Anais XXIV ENEP. Vitória: UFES, 2019. v. 24. p. 1-25.

BOULLOSA, C.; WALLACE, M. *A Narco History: How the United States and Mexico Jointly Created the Mexican Drug War*. OR Books, 2015.

BRANDÃO, L.D.; FRANZONI, M. *É POSSÍVEL PARA O MÉXICO ROMPER RELAÇÕES COM OS ESTADOS UNIDOS?*. In: Dessotti; Dos Santos; Franzoni (org.). *México e os desafios do progressismo tardio*. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

BRASIL É O 9º país mais violento do mundo, segundo a OMS. **R7**, 2018. Disponível: <https://noticias.r7.com/cidades/brasil-e-o-9-pais-mais-violento-do-mundo-segundo-a-oms-17052018>. Acesso em: 21 de junho de 2021.

BRETTAS, T. Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil. In: **TEMPORALIS**, v. 17, p. 53-76, 2017.

BRITO CRUZ, L.; Mejía Reyes, P. El empleo manufacturero en México, 1970-2013: un análisis espacial desde el enfoque de la NEK. **Economía, Sociedad y Territorio, Toluca, México**, v. 20, n.63, maio/ago. 2020.

BROWN, W. *Nas ruínas do neoliberalismo*. São Paulo: Filosófica Politeia, 2019.

BRUNHOFF, S. de. *A hora do mercado: crítica do liberalismo*. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

CALVEIRO, P. *Violencias de Estado*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2012.

CANO, F. *COMO O MÉXICO SE CONVERTEU EM UM IMPORTADOR DE PETRÓLEO?* In: DESSOTTI; DOS SANTOS; FRANZONI (org.). *México e os desafios do progressismo tardio*. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

CANO, W., *Soberania e política econômica na América Latina*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

CANO, F. *COMO O MÉXICO SE CONVERTEU EM UM IMPORTADOR DE PETRÓLEO?* In: DESSOTTI; DOS SANTOS; FRANZONI (org.). *México e os desafios do progressismo tardio*. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

CARVALHO, C. *Por que as elites mexicanas optaram pelos Estados Unidos e pela liberalização econômica?* In: Dessotti; Dos Santos; Franzoni (org.). *México e os desafios do progressismo tardio*. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

CARVALHO, L. *Valsa brasileira*. São Paulo: Todavia, 2018.

CASANOVA, P. G. *El colonialismo interno* In: *Sociología de la explotación*. CLACSO, Buenos Aires, 2006, disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/gonzalez/colonia.pdf>

Castellanos, L. *México armado; 1943-1981*. Ciudad de México: Ediciones Era, 2007.

CECEÑA MARTORELLA, A.E. *Los miserables en la teoría social latinoamericana*. In: *La teoría social latino-americana*. Tomo II - Subdesarrollo y dependencia. Ruy Mauro Marini y Mária Millán (coord.). México D.F.: El Caballito, 1994.

CEFP. *Caracterización del Mercado Laboral en México: Encuesta Nacional de Ocupación y Empleo, ENOE*. Guerrero. México: Cámara de Diputados, 2018.

CELIS, F. China ya tiene mejores salarios que México: Oxfam. **Forbes**, 2018. Disponível em: <https://www.forbes.com.mx/china-con-mejores-salarios-que-mexico-oxfam/>. Acesso em: 21 de junho de 2021.

CENTRO DE ESTÚDIOS de las Finanzas Públicas. *Caracterización del segmento de jóvenes*

que ni estudian ni trabajan en México. México: Cámara de Diputados, 2018.

CEPALSTAT. **Bases de Datos y Publicaciones Estadísticas**, 2021. Disponível em: <https://estadisticas.cepal.org/cepalstat/portada.html>. Acesso em: 21 de junho de 2021.

CHAMAYOU, G. *A sociedade ingovernável*. São Paulo: Ubu, 2020.

CHESNAIS, F. *A teoria do regime de acumulação financeirizado: conteúdo, alcance e interrogações*. In: *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 11, n. 1 (18), p. 1-44, jan./jun. 2002. Disponível em: http://www.eco.unicamp.br/docdownload/publicacoes/instituto/revistas/economia-esociedade/V11-F1-S18/01-Chesnais.pdf?origin=publication_detail. Acesso em: 21 de fevereiro de 2021.

COMISIÓN MEXICANA DE DEFENSA Y PROMOCIÓN DE LOS DERECHOS HUMANOS. *Informe: Episódios de desplazamiento interno forzado massivo em México*. México: CMDPD, 2018.

CONSEJO NACIONAL de Evaluacion de la Política de Desarrollo Social. *La pobreza en la población indígena de México, 2008 – 2018*. México: Coneval, 2019.

CONSEJO NACIONAL de Evaluación de la Política de Desarrollo Social. *Pobreza y personas mayores en México*. México: Coneval, 2020. Disponível em: https://www.coneval.org.mx/Medicion/MP/Paginas/Pobreza_Personas_Mayores.aspx. Acesso em: 21 de junho de 2021.

CONEVAL. *Comunicado de prensa n.09*. Ciudad de México, 2017. Disponible en: <https://www.coneval.org.mx/SalaPrensa/Comunicadosprensa/Documents/Comunicado-09-Medicion-pobreza-2016.pdf>. Acesso em: 10/06/2021.

CONEVAL. *Estudio diagnóstico del derecho al trabajo 2018*. México: CONEVAL, 2018.

CUNHA, A. *De onde vem a “guerra às drogas” mexicana?* In: Dessotti; Dos Santos; Franzoni (org.). *México e os desafios do progressismo tardio*. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

CONSEJO NACIONAL de Evaluación de la Política de Desarrollo Social. **CONEVAL**. *Quienes Somos*. Disponível em: <https://www.coneval.org.mx/quienessomos/Paginas/Quienes-Somos.aspx>. Acesso: 08/05/2021.

CONSEJO CIUDADANO para la Seguridad Pública. Seguridad, Justicia y Paz. **Página Inicial**. Disponível: <https://tinyurl.com/y5af4uqu>. Aceso: 02/11/2020.

DARDOT, P., LAVAL, C. *Anatomia del nuevo neoliberalismo*. In: **Viento Sur**, 2019. Disponível em: <https://vientosur.info/Anatomia-del-nuevo-neoliberalismo/>. Acesso em: 20/06/2021.

DARDOT, P; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DATA CÍVICA. **Análisis y evaluación de registros oficiales de personas desaparecidas:** hacia el nuevo registro nacional, 2019. Disponível em: <https://registros-desaparecidos.datacivica.org/>. Acesso em 21 de junho de 2021.

DATA MEXICO. **Guerrero**, 2021. Empleo. Disponível em: <https://datamexico.org/es/profile/geo/guerrero-gr?occupationSelectorGender1=gender1&quarterOccupationSelector1=20151&quarterOccupationSelector2=20154&workforceSelector=workforceOption#empleo>. Acesso em: 21 de junho de 2021.

DE GIORGI, A. *A miséria governada através do sistema penal*. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

DECCACHE, D. *Por que os empresários exigem “austeridade”*. **OUTRAS PALAVRAS**, 2020. Disponível em: <https://outraspalavras.net/mercadovsdemocracia/por-que-os-empresarios-exigem-austeridade/>. Acesso em 21 de junho de 2021.

DESSOTTI, F.; DOS SANTOS, F.; FRANZONI, M. (org.). *México e os desafios do progressismo tardio*. SP: Editora Elefante, 2019.

DIAS, D. G. *O BOLSA FAMÍLIA VEIO DO MÉXICO?* In: Dessotti, F.; Dos Santos, F.; Franzoni, M. (org.). *México e os desafios do progressismo tardio*. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

DOS SANTOS, T. *Socialismo ou fascismo*. Florianópolis: Insular, 2018.

DUARTE, P.H.E. *SUPERPOPULAÇÃO RELATIVA, DEPENDÊNCIA E MARGINALIDADE: ENSAIO SOBRE O EXCEDENTE DE MÃO DE OBRA NO BRASIL*. Tese (Doutorado Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, p.265. 2015.

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. *A Crise do Neoliberalismo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

EN MÉXICO hay más de 73 mil desaparecidos y más de 3 mil fosas clandestinas. **Animal Político**, 2020. Disponível em: <https://www.animalpolitico.com/2020/07/mexico-73-mil-desaparecidos-fosas-clandestinas/>. Acesso: 09 de maio de 2021.

ESCOBET; LIMA; SALES. *Por que tantos mexicanos migram para os Estados Unidos?* In: Dessotti; Dos Santos; Franzoni (org.). *México e os desafios do progressismo tardio*. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

ESQUIVEL HERNÁNDEZ, G. *Desigualdad Extrema en México: Concentración del Poder Económico y Político*. México-DF: Oxfam-México, 2015.

FERNANDES, A. *A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva*. In: **Antíteses**, Londrina, v. 2, n.4, jul.-dez. de 2009, p. 831-856.

FANON, F. *Os Condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FERNANDES, F. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

FERNANDES, F. *Apontamentos sobre a Teoria do Autoritarismo*. São Paulo: Hucitec, 1978.

FERRI, P. Identificação de um dos 43 estudantes de Ayotzinapa derruba a versão histórica do Governo de Peña Nieto. *El País*, 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-07-08/identificacao-de-um-dos-43-estudantes-de-ayotzinapa-derruba-a-versao-historica-do-governo-de-pena-nieto.html>. Acesso em 17 de abril de 2021.

FISHER, M. *Realismo capitalista – é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?* São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

FLORES, E. *El caso Cienfuegos demuestra que el poder civil está sometido al militar, dice General Gallardo*. **SinEmbargo**, 2021. Disponível em: <https://www.sinembargo.mx/19-01-2021/3925688>. Acesso em: 23 de junho de 2021.

FONTES, V. *Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho*. In: Colóquio Marx e o Marxismo v.5, n.8, jan/jun, 2017.

FOUCAULT, M. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRASER, N. *From Progressive Neoliberalism to Trump - and Beyond*. *American Affairs* vol. 1, n. 4, 2017.

FREUD, S. *Luto e Melancolia*. Tradução de Marilene Carone. 1ª ed. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

FUENTES, Y. AMLO presidente: ¿qué es la "Cuarta Transformación" que propone Andrés Manuel López Obrador para México?. **BBC**, 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-45712329>. Acesso em: 05/02/2021.

GALEANO, E. *De Pernas pro Ar: a escola do mundo ao avesso*. Porto Alegre: L&PM, 1999.

GANDARILLA, J. G. *Colonialismo neoliberal: modernidade, devastação e automatismo de mercado* In: **REPAM**. Brasília, 2020.

GATTI, G. *El detenido-desaparecido: narrativas posibles para una catástrofe de la identidad*. Montevideo: Ediciones Trilce, 2008.

GATTI, G. *Prolegómenos. Hacia un concepto científico de desaparición*. In GATTI. *Desapariciones. Usos locales, circulaciones globales* (pp. 13-32). Bogotá: Siglo del Hombre-Uniandes, 2017.

GILLY, A. *La Revolución interrumpida*. México DF: Ediciones El Caballito, 1971.

GONZALEZ, O. L., Violencia homicida en América Latina. In: **L'Ordinaire des Amériques** [Online], 11 julho 2014. Disponível em: <http://journals.openedition.org/orca/1216>. Acesso em: 22 de junho de 2021.

- GONZÁLEZ ARÉVALO, A. L. *México ante la desindustrialización de su manufactura*. Ciudad de México: Ediciones del Lirio, 2017.
- GORZ, A. *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*. Rio de Janeiro, Forense, 1982.
- GOUVÊA, M.; MANOEL, J. *Racismo, branquitude, capitalismo dependente e o 'fascismo nosso de cada dia*. **Youtube** (Canal *Conversa de Classe*), 23 de junho de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=o8tNm-W0TNM>. Acesso em: 20 de maio de 2021.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere – Maquiavel: notas sobre o Estado e a política*. V. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- GRANATO NETO, N. N.; GERMER, C. M. *A evolução recente do mercado de força de trabalho brasileiro sob a perspectiva do conceito de exército industrial de reserva*. In: **Revista Ciências do Trabalho**. 2013.
- GUTIÉRREZ, R. *Los límites de la política social durante el sexenio Peña Nieto*. In: **Economía, Unam**, v. 13, n. 39, set.-dez. 2016.
- GUZMÁN, G.; HERNÁNDEZ, P.; MOSLARES, C. Gastos en seguridad y homicidios: los costos de la guerra contra el crimen organizado (2006-2012). **Revista Mexicana de Opinión Pública**, jan-jun, 2015.
- HARVEY, D. *Neoliberalismo. História e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- HARVEY, D. *Para entender O Capital (vol.1)*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- HERNÁNDEZ, A. *La verdadera noche de Iguala: La historia que el gobierno quiso ocultar*. Cidade do México: Grijalbo, 2016.
- HIRSCHMAN, A. *A economia política do desenvolvimento latino-americano: sete exercícios de retrospectão*. **Revista Brasileira de Ciência Sociais**. n. 3, vol. 1, fev, 1987.
- HICKEL, J.; SULLIVAN, D.; **Zoomkawala**, H. Plunder in the Post-Colonial Era: Quantifying Drain from the Global South Through Unequal Exchange, 1960–2018. **New Political Economy**. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13563467.2021.1899153>. Acesso em: 21/06/2021.
- INEGI. Encuesta Nacional de Ocupación y Empleo (ENOE), población de 15 años y más de edad. **Datos ENOE**, 2021. Disponível: <https://www.inegi.org.mx/programas/enoe/15ymas/>. Acesso: 10/06/2021.
- INSTITUTO NACIONAL de Estadística y Geografía. **Banco de Información Económica**, 2021. Página inicial. Disponível em: <https://www.inegi.gob.mx/app/indicadores/bie.html>. Acesso em: 21 de junho de 2021.
- INSTITUTO NACIONAL de Estadística y Geografía. *Anuario estadístico y geográfico de Guerrero 2017*. México, DF, 2017.

INSTITUTO DE LOS MEXICANOS EN EL EXTERIOR. **Estadísticas de la población mexicana en el exterior 2017**, 2021. Gobierno de México. Disponible em: <http://ime.gob.mx/estadisticas/>. Acesso: 02 de junho 2021.

INEGI. **Defunciones por homicidios**: Consultar información de 1990 a 2019, 2021. Mortalidad. Disponible em: <https://www.inegi.org.mx/sistemas/olap/proyectos/bd/continuas/mortalidad/defuncioneshom.asp?s=est>. Acesso em: 21 de junho de 2021.

INEGI. **Glosario de Términos Laborales**, 2021. Disponible em: <https://www.inegi.org.mx/app/glosario/default.html?p=ENOE15>. Acesso em: 08/05/2021.

INSTITUTO NACIONAL de Estadística y Geografía. *La informalidad laboral - Marco conceptual y metodológico*: Encuesta Nacional de Ocupación y Empleo. México: Instituto Nacional de Estadística y Geografía, 2014.

INSTITUTO NACIONAL de Estadística y Geografía. *Mujeres y hombres en México 2018*. México: INEGI, 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE LAS MUJERES. *Guerrero*. México: Sistema de Indicadores de Género, 2020. Disponible em: <http://estadistica.inmujeres.gob.mx/formas/>. Acesso em: 20 de junho de 2021.

INSTITUTO NACIONAL de Estadística y Geografía. Censo de Población y Vivienda 2010. **INEGI**, 2021. Disponible em: <https://www.inegi.org.mx/programas/ccpv/2010/>. Acesso em 20 de junho de 2021.

INSTITUTO NACIONAL de Estadística y Geografía. *PATRONES Y TENDENCIAS DE LOS HOMICIDIOS EN MÉXICO*. In: **EN NÚMEROS, DOCUMENTOS DE ANÁLISIS Y ESTADÍSTICAS**, Aguascaliente (México), v. 1, n. 15, ene-abr 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE LOS PUEBLOS INDÍGENAS. Mujeres indígenas, datos estadísticos en el México actual. **Gobierno de México**, 2018. Disponible em: <https://www.gob.mx/inpi/es/articulos/mujeres-indigenas-datos-estadisticos-en-el-mexico-actual?idiom=es>. Acesso em 14/05/2021.

INEGI. Características de la población privada de la libertad. In: Estadísticas sobre el sistema penitenciario estatal en México. México: INEGI, 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da Violência**. Taxa de Homicídios. Disponible em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/dados-series/20>. Acesso em: 22 de junho de 2021.

INSTITUTE FOR ECONOMICS AND PEACE. *Índice de Paz México 2015*. México: IEP, 2015. Disponible em: <https://www.economicsandpeace.org/wp-content/uploads/2015/06/Mexico-Peace-Index-2015-Spanish-Report.pdf>. Acesso em: 21 de junho de 2021.

IRAMINA; DOS REIS; SCOBET; LIMA. *O MÉXICO É EXTRATIVISTA?*. In: Dessotti; Dos Santos; Franzoni (org.). *México e os desafios do progressismo tardio*. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

IRAZUZTA, I. *Buscar como investigar. Prácticas de búsqueda en el mundo de la desaparición en México*. **Sociología y tecnociencia**, 10(1), 94-116, 2020.

JASO GALVÁN, A. C. *México: Estado de exceção sem ditadura, 1964 - 1982*. Primeiras aproximações. In: Anais do XXVII Simpósio Nacional de História, 2013.

KALECKI, M. *Aspectos políticos do pleno emprego*. In: **Jacobin Brasil**, 2020. Disponível: <https://tinyurl.com/y2xk2b4h> /. Acesso: 10/05/2021.

KEHOE, T. J.; MEZA, F. Crecimiento rápido seguido de estancamiento: México (1950-2010). **El Trimestre Económico**, v. 80, n. 318, p. 237-280, 1 abr. 2013.

KLEIN, N. *A Doutrina do Choque: a ascensão do capitalismo de desastre*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

KYLE, C. *Violence and Insecurity in Guerrero*. University of Alabama at Birmingham, 2015.

LACERDA, M. *Neoconservadorismo de periferia: articulação familista, punitiva e neoliberal na Câmara de Deputados*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro, 2018, p. 207.

LAZZARATO, M. *Fascismo ou Revolução? O neoliberalismo em chave estratégica*. São Paulo: n-1 edições, 2019.

LENIN, V. I. *Imperialismo, estágio superior do capitalismo: ensaio popular*. São Paulo: Expressão Popular, 2012. 176p.

LÓPEZ AGUILAR, M. Una reforma “educativa” contra los maestros y el derecho a la educación. **El Cotidiano**, Universidad Autónoma Metropolitana - Unidad Azcapotzalco Distrito Federal, México, n. 179, pp. 55-76, mayo-junio. 2013.

LÓPEZ DE LA VEGA, M.; MODONESI, M.; MUNGUÍA GALEANA, F.; OLIVER, . La lucha del Sindicato Mexicano de Electricistas. **OSAL, Buenos Aires: CLACSO**, ano XI, n 27, abril. 2010.

LÓPEZ OBRADOR, A. M. El discurso íntegro de AMLO al tomar posesión como presidente. **Expansión**, 2018. Disponível em: <https://expansion.mx/nacional/2018/12/01/discurso-integro-de-lopez-obrador-como-presidente>. Acesso em: 21 de abril de 2021.

LOTH, L. *Sepultura de palavras para os desaparecidos*. Florianópolis: Insular, 2018.

LOTH, L. Comunidade Náhuatl do Estado de Guerrero rebela-se contra o desmando, o medo e a cultura imposta. **Maruim**, 2015. Disponível em: <https://maruim.org/2015/05/06/comunidade-nahuatl-do-estado-de-guerrero-o-mais-pobre-do-mexico-rebela-se-contr-o-desmando-o-medo-e-a-cultura-imposta/>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2021.

LOTH, L. PARTE I: Para fugir da violência, centro-americanos arriscam suas vidas no México. **Maruim**, 2016. Disponível em: <https://maruim.org/2016/04/11/parte-i-para-fugir-da-violencia-centroamericanos-arriscam-suas-vidas-no-mexico/>. Acesso em: 2 de fevereiro de 2021.

- LUXEMBURGO, R. *Acumulação de Capital*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.
- MARQUES, V.; GOLSALVES, R. *Posfácio*. Contra o cancelamento do futuro: a atualidade de Mark Fisher na crise do neoliberalismo. In: FISHER, M. *Realismo capitalista – é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?* São Paulo: Autonomia Literária, 2020.
- MARINI, R. *Dialética da dependência*. In: Sader, E. (org.). *Dialética da Dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.
- MARINI, R.M. *O Estado de Contra-Insurgência* In: **REPAM**, nº12, vol.3, 2018, pp.1-15.
- MARINI, R.M. *Subdesarrollo y revolución*. México: Siglo XXI Editores, 1971.
- MARTINS, C. *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MARX, K. *O Capital*, v. I. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, K. *População, crime e pauperismo*. In: **Verinotio**, n. 20, Ano X, out./2015. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1859/08/23.pdf>. Acesso em: 22 de junho de 2021.
- MARX, K. *O Capital*, v. III. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MASCARO, A. *Alysson Mascaro: Sobre os Centros Socialistas*. Blog da Boitempo, 2021. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2021/03/05/alysson-mascaro-sobre-os-centros-socialistas/>. Acesso em: 24 de junho de 2021.
- MASCARO, A. *Estado e forma política*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MASTROGIOVANNI, F. *Ni vivos ni muertos: La desaparición forzada en México como estrategia de terror*. Penguin Random House Grupo Editorial, México, 2016. (Kindle/paginação irregular).
- MEJÍA, I.; PALMA, A.; RODRÍGUEZ, F.; RIVERA, A. Los pobres, mayores víctimas de homicidio. **El Universal**, 2018. Disponível em: <https://www.eluniversal.com.mx/nacion/los-pobres-mayores-victimas-de-homicidio>. Acesso em: 21 de junho de 2021.
- MENÉNDEZ, L. *Violencias en México: las explicaciones y las ausencias*. **Alteridades**.v.22, n.43, 2012.
- MÉSZÁROS, I. Para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MILIOS, J. *A austeridade não é irracional*. Blog **Economia e Complexidade**. 2015. Disponível: <https://tinyurl.com/yd7p49hd>. Acesso: 14/12/2020.
- MILIOS, J.; SOTIROPOULOS, D. *Financeirização: disciplina do mercado ou disciplina do capital?* 2009. Blog **Economia e Complexidade**. Disponível: shorturl.at/jV234. Aceso: 14/12/2020.
- MOLLO, M. L. R.. *A Concepção Marxista de Estado: considerações sobre antigos debates com*

novas perspectivas. *Economia* (Brasília), ANPEC, v. 2, n.2, p. 347-389, 2001.

MORENO-BRID, J. C. Economic Development and Industrial Performance in Mexico post-NAFTA. In: Taller Nacional sobre “Migración interna y desarrollo en México: diagnóstico, perspectivas y políticas”. Ciudad de México, México. CEPAL, 2007.

NAJAR, A. Primer informe de gobierno de AMLO: la controvertida estrategia de seguridad de López Obrador que no ha servido de momento para frenar al narcotráfico. **BBC**, 2019. Disponible em: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-49521069>. Acceso em: 24 de maio de 2021.

NETTO, J. *Introdução ao estudo do método de Marx*. SP: Expressão Popular, 2011.

NUN, J. *El futuro del empleo y la tesis de la masa marginal*. In: **Desarrollo Económico**, v. 38, n. 152 (Jan. - Mar., 1999), pp. 985-1004. Instituto de Desarrollo Económico y Social.

NUN, J. *Sobre el concepto de masa marginal*. In: **Lavboratorio**, n.23. 2010.

NUN, J. *Superpopulação Relativa, Exército Industrial de Reserva e Massa Marginal*. In: PEREIRA, L. (org.), *Populações “Marginais”*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

OBSERVATORIO SOBRE Desaparición e Impunidad. *Informe sobre Desapariciones en el Estado de Nuevo León con datos de CADHAC*. México: FLACSO México, UMN, UO, 2017.

OBSERVATORIO SOBRE Desaparición e Impunidad. *Informe Comparado sobre eventos de desaparición: Nuevo León, Coahuila Y Tamaulipas (Región Noreste)*. México: Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales sede México, 2019.

OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, F. *Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento*. In: OLIVEIRA, F. & RIZEK, Cibele S. (Orgs.). *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **2017 Labour Overview**: Latin America and the Caribbean Labour. Peru: ILO Regional Office for Latin America and the Caribbean, 2017.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Women and men in the informal economy: A statistical picture*. Third edition. Genebra: OIT, 2018.

OSORIO, J. *Patrón de reproducción del capital, crisis y mundialización*. In: Seminario Internacional REG GEN: Alternativas Globalização (8 al 13 de Octubre de 2005, Hotel Gloria, Rio de Janeiro, Brasil). Rio de Janeiro, Brasil: UNESCO, Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura, 2005. Disponible em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/reggen/pp17.pdf>. Acceso em: 21/05/2021.

OSÓRIO, J. *Crítica de la economía vulgar*. Universidad Autónoma de Zacatecas, 2004.

OSÓRIO, J. *O Estado no centro da mundialização*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

OSÓRIO, J. *La exclusión desde la lógica del capital*. In: *Migración y desarrollo* v. 8, n.

14, Zacatecas, janeiro de 2010. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-75992010000100005. Acesso 02/02/2021.

OSÓRIO, J. *La noción de patrón de reproducción del capital* In: Cuadernos de Economía Crítica, núm. 1, octubre, 2014, pp. 17-36 Sociedad de Economía Crítica La Plata, Argentina.

OSORIO, J. *Teoría marxista de la dependencia. Historia, fundamentos, debates y contribuciones*. Los Polvorines-Argentina: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2016.

PADGETT, H. *Los hombres de verde y la dama de rojo: Crónica de la Nación Gomera*. México: Urano, 2016.

PALEY, D. M. *Capitalismo antidrogas: una guerra contra el pueblo*. México: Sociedad Comunitaria de Estudios Estratégicos/Libertad bajo palabra, 2018.

PARANÁ, E. *Bitcoin: A utopia tecnocrática do dinheiro apolítico*. São Paulo: Autonomia Literária, 2020a.

PARANÁ, E. *Crise do neoliberalismo ou neoliberalismo de crise? Hipóteses sobre a estranha resiliência da economia neoliberal*. In: Colóquio Internacional A Filosofia pensa o Neoliberalismo; 23 a 25/11/2020. Departamento de Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2020b.

PARANÁ, E. *Dinheiro e poder social: Um estudo sobre o Bitcoin*. Tese (Doutorado em Sociologia) - Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. Brasília, 2018, p. 275.

PEREIRA, J. *O Banco Mundial e a construção político-intelectual do “combate à pobreza”*. In: **Topoi**, v. 11, n. 21, jul.-dez. 2010, p. 260-282.

PIOVANI, J.; KRAWCZYK, N. *Los Estudios Comparativos*. In: **Educação & Realidade**, v. 42, n. 3, 2017. URGs - Faculdade de Educação.

PORTES, A; HOFFMAN, K. *Las estructuras de clase en América Latina: composición y cambios durante la época neoliberal*. CEPAL – SERIE Políticas sociales, n. 68.

POST, C. *Beyond Racial Capitalism*. In: **The Brooklyn Rail**, 2021. Disponível em: <https://brooklynrail.org/2020/10/field-notes/Beyond-Racial-Capitalism-Toward-A-Unified-Theory-of-Capitalism-and-Racial-Oppression>. Acesso em: 30/03/2021.

POULANTZAS, N. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martin Fontes, 1977.

QUIJANO, A. *La nueva heterogeneidad estructural de América Latina*. In: Sonntang (ed.), *¿Nuevos temas nuevos contenidos?*. Venezuela: Unesco/Nueva Sociedad, 1989.

QUIJANO, A. *Polo marginal y mano de obra marginal*. In: *Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder*. Buenos Aires: CLACSO Editorial, 2014.

QUIJANO, A. *Polo marginal de la economía y mano de obra marginada*. Taller Urbano Industrial. Programa de Ciencias Sociales - Universidad Católica. Lima: 1971.

QUINTANA, L.; GARZA, B. *La reforma laboral en México y sus efectos económicos*. Revista TST, São Paulo, vol. 83, no 3, jul./set. 2017.

REGISTRO HISTÓRICO en México de 73 mil 201 personas desaparecidas. **La Jornada**, 2020. Disponível em: <https://www.jornada.com.mx/ultimas/politica/2020/07/13/registro-historico-en-mexico-de-73-mil-218-personas-desaparecidas-4640.html>. Acesso em: 21 de junho de 2021.

REGISTRO NACIONAL DE DATOS de Personas Extraviadas e Desaparecidos. **Versión Pública RNPDO**, 2021. Comisión Nacional de Búsqueda. disponível em: <https://versionpublicarnpdno.segob.gob.mx/Dashboard/Index>. Acesso: 10/06/2021.

REGUILLO, R. *Ayotzinapa el nombre del horror*. Revista Anfibia, 2014. Disponível em: <http://revistaanfibia.com/ensayo/ayotzinapa-el-nombre-del-horror/>. Acesso em: 10 dez. 2020.
RODRÍGUEZ REJAS, María José. *La norteamericanización de la seguridad en América Latina*. Ciudad de México: Akal Ediciones, 2017.

ROMERO, V.; PARÁS, P. *Cultura política de la democracia en México y en las Américas, 2018/19: Tomándole el pulso a la democracia*. Ciudad de México: LAPOP, 2020.

RUBIO CAMPOS, J. *Sindicalização y precariedade laboral em México*. **Región y sociedad**, Hermosillo, v.29 n.68, jan./abr. 2017.

RUSCH, G.; KIRCHHEIMER, O. *Punição e estrutura social* (1939). 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

SAAD-FILHO, A.; MORAIS, L. *Brasil: neoliberalismo versus democracia*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

SAAD FILHO, A. *Crise no neoliberalismo ou crise do neoliberalismo?* In: **Crítica e Sociedade**. v.1, n.3, Edição Especial: A crise atual do capitalismo, dez. 2011.

SABADINI, M. Trabalho e especulação financeira: uma relação (im)perfeita. **Temporalis**, v. 11, n. 22, p. 241-269, 2011.

SALAMA, P., MATHIAS, G. *O Estado Super Desenvolvido*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SALES, R. *A QUESTÃO AGRÁRIA NO MÉXICO: A TERRA É UMA SAÍDA?* In: Dessotti; Dos Santos; Franzoni (org.). *México e os desafios do progressismo tardio*. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

SAMANIEGO, N. *El crecimiento explosivo de la economía informal*. Economía UNAM, v.5 n.13, México: 2008.

SANTOS, F. *Uma história da onda progressista sul-americana*. São Paulo: Elefante, 2018.

SANTOS, P.; DRAGAN, S.; GOMES, E.; DIAS, G., SANTOS, F. *POR QUE O MÉXICO NÃO ENTROU NA ONDA PROGRESSISTA?* In: Dessotti; Dos Santos; Franzoni (org.). *México e os desafios do progressismo tardio*. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

SARGENT, G. 'There's been class warfare for the last 20 years, and my class has won'. **Washington Post**, 2011. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/blogs/plum->

line/post/theres-been-class-warfare-for-the-last-20-years-and-my-class-has-won/2011/03/03/gIQApaFbAL_blog.html. Acesso em: 27 de maio de 2021.

SEALE, B. *A plataforma de dez pontos do Partido dos Panteras Negras* In: Manoel, J.; Landi, G. *Raça, Classe e Revolução*. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

COMISIÓN NACIONAL DE BÚSQUEDA. **Búsqueda, identificación y registro de personas desaparecidas**, 2020. Gobierno de México. Disponível em: <http://www.alejandrocinas.mx/wp-content/uploads/2020/07/Presentacio%CC%81nCNB-13-de-julio-2020-final.pdf>. Acesso em: 22 de junho de 2021.

SECRETARÍA DE HACIENDA y Crédito Público. Presupuesto de Egresos de la Federación 2017: Guía Rápido. México: Gobierno de México. Disponível em: https://www.transparenciapresupuestaria.gob.mx/work/models/PTP/Home/PEF2017/PEF_2017.pdf. Acesso em: 05/05/2021.

SHERMAN, E. Nixon's drug war, an excuse to lock up blacks and protesters, continues. **Forbes**, 2016. Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/eriksherman/2016/03/23/nixons-drug-war-an-excuse-to-lock-up-blacks-and-protesters-continues/?sh=40b3f11f42c8>. Acesso: 21 de junho de 2021.

SILVA; MECHE. *O que aconteceu com os 43 estudantes desaparecidos de Ayotzinapa?* In: Dessotti; Dos Santos; Franzoni (org.). *México e os desafios do progressismo tardio*. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

SOLÍS GONZÁLEZ, J. *Neoliberalismo y crimen organizado en México: El surgimiento del Estado narco*. **Frontera Norte**, v. 25, n. 50, 2013.

SOTELO VALENCIA, A. *Desindustrialización y crisis del neoliberalismo: maquiladoras y telecomunicaciones*. México, Universidad Obrera de México/Escuela Nacional para Trabajadores/Plaza y Valdés, 2004, 224 pp.

STOLOWICZ, B. *A contracorrente de la hegemonía conservadora*. México: Itaca, 2012.

STREECK, W. *Tempo comprado: a crise adiada do capitalismo democrático*. São Paulo: Boitempo, 2018.

TELES, V.; SAFATLE, V. (org.). *O que resta da Ditadura?* São Paulo: Boitempo, 2010.

TELLO, C. *Estancamiento económico, desigualdad y pobreza: 1982-2009*. Economía UNAM, v.7, n.19.MX: 2010.

TLACHINOLLAN. A 23 años de masacre de El Charco, no hay un proceso de justicia transicional: Tlachinollan. **Desinformémonos**, 2021. Disponível em: <https://desinformemonos.org/a-23-anos-de-masacre-de-el-charco-no-hay-un-proceso-de-justicia-transicional-tlachinollan/>. Acesso em: 20 de junho de 2021.

TOMÁS, C.; RODRÍGUEZ, O. *Migración Internacional en Guerrero a Estados Unidos: Julián Blanco, Municipio de Chilpancingo*. **CIMEXUS**, Morelia, vol. 2, n.1. 2007.

TRAVERSO, J. *The new Faces of Fascism*. Londres/Nova York: Verso, 2019.

TROTSKY, L. *A revolução permanente*. São Paulo: Expressão popular, 2007.

URESTE, M. 4 de cada 10 presos en México aún no reciben condena. **Animal Político**, 2015. Disponível: <https://www.animalpolitico.com/2015/04/4-de-cada-10-presos-en-mexico-aun-no-reciben-condena/>. Acesso em: 22 de junho de 2021.

VAN DER HAAR, G. Autonomía a ras de tierra: algunas implicaciones y dilemas de la autonomía zapatista en la práctica. In: *Tejiendo historias: tierra, género y poder en Chiapas*, editado por Maya Lorena Pérez, México: INAH, 2005.

VEGA, A. Avionetas devastaron cultivos al fumigar en comunidades pobres en Guerrero, acusa ONG. **Animal Político**, 2019. Disponível em: <https://www.animalpolitico.com/2019/02/avionetas-fumigacion-cultivos-pobres-guerrero/>. Acesso em: 15/05/2021.

VÉLEZ SALAS, A. *Narrativas interdisciplinarias sobre desaparición de personas en México*. Cidade do México: Comisión Nacional de los Derechos Humanos, 2016.

VILALTA, C.; FONDEVILA, G. *Populismo penal na América Latina: A Dinâmica de Crescimento da População Carcerária*. Instituto Igarapé, Nota Estratégica 32, maio de 2019.

WACQUANT, L. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

WOOD, E. M. *Democracia contra capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

ZEREGA, G. *El Gobierno de México cifra las fosas clandestinas en más de 3.000*. El País, 2019. Disponível em: https://elpais.com/internacional/2019/08/30/mexico/1567173416_337248.html. Acesso em: 17 de abril de 2021.

ŽIŽEK, S. *Violência: seis reflexões laterais*. São Paulo: Boitempo, 2014.

APÊNDICE: A – Tabela de Entrevistas, dezembro de 2015 a março de 2016

| Classificação | Entrevistado/a | Desaparecido/a | Relação com a vítima | Atuação da vítima | Perpetrador apontado | Ano do desaparecimento |
|---|--|--|-------------------------------------|---|--|-------------------------------|
| Indícios de desaparecimento forçado | Javier Monroy (Líder do Comité de los Familiares y Amigos de los Desaparecidos, Secuestrados y Ejecutados de Guerrero) | Jorge Gabriel Silva (Chilpancingo - GRO) | Companheiro de militância no TADECO | Arquiteto e militante | Político relacionado às forças de segurança | 2007 |
| Os desaparecimentos não foram investigados separadamente dos homicídios | Juan Jesús Canaán Ramírez (Integrante da coordenação do Colectivo de Busca Los Otros Desaparecidos de Iguala) | Omar e Iran Yafet Canaán Ávila (Iguala - GRO) | Tio | Operadores de máquinas de mineração em Mezcala-GRO | Sem informação | 2008 |
| Indícios de desaparecimento forçado (a família possui escolta da polícia federal) | María Herrera (Movimiento por Nuestros Desaparecidos en México) | Salvador y Raúl Trujillo Herrera (Atoyac de Álvarez-GRO) | Mãe | Comerciantes de Oro (compravam em Guerrero e Veracruz e vendiam em Michoacán) | A entrevistada denuncia obstrução de justiça por parte de autoridades | 2008 |
| Indícios de desaparecimento forçado | Joel Díaz (Membro da coordenação de Los Otros Desaparecidos de Iguala) | Alain Díaz (Iguala - GRO) | Pai | Comerciante de joias | Político de Iguala | 2009 |
| Sem informação | Margarito Gilles (Membro de Los Otros Desaparecidos de Iguala) | Mario Soriano Giles (Iguala-GRO) | Pai | Carpinteiro | Saiu de casa para encontrar amigos e não há mais informações desde então | 2010 |
| Indícios de desaparecimento forçado | Adriana Bahena (Membro da coordenação de Los Otros Desaparecidos de Iguala) | Saulo Rodríguez Cruz (Iguala-GRO) | Esposa | Funcionário da Fiscalía de Guerrero | Fiscalía de Guerrero (Asesor Jurídico en la Policía Ministerial de Guerrero) | 2011 |
| Indícios de desaparecimento forçado | Blandina Diéguez (militante) | Longino Vicente Morales (Chilpancingo-GRO) | Esposa | Coordenador de campanha para deputado federal do PRD | Deputado do PRD | 2012 |
| Sequestro | Mario Hernández Vergara | Tomás Hernández Vergara (Huitzucu-GRO) | Irmão | Taxista | Sequestro mediante resgate | 2012 |

| | | | | | | |
|--|--|---|-----------------------------------|------------------------------|---|------|
| | (Membro de Los Otros Desaparecidos de Iguala e Por Nuestros desaparecidos) | | | | | |
| Indícios de desaparecimento forçado | Candelaria Rodríguez (Membro de Los Otros Desaparecidos de Iguala) | Julian Pineda Salgado (Iguala-GRO) | Esposa | Policial municipal | Polícia municipal | 2012 |
| Sem informações | Zenaida Candía Espinobarros (Membro de Los Otros Desaparecidos de Iguala) | Juan Carlos (Iguala - GRO) | Mãe | Pedreiro | Não há informações quanto às circunstâncias | 2012 |
| Indícios de desaparecimento forçado | Jaime Betancourt (Membro da Coordenação de Los Otros Desaparecidos de Iguala) | Filho e filha, 19 e 21 anos (Cocula-GRO) | Pai (Funcionário Público Federal) | Estudantes | Polícia municipal (estava estacionada na praça onde os jovens jogavam futebol) | 2012 |
| Restos mortais localizados pelos buscadores | Maria Luiza Ocampo Asturillo (Los Otros Desaparecidos de Iguala) | Gerardo Alberto Alcozer Ocampo (Iguala -GRO) | Mãe | Garçom | Sem informação sobre as circunstâncias | 2013 |
| Indícios de desaparecimento forçado | Laura Alemán (LODI) | Abrán Alemán García (Iguala-GRO) | Irmã | Diretor da Polícia Municipal | Secretário de Seguridad Pública | 2013 |
| Ainda não localizado | Guadalupe Contreras (Los Otros Desaparecidos de Iguala e Solecito em Veracruz) | Antonio Ivan Contreras Mata (Iguala - GRO) | Pai (Pedreiro) | Eletricista automotivo | Foi visto pela última vez de moto por um amigo. Indícios de vingança encomendada por uma chefe de <i>halcones</i> com quem teve um caso | 2013 |
| Indícios de desaparecimento forçado. Ministério Público oferece recompensa por informações sobre seu paradeiro | Sandra Román (Los Otros Desaparecidos de Iguala) | Ivette Melissa Flores Román, 16 anos (Iguala-GRO) | Mãe | Estudante | Era casada com um policial, filho de um chefe de polícia. Teria sido sequestrada por policiais após a separação. Sua irmã é testemunha | 2013 |

| | | | | | | |
|---|---|--|--|--------------------------------------|---|------|
| Indícios de desaparecimento forçado | María del Carmen Abarca (Los Otros Desaparecidos de Iguala) | Saturno Giles Beltrán (Iguala) | Esposa | Militar e policial municipal | Policía Municipal | 2014 |
| | Sirenio Campos de Jesús (Los Otros Desaparecidos de Iguala) | Adelfo Campos | Pai (agricultor) | Pedreiro | Foi visto pela última vez na obra conversando com a patroa | 2014 |
| Indícios de desaparecimento forçado (corpos localizados sem as cabeças) | José Díaz Navarro (Siempre Vivos de Chilapa - GRO) | Alejandro e Hugo Díaz Navarro (Chilapa-GRO) | Irmão | Comerciantes | A polícia se recusou a verificar o local indicado pelo GPS do carro dos irmãos | 2014 |
| Desaparecimento forçado de 43 (massivo) | Mario César González Contreras (Comité de Padres y Madres de Ayotzinapa) | César Manuel González Hernández (Iguala-GRO) | Pai | Normalista de Ayotzinapa | Desaparición forzada – três instâncias de poder | 2014 |
| Desaparecimento forçado de 43 (massivo) | Hilda Legideño Vargas (Comité de Padres y Madres de Ayotzinapa) | Jorge Antonio Tizapa Legideño (Iguala-GRO) | Mãe | Normalista de Ayotzinapa | Desaparecimento forçado – três instâncias de poder | 2014 |
| Desaparecimento forçado de 43 (massivo) | Gerardo Ramírez Flores (Federación de Estudiantes Campesinos Socialistas de México - FECSM) | 43 de Ayotzinapa | Companheiro de Escola | Normalista de Ayotzinapa | Desaparecimento forçado – três instâncias de poder | 2014 |
| Desaparecimento forçado de 43 (massivo) | José Hernández (FECSM) | 43 de Ayotzinapa | Companheiro de Escola | Normalista de Ayotzinapa | Desaparecimento forçado – três instâncias de poder | 2014 |
| Desaparecimento forçado de 43 (massivo) | Francisco Sánchez Navas (FECSM) | 43 de Ayotzinapa | Companheiro de Escola | Normalista de Ayotzinapa | Desaparecimento forçado – três instâncias de poder | 2014 |
| Desaparecimento forçado de 43 (massivo) | Omar García (FECSM e porta-voz dos estudantes) | 43 de Ayotzinapa | Companheiro de Escola | Normalista de Ayotzinapa | Desaparecimento forçado – três instâncias de poder | 2014 |
| Desaparecimento forçado de 43 (massivo) | Manuel Olivares (Centro Regional de Defensa de los Derechos Humanos José | 30 desaparecidos em maio de 2015 em Chilapa -GRO | Defensor dos direitos humanos e apoio jurídico | Campesinos e taxistas em sua maioria | As forças de segurança, inclusive policiais federais, deixaram a “cabeceira” do | 2015 |

| | | | | | | |
|---|---|--|--------|----------------------------|---|------|
| | María Morelos y Pavón) | | | | município ser tomada por um grupo delitivo por cinco dias | |
| Entre os 30 desaparecidos de Chilapa Desaparecimento forçado | Regina Cervantes (Siempre Vivos de Chilapa) | Roberto Zapoteco Chinito (Chilapa-GRO) | Esposa | Taxista de origem indígena | As forças de segurança, inclusive policiais federais, deixaram a “cabeceira” do município ser tomada por um grupo delitivo por cinco dias | 2015 |

Notas: As linhas acinzentadas ressaltam os casos que poderiam ser tipificados como desaparecimento forçado por causa dos indícios, entretanto, mesmo os mais explícitos não são assim considerados oficialmente pelas bases de dados dos governos.

Fonte: Elaborada pela autora (2021).